



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL DA  
AMAZÔNIA  
CURSO DE DOUTORADO EM HISTÓRIA



ENIL DO SOCORRO DE SOUSA PUREZA

**CIDADE E EDUCAÇÃO:**  
Memórias e Experiências do Ensino Primário e Ginásial em Breves –  
Marajó das Florestas (1943-1985)



Belém, Pará  
2023

ENIL DO SOCORRO DE SOUSA PUREZA

**CIDADE E EDUCAÇÃO:**  
Memórias e Experiências do Ensino Primário e Ginásial em Breves –  
Marajó das Florestas (1943-1985)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal do Pará, como requisito obrigatório para obtenção do título de Doutor em História.

Área de concentração: Cidade, Floresta e Sertão: cultura, trabalho e poder.

Orientador: Professor Dr. Agenor Sarraf Pacheco

Belém, Pará  
2023

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD  
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará  
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

---

P985c Pureza, Enil do Socorro de Sousa.  
CIDADE E EDUCAÇÃO: : memórias e experiências do ensino  
primário e ginásial em Breves – Marajó das florestas (1943-1985). /  
Enil do Socorro de Sousa Pureza. — 2023.  
226 f. : il. color.

Orientador(a): Prof. Dr. Agenor Sarraf Pacheco  
Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de  
Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em  
História, Belém, 2023.

1. Cidade. 2. Memória. 3. Ensino Primário. 4. Ensino  
Ginásial. 5. Marajó das Florestas. I. Título.

CDD 981.15

---

ENIL DO SOCORRO DE SOUSA PUREZA

**Banca examinadora**

---

Prof. Dr. Agenor Sarraf Pacheco  
Universidade Federal do Pará – PPHIST/UFPA  
Orientador

---

Prof. Dr. Francivaldo Alves Nunes  
Universidade Federal do Pará – PPHIST/UFPA  
Examinador interno

---

Prof. Dr. Antônio Maurício Dias da Costa  
Universidade Federal do Pará – PPHIST/UFPA  
Examinador interno

---

Prof. Dr. Carlos Elvio das Neves Paes  
Universidade Federal do Pará – CUMB/UFPA  
Examinador externo

---

Profª Drª. Eliane Miranda Costa  
Universidade Federal do Pará – CUMB/UFPA  
Examinador externo

---

Profª. Drª. Dione do Socorro de Souza Leão  
Secretaria Municipal de Educação de Breves - SEMED  
Examinadora externa

À professora Sônia Amaral, exemplo de  
bondade, inteligência e humanidade.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus e Nossa Senhora por terem me guiado e permitido que eu alcançasse minhas metas acadêmicas. Acredito que sem a orientação divina, nada disso teria sido possível. Sou grato por ter sido agraciado com suas bênçãos e por ter sido guiado pela luz do amor e da sabedoria.

Minha profunda gratidão à minha mãe Djanira (*in memoriam*) e meu pai, José Pureza, que mesmo sem terem tido a oportunidade de obterem educação formal, souberam educar seus filhos com muito amor, carinho e dedicação. Sempre nos apontaram os melhores caminhos para que pudéssemos alcançar nossos objetivos. Sou eternamente grato pelo amor e pela educação que recebi.

Agradecer à minha amada esposa Sônia Amaral, minha companheira. Você tem sido minha rocha, com quem compartilho todos os meus sonhos e juntos os realizamos. Agradeço do fundo do meu coração pela sua dedicação, amor e apoio durante essa jornada de formação continuada. Sem você, Sônia, eu não teria chegado tão longe e me sinto verdadeiramente abençoado por tê-la ao meu lado.

Ao meu filho Bruno, minhas filhas Carla, Nayara e Valéria, agradeço por me apoiarem irrestritamente na minha busca pelo conhecimento. Vocês são motivação e o que faço é pensando no futuro de vocês.

Aos meus netos Bernardo, Clarice e Renan, o meu amor e carinho incondicionais.

Às minhas irmãs e irmãos, sou grato pelas conversas e incentivos que recebi sobre a importância de estudar e avançar nas questões profissionais. As lições que aprendi com vocês foram inestimáveis e me ajudaram a chegar até aqui.

Ao Prof. Dr. Agenor Sarraf Pacheco, sou imensamente grato pelas orientações, ensinamentos e compartilhamento de seus conhecimentos, sem os quais eu não teria conseguido construir este trabalho.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em História (PPHist), agradeço a contribuição que deram para minha formação acadêmica.

Aos interlocutores da pesquisa, agradeço por terem me recebido e compartilhado suas vivências e experiências, contribuindo para a realização deste estudo.

Por fim, gostaria de agradecer a todos os membros das famílias Pureza e Amaral, que de forma direta e indireta, contribuíram para a conclusão deste trabalho. O apoio e incentivo que recebi de todos vocês foram fundamentais para que eu pudesse chegar até aqui.

Não há pensamento sem utopia  
(Henri Lefebvre)

## RESUMO

Para compreender o processo de construção da cidade de Breves, no Marajó das Florestas, como polo de desenvolvimento regional, com foco no século XX, esta pesquisa apresentou como tese central a afirmativa de que as experiências educacionais no ensino primário e ginásial na cidade de Breves, entre as décadas de 1940 a 1980, foram de grande relevância para a formação, expansão do espaço urbano e desenvolvimento da municipalidade, atraindo para sua estrutura instituições, serviços públicos e particulares necessários à vida no século XX. Para chegar à confirmação desta tese, partiu-se das seguintes questões problematizadoras: Como cidade e educação, e educação e cidade se construíram historicamente no território brevesense no período de 1943 a 1985? Como ocorreram as práticas educacionais e socioculturais vivenciadas pelos moradores na expansão e desenvolvimento da vida urbana? Como se deu a implantação e/ou fortalecimento do ensino primário e ginásial na cidade? A partir desses questionamentos norteadores, os objetivos da pesquisa foram: analisar cidade e educação e educação e cidade por meio de documentos escritos, orais e visuais, identificando mudanças e continuidades histórico-sociais nos modos de viver brevesense entre as décadas de 1940 a 1980; compreender a trajetória de formação do grupo escolar a partir de 1943 na cidade, a expansão e a consolidação do ensino primário e acompanhar a emergência da educação ginásial no contexto das décadas de 1960/70, suas contribuições na expansão da cidade e a visibilidade brevesense no cenário regional e estadual em tempos de regime militar. Fundamentada na História Social e Cultural e dialogando com documentos escritos, orais e visuais, os resultados indicam que Breves se tornou o principal polo educacional dos Marajós das Florestas, a partir da década de 1960 com a implantação do Ginásio Estadual Miguel Bitar, que se juntou ao ensino primário, iniciado na década de 1940 com o grupo escolar Dr. Lauro Sodré, Internato Evangélico Amazonas e Colégio Santo Agostinho. Mostraram também que, no movimento educação e cidade, a cidade passou a ser referência regional em diversos setores, sendo que a educação teve papel *sine qua non*, pois através da formação de pessoas, abriu-se múltiplas possibilidades de desenvolvimento para que Breves se tornasse, na atualidade, uma cidade educadora.

**Palavras-chave:** Cidade; Memória; Ensino Primário; Ensino Ginásial; Marajó das Florestas.

## ABSTRACT

In order to understand the construction process of the city of Breves, in Marajó das Florestas, as a regional development hub, focusing on the 20th century, this research presented as a central thesis the assertion that educational experiences in primary and secondary education in the city of Breves, between the 1940s and 1980s, were of great importance for the formation, expansion of urban space and development of the municipality, attracting institutions, public and private services necessary for life in the 20th century to its structure. To arrive at the confirmation of this thesis, we started with the following problematizing questions: How were the city and education, and education and the city historically built in the territory of Breu, in the period from 1943 to 1985? How did the educational and sociocultural practices experienced by residents occur in the expansion and development of urban life? How did the implementation and/or strengthening of primary and secondary education take place in the city? From these guiding questions, the objectives of the research were: to analyze city and education and education and city through written, oral and visual documents, identifying historical-social changes and continuities in the ways of living in Breves between the 1940s and 1980s; understand the trajectory of formation of the school group from 1943 in the city, the expansion and consolidation of primary education and follow the emergence of secondary education in the context of the 1960s/70s, its contributions to the expansion of the city and the visibility of the city in the regional and state scenario in times of military regime. Based on Social and Cultural History and dialoguing with written, oral and visual documents, the results indicate that Breves became the main educational center of the Marajós das Florestas, from the 1960s onwards with the implementation of the Miguel Bitar State Gym, which joined to primary education, which began in the 1940s with the Dr. Lauro Sodré, Boarding School Evangélico Amazonas and Colégio Santo Agostinho. They also showed that, in the education and city movement, the city became a regional reference in several sectors, and education played a sine qua non role, because through the training of people, multiple development possibilities were opened for Breves to become, nowadays, an educating city.

**Keywords:** City; Memory; Primary school; Junior High School; Marajó das Florestas.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Mapa 1-	Arquipélago do Marajó.....	45
Mapa 2-	Município de Breves.....	46
Mapa 3-	Cidade de Breves.....	54
Quadro 1-	Plano Curricular Curso Ginásial Normal Ano Letivo de 1968. Ginásio estadual Miguel Bitar, 29 de abril de 1969.....	174
Quadro 2-	Plano Curricular Curso Ginásial Normal Ano Letivo de 1970.....	175
Quadro 3-	Plano Curricular Curso Ginásial Normal Ano Letivo de 1971.....	175
Quadro 4-	Quadro Geral de Matrículas do Curso Ginásial Normal Ano Letivo de 1978.....	179

## LISTA DE IMAGEM

Imagem 1-	Breves Industrial Sociedade Anônima (BISA). Cidade de Breves.....	56
Imagem 2-	Empresa Santa Mônica Beneficiamento de Borracha S/A. Vila de Corcovado – Município de Breves.....	57
Imagem 3-	Ponto de distribuição de água fornecido pela Escola Emerentina. Avenida Castilho França com Rua José Rodrigues da Fonseca – Breves	62
Imagem 4-	Redário de um dos navios de Breves para Belém.....	64
Imagem 5-	Trapiche Municipal de Breves em 1970.....	66
Imagem 6-	Igreja Matriz de Sant’Ana.....	80
Imagem 7-	Grupo Escolar Lauro Sodré.....	96
Imagem 8-	Escola de Datilografia Santa Rita. Avenida Presidente Getúlio Vargas esquina com a Avenida Rio Branco.....	100
Imagem 9-	Igreja, escola e casa das meninas internas.....	105
Imagem 10-	Área do Internato Evangélico Amazonas.....	106
Imagem 11-	Casa dos diretores e professores.....	106
Imagem 12	Lar das Meninas.....	107
Imagem 13-	Colégio Santo Agostinho.....	132
Imagem 14-	Jangada com todas de madeira.....	158
Imagem 15-	Serraria.....	158
Imagem 16-	Desfile de 7 de setembro da década de 1970.....	170
Imagem 17-	Desfile de 7 de setembro da década de 1980.....	171
Imagem 18-	Ofício N° 12/1969 Secretário Exec. da Fund. Ed. do Pará.....	186
Imagem 19-	Ofício enviado ao Secretário de Estado de Educação e Cultura.....	215
Imagem 20 -	Ofício ao Gerente do Banco da Amazônia S/A. f. 01.....	216
Imagem 21-	Ofício ao Gerente do Banco da Amazônia S/A. f. 02.....	217
Imagem 22-	Ata de instalação do Ginásio Estadual Miguel Bitar.....	218
Imagem 23-	I Encontro das Unidades da Fundação de Educacional do Pará (FEP)....	219
Imagem 24-	Plano Curricular do Curso Ginásial Normal de 1968.....	220
Imagem 25-	Plano Curricular Do Curso Ginásial Normal de 1970.....	221
Imagem 26-	Plano curricular curso ginásial normal ano letivo de 1971.....	222
Imagem 27-	Quadro Geral de Matr. Curso Ginásial Normal Ano Letivo de 1978.....	223
Imagem 28-	Decreto-Lei N° 477 de 02 de dezembro de 1969 f. 01.....	224
Imagem 29-	Decreto-Lei N° 477 de 02 de dezembro de 1969 f. 02.....	225
Imagem 30-	Decreto-Lei N° 477 de 02 de dezembro de 1969 f. 03.....	226

## LISTA DE SIGLAS

AICEB	Aliança das Igrejas Cristãs Evangélicas do Brasil
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
BISA	Breves Industrial Sociedade Anônima
CELPA	Centrais Elétricas do Pará
CFE	Conselho Federal de Educação
CGT	Central Geral dos Trabalhadores
CUMB	Campus Universitário do Marajó – Breves
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará
EMC	Educação Moral e Cívica
FEP	Fundação Estadual do Pará
HRPM	Hospital Regional Público do Marajó
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IEP	Instituto de Educação do Pará
IFPA	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MEC	Ministério da Educação
OSPB	Organização Social e Política Brasileira
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
PPGDAM	Programa de Pós-Graduação em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia
PPHIST	Programa de Pós-Graduação em História
PSP	Partido Social Progressista
SEDUC	Secretaria de Estado de Educação
SESP	Fundação de Serviço Especial de Saúde Pública
SUCAM	Superintendência de Campanhas de Saúde
UFM	Unevangelized Fields Mission
UFPA	Universidade Federal do Pará
UNE	União Nacional dos Estudantes
URE	Unidade Regional de Educação

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	14
<b>1.1</b>	<b>Memórias, achados e encontros</b> .....	14
<b>1.2</b>	<b>Os caminhos da investigação</b> .....	26
<b>1.3</b>	<b>Os sujeitos da pesquisa</b> .....	34
<b>1.4</b>	<b>A organização da tese</b> .....	43
<b>2</b>	<b>A CIDADE EM MÚLTIPLAS EXPRESSÕES</b> .....	45
<b>2.1</b>	<b>História e geografia de Breves</b> .....	45
<b>2.2</b>	<b>Portos e viagens</b> .....	53
<b>2.3</b>	<b>Práticas culturais</b> .....	68
<b>2.4</b>	<b>Religião e religiosidade</b> .....	79
<b>3</b>	<b>TRAJETÓRIA DA EDUCAÇÃO NA CIDADE</b> .....	89
<b>3.1</b>	<b>Grupo escolar de Breves</b> .....	91
<b>3.2</b>	<b>Internato evangélico Amazônico</b> .....	101
<b>3.3</b>	<b>Escola e ensino primário: as agostinianas missionárias e a educação escolarizada em Breves</b> .....	123
<b>3.3.1</b>	<b>Origem e trajetória missionária para o Brasil</b> .....	124
<b>3.3.2</b>	<b>Educação agostiniana</b> .....	129
<b>4</b>	<b>EDUCAÇÃO BREVENSE EM TEMPOS DE REGIME MILITAR</b> .....	152
<b>4.1</b>	<b>História, narrativa e ensino: o Ginásio Miguel Bitar no contexto da educação escolar de Breves</b> .....	153
<b>4.2</b>	<b>4.2 Estrutura e Organização Curricular na Formação de Professores Regentes</b> .....	173
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	193
<b>6</b>	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	198
<b>7</b>	<b>ANEXOS</b> .....	214

# 1 INTRODUÇÃO

## 1.1 Memórias, achados e encontros

*Relembrar o passado é crucial para nosso sentido de identidade: saber o que fomos confirma o que somos. Nossa continuidade depende inteiramente da memória; recordar experiências passadas nos liga a nossos selves anteriores, por mais diferente que tenhamos nos tornado<sup>1</sup>.*

Conhecer o passado é a ponte para entender o presente. Nesse contexto, o trajeto que se faz para a busca do conhecimento se dá pela pesquisa, por meio de pistas, rastros e fragmentos deixados por diferentes agentes históricos em seus atos políticos, econômicos, sociais, culturais e educacionais. Através disso, apreendemos retratos de tempos pretéritos capazes de iluminar nosso estar no mundo. São atitudes e ações individuais e/ou em grupos, construídas no decorrer da História, recuperadas, analisadas e aproximadas pelos historiadores por meio de fontes documentais, registros midiáticos e memórias orais que narram experiências sociais. Esses fatos são contados ou problematizados no tempo presente, buscando aproximações e visibilizando protagonistas, ajudando a corrigir equívocos que as narrativas hegemônicas insistem em apresentar a partir do olhar dos grupos dominantes.

Existem outros olhares e narrativas que não foram considerados importantes para a história oficial, como os achados da historiografia social e cultural, que ajudam a compreender o lugar onde vivemos e que estão guardados em prateleiras, arquivos, pastas ou mesmo adormecidas e/ou vivas nas memórias das pessoas. São fontes ricas em detalhes e informações que contam a história do lugar, de como ele foi pensado, dos fatores que o produziram e das características que o tornam particular. Entretanto, somos influenciados por uma estrutura societária mais ampla e por um tempo diverso - no caso da pesquisa em questão, ela se insere no tempo contemporâneo, numa região específica da Amazônia, o arquipélago do Marajó, conectado com outras realidades nacionais e internacionais<sup>2</sup>. É preciso dizer, contudo, que grupos e pessoas, de diferentes condições sociais, são protagonistas de sua história. O modo

<sup>1</sup> LOWENTHAL, D. Como conhecemos o passado. *Projeto História*, São Paulo, n. 17, p. 83, 17, 1998.

<sup>2</sup> Para pensar as relações das histórias locais com realidades mais amplas, valorizando memórias orais, vale conferir: SAMUEL, Raphael. História local e história oral. *Revista Brasileira de História*, São Paulo: Anpuh, v. 9, n.19, p.219-243, 1990. Sobre a relação local e global e a crítica de que não existem histórias globais, mas tão somente históricas locais hegemônicas e históricas locais subalternizadas, ver: MIGNOLO, Walter. *Histórias Locais/Projetos Globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar*. Tradução de Solange Ribeiro de Oliveira. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

como apreendem informações, valores, conhecimentos de outras realidades, diz muito de suas formas de recepção e apreensão de mundo.

Assim, o lugar de pesquisa que enveredamos inseriu-se nas orientações da História Social em diálogo com o campo da História Oral, movimento social estudado e delimitado tematicamente dentro de uma temporalidade e de um espaço específicos, sem deixar de levar em consideração as estruturas estabelecidas pelas conexões globais. Essa perspectiva de análise da historiografia foca em objetivos delimitados para compreender como determinada realidade social com seus diferentes agentes históricos é constituída e representada. A proposta é que o historiador realize delimitação temática específica, angulando temporalidade e espacialidade para conseguir observar e analisar realidades que não são alcançadas pela História Nacional.

Partindo do entendimento de que a História Oral aborda o cotidiano de comunidades determinadas ou apresenta biografias que ampliam o contexto geral, apresento parte da minha história, sem a intenção de fazer um texto intimista, conforme alerta Cardoso de Oliveira (1998), mas me responsabilizo por essa produção, deixando neste trabalho o meu lugar de fala, mostrando os caminhos que fiz e faço como sujeito, assumindo vários papéis incorporados no decorrer de minha experiência vivencial. As memórias emergem dos fragmentos ditos pelo meu pai, pela minha mãe (*in memoriam*) e por minhas irmãs Neves e Maria, que me ajudaram a construir essa pequena autoetnografia. Nesse sentido é preciso lembrar Alessandro Portelli para quem a história oral permite entrelaçar histórias familiares e individuais com a história da sociedade em perspectiva mais ampla<sup>3</sup>.

Nasci no rio Tucunarezinho, zona rural de Igarapé Miri, no Pará, e antes dos dois anos de idade, fui com minha família morar na cidade de Abaetetuba, onde fui registrado em cartório, ficando até 1979, quando mudamos para a cidade de Breves, onde resido atualmente. Essas mudanças entre municipalidades se deram pela busca de uma melhor condição de vida, uma vez que a nossa situação financeira familiar era de extrema pobreza. De acordo com as memórias de minhas irmãs, nossa casa no rio Tucunarezinho tinha um assoalho feito de tronco de açazeiro partido ao meio, a parede e a cobertura eram de palha de buçú<sup>4</sup> não havia janelas e nem portas. O trabalho do meu pai era “informal”. Para dar conta de sustentar a família, ele viajava para comprar peixe e os vendia na cidade de Abaetetuba, passando vários dias ausente e como forma de suprir também esse distanciamento, passamos a morar na cidade de Abaetetuba.

---

<sup>3</sup> PORTELLI, Alessandro. *História oral como arte da escuta*. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

<sup>4</sup> Árvore da Amazônia de onde se retira as folhas para fazer coberturas

Meu pai trabalhava vendendo na rua, o peixe chamado mapará. Sempre ficava em frente a uma loja, pois não possuía um espaço no mercado de peixe, que era um lugar muito concorrido entre os peixeiros. Para garantir um desses locais, fazia-se necessário ter indicação de algum político. Como meu pai era um cidadão sem posses, numa sociedade capitalista, o jeito era trabalhar da forma que podia e tentar conseguir todos os dias, mesmo que pouco, o que dava para sobreviver. Minha mãe continuou trabalhando em casa, cuidando dos filhos e foi uma grande incentivadora para que seus filhos estudassem. Sempre dizia que, por meio dos estudos, teríamos uma vida melhor do que tínhamos naquele momento. A educação revela-se como um dos únicos caminhos para a emancipação social. A esse respeito, vale recuperar Adorno quando assinala que a educação tem por objetivo principal a emancipação humana. Emancipar é criar condições para a pessoa conquistar a liberdade, desenvolvendo suas múltiplas potencialidades<sup>5</sup>.

Na cidade de Abaetetuba, dez anos se passaram e a vida continuava semelhante, sem perspectivas de melhorias. Migramos novamente, dessa vez para Breves, no Marajó das Florestas, no final da década de 1970. Quando ali chegamos, lembro-me que era um espaço urbano que crescia e se desenvolvia como polo madeireiro, beneficiador de palmitos e oferta de serviços públicos. Nessa temporalidade a única rua asfaltada era a Avenida Presidente Getúlio e parte da cidade como o bairro da Cidade Nova não contava com energia elétrica e nem água encanada. Foi nesse espaço que a prefeitura destinou lotes de terras para as famílias migrantes construírem suas casas, entre as quais estava a minha família.

Meu pai e minha mãe continuaram em suas funções sociais e familiares, destaco a preocupação de minha mãe com a nossa formação escolar. Quando cheguei a Breves já tinha estudado as séries iniciais do primeiro grau – hoje anos iniciais do ensino fundamental - e de 1980 a 1984, estudei da 5ª à 8ª série na Escola Miguel Bitar, onde concluí o primeiro grau. Continuei meus estudos, mas, ao mesmo tempo, trabalhando com meu pai no mercado municipal de Breves, na venda de peixes. Em 1991, aos 22 anos, tive minha primeira experiência como professor na Escola Emerentina Moreira de Souza - Breves, com uma turma de 2ª série, no turno da manhã. Nesse tempo, assumi a sala de aula como professor leigo, sem formação no Magistério, como a maioria dos docentes daquela época.

As memórias da cidade e da educação em Breves, quando ali cheguei, estavam entrelaçadas, mas não imaginava que décadas depois, estaria pelas ruas da cidade em busca dos vestígios daquele passado que, em boa medida, também costuraram minhas experiências e de minha família.

---

<sup>5</sup> ADORNO, Theodor W. *Educação e emancipação*. Tradução: Wolfgang Leo Maar. Rio de Janeiro, 3. Ed., Editora: Paz e Terra, 1995.

Com a chegada do Projeto Gavião<sup>6</sup> em Breves, fui selecionado e iniciei minha primeira formação profissional como professor, no nível médio do Magistério (1994). Ainda em formação de 2º grau, prestei vestibular em 1995 e me tornei graduando do Curso de Pedagogia, na primeira turma regular do Núcleo de Breves, vinculado ao Campus de Soure da Universidade Federal do Pará. Como o Magistério era intervalar e a graduação regular, em regime extensivo, pude conciliar os dois cursos e ainda dar conta da sala de aula. Em 1996, concluí o curso de Magistério e me tornei professor de Ensino de 1ª a 4ª séries. Em 2000, graduei-me como licenciado em Pedagogia.

Durante esse período de formações, com a falta de professores das áreas específicas e por encontrar-me no ensino superior, tive a experiência de professor no Ensino Fundamental de 5ª a 8ª séries com a disciplina História e no Ensino Médio, no curso Ensino Normal com História e História da Educação. Foi um prelúdio do que me esperava no futuro, pois sempre gostei de estudar História, conhecer de que maneira os seres humanos vão se apropriando do mundo, simbolizam e constroem suas trajetórias pessoais e sociais hodiernamente.

Meu primeiro trabalho de pesquisa foi o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), que teve como objeto de estudo os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) lançados em 1997 e sua utilização nas escolas municipais de Breves. Em um segundo momento como pesquisador, na Pós-Graduação Lato Sensu, o produto final do curso discutiu o currículo na Educação de Jovens e Adultos de uma escola em Breves. Naquele momento, os dados estatísticos e a observação direta mostravam uma grande evasão nessa modalidade de ensino. O objetivo foi propor ações para um currículo crítico e voltado à realidade local, que proporcionasse a melhoria da qualidade de ensino e que motivasse o aluno a não desistir dos estudos e da escola.

Nessa construção interdisciplinar de formação continuada e de construção de identidade científica, no Mestrado - Programa de Pós-Graduação em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia (PPGDAM/UFGA), caminhei para a Gestão Ambiental, uma das áreas de conhecimento que tenho percorrido desde 2009, quando fui efetivado como professor do Magistério Superior da Universidade Federal do Pará (UFPA). A pesquisa desenvolvida para a composição da dissertação objetivou investigar as potencialidades e os limites para a gestão ambiental em assentamentos agroextrativistas na Amazônia brasileira. De forma particular, objetivou entender como a gestão ambiental tem sido implementada em Projetos de Assentamentos Agroextrativistas em áreas remotas e historicamente marcadas pelo

---

<sup>6</sup> Relatório da PROEX UFPA. Projeto gavião. Disponível em: [http://www.prac.ufpb.br/anais/Icbeu\\_anais/anais/educacao/projetogaviao.pdf](http://www.prac.ufpb.br/anais/Icbeu_anais/anais/educacao/projetogaviao.pdf). Acesso em: 20 mar. 2019.

baixo acesso às políticas públicas direcionadas às populações tradicionais. Essa primeira etapa do *Strictu Sensu* foi de aprendizado constante e amadurecimento para a pesquisa.

Depois desse trabalho, a ideia era seguir na mesma linha de estudos, pois os resultados da pesquisa para a dissertação me trouxeram alguns questionamentos que ficaram sem respostas e que me motivaram a continuar os estudos. A proposta inicial para um projeto de tese para o doutoramento tinha como tema as relações de trabalho na Amazônia brasileira - Microrregião Furos de Breves - Arquipélago de Marajó/Pará. O objetivo geral era analisar as relações de trabalho nessa região. De maneira específica, compreender as relações de trabalho entre os ribeirinhos e os patrões na Microrregião Furos de Breves – Ilha do Mutum, Arquipélago do Marajó/Pará, questões que ampliariam a pesquisa que fiz no período do Mestrado.

Com a aprovação no Doutorado em História, passei a ampliar ainda mais minha formação interdisciplinar em uma área de conhecimento que analisa como a humanidade e as pessoas constroem suas trajetórias. Quando submeti o projeto de pesquisa à seleção de doutorado do PPHIST/UFPA em 2019, a proposta de tese tinha uma configuração bem diferente deste trabalho agora concluído. Durante esse período de estudo, aproximei-me das ideias de Marc Bloch, que defendia que o historiador precisa ter um contato amplo com os fatos históricos, não apenas por meio do estudo de documentações, materiais e trabalhos de outros historiadores, mas também, e, principalmente, por meio da visibilidade de homens e mulheres em seu contexto histórico<sup>7</sup>. Após concluir as disciplinas do doutorado no primeiro semestre, o projeto de tese sofreu mudanças.

Com o início das aulas no segundo semestre (2019), nas Disciplinas Seminário de Linha II e Seminário de Orientação II, o projeto de tese sofreu outras mudanças, dessa vez, começando pelo tema que se transformou em “Cultura do Aviamento nas Ilhas do Marajó: trabalho, relações de poder e sociabilidade (1890-1920)”. Como se observa, o *locus* da pesquisa continuou sendo o arquipélago do Marajó, entretanto, o destaque passou a ser a cultura. Com isso, o aviamento e o trabalho passam a ser parte da cultura do aviamento e não o aviamento como parte do trabalho, uma vez que a cultura do aviamento continha relações de poder, dominação e sociabilidade.

Por todo esse período entre aulas, leituras e inquietações, não me sentia confortável em fazer a discussão desses temas e encontrar motivação para avançar no trabalho de pesquisa. Ainda faltava algo para completar o meu desejo de continuar investigando dentro de uma

---

<sup>7</sup> BLOCH, M. “A história, os homens e o tempo”. in: *Apologia da História ou o ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002, p. 51-68.

categoria que trouxesse mais conhecimentos para o meu meio profissional acadêmico, que está também direcionado à História da Educação.

Em 2020, ainda no início do primeiro semestre, fiz a leitura da tese de meu orientador, professor Agenor Sarraf-Pacheco, que tem como título “En el Corazón de la Amazonía: Identidades, Saberes e Religiosidades no Regime das Águas Marajoaras”. Com o aprofundamento da leitura, observei que o estudo investigou caminhos, práticas e convivências estabelecidos pela Ordem dos Agostinianos Recoletos nos Marajós<sup>8</sup>, com destaque para Soure, Salvaterra, Breves, Anajás, Afuá, Chaves, Portel, Melgaço e Bagre, descortinando rios, significativos e complexos processos históricos da construção social deste território, sob a ótica de variados grupos e sujeitos sociais.

A tese de Sarraf-Pacheco<sup>9</sup> faz um convite para que outros pesquisadores possam navegar no regime das águas marajoaras, no sentido de desvendar sua pluralidade de experiências socioculturais e mostrar cada vez mais seu lugar na história da Amazônia. Isso muito me inquietou e me lançou ao desafio de estudar a educação agostiniana, que se instalou formalmente, primeiro em Soure - em fevereiro de 1959, com o Instituto Stella Maris e em Breves – 1964, com o Colégio Santo Agostinho. Dessa forma, me encantei com o convite e abandonei o projeto Cultura do Aviamento nas Ilhas do Marajó, pois compreendo que é preciso ter motivação e sentir prazer na produção e, principalmente, fazer o que se aproxima da área em que você está diretamente inserido. No meu caso, é a área educacional; assim, passei a pesquisar a Educação Escolar promovida pelos Agostinianos nos Marajós.

Em 2021, com a releitura dos textos de Sarraf-Pacheco<sup>10</sup>, Santos<sup>11</sup>, Santos<sup>12</sup> e Melcón<sup>13</sup>, verificamos que a história da Congregação das Agostinianas Missionárias em Soure já vem sendo estudada, diferentemente de Breves, que ainda não apresenta trabalhos acadêmicos que retratem os cinquenta e oito (59) anos da presença dessa congregação no

---

<sup>8</sup> Termo utilizado por SARRAF-PACHECO, A. *En el corazón de la Amazonía: identidades, saberes e religiosidades no regime das águas Marajoaras*. Doutorado. (Tese em História Social) - Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2009, para pluralizar leituras sobre a região e, ao mesmo tempo, chamar a atenção para semelhanças e diferenças na conformação histórica, econômica e sociocultural dos municípios da mesorregião do Marajó.

<sup>9</sup> Idem.

<sup>10</sup> Idem, Ibidem.

<sup>11</sup> SANTOS, E. N. A. *O Instituto Stella Maris (1959-1969): história, memória e práticas educativas das Irmãs Agostinianas Missionárias em Soure-PA*. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Estadual do Pará. Belém, 2017.

<sup>12</sup> SANTOS, E. C. S. *O conteúdo da história de Soure/PA na disciplina integração social da Erc Instituto Stella Maris (1971-1988)*. 2018. Dissertação (Mestrado em Currículo e Gestão da Escola Básica), Universidade Federal do Pará. Belém, 2018.

<sup>13</sup> MÉLCON, F. J. M. P. *O missionário I: a vida e obras de Dom Alquílio Alvarez Díez, bispo-prelado de Marajó (1919 – 1985)*. Rio de Janeiro: Colégio Santo Agostinho Novo Leblon, 2010.

Marajó das Florestas. Estávamos em tempos de pesquisa, onde os questionamentos são necessários e a necessidade das respostas são os caminhos que indicam para onde se vai. Dessa forma, optamos por não avançar nos estudos sobre Soure – Escola Stella Maris e firmamos a Educação em Breves, tendo o Colégio Santo Agostinho como parte da pesquisa em produção e que denominamos para o tema “Cidade e Educação: Trajetórias da Escolarização em Breves (1960 a 1980)”.

O tema Cidade e Educação Escolar é um assunto de pesquisa que se aproximou das minhas atividades profissionais acadêmicas, uma vez que também trabalho no curso de Licenciatura em Pedagogia com a disciplina História da Educação Brasileira e da Amazônia. Quando se trata da educação no arquipélago de Marajó, ainda é pouco estudada. Em relação à escolarização em Breves, pouco se tem escrito sobre educação formal e sobre a História da Educação Escolar, menos ainda, embora a escolarização esteja presente desde o século XIX, com as Escolas Isoladas no Marajó.

Em âmbito educacional, Helen Silva e Taiane Marques em trabalho de conclusão do curso de Licenciatura Plena em Pedagogia pela Campus Universitário de Breves, esforçaram-se por “rever a trajetória do ensino escolar na cidade de Breves nas décadas de 1940 a 1990, com a intenção de revalorizar momentos da história de algumas das principais instituições escolares do local”. Os olhares das alunas, voltaram-se para “o processo de construção e as mudanças ocorridas na estrutura original das escolas; as práticas escolares envolvendo as metodologias utilizadas”. Estiveram também atentas às “formas de lazer, eventos cívicos, esportivos, os movimentos de luta para a implantação do campus da Universidade Federal do Pará e do sindicato dos trabalhadores da educação no município (SINTEPP)”<sup>14</sup>.

Já Eliane Costa, em recente artigo científico sobre a Escola Municipal Dr. Lauro Sodré, uma das primeiras escolas públicas estaduais inaugurada em 1943 na cidade de Breves, revela sua preocupação em realizar pesquisa sobre história e memória da educação pública, dado o desconhecimento de capítulos importantes da história da educação nesse município. Focada no patrimônio educativo da Escola Lauro Sodré, a pesquisadora elege como recorte histórico 1943 a 2000 para “identificar os objetos produzidos e utilizados” pela escola; “refletir sobre a relação dos objetos escolares com a qualidade do ensino e discutir a importância da cultura material escolar na construção de saberes, práticas escolares, histórias e memórias educativas”<sup>15</sup>.

---

<sup>14</sup> SILVA, H. C. G.; MARQUES, T. J. P. *Trajetória da Educação Escolar em Breves-Marajó-Pa (1940-1990)*. Trabalho de Conclusão (Curso de Pedagogia). Campus Universitário de Breves, Marajó-Pa, 2016.

<sup>15</sup> COSTA, E. M. A escola pública em Breves no Marajó: seus objetos, histórias e memórias educativas. *Revista Humanidades e Inovação*, v. 7, n. 13, 2020, p. 274.

A constatação de que a pesquisa sobre História da Educação na Cidade de Breves é ainda é incipiente veio do levantamento realizado junto à Plataforma da Capes no Catálogo de Teses e Dissertações. O descritor para a busca foi a palavra Breves e o resultado apresentou sete teses e quarenta e oito dissertações em vinte e cinco programas diferentes. Desse total, vinte e dois são da Universidade Federal do Pará. Das teses encontradas, três são na área da educação, uma em Biologia, uma em Antropologia e Sociologia e duas de Antropologia. As dissertações, dezesseis são em Gestão Pública, uma em História e nove na área da Educação. Com o descritor Breves, não localizamos nenhuma que traga como tema ou categoria de análise em seus resumos ou palavras-chave Cidade e Educação.

Em perspectiva histórica e antropológica, as pesquisas realizadas por Dione do Socorro de Souza Leão ampliaram leituras, visões e conhecimentos sobre a cidade e o município de Breves e contribuíram para contextualizar as trajetórias da educação entre as décadas de 1940 e 1980, assim como quem eram e de onde vieram os sujeitos que passaram a estudar no ensino primário e ginásial. Em sua primeira grande pesquisa, Leão abordou “as experiências cotidianas vivenciadas por diferentes sujeitos sociais na área portuária de Breves e seu entorno durante o período de 1940 a 1980”. Explorando depoimentos orais, textos jornalísticos, crônicas, documentos oficiais e imagens, a investigação reconstituiu “dimensões da história social de Breves em um momento em que a cidade passou por um significativo aumento populacional e expansão de suas fronteiras, principalmente devido à desaceleração dos negócios da borracha e ao surgimento da indústria madeireira na região”<sup>16</sup>.

Preocupada em tornar as aulas de História no ensino fundamental, momento de pesquisa e novas aprendizagens sobre a história local, Dione Leão escreveu o livro “Revivendo nossa História: um estudo sobre os bairros de Breves”, trabalho confeccionado com a participação dos alunos do Colégio Santo Agostinho no ano de 2009. Na introdução, a historiadora assinala que “o objetivo principal é reafirmar passagens da história de Breves, tendo como fonte principal as memórias dos moradores mais antigos da cidade, que vivenciaram experiências desde os finais dos anos de 1930 a 1990”<sup>17</sup>. A escolha pelo ano de 1930, justifica-se pelo momento em que a cidade começa a ver nascer, a partir de processos migratórios de dentro e de fora do município, os primeiros bairros.

---

<sup>16</sup> LEÃO, D. S. S. *O Porto em Narrativas: Experiências de Trabalhadores, Moradores e Freqüentadores da Área Portuária de Breves-PA (1940-1980)*, Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia). Universidade Federal do Pará, Belém, 2014.

<sup>17</sup> LEÃO, D. S. S. *Revivendo a Nossa História: Um Estudo sobre os Bairros de Breves-Marajó-Pará*. 2ª. ed. Belém-PA: GAPTA, 2014.

Em 2018, Dione Leão defendeu, no programa de Antropologia da Universidade Federal do Pará, a tese "Trajetórias de "Migrantes": contatos, interações e conflitos em práticas interculturais - Breves-Marajó-PA". Partindo das experiências de contatos ocorridas nas trajetórias de nordestinos, portugueses, judeus e americanos em Breves, a partir do final do século XIX, a antropóloga visibiliza

práticas interculturais, construídas por meio da presença comum entre os grupos e os moradores naturais da região, porém dentro de relações assimétricas de poder apreendidas através das narrativas orais dos interlocutores, arquivos documentais do cartório Civil Matos (registros de óbitos e casamentos) e de Imóveis Dário Furtado (registros de compra e venda de propriedades), imagens fotográficas e pinturas em tela<sup>18</sup>.

Pelos caminhos das experiências vividas, estudos e análises realizadas, a questão inicial que norteou a pesquisa foi: que processos e práticas contribuíram para que Breves se tornasse um município polo no Marajó das Florestas? Assistir diariamente, em tempos atuais, lanchas, barcos ou mesmo rabetas chegarem dos municípios de Melgaço, Portel, Bagre com alunos para cursar ensino superior, por nossa experiência no campo da educação, o olhar foi focalizando para a trajetória da educação na cidade.

Tornar visível a História da Educação Escolar, identificando os fatores socioculturais que influenciaram a educação na Cidade de Breves, por meio dos resultados de uma pesquisa doutoral, é de grande relevância profissional e social, pois contribuirá não só com a formação do pesquisador, mas deixará registrado academicamente fontes de conhecimento para que se entenda a construção da cidade e como ela se conectou/conecta com a sua população por meio da educação. Nesse sentido, para dar conta dos objetivos da pesquisa, questionamos: Como Cidade e Educação e Educação e Cidade se construíram historicamente no território brevesense no período de 1943 a 1985? Como se deram as práticas educacionais e socioculturais vivenciadas pelos moradores na expansão e desenvolvimento da vida urbana? Como se deu a implantação e/ou fortalecimento do ensino primário e ginásial na cidade?

A partir desses questionamentos, tivemos como objetivos: analisar Cidade e Educação e Educação e Cidade por meio de documentos escritos, orais e visuais, identificando mudanças e continuidades histórico-sociais nos modos de viver brevesense entre as décadas de 1940 e 1980; compreender a trajetória de formação do grupo escolar a partir de 1943 na cidade e a expansão e consolidação do ensino primário; acompanhar a emergência da educação ginásial no contexto

---

<sup>18</sup> LEÃO, D. S. S. *Trajetórias de Migrantes: Contatos, Interações e Conflitos em Práticas Interculturais - Breves-Marajó-Pa*. Tese (Doutorado em Antropologia). Universidade Federal do Pará, Belém-Pa, 2018.

das décadas de 1960 e 1970 e suas contribuições na expansão da cidade e visibilidade brevese no cenário regional e estadual.

A cidade de Breves se tornou referência no arquipélago - Marajó das Florestas, por agregar entre os municípios marajoaras, banhados pelo rio Amazonas - Anajás, Currálinho, São Sebastião da Boa Vista, Bagre, Portel, Melgaço e Breves, o maior número de oferta de serviços públicos e privados destinados à população menos abastada, aqueles que se encontravam disponíveis apenas na capital do estado - Belém. Quem se beneficiava desses serviços na capital era a elite local, constituída por famílias como Felix, Tupinambá, Almeida e Barros, gerentes de empresas de borracha, serrarias e bancos. Isso se tornava muito dispendioso e/ou inacessível à população que, na sua grande maioria, vivia/vive da comercialização de produtos extraídos ou produzidos em espaços rurais, do salário-mínimo ou de benefícios federais. Para entendermos o conceito e o sentido de elite aqui utilizado, Ana Maria Daou torna-se esclarecedora:

As elites estão associadas à ideia de uma minoria que se destaca em relação ao conjunto da sociedade não apenas nas situações pautadas na hierarquia e na ordem, como naquelas pautadas no individualismo e na igualdade. Em diferentes contextos, têm sua ação remetida a interesses econômicos, ao monopólio do poder e às orientações culturais na vida de um grupo. Isso se traduz em seu papel de orientadoras da maioria, de promotoras de identidade, de portadoras dos interesses dos grupos que nelas se fazem representar<sup>19</sup>.

Nessa cidade formada por uma pequena elite econômica e política influente em escala regional e estadual, a emergência de instituições importantes começaram ali a se instalar desde a década de 1940, a exemplo do Banco da Borracha nas décadas de 1940 a 1960 – denominado atualmente como Banco da Amazônia<sup>20</sup>, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Bradesco, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), Receita Federal, Receita Estadual, Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará (EMATER), 8º Centro Regional de Saúde, Hospital Regional Público do Marajó (HRPM), dentre outros.

---

<sup>19</sup> DAOU, A. M. Instrumentos e sinais da civilização: origem, formação e consagração da elite amazonense. *Hist. Ciênc. Saúde-Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 6, p. 867-888, set. 2000. Sobre as elites econômicas e políticas, conferir as pesquisas de Dione Leão, anteriormente apresentadas.

<sup>20</sup> O Banco da Amazônia nasceu na década de 1940, em plena Segunda Guerra Mundial, para financiar a produção de borracha destinada aos países aliados. A princípio ele chamava Banco de Crédito da Borracha, mas logo após a Segunda Guerra passou a ser o Banco de Crédito da Amazônia S.A. Disponível em: <https://recontaai.com.br/banco-da-amazonia-77-anos#:~:text=O%20Banco%20da%20Amaz%C3%B4nia%20nasceu,de%20Cr%C3%A9dito%20da%20Amaz%C3%B4nia%20S.> Acesso em: 14 jan. 2022.

Essa infraestrutura chega à população não pela exigência de direito a uma cidade estruturada para atender às suas necessidades, mas por interesses do capitalismo internacional e que de forma direta contribuiu com o fortalecimento do comércio local da cidade que também precisava responder às exigências comerciais.

No campo educacional, Breves foi pioneira na formação de professores regentes, com a implantação do Ginásio Estadual Miguel Bitar, iniciado em 1967, que ofertou para o Marajó das Florestas o ensino secundário - 1ª à 4ª séries, formando professores regentes para atuar no ensino primário.

Breves é um município onde o Estado tem implementado políticas públicas, tornando-o um polo para oferecer serviços aos municípios circunvizinhos. Foi o primeiro a receber o segundo grau na modalidade modular e regular, em 1983, apenas para o espaço urbano. Para dar conta de assessorar esse nível de ensino, no município encontra-se a 13ª Unidade Regional de Educação (13ª URE), base administrativa da Secretaria de Estado de Educação (SEDUC), que congrega nove<sup>21</sup> municípios.

Desde 1990, a UFPA está presente neste município e, em 2006, com a aprovação do novo Estatuto e Regimento Geral da UFPA, após 11 anos de funcionamento, o Núcleo Universitário de Breves, extensão do Campus Universitário do Marajó-Soure, emancipou-se e tornou-se Campus Universitário do Marajó - Breves. Com a missão de “Produzir, socializar e transformar o conhecimento para a formação sólida de cidadãos capazes de promover a construção de uma sociedade equânime, inclusiva e sustentável na região do Marajó (UFPA/CUMB, 2017)”, ampliando a oferta de cursos para todo o Marajó, nos regimes intensivo e extensivo<sup>22</sup>.

No ano de 2010, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA) iniciou suas atividades nessa “capital das ilhas”, fundamentado na Portaria MEC nº 1366 de 08 de dezembro de 2010, com a missão de “Promover a educação profissional e tecnológica em todos os níveis e modalidades por meio do ensino, pesquisa, extensão e inovação para o desenvolvimento regional sustentável, valorizando a diversidade e a integração dos saberes”.

---

<sup>21</sup> Afuá, Anajás, Bagre, Breves, Chaves, Curralinho, Gurupá, Melgaço, Portel. Plano de Formação Docente do Estado do Pará. Disponível em: [http://www6.seduc.pa.gov.br/planodeformacao/arquivos/PARFOR\\_Pa.pdf](http://www6.seduc.pa.gov.br/planodeformacao/arquivos/PARFOR_Pa.pdf). Acesso em: 14 jan. 2022.

<sup>22</sup> Sobre a história e a trajetória do Campus da UFPA em Breves. PAES, Carlos Élvio das Neves. *A Universidade reivindicada: etnografia histórica de uma ação pública no Marajó, PA*. Tese. (Doutorado em Sociologia e Antropologia), Universidade Federal do Pará, Belém, 2019.

No decorrer desses anos, o IFPA, com as ofertas para o ensino Técnico e Superior, vem contribuindo com a educação da população marajoara<sup>23</sup>.

Diante dos fatos, podemos afirmar que Breves é uma cidade onde a educação formal ganha forma e estrutura. Seu ponto de partida foi o Grupo Escolar Dr. Lauro Sodré em 1943, em 1949 o Internato Evangélico Amazonas, depois, em 1964 o Colégio Santo Agostinho e em 1967 o Ginásio Miguel Bitar, seguidos de outras que foram criadas de acordo com o aumento da população estudantil.

Nesse sentido, consideramos Breves uma cidade educadora impactada pela reforma Gustavo Capanema (1942-1946), pelas Leis do Ensino Primário e Secundário, pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Lei 4.024 de 1961<sup>24</sup>. Com a Reforma do Ensino de Primeiro e Segundo Graus, 5692/1971, o Grupo Escolar Dr. Lauro Sodré, o Internato Evangélico Amazonas, o Colégio Santo Agostinho e o Ginásio Miguel Bitar passaram a ter uma nova identificação, desta vez, tornaram-se Escolas de Primeiro Grau. Compreender o ordenamento jurídico educacional que regulamentou a educação no país, como influenciou e influencia diretamente a educação escolar em Breves, estão no horizonte dessa investigação.

Frente ao exposto, a hipótese central aqui defendida é que as experiências educacionais no ensino primário e ginásial em Breves, entre as décadas de 1940 a 1980, foram decisivas para a formação de uma cidade que se tornou polo do desenvolvimento regional, no chamado Marajó das Florestas, atraindo para sua estrutura instituições e serviços públicos e particulares necessários para a vida urbana no século XX e XXI. Sem essas bases, o município não teria se tornado no interior da Amazônia, um dos núcleos da Universidade Federal do Pará, a partir da década de 1990, o qual já formou dezenas de profissionais em nível de graduação e, nos últimos anos, alcançando níveis de pós-graduação *stricto sensu*. Portanto, a expansão, crescimento e protagonismo da cidade de Breves nessa região tem suas bases assentadas na luta histórica e contínua dos moradores por educação primária e ginásial, que se configura no presente em Educação Básica e Superior, tanto para os moradores do espaço urbano, quanto do espaço rural, seja de Breves ou de municípios em fronteiras.

---

<sup>23</sup> Para maiores informações sobre a história do IFPA em Breves, conferir: OLIVEIRA, C. de N. da Silva; SANTOS, J. B. IFPA Campus Breves: da origem à consolidação. *Research, Society and Development*, v. 11, n. 13, p. 1-14, 2022.

<sup>24</sup> Sobre a temática. ROMANELLI, O. *História da educação no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1986; RIBEIRO, M. L. S. *História da educação brasileira: a organização escolar*. Campinas, Autores Associados, 1992; ARANHA, M. L. A. *História da educação*. São Paulo: Moderna, 2002.

## 1.2 Os caminhos da investigação

A pesquisa foi desenvolvida com base nos pressupostos da metodologia da pesquisa documental, oral e visual. A escolha da pesquisa documental justifica-se pelo trabalho de examinar ou reexaminar diversos materiais que se encontram nos arquivos ou mesmo publicados, mas não interpretados em seus diferentes ângulos, buscando-se outras interpretações ou conteúdos complementares<sup>25</sup>. O desafio dessa técnica de pesquisa é a capacidade que o pesquisador tem de selecionar, tratar e interpretar a informação, visando compreender a interação com sua fonte. Quando isso acontece há um incremento de detalhes à pesquisa e os dados coletados tornam-se mais significativos<sup>26</sup>.

A coleta das fontes documentais iniciou em 2020, com encaminhamentos de ofícios para a sede da Prelazia do Marajó, Escola Stella Maris, Paróquia de Sant'Ana e Escola Santo Agostinho, solicitando permissão de acesso aos arquivos para a pesquisa documental. Com as solicitações deferidas e a autorização para a pesquisa concedida, viajamos para o outro lado do Marajó, Soure.

De posse das respostas positivas para o desenvolvimento da pesquisa, fui à cidade de Soure e depois o estudo realizou-se em Breves. Em Soure os locais de pesquisa foram os arquivos da secretaria da Prelazia do Marajó e os arquivos da Escola Stella Maris. Em Breves, nos arquivos da secretaria da Paróquia de Sant'Ana, nos arquivos da secretaria da Escola Santo Agostinho e da Escola Miguel Bitar. A coleta de dados na secretaria da Prelazia do Marajó e na Escola Stella Maris se justifica porque os trabalhos dos agostinianos tiveram seu início nessas duas bases institucionais. As pesquisas nos arquivos, em Soure, aconteceram no mês de setembro, durante uma semana e em Breves, durante o mês de outubro de 2020.

Em Soure, o primeiro local visitado foi a sede da Prelazia do Marajó. Lá fomos atendidos pela Secretária da prelazia que nos orientou quanto ao uso do arquivo. Durante o período de pesquisa, os documentos acessados foram: O Livro do Tombo, Livro de Coisas Notáveis sobre esta Casa (prelazia) e o Anuário de 1968 da Prelazia do Marajó: seus aspectos, problemas produzidos pelos Padres Agostinianos Recoletos.

Na Escola Stella Maris, os documentos disponibilizados para análise foram acessados na secretaria da escola, sendo: arquivo pasta contendo leis, resoluções, fichas funcionais; Livro ATA, resultados finais dos alunos por séries de 1968 a 1982; duas agendas dos anos de 1967 e

---

<sup>25</sup> PINSKY, C. B.; LUCA, T. R. (org.). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2011.

<sup>26</sup> KRIPKA, R. M. L.; SCHELLER, M.; BONOTTO, D. de L. *Pesquisa documental na pesquisa qualitativa: conceitos e caracterização*. Revista de Invesgaciones UNAD, v. 14, n. 1, p. 55-73, 2015.

1968, com anotações sobre rendimentos de alunos e com uma frase na página principal “Estamos reunidos para Cristo”.

Ainda em Soure, aconteceram contatos com a Paróquia de Breves e a Escola Santo Agostinho, no sentido de confirmar as datas de início da pesquisa nesses locais. O momento já era de pandemia da *COVID-19*, garantir a entrada nesses locais que estavam funcionando de maneira reduzida, tornou-se desafiador e necessário investir no reforço do diálogo virtual, para além dos ofícios encaminhados anteriormente.

Na Paróquia de Sant’Ana, as fontes disponibilizadas foram: o Livro Coisas Notáveis da Paróquia de Breves, de 05 de março de 1941, assinado em seu termo de abertura pelo primeiro Bispo do Marajó, Dom Gregório Alonso. E no Colégio Santo Agostinho, os documentos selecionados: relatórios anuais enviados à Secretaria de Estado de Educação e Cultura do Pará. Nesses documentos de produção anual pela escola, encontramos no relatório os dados do Frei Feliciano, como Diretor do Colégio Santo Agostinho, entre os anos de 1964 a 1966, e em 1967, as correspondências passaram a ser endereçadas à Madre Isabel Rico Morán, na condição de diretora da escola.

Com os ajustes no objeto de pesquisa, que enveredou para o Ensino Primário e Ginásial, fomos ao arquivo da Escola Miguel Bitar, em fevereiro de 2022. Na secretaria da Escola foram disponibilizados os relatórios anuais de 1967 a 1985 com os registros dos números de alunos aprovados, reprovados, evadidos e total de turma por ano letivo. Os livros com dados dos professores, direção, administrativos e funcionários de apoio, ofícios e memorandos expedidos e recebidos. Ata de instalação do Ginásio Estadual Miguel Bitar de 29 de abril de 1967, Plano Curricular do Curso Ginásial Normal de 1968 a 1978, quadros de matrículas 1967 a 1985 e Decreto Lei 477 de 02 de fevereiro de 1969 que definia as infrações disciplinares praticadas por professores, alunos, funcionários ou empregados de estabelecimentos de ensino público ou particulares. Os documentos de interesse da pesquisa, com a autorização dos locais pesquisados, foram fotografados e organizados em arquivos digitais. Outros documentos como panfletos e informativos, foram adquiridos junto aos interlocutores, os quais foram digitalizados e juntados ao inventário da tese.

O caminho metodológico adotado ajudou encontrar nesses espaços institucionais, fontes que puderam contribuir com o tema em discussão. Os achados documentais foram analisados diante das orientações que reconhecem o documento histórico como uma construção social.<sup>27</sup> Nessa perspectiva, as orientações apresentam a ausência de uma verdade indiscutível

---

<sup>27</sup> LE GOFF, J. *História e memória*. São Paulo: Unicamp, 1990.

encontrada pela exploração dos documentos.<sup>28</sup> Ao mesmo tempo, o estudo valorizou documentos que captassem diversas vozes, com o propósito de garantir o protagonismo de sujeitos que, muitas vezes, são silenciados nos documentos. Este novo olhar sobre as fontes históricas documentais recebeu influência de Le Goff<sup>29</sup> quando discute revolução documental.

Esta revolução é, ao mesmo tempo, quantitativa e qualitativa. O interesse da memória coletiva e da história já não se cristaliza exclusivamente sobre os grandes homens, os acontecimentos, a história que avança depressa, a história política, diplomática, militar. Interessa-se por todos os homens, suscita uma nova hierarquia mais ou menos implícita dos documentos; por exemplo, coloca em primeiro plano, para a história moderna, o registro paroquial que conserva para a memória todos os homens [...] O registro paroquial, em que são assinalados, por paróquia, os nascimentos, os matrimônios e as mortes, marca a entrada na história das "massas dormentes" e inaugura a era da documentação de massa.<sup>30</sup>

As fontes selecionadas nos arquivos oficiais e não oficiais apresentaram informações de como as escolas se organizavam internamente e mantinham relações com as igrejas, com os bancos, com as serrarias, com a Câmara do Vereadores, com a prefeitura e com a Secretaria de Educação do Estado do Pará. Ao mesmo tempo essas fontes documentais contam como Cidade e Educação se relacionavam, uma vez que as correspondências apresentam uma relação da escola com a cidade, quando as escolas serviam de local de vacinação, de espaço para reunir a comunidade, numa cidade que não possuía ginásio de esportes, quadras escolares e, tanto o Santo Agostinho como o Miguel Bitar tinham espaços que poderiam acolher muitas pessoas. No Miguel Bitar o salão coberto, no Santo Agostinho, um auditório.

Em uma dessas fontes documentais identificamos como escola e comunidade no contexto da cidade que se movimentavam, protagonizadas diante de necessidades específicas. As Irmãs Agostinianas Missionárias fizeram um levantamento do número de domicílios existentes em Breves, utilizando-se da sua base missionária, mapearam em 1968 o número de casas que existiam na cidade, como parte de uma justificativa para pedir contribuição ao gerente do Banco do Brasil para a aquisição de espaço de diversão para os alunos dessa unidade escolar.<sup>31</sup>

O ofício do historiador compreende, entre outras coisas, fazer essa garimpagem de memórias escritas, orais, visuais, digitais, monumentais. Compreende, contudo, de acordo com Goff<sup>32</sup> que o documento “[...] é, antes de mais nada, o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, das sociedades que o produziram, e das épocas sucessivas durante as quais

---

<sup>28</sup> SALVADOR, A. D. *Métodos e técnicas de pesquisa bibliográfica*: elaboração e relatório de estudos científicos Porto Alegre: Sulina, 1981.

<sup>29</sup> LE GOFF, op. cit., 1990.

<sup>30</sup> Idem, p. 541.

<sup>31</sup> Ofício ao Gerente do Banco do Brasil

<sup>32</sup> LE GOFF, op. cit., 1990.

continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio”.<sup>33</sup> Assim, não se pode esquecer que “o documento é monumento”, ou seja, que ele “[...] resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro - voluntária ou involuntariamente - determinada imagem de si próprias”.<sup>34</sup> Ou, dito de outra forma, “[...] os documentos podem ser interessantes tanto pelo que deixam de fora assim como pelo que contêm. Eles não refletem simplesmente, mas também constroem a realidade social e as versões dos eventos”.<sup>35</sup>

A História da Educação da Cidade de Breves ainda está para ser desvendada. Existem documentos à disposição para serem manuseados, abertos, folheados, interpretados. Os sujeitos da História da Educação e da construção da Cidade estão lá nos arquivos, esperando para dialogarem conosco, por meio das suas escritas, das suas ideias, das suas contribuições e das relações produzidas no contexto da escola e das relações pensadas com outras instituições, com a comunidade, com as pessoas do lugar.

Outras informações foram levantadas por meio da metodologia da História Oral, pelo fato de ser

[...] um método bastante promissor para a realização de pesquisa em diferentes áreas. É preciso preservar a memória física e espacial, como também descobrir e valorizar a memória do homem. A memória de um pode ser a memória de muitos, possibilitando a evidência dos fatos coletivos.<sup>36</sup>

Para Portelli,<sup>37</sup> “[...] às fontes orais, são narrativas individuais, informais, dialógicas, criadas no encontro entre historiador e narrador”. E para mediar esse diálogo entre pesquisador e interlocutor, enveredamos pela entrevista, presenciais e online, por estarmos vivendo um momento diferenciado na história mundial - a pandemia da *COVID-19*<sup>38</sup>. Nesse sentido, a entrevista “envolveu uma prática social baseada no diálogo sob o qual pesquisadores e investigados são agentes que interagem mesmo condicionados por trajetórias sociais e universos simbólicos diferenciados”<sup>39</sup>. Quanto ao tipo de entrevista utilizada a semiestruturada,

33 LE GOFF, op. cit. 1990. p. 538.

34 Idem.

35 MAY, T. *Pesquisa social: questões, métodos e processos*. Porto Alegre: Artmed, 2004.

36 THOMPSON, P. *A voz do passado: história oral*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992, p. 17.

37 PORTELLI, A. *Ensaio de história oral*. São Paulo: Letra e Voz, 2010, p. 9.

38 O nome *Covid* é a junção de letras que se referem a (co)rona (vi)rus (d)isease, o que na tradução para o português seria "doença do coronavírus". Já o número 19 está ligado a 2019, quando os primeiros casos foram publicamente divulgados. Disponível em: <https://www.google.com/search?client=avast-a-3&q=covid-19+significado&oq=COVID-19+sig&aqs=avast.1.69i57j0l7.7192j0j15&ie=UTF-8>

39 PIZARRO, M. V. *Alfabetização científica nos anos iniciais: necessidades formativas e aprendizagens profissionais da docência no contexto dos sistemas de avaliação em larga escala*. Tese (Doutorado em Educação para a Ciência) – Faculdade de Ciências, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, São Paulo, Bauru, 2014.

por tratar-se de um procedimento em que o pesquisador usa o roteiro como referência para a entrevista que transcorre de forma mais livre, tal como uma conversa entre entrevistador e entrevistado sobre os temas de interesse da pesquisa.<sup>40</sup>

As fontes visuais foram obtidas por meio das fotografias e adquiridas durante o período de pesquisa de campo, quando visitei os arquivos das escolas Santo Agostinho e Miguel Bitar. A Biblioteca Pública de Breves e os álbuns dos interlocutores da pesquisa. O interesse nesse tipo de fonte era buscar auxílio para compreender e, ao mesmo tempo, narrar a história da cidade e da educação.

As imagens selecionadas foram inseridas de acordo com a progressão do texto, servindo em alguns momentos como apoio para a escrita da tese e em outros para aprofundar as discussões. No rastro do que diz Kossoy<sup>41</sup>, a fotografia é um artefato que permite analisar as características da época em que foi tirada, uma vez que cada fotografia possui sua própria história e representa uma relíquia do passado, com um propósito e como testemunho de um filtro cultural e criativo.

Esse registro fotográfico, na maioria das vezes, tem como motivação o sujeito que busca documentar cenas do cotidiano para futura transmissão aos espectadores que não estão presentes no local. No entanto, a importância da fotografia original vai além do conteúdo e das informações capturadas. Ela é considerada um vestígio do passado e uma fonte histórica que oferece possibilidades de interpretação.<sup>42</sup> Foi com base nessa abordagem interdisciplinar que o estudo se fundamentou, realizando uma análise crítica e sociocultural das fotografias, estabelecendo conexões com os achados documentais e orais da pesquisa.

A pesquisa elegeu duas categorias de análises: Cidade e Educação. Essas categorias foram analisadas à luz do referencial teórico da História Social e da História da Educação. A categoria cidade se ateu às orientações de Henri Lefebvre, estudioso da sociedade urbana. Suas análises e observações participantes, materializados em livros, editados nas décadas de 1960 e 1970, entre eles *O Direito à Cidade*, defendeu que um dos aspectos mais fascinantes da cidade, não são só as pessoas que nela vivem, mas o fato que ela é um ambiente que tanto reflete, como cria a sociedade<sup>43</sup>. Destacou também, que o espaço urbano se organiza diante de uma estrutura de combinação de interesses, de complexas relações de poderes, de identidades diversas e jeitos de ser e dizer.

---

<sup>40</sup> MINAYO, M. C. S.; DESLANDES, S. F. *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 25. ed. (rev. atual.). Petrópolis: Vozes, 2007.

<sup>41</sup> KOSSOY, B. *Os tempos da fotografia: o efêmero e o perpétuo*. 2. ed. Cotia: Ateliê Editorial, 2007.

<sup>42</sup> PINSKY, C. B.; LUCA, T. R. (orgs.). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2011.

<sup>43</sup> LEFEBVRE, H. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2001.

De maneira particular e, ao mesmo tempo, não descontextualizando de que a cidade faz e está inserida em um mundo global e de regime capitalista, buscamos os estudos de Trindade Junior<sup>44</sup> e Sarraf-Pacheco<sup>45</sup> para sustentar o conceito de Cidade Amazônica e Cidade-Floresta na Amazônia Marajoara.

Para Trindade Junior<sup>46</sup>, as cidades existentes na Amazônia estão divididas em duas categorias: cidade na floresta e cidade da floresta. Para esse autor, as cidades na floresta são aquelas que têm como tendência a articulação, principalmente com as demandas externas à região e utiliza a floresta como um elemento de pouca integração aos novos valores da vida urbana, sendo mesmo sua negação, vista, principalmente, como espaço de exploração econômica (madeira, minérios, fragrâncias, espécies animais e vegetais, turismo etc). As cidades da floresta, por outro lado, até 1960, eram as mais comuns na região. Seriam pequenas cidades associadas, em grande parte, à circulação fluvial, o que conferia a elas fortes ligações com a dinâmica da natureza, com a vida rural não moderna e com o ritmo da floresta ainda pouco explorada. Além disso, forte ligação com seus respectivos contornos e com as localidades próximas (vilas, povoados, comunidades ribeirinhas etc).

Já Sarraf-Pacheco<sup>47</sup> tipificou os espaços urbanos na Amazônia Marajoara como cidades-florestas. A partir desse conceito é possível problematizar e jogar com noções de urbanidades que se manifestam em terras firmes e de várzeas, bocas de rios, beiras de estradas, formadas por nativos, colonizadores, diaspóricos, migrantes e sujeitos que nasceram de distintos enfrentamentos socioculturais e interraciais.

Esses espaços urbanos encontram-se banhados, entrelaçados por rios, igarapés, enchentes e conduzidos pelo regime das marés - onde sujeitos nascem, criam identidades e maneiras de viver a partir das suas realidades e influenciados por outros contatos culturais, desde a vinda de europeus e africanos para a Amazônia. Dessa forma, seu povo promove e assimila as mudanças e assim, a cidade passa a ter a face sociocultural dos encontros/confrontos e práticas culturais, uma vez que, a cidade construída e praticada é expressão de uma poderosa estrutura de sentimentos<sup>48</sup> “porque se faz na tensão entre significados e valores, crenças formas e experiências vividas”<sup>49</sup>.

<sup>44</sup>TRINDADE JUNIOR, S. C. Das 'cidades na floresta' às 'cidades da floresta': espaço, ambiente e urbanodiversidade na Amazônia brasileira. *Papers*, NAEA; UFPA, v. 321, p. 1-22, 2013.

<sup>45</sup>SARRAF-PACHECO, A. *À margem dos Marajós: cotidiano, memórias e imagens da “cidade-floresta”* Melgaço, Pa. Belém: Paka-Tatu, 2006.

<sup>46</sup>TRINDADE JUNIOR, op. cit.

<sup>47</sup>SARRAF-PACHECO, op. cit.

<sup>48</sup>Idem.

<sup>49</sup>WILLIAMS, R. *Cultura e materialismo*. São Paulo: Ed. Unesp, 2011.

As cidades-florestas são encharcadas de vida onde se revela em plurais relações socioculturais e diversificadas formas de trabalho<sup>50</sup>. Ali parte das relações comerciais do chamado centro da cidade desloca-se para suas bordas, deixando observar como em urbanidades marajoaras as estruturas de sentimentos se (re)fazem em outras territorialidades com memórias e representações que ressoam latejantes<sup>51</sup>.

Para analisar a categoria Educação, buscou-se as orientações de Romanelli<sup>52</sup>, Ribeiro<sup>53</sup>, Souza<sup>54</sup>. Esses autores e suas obras abordam a história da educação no Brasil em vários momentos da República. A opção por esses autores justifica-se por conta da grande contribuição que eles têm dado para pensar a educação livre e democrática, valorizando o ensino escolar, mas de maneira singular, se preocupam com a politização do sujeito em sociedade.

Romanelli em sua pesquisa realiza um percurso para desvendar o ensino no Brasil, seu desenvolvimento desde o Estado Novo até o período em que o país está sob o comando das forças militares. Se utiliza das reformas educacionais: Francisco Campos, Gustavo Capanema, A LDB 4.024/61 e a Reforma de 1º e 2º graus, para traçar um caminho de como a educação escolar foi sendo construída dentro de um processo político, econômico e cultural, que tinha fortes tendências a valorizar um ensino, tendendo para responder às intenções dogmáticas, dualista, conservadora e com base em um ensino técnico para a população<sup>55</sup>.

Essa estudiosa destaca que para além das forças que colocavam a educação a serviço de uma subserviência, existiram movimentos nas unidades federativas que se opunham a esse modelo de ensino formal e lutavam para mudar essa realidade. O Movimento dos Pioneiros da Educação se tornou uma bandeira de reivindicação nacional e defendeu uma educação essencialmente pública, laica, obrigatória, única e gratuita<sup>56</sup>.

Já Ribeiro fez um estudo considerando dois elementos mediadores na solução da contradição - quantidade versus qualidade - presente na organização escolar brasileira, sendo estes os recursos financeiros e a teoria educacional. Para a autora, a organização escolar brasileira, como fenômeno social, ao ser trabalhada por meio dos seus elementos mediadores

---

<sup>50</sup> SARRAF-PACHECO, A. Portos de Memória: Cotidiano, Trabalho e História no Marajó das Florestas. *Movendo Ideias* (UNAMA), v. 16, p. 04-16, 2010.

<sup>51</sup> SARRAF-PACHECO, A. CORRADI, A. BALIEIRO, M. N. P. A cidade-floresta na pintura da memória: teias visuais e orais em Maria Necy Balieiro. *Moara*, Belém, p. 1-20, 2015.

<sup>52</sup> ROMANELLI, O. O. *História da educação no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1986.

<sup>53</sup> RIBEIRO, M. L. *História da educação brasileira: a organização Escolar*. Campinas: Autores Associados, 1992.

<sup>54</sup> SOUZA, R. F. *Templos da civilização: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1890-1910)*. São Paulo: UNESP, 1998. SOUZA, R. F. *Lições da Escola Primária: Um Estudo sobre a Cultura Escolar Paulista ao Longo Do Século XX*. In: O legado da educação do século XX no Brasil. Campinas: Autores Associados, 2006.

<sup>55</sup> ROMANELLI, op. cit., 1986.

<sup>56</sup> Idem.

que a conduzem, não deveriam tratá-la de forma isolada<sup>57</sup>.

A autora destaca que o Brasil desde a origem mantém uma vinculação com o sistema econômico, político e social capitalista mundial. Nessa relação com outros países, o Brasil teve um papel de uma sociedade periférica (dependente) e não central (hegemônica), não tendo, ainda, superado a dominação externa. É por dentro desse enredo econômico, político e educacional, de dependência externa que Ribeiro estruturou os períodos no seu livro. Destacando o papel da Educação Escolar em cada fase e como ela chega des/estruturada em meados do século XX.<sup>58</sup>

Por outro lado, Souza<sup>59</sup> faz um percurso histórico de como surgiu os Grupos Escolares no Brasil. Discorre sobre a fundação e institucionalização dos grupos escolares no estado de São Paulo entre os anos de 1890 e 1910. A autora realizou uma pesquisa histórica e historiográfica da educação brasileira, abordando caráter histórico das práticas educativas que caracterizam as instituições escolares<sup>60</sup>.

Souza, além de localizar no tempo o nascimento dos Grupos Escolares, não deixando de lado a conjuntura política, social e educacional da época, destaca em sua obra como acontecia o controle dos espaços e tempos escolares; a “classificação igualitária (homogênea) dos alunos”<sup>61</sup>; o aperfeiçoamento dos exames de avaliação; a fragmentação das matérias e atividades; o quadro de horários; o repicar dos sinos à entrada, recreio e saída; a divisão dos alunos em salas homogeneizadas; as marchas, cantos e exercícios ginásticos que ditavam o ritmo das atividades; a “passagem do aluno de lugar inferior para superior na mesma classe, o elogio perante a classe, o elogio solene perante as classes reunidas, distribuição de cartões de boa nota, cartões de merecimento e louvor e a inclusão do nome do aluno no quadro de honra”<sup>62</sup>; dentre outros aspectos demonstravam que a obediência, organização e vigília constituíam-se como elementos fundamentais no cotidiano dos grupos escolares.

Rosa Fátima de Souza, em outro trabalho, retoma as discussões sobre os grupos escolares e suas reflexões. Nele, a autora analisa a constituição e a estruturação dos grupos escolares, que se tornaram a representação da nova organização da escola primária no Brasil.

Dessa forma destaca que,

---

<sup>57</sup> RIBEIRO, M. L. S. *História da educação brasileira: a organização escolar*. 12. ed. Cortez: Autores Associados, 1992.

<sup>58</sup> RIBEIRO, op. cit., 1992.

<sup>59</sup> SOUZA, R. F. *Templos de civilização: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1890–1910)*. São Paulo: Editora da UNESP, 1998.

<sup>60</sup> Idem.

<sup>61</sup> Idem, p. 33.

<sup>62</sup> Idem, p. 147.

Educar pressupunha um compromisso com a formação integral da criança que ia muito além da simples transmissão de conhecimentos úteis dados pela instrução e implicava essencialmente a formação do caráter mediante a aprendizagem da disciplina social – obediência, asseio, ordem, pontualidade, amor ao trabalho, honestidade, respeito às autoridades, virtudes morais e valores cívico-patrióticos necessários à formação do espírito de nacionalidade<sup>63</sup>.

Esse ambiente disciplinar interno, promovido pelos grupos, também era uma realidade nos Grupos Escolares de Breves. As narrativas dos interlocutores da pesquisa, que estudaram no Grupo Lauro Sodré, no Internato Evangélico Amazonas, no Colégio Santo Agostinho e no Ginásio Miguel Bitar, retratam um severo cumprimento de deveres e subserviências dos alunos em relação ao restante da escola, dos professores em relação aos diretores e de todos que compunham a escola em relação ao sistema. Em um capítulo do livro, Souza<sup>64</sup> retrata também o método de ensino, que, com a extinção das Classes Multisséries e a implantação dos Grupos Escolares, passou por uma reformulação na maneira de ensinar. “O método individual cedeu lugar ao ensino simultâneo; a escola unitária foi, paulatinamente, substituída pela escola de várias classes e vários professores, o método tradicional cedeu lugar ao método intuitivo, [...]”<sup>65</sup>.

Portanto, os estudiosos apresentados nesta tese, têm grandes contribuições para as análises construídas, pois cada um deles, contribuiu para que pudéssemos compreender a cidade e a educação em Breves no Marajó das Florestas entre as décadas de 1940 a 1980.

### 1.3 Os sujeitos da pesquisa

No Colégio Santo Agostinho, após entrada nos arquivos e com as fontes documentais em mãos, encontramos duas que nos direcionaram para o início da pesquisa: uma lista nominal dos alunos da Escola Primária Santo Agostinho, contendo 659 nomes, e o Livro de registro de funcionários do Colégio Santo Agostinho, com mais de 40 fichas funcionais. Da lista dos alunos, selecionamos dez alunos, e da ficha funcional, selecionamos quatro professores, dois servidores administrativos e de apoio (serventes e vigias) que trabalharam entre 1964 e 1985. Nesse mesmo período, solicitamos entrevistas com gestores e servidores da escola.

Com os nomes de ex-professores e ex-alunos em mãos, iniciamos a fase de localização dos sujeitos para convidá-los a participar deste trabalho. Utilizamos recursos como WhatsApp

---

<sup>63</sup> SOUZA, R. F. Lições da escola primária. In: SAVIANI, D.; ALMEIDA, J. S.; SOUZA, R. F. de; VALDEMARIN, V. T. *O legado educacional do século XX no Brasil*. Campinas, SP: Autores Associados, 2006, p. 127.

<sup>64</sup> Idem.

<sup>65</sup> Idem.

e Facebook<sup>66</sup>, exceto para a ex-aluna Fátima, cujo contato foi feito pessoalmente. Selecionamos dez nomes para a pesquisa, sendo cinco do gênero feminino e cinco masculinos. Essa escolha se baseou nos ex-alunos que moram em Breves. Quatro deles responderam informando que poderiam participar da pesquisa: José Maria Rodrigues Acioli, Artêmio Brito Machado, Josilda Almeida Ribeiro e Maria de Fátima da Silva Vaz.

O contato com José Maria Rodrigues Acioli ocorreu em outubro de 2020. Após aceitar o convite, enviamos o roteiro da entrevista para conhecimento prévio e marcamos nosso encontro, que não ocorreu, por questões particulares do interlocutor. Num outro dia, ele enviou uma mensagem, via WhatsApp, com o anexo contendo o roteiro de entrevista respondido.

Com a ex-aluna Josilda Almeida Ribeiro, o contato foi realizado por WhatsApp em outubro de 2020. Fiz o convite para que ela participasse da pesquisa, entretanto ela não se encontrava em Breves e não tinha uma data provável para o seu retorno. Solicitou o roteiro da entrevista para que pudesse responder por escrito, e assim foi feito.

Com o ex-aluno do Colégio Santo Agostinho, Artêmio Brito Machado, o convite foi feito pelo Facebook, via messenger, onde pedi o contato dele. Os diálogos seguintes, até a realização da entrevista, aconteceram pelo WhatsApp. O encontro aconteceu em outubro de 2020, na Casa da Cidadania, onde funciona o Instituto de Geografia e Estatística (IBGE) em Breves, na sala de trabalho dele. Entretanto, mesmo na formalidade, ele contou um pouco da sua história de vida e disse que esse momento lhe gerou satisfação em poder dividir suas lembranças da infância e adolescência, que habitualmente ficam restritas aos comentários com a família.

Com a ex-aluna Maria de Fátima da Silva Vaz, o contato foi pessoal, pois ela é minha vizinha. Dona Fátima me recebeu em sua casa, falei o motivo da minha visita, expliquei a minha pesquisa e ela aceitou contribuir. A entrevista aconteceu em outubro de 2020, em minha casa, a pedido dela e percebi que ela ficou à vontade. As perguntas provocaram satisfação em poder dividir com outra pessoa parte das memórias, algumas vezes esquecidas em detalhes, pois não as evocava fazia muito tempo. Mas ela se apresentou firme em organizá-las e esse esforço de lembrar do seu passado para uma necessidade do presente foi muito significativo para a pesquisa.

---

<sup>66</sup> As redes sociais vêm sendo usadas em várias áreas do conhecimento como ferramenta de pesquisa e se tornaram ainda mais úteis nos anos 2020 e 2021 com a chegada da pandemia da *COVID-19*. O uso dessa ferramenta de comunicação possibilitou o distanciamento social sem inviabilizar os processos de pesquisa. O impacto desse problema mundial nas pesquisas em humanidades, entre outros, ler: SEGATA, J.; SCHUCH, P.; DAMO, A. S.; VÍCTORA, C. A Covid-19 e suas múltiplas pandemias. *Horizontes Antropológicos* (online), v. 27, p. 7-25, 2021.

Para Bosi<sup>67</sup>, “a memória do indivíduo depende do seu relacionamento com a família, com a classe social, com a escola, com a Igreja, com a profissão; enfim, com os grupos de convívio e os grupos de referência peculiares a esse indivíduo”. E continua: “[...] O maior número de nossas lembranças nos vem quando nossos pais, nossos amigos ou outros homens no-las provocam”<sup>68</sup>. O fato de dona Fátima lembrar o passado, no presente, diante de alguém que a escutava, provocou uma satisfação de bem-estar que ela não tinha dimensão do valor imaterial de suas memórias.

Em setembro de 2021, fui à residência da professora Rosa Maria da Silva França. Perguntei se ela teria tempo para conversar comigo. Falei sobre a minha pesquisa e ela prontamente aceitou ser a interlocutora. A entrevista foi realizada ainda no mês de setembro de 2021. Ela me recebeu e ficamos sentados no pátio da casa, à beira da rua, um local de tráfego intenso de veículos. Solicitei permissão para gravar nosso diálogo e foi autorizado. Como ela é muito extrovertida, de conversa fácil e memória aguçada, conforme ia fazendo as perguntas, ela ia lembrando de fatos da sua vida, o que fez com que chegássemos ao final da tarde e ainda faltasse a metade das perguntas. Então, resolvemos parar e continuar em outro dia.

Em orientação de pesquisa, o professor Agenor Sarraf sempre chamou a atenção para o fato de que o lugar e o tempo da entrevista dizem muito de seus resultados. Segundo ele, suas experiências com a metodologia da História Oral e trabalhos da memória ensinaram que se for na sala, na cozinha, no quintal, na roça, no banco da praça ou se for pela manhã, à tarde ou à noite, tempo e lugar inspiram lembranças ou silêncios. Exemplo dessa experiência está na incrível entrevista que ele realizou na sacristia da Igreja de São Miguel com dona Martinha. A emoção e o conteúdo foram atravessados pelo tempo e lugar e motivaram lembranças em forma de confissão e acerto de contas com um passado difícil de ser compartilhado em outras circunstâncias<sup>69</sup>.

Na trilha das memórias de Rosa, o segundo dia da entrevista também foi na casa da professora. Novamente fomos para o pátio. Nesse dia, como no anterior, o barulho dos veículos foi um entrave para a gravação, praticamente não se escutava a voz de Rosa. Mesmo com as dificuldades enfrentadas, já que o pesquisador precisa se adequar ao local e tempo dos seus interlocutores, com o sol se pondo, encerramos nosso diálogo, levando na bagagem um pouco da história da educação brevese a partir do olhar daquela educadora marajoara.

---

<sup>67</sup> BOSI, E. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. 3. ed., São Paulo: Companhia das Letras, 1994. p. 54-55.

<sup>68</sup> *Idem*.

<sup>69</sup> SARRAF-PACHECO, A. Reconstruindo a vila: ribeirinhos em migração. In: *À Margem dos Marajós: Cotidiano, Memórias e Imagens da “Cidade-Floresta”* – Melgaço-Pa. Belém: Paka-Tatu, 2006, p. 96-109.

E assim, aos poucos, fomos realizando as entrevistas - uma técnica utilizada para produzir e dar significado à memória. Entretanto, como as memórias evocavam outros sujeitos que poderiam qualificar as informações, fomos ampliando o número de entrevistados. O objetivo das entrevistas foi ouvir, interpretar e entender as memórias que pudessem somar com as informações contidas nas fontes documentais. No diálogo com os interlocutores, ouvindo suas narrativas, surgiu a necessidade de conversar com outra pessoa - uma ex-aluna e Freira Agostiniana Missionária que estava morando, naquele período em Breves, na residência das Irmãs Missionárias. Ela não estava no planejamento da pesquisa, mas pelas memórias evocadas, teria muitas informações sobre o tema pesquisado, pois conviveu com as primeiras Irmãs que assumiram a gestão e o ensino no colégio. Diante da possibilidade de ter evocação de outras vivências que pudessem contribuir com a pesquisa, houve o contato preliminar com a interlocutora ainda em uma das minhas idas ao Colégio Santo Agostinho e assim conseguimos marcar a entrevista. O momento já era de pandemia da *COVID-19*, então o esforço foi maior, virtualmente, para garantir as entrevistas necessárias para a continuidade do estudo.

Para conhecer a cidade de Breves por meio das memórias escritas, orais e imagéticas, mantivemos contato com quatro homens que, ao longo dos anos em estudo, tiveram participação ativa na vida da comunidade brevesense, na condição de estudantes, professor, vereador e prefeito. Por termos autorização, utilizaremos seus nomes: Waldemar Daniel Coimbra Dias, Jolenas Joubert Nascimento, Vanderlei Lobato de Castro e Gervásio Bandeira Ferreira.

A partir dos aceites desses sujeitos, planejamos o momento das entrevistas de acordo com a disponibilidade de cada um. A entrevista com Waldemar Daniel Coimbra Dias ocorreu em outubro de 2021, em dois momentos e todos na sua residência. O primeiro contato foi realizado por telefone, utilizando o aplicativo WhatsApp.

Waldemar Daniel Coimbra Dias (68 anos) nasceu em 15 de julho de 1953 em Gurupá e mudou-se para Breves em 1968, aos 14 anos de idade. Foi aluno da segunda turma do Ginásio Miguel Bitar, formado em Ciências Naturais (Matemática, Física, Química e Biologia); Licenciado Pleno em Matemática; Licenciado Pleno em Letras e especialista em Estudos Culturais, ambas formações pela Universidade Federal do Pará. Atualmente é professor aposentado da rede municipal de ensino de Breves.

O segundo interlocutor a falar sobre a cidade de Breves é o senhor Jolenas Jourberth Nascimento (69 anos). Ele surge como um possível interlocutor na entrevistada que fiz com Waldemar. Em determinado momento ele disse que Jolenas era seu colega no Ginásio Miguel Bitar. Anotei a informação para buscar esse contato, ele tenha sido meu aluno na graduação no curso de Licenciatura em Pedagogia. O contato foi feito pelo *Facebook*, depois nos falamos no

*WhatsApp*, mandei mensagem com o convite para participar da pesquisa e ele prontamente aceitou.

Marcamos a entrevista para um sábado de outubro de 2021, no Campus Universitário do Marajó - Breves. Quando cheguei, ele já estava lá, com um semblante calmo e olhando para os diversos espaços que compõem a estrutura do Campus, provavelmente lembrando seus dias de estudante. Cumprimentei-o, e depois de me responder com um bom dia, ele falou do prazer de voltar ao local em que estudou a graduação.

Respeitando as orientações de biossegurança, já que estávamos em período de pandemia, ficamos na lanchonete do Campus, um local aberto e arejado com bastante circulação de ar. Seguimos os protocolos de acordo com as normas da Organização Mundial de Saúde e da Universidade Federal do Pará. A lanchonete estava fechada e não havia circulação de pessoas no local.

Durante a entrevista ele rememorou sua infância, sua juventude, sua vivência familiar na cidade e muitas dessas memórias eram de sua condição de aluno no Grupo Escolar de Breves e no Ginásio Miguel Bitar. Fez um caminho histórico iniciado na década de 1950 até a década de 1980. Jolenas nasceu na cidade de Breves e foi ex-aluno do Grupo Escolar de Breves. É pedagogo e professor com 42 anos de profissão. Atualmente encontra-se aposentado.

Com o senhor Vanderlei Lobato de Castro (68 anos), o contato inicial foi em maio de 2021, via aplicativo *WhatsApp*. Encaminhei mensagem convidando-o para que ele fosse um dos interlocutores da pesquisa. O convite foi aceito e a entrevista com ele também aconteceu em dois momentos: o primeiro em outubro de 2021, em sua residência. Tivemos dificuldades em manter o diálogo, pois muitas pessoas em casa, o barulho atrapalhou um pouco, mesmo assim seguimos o roteiro da entrevista. As memórias da infância de Vanderlei estão relacionadas à cidade e à educação, porém, centradas na Vila de Corcovado – Breves rural, onde ele nasceu e estudou o primário.

As memórias da cidade surgem quando ele começa a estudar no Ginásio Miguel Bitar, que o levava a se deslocar diariamente para estudar, da Vila de Corcovado para a cidade Breves, de canoa a remo, ou a pé, no final da década de 1960. Encerramos a entrevista e marcamos outro encontro para o sábado seguinte, agora na minha casa. Em ambos os momentos, obedecemos ao distanciamento social e usamos máscaras.

As memórias são repletas de saudades de um tempo em que ele aprendeu muito. Ao buscar suas lembranças, Vanderlei iniciou uma jornada de reencontros. Essa revisitação de suas

memórias, segundo Le Goff<sup>70</sup>, funciona como espelhos que refletem nossa identidade e nos permitem compreender o presente a partir do passado. Elas nos conectam com nossas raízes, nos ensinam lições e nos impulsionam a buscar sempre mais. Portanto, é essencial valorizar e preservar essas memórias, pois nelas se encontram as sementes do aprendizado que moldam o que somos hoje. Enfatizava a importância da família, seu envolvimento com a educação, tanto na condição de aluno, quanto depois como professor. Fez análises críticas do trabalho de exploração que sua família viveu em Corcovado, no período da borracha e da madeira. Tem boas recordações das amizades escolar como aluno e professor. O entrevistado nasceu na Vila de Corcovado, município de Breves, estudou o primário na Escola Angelina Bebiano em Corcovado, foi aluno da terceira turma do Ginásio Miguel Bitar de 1969 a 1972, é licenciado em Pedagogia pela Universidade Federal do Pará, Especialista em Psicopedagogia pela PUC-Minas e professor aposentado.

Os interlocutores Waldemar, Jolenas, Vanderlei e Rosa, ao falarem sobre cidade e educação, apresentam o Ginásio Miguel Bitar como parte desse processo. Esse educandário surgiu em 1967 para atender à demanda advinda do primário. Eles faziam parte desse contingente de pessoas que esperavam por uma escola com nível ginásial. Suas narrativas trazem fatos históricos que corroboram com a história da educação escolar brevese. Nas entrevistas, nominam o quadro de professores do período em que estudaram, de 1967 a 1971: Irmã Isabel Rico Morán, Irmã Maria Tomazia Martins, Irmã Madre Tereza, Olga dos Santos Gonçalves, João Messias dos Santos, Frei João e Gervásio Bandeira Ferreira. Dos professores elencados, somente o senhor Gervásio Bandeira está vivo.

Diante dos nomes apresentados, percebemos a relevância em acrescentar na condição de interlocutor o senhor Gervásio Bandeira Ferreira (73 anos). Esse senhor que também já foi prefeito desta cidade, não mora em Breves, por isso, pedimos ajuda a um amigo que mora em Belém e tem proximidade com a família Bandeira para obter o contato telefônico. Com o contato em mãos, enviamos uma mensagem pelo Facebook e WhatsApp, explicando a pesquisa e a importância de sua participação. Ele respondeu positivamente e concordou em ser entrevistado. No entanto, por sido infectado pelo vírus da *COVID-19*, precisava de alguns dias para se recuperar.

A entrevista foi marcada para fevereiro de 2022, por ligação telefônica. Nesse dia aguardei o horário da chamada - confesso que estava um pouco nervoso com a preocupação de

---

<sup>70</sup> LE GOFF, J. *História e memória*. São Paulo: Unicamp, 1990.

que tudo desse certo. Ele atendeu, no entanto, a entrevista não aconteceu, pois ele estava com problemas particulares e pediu para transferir a entrevista para o dia seguinte.

Preparei novamente toda a infraestrutura tecnológica para gravar a conversa e na hora marcada fiz a ligação telefônica. Ele atendeu, pedi permissão para gravar a entrevista que me foi concedida e assim seguimos o roteiro que durou em torno de uma hora e meia. Conversamos sobre a cidade de Breves e a educação, buscando entender, a partir das falas dos interlocutores ex-alunos, as questões econômicas, produtivas, sociais e educacionais.

Gervásio nasceu em Santarém, chegando em Breves em 7 de julho de 1957, com oito anos de idade. Estudou no Grupo Escolar Lauro Sodré e foi professor de Matemática, Educação Física e Técnicas Comerciais no Ginásio Estadual Miguel Bitar, além de Bacharel em Direito e Prefeito de Breves por duas vezes. A primeira gestão ocorreu entre 1983 a 1988 e a segunda de 1997 a 2000.

Os ex-alunos que aceitaram ser interlocutores da pesquisa estudaram de 1965 a 1971, sendo dois homens e duas mulheres. A ex-aluna Maria de Fátima da Silva Vaz (68 anos) estudou no Colégio Santo Agostinho da 1ª a 4ª séries, entre os anos de 1967 e 1969, concluindo o primário com 15 anos. O ex-aluno José Maria Rodrigues Acioli (71 anos) estudou o ensino primário de 1967 a 1971 e frequentou o Ginásio Miguel Bitar. Artêmio Brito Machado (69 anos), ex-aluno, nasceu em 1952 e estudou o primário no período de 1967 a 1971. Josilda Almeida Ribeiro (66 anos) estudou da 1ª a 4ª série e concluiu o primário em 1967. O período em que esses alunos estudaram corresponde às duas fases: a primeira quando o Colégio Santo Agostinho estava sob a gestão dos Padres Agostinianos (1964 a 1966) e a segunda gerida pelas Freiras Missionárias, com início em 1967.

Em relação aos professores e ex-funcionários, a forma de encontrá-los foi o livro de registro de servidores do Colégio Santo Agostinho. Entre as professoras residentes em Breves que procuramos para fazer parte da pesquisa, a professora Rosa França aceitou ser uma das interlocutoras. Ela tem 69 anos de idade, nasceu em Breves, foi ex-aluna do Grupo Escolar de Breves, fez parte da 1ª turma do Colégio Santo Agostinho, frequentou o Ginásio Miguel Bitar e foi professora no Colégio Santo Agostinho, onde se aposentou. Além dela, abrimos um canal de diálogo com a Ir. Margareth Bandeira, na época, diretora do Colégio Santo Agostinho. Natural de Salvaterra - Pará, no ano de 2021 completou 37 anos de vida religiosa, desses, oito anos foram em Portel e 21 em Breves, totalizando 29 anos no Marajó. Ela será identificada como Cruz. Irmã Graça, ex-aluna do Colégio, Agostiniana Missionária, morava na casa das freiras em Breves, durante o período da pesquisa, mas não exercia mais atividades administrativas.

Fomos em busca de outros interlocutores que foram evocados nas memórias dos ex-alunos e professores, os quais, recuperando Lowenthal<sup>71</sup>, é possível dizer que precisaram das lembranças dessas pessoas para confirmar as suas e até mesmo dar continuidade à compreensão do passado apreendido e vivido. Uma delas que se fez presente em quase todas as evocações foi o Frei Feliciano. Inicialmente, não sabíamos se ele ainda estava vivo, mas, após várias pesquisas na internet, encontrei informações de que ele estaria em São Paulo. Entrei em contato com a Diocese de Santos por e-mail, recebi a resposta com o contato da paróquia da qual o frei faz parte. Depois de muitas tentativas, consegui entrevistá-lo por telefone.

Frei Feliciano Arrastia (84 anos) nasceu no dia 25 de janeiro de 1938 na província de Navarro, na Espanha. Atuou na Paróquia de Sant'Ana, sendo o primeiro diretor do Colégio Santo Agostinho e fundador da Escola de Datilografia Santa Rita. Também foi assessor eclesiástico da Juventude Agostiniana Brevense em Breves (JAB). Em 1975, transferiu-se para a Diocese de Santos e atualmente congrega na Paróquia de Nossa Senhora das Graças em São Vicente- SP.

Em 2022, diante do aprofundamento das pesquisas, observamos que, no final da década de 1940, o Internato Evangélico Amazonas iniciou suas atividades e funcionou até o início da década de 1970. Nesse sentido a pesquisa necessitou buscar pessoas que estudaram nessa instituição educacional. Para isso, recorreremos à página da internet da Igreja Cristã Evangélica, onde foram encontradas informações sobre o internato, inclusive nomes de ex-alunos.

Com os nomes dos ex-alunos, envidamos esforços para encontrá-los. Conseguimos conversar com quatro deles: Benedito Moreira Santos, Vivaldo Almeida, Selma Caetano e Maria Lourdes C. Souza. Benedito mora em Belém. Vivaldo, Selma e Lourdes moram em Breves. Benedito colocou seu e-mail na página da Igreja Cristã Evangélica e foi por meio desse endereço eletrônico que consegui falar com ele em fevereiro de 2022. Depois de algumas conversas por celular, encaminhei um roteiro de perguntas por e-mail, e ele me respondeu também por *e-mail*. O entrevistado nasceu em 11 de outubro de 1943, no rio Companhia, no município de Breves. Foi aluno das primeiras turmas do internato, quando a instituição funcionava na Avenida Rio Branco.

Maria Lourdes Cardoso de Souza (73 anos), embora more a cinco casas de distância da minha, e seu nome constasse na lista de ex-alunos publicada na página da Igreja Cristã Evangélica, não era de meu conhecimento que ela tinha sido aluna do internato. Chegamos a

---

<sup>71</sup> LOWENTHAL, D. Como conhecemos o passado. *Projeto história*, São Paulo, n. 17, p. 63-201, 1998.

essa informação em conversa com outro vizinho quando comentei sobre o Internato Evangélico Amazonas. No dia seguinte, fui à casa dela, entretanto, encontrava-se viajando. Expliquei o motivo da procura e uma de suas netas respondeu que ela ficaria muito contente em me receber, haja vista que ela gosta de conversar sobre essa fase da sua vida.

No dia marcado, retornei à casa de Lourdes e marcamos nosso encontro para o mês de novembro de 2022, em sua residência. Nesse dia fui recebido por ela que me convidou a ficar na sala de estar. Ela nasceu em 28 de agosto de 1949, no município de Turiaçu, no Estado do Maranhão, em um povoado chamado Capoeira Grande e lá ficou até os 12 anos de idade. As memórias de Maria de Lourdes trouxeram informações sobre o Internato Evangélico Amazonas, das aulas, das orações, do lazer, das atividades como interna e das férias que a fizeram sorrir com as suas lembranças. Falou da perda de sua mãe e na motivação para sua vinda do Maranhão para a cidade de Breves.

Outra interlocutora foi a senhora Selma Caetano (72 anos.) Para encontrá-la, recorri a uma colega e por meio dela consegui marcar a entrevista para setembro de 2022. A interlocutora me recebeu em sua casa, vale destacar a construção do imóvel em madeira de lei, um chalé de dois andares, com grandes varandas às margens do rio Parauaú, uma representação do período em que Breves foi um dos grandes produtores de madeira no Marajó das Florestas. A localização dessa casa está no espaço onde antes fazia parte do terreno do Internato. Selma nasceu na cidade de Breves, em janeiro de 1950. Por ter sido o primeiro contato com a entrevistada, conversamos primeiramente sobre a pesquisa em curso e depois passamos para a entrevista.

Selma foi aluna no Internato Evangélico Amazonas quando a escola já admitia alunos que moravam na cidade. Por esse motivo, em suas memórias, ela destaca que existiam alunos que eram internos e frequentavam a escola e outros que moravam na cidade e iam e voltavam diariamente para estudar. Dessa forma, uma fase em que uns alunos estudavam no internato e outros no externato.

Por fim, mas não menos importante, mantivemos contato com Vivaldo Almeida, em outubro de 2022. O procurei pessoalmente em seu escritório de advocacia e fiquei aguardando minha vez na fila na sala de espera. Ao entrar em sua sala, identifiquei-me e falei sobre a pesquisa. Recebi seu aceite para ser entrevistado. Ele queria que a entrevista ocorresse naquele momento, pois era o final do expediente, mas achei melhor marcar outro horário em que ele não estivesse cansado, após um dia de trabalho. Marcamos para um outro dia, no mesmo local.

No dia marcado, ele me mandou uma mensagem comunicando que houvera um imprevisto e remarcou e assim outra vez não tivemos como conversar, mas em outro momento.

Na última tentativa fui convidado a ir à residência de Vivaldo e assim realizamos a entrevista. Ele me recebeu cordialmente, fomos para um espaço separado da família que se reunia naquele fim de tarde e nos sentamos à mesa. O interlocutor nasceu em 07 de outubro de 1958, no rio Jacarezinho no município de Breves. Veio para a cidade com 07 anos de idade. Suas memórias da cidade e educação remetem-se à segunda metade da década de 1960, quando estudou no Internato Evangélico Amazonas e no Colégio Santo Agostinho, mas nosso diálogo se ateve ao tempo do Externato, uma vez que ele ia para a escola e voltava para casa. Ele rememorou em suas narrativas a sua primeira escola de ensino formal, guarda boas lembranças e muitas memórias sobre comportamentos e respeito às pessoas. Ele diz que mantém tais comportamentos como ensinamentos daquela época, e eles o acompanham em sua vida.

Após a qualificação houve a necessidade de ampliar os estudos sobre as práticas culturais, então procuramos pessoas que também participavam da produção das práticas citadas por Vanderlei. Nessa procura, nos informaram que a filha da D. Raimunda Oliveira (falecida), participava junto com sua mãe da produção do folgado junino, boi “Pai do Campo”. Fomos até o endereço indicado e falamos com Adriana Moraes de Oliveira (43 anos), que nos recebeu de forma cordial, aceitou participar da pesquisa e ser entrevistada.

#### **1.4 A organização da tese**

As memórias escritas, orais e visuais coletadas foram analisadas à luz do referencial teórico que aborda a cidade e a educação no período histórico investigado em Breves, um dos espaços urbanos mais importantes do Marajó das Florestas, no período de 1940 a 1980. Os resultados da pesquisa estão divididos em três capítulos que compõem a presente tese.

O primeiro capítulo apresenta a cidade em suas diversas facetas, contando a trajetória de Breves e analisando como, ao longo da história, esse espaço urbano foi moldado por sua população em suas mais variadas expressões socioculturais. A cidade é retratada como um lugar conectado por chegadas, partidas, continuidades e mudanças históricas, bem como por crenças religiosas, festividades juninas, bailes dançantes, ruas de terra batida, de terra fina, de pontes e serragens.

O segundo capítulo aborda a relação entre cidade e educação, percorrendo o processo educacional na temporalidade a partir do surgimento do Grupo Escolar de Breves, o Internato Evangélico Amazonas e o Colégio Santo Agostinho na década de 1940. Nessa caminhada de saberes, práticas e relações de aprendizagem, cidade e educação contam suas histórias por meio de documentos e memórias dos sujeitos da pesquisa.

O terceiro capítulo analisa a educação escolar no Ginásio Estadual Miguel Bitar durante as décadas de 1960 a 1980, período marcado pelo Regime Civil-Militar (1964 a 1985) e a formação de professores para a educação primária. São abordados temas como ensino, aprendizagem, conteúdos, normas, planejamento e hierarquia.

Os capítulos interligam-se com a proposta de deixar ver o fazer-se da cidade e da educação no período histórico eleito pela pesquisa a partir das ações, interesses e necessidades de variados agentes sociais. Nesses percursos, as conexões da cidade com a floresta por meio dos processos migratórios de famílias que passaram a povoar a cidade, criar os primeiros bairros e, especialmente, lutar pela educação de seus filhos.

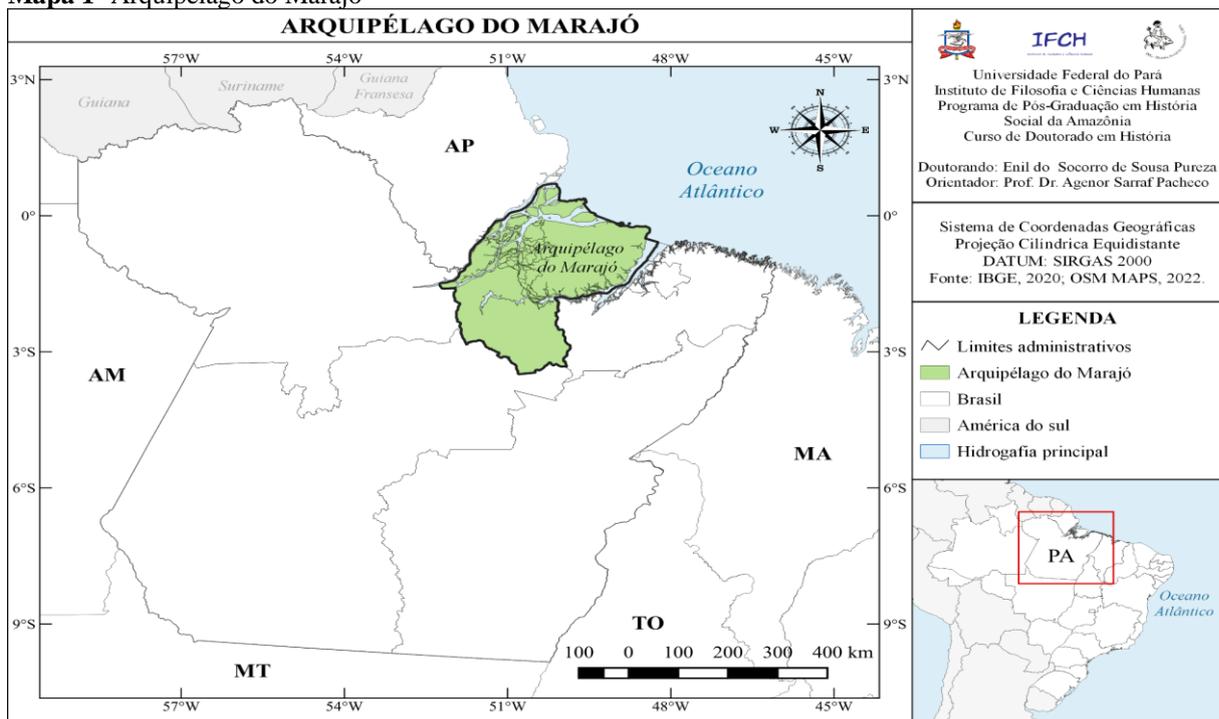
Se Breves hoje é uma cidade-polo no Marajó das Florestas com diferentes representatividades de governabilidades municipais, estaduais e federais, a exemplo de ser, para esse lado banhado pelo rio Amazonas, o único município com Campus da Universidade Federal do Pará (UFPA) e do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA), com grande procura, especialmente, por parte do aluno desse lado do Marajó, portanto, existe um capítulo da história da educação urbana, entre as décadas de 1940 e 1980, que precisa ser contado. Para isso, determinamo-nos a construir essa pesquisa de doutoramento e que passamos a apresentar seus resultados.

## 2 A CIDADE EM MÚLTIPLAS EXPRESSÕES

### 2.1 História e Geografia de Breves

O Arquipélago do Marajó fonte de riquezas humanas, culturais e naturais tem absorvido cada vez mais as características de um mundo globalizado. Exemplo dessa nova fase de desenvolvimento é o nascedouro dos centros urbanos nos campos e florestas. Primeiramente como aldeias e freguesias que se transformaram em vilas, mudaram para distritos e depois são elevadas à categoria de cidades. É um território com 17 municípios<sup>72</sup>. Uma mesorregião<sup>73</sup>, dividida em três microrregiões: Arari com os municípios de Cachoeira do Arari, Muaná, Ponta de Pedras, Soure, Salvaterra e Santa Cruz do Arari; Furos de Breves composto com Anajás, Afuá, Breves, Chaves, Currallinho e São Sebastião da Boa vista; Portel com Bagre, Oeiras do Pará, Gurupá, Melgaço e Portel.<sup>74</sup>

**Mapa 1-** Arquipélago do Marajó



**Fonte:** Mapa elaborado por Matheus Dias de Aviz. Registro CREA-PA – 152132296-1. Arquivo pessoal: Enil Pureza.

<sup>72</sup> Anajás, Afuá, Bagre, Breves, Cachoeira do Arari, Chaves, Currallinho, Gurupá, Melgaço, Muaná, Portel, Ponta de Pedras, São Sebastião da Boa Vista, Soure, Salvaterra, Santa Cruz do Arari (IDEFLOR-BIO, 2016).

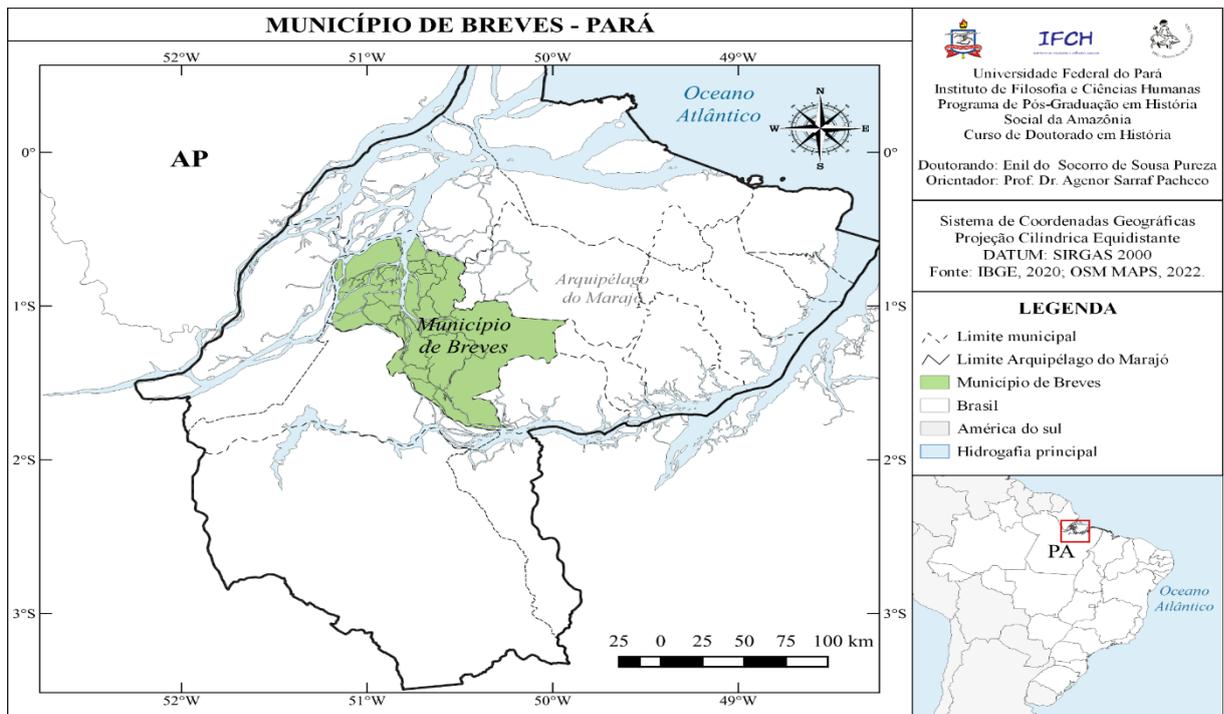
<sup>73</sup> Tradicional e geograficamente a Mesorregião do Marajó é constituída de três microrregiões: Arari, Furos de Breves e Portel. As duas primeiras compreendem municípios inseridos integralmente no arquipélago, já a de Portel abrange municípios com sedes em áreas continentais, na porção sul/sudoeste da mesorregião. PUREZA, E. S. S. *Gestão ambiental em assentamentos agroextrativistas: potencialidades e limites: o caso do PAE Ilha do Mutum, Marajó - Pará, Amazônia*. Dissertação (Mestrado em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia). Núcleo de Meio Ambiente, Universidade Federal do Pará, Belém, 2017.

<sup>74</sup> Idem.

Joanes tem sido área de interesses diversos, desde quando os portugueses navegaram pelos rios marajoaras aprisionando e catequizando os indígenas, extraindo os recursos naturais e enviando imigrantes para ocupações dos espaços marajoaras por meio de doações de sesmarias<sup>75</sup>. E nesse ir e vir pelos rios dos Marajós, indígenas, religiosos e europeus, em suas margens, foram se juntando e formando espaços onde muitos deles se transformaram em cidades. Dentre elas, no coração da Amazônia, encontra-se a cidade de Breves.

O Município de Breves recebeu esse nome tendo como referência os primeiros colonizadores residentes na Sesmaria Missão dos Bocas. Está localizado no Arquipélago do Marajó, na Amazônia brasileira. Ocupa uma área territorial de 9.549,52 km<sup>2</sup> no Estado do Pará, fazendo fronteira com os municípios de Afuá e Anajás (ao norte); Melgaço e Bagre (ao sul); Anajás, São Sebastião da Boa Vista e Curralinho (a leste); Gurupá e Melgaço (a oeste)<sup>76</sup>.

**Mapa 2-** Município de Breves



**Fonte:** Mapa elaborado por Matheus Dias de Aviz. Registro CREA-PA – 152132296-1. Arquivo pessoal: Enil Pureza.

<sup>75</sup> SCHAAN, D. P.; MARTINS, C. P. (org.). *Muito além dos campos Arqueologia e história na Amazônia Marajoara*. Belém: Gknoronha, 2010. Para maiores aprofundamentos. AZEVEDO, João Lúcio. *Os Jesuítas no Grão-Pará: suas missões e a colonização*. Belém: SECULT, 1999; REZENDE, Tadeu. *A conquista e a ocupação da Amazônia no período colonial: a definição das fronteiras*. 2006. São Paulo. PACHECO, A.S. *A Conquista do Ocidente Marajora: índios, portugueses e religiosos em reivindicações históricas*. In: SCHAAN, D.P.; MARTINS, C. P. (org.). *Muito além dos campos: arqueologia e história na Amazônia Marajoara*. Belém: GKNORONHA, 2010.

<sup>76</sup> IBGE. *Histórico do município de Breves*. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/breves/historico>. Acesso em: 25 jul. 2021.

Esse território do qual Breves faz parte, é lugar de baías, rios, furos, estreitos, lagos, igarapés, igapós, campos inundados, imensos aguaçais, viveiros de inclassificáveis espécies vegetais, minerais e animais onde se inscrevem muitas histórias<sup>77</sup>. Lugares de pessoas nativas, diaspóricas, migrantes, imigrantes, que construíram os Marajós - dos campos e das florestas<sup>78</sup>. Braga descreve os relatos de padre Antonio Vieira ao Rei de Portugal, em 1659, sobre o arquipélago marajoara, e assim diz:

[...] Na grande embocadura do rio das Amazonas acha-se lançada em travez uma ilha mais comprida e mais larga do que todo o reino de Portugal, e habitada por várias tribus de indios, que pela dificuldade e diversidade de suas linguagens, são denominados pelo nome generico de Nheengaibas ». A sua costa occidental apresenta alagadiços em muitos pontos ao passo que a costa oriental e meridional são accidentadas de penedos e a do norte desabrida<sup>79</sup>. (\*)

Para reforçar seus achados sobre o arquipélago de Marajó, Braga, parafraseando Ferreira Penna, destaca:

Por um lado se tirarmos uma linha da bocca do Cajúna, no extremo N. da costa á fóz do Atuaá, fronteira á barra do Tocantins, dividiremos a ilha em duas secções: uma menor, a de S. O. toda coberta de mattas, outra a de N. E. toda ele campos ornados de maiores ou menores grupos de arvores a que chamam ilhas. A primeira dessas secções, de immensa fertilidade, presta-se a todas as culturas alem das mattas em que abunda a syphonia elastica e a hevaca guyanensis de que se extrahe a seiva com que é fabricada a gomma elastica de tanto valor no commercio<sup>80</sup>.

As narrativas apresentadas por Braga a partir do olhar de um religioso da Companhia de Jesus e um expedicionário sobre o Marajó, demonstra a diversidade de um território cultural e detentor de grupos humanos e recursos naturais. Um caracterizado como o Marajó das Florestas, o ocidental, onde os Jesuítas fundaram as aldeias Guaricuru (Melgaço) e Arucará (Portel), explorando suas riquezas na coleta das drogas do sertão, do cultivo da cana de açúcar e da mandioca. O outro, caracterizado como Marajó dos Campos – o oriental, outros jesuítas, juntamente com mercedários, carmelitas, franciscanos e colonos portugueses cuidavam de barganhar concessão de terras junto a Coroa para construir suas inúmeras fazendas, roças de

<sup>77</sup> SARRAF-PACHECO, A. História e Literatura no Regime das Águas: Práticas Culturais Afroindígenas na Amazônia Marajoara. *Amazônica: Revista de Antropologia* (Impresso), v. 01, p. 406-441, 2009.

<sup>78</sup> LEÃO, D. S. S. *Trajetórias de Migrantes: Contatos, Interações e Conflitos em Práticas Interculturais - Breves-Marajó-Pa*. Tese (Doutorado em Antropologia). Universidade Federal do Pará, Belém-Pa, 2018.

<sup>79</sup> BRAGA, T. *O município de Breves: 1738 a 1910*. Belém: Impresso pela Empreza Graphica Amazônia, 1919. p. 9.

<sup>80</sup> Idem.

mandioca e outros gêneros, além de mapear espaços de pesca, utilizando, inicialmente, mão-de-obra nativa e depois de africanos<sup>81</sup>.

O objetivo com a colonização portuguesa na região amazônica era garantir a posse do território, dispor de mão-de-obra indígena e obter lucro com o extrativismo vegetal: a exploração das drogas do sertão<sup>82</sup>. Uma vez que a Amazônia colonial se mostrou rica em frutas, sementes, raízes e outras plantas que tinham finalidades medicinais e culinárias, tais como cacau, cravo, guaraná, urucum, poaia e baunilha foram alguns dos produtos de interesse do mercado europeu.

Mas, antes de se beneficiar das riquezas naturais do arquipélago, era necessário navegar pelo centro do Marajó, entre rios e ilhas e enfrentar as etnias indígenas, guardiãs deste imenso espaço, situadas em diferentes pontos geográficos da grande ilha de Joanes. Essas nações lutaram em defesa de seus territórios, dos modos de ser e viver. Usando suas forças, sendo resistentes, com suas habilidades em lidar com canoas, remos, arcos, flechas, táticas de esconderijos entre matas e rios, narradas em crônicas de religiosos do século XVIII, naturalistas, viajantes e historiadores do XIX, além de obras que compõem a historiografia regional contemporânea.<sup>83</sup>

O início da invasão da região que mais tarde se tornaria “Ilha Grande de Joanes” data oficialmente a partir de 1616, com Portugal se aventurando por águas amazônicas para defender seus domínios de navios franceses, ingleses, holandeses e irlandeses que, antecipando-se à nação lusitana, por lá velejaram e desde antes dialogaram com nações indígenas. A primeira investida se deu em 1623, quando os portugueses conquistaram a fronteira com a grande ilha de Joanes, mas faltava conquistar os sertões, vencer e dominar Aruãns, no lado oriental e Nheengaiabas, no lado ocidental, denominação dada aos indígenas que povoavam o arquipélago de ponta a ponta<sup>84</sup>.

---

<sup>81</sup> SARRAF-PACHECO, A. *En el corazón de la Amazonía: identidades, saberes e religiosidades no regime das águas Marajoaras*. Doutorado. (Tese em História Social) - Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2009.

<sup>82</sup> Drogas do sertão são plantas, frutas e raízes encontradas às margens do Rio Amazonas, utilizadas para a produção de remédios e temperos: guaraná, o anil, a salsa, o urucum, a noz de pixurim, pau-cravo, gergelim, cacau, baunilha e castanha-do-pará, que foram exploradas bandeiras e missões jesuíticas utilizando a mão de obra indígena e vendidas para o mercado interno e com grande aceitação no externo, vindo a substituir as especiarias advindas do Oriente. MARAJÓ, Barão de. *As regiões amazônicas*. Estudos Corográficos dos Estados do Grão-Pará e Amazonas. Lisboa: Imprensa de Líbano da Silva, 1895. Para mais informações sobre esse tema, ver, entre outros: MATOS, F. L. A. *O comércio das drogas do sertão” sob monopólio da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão (1755-1778) Belém 2019*. Orientador: José Damiano Rodrigues. 2019. Tese (Doutorado em História Social da Amazônia). Universidade Federal do Pará. Belém - PA, 2019.

<sup>83</sup> SARRAF-PACHECO, A. *A conquista do ocidente marajoara: índios, portugueses e religiosos em Reinvenções históricas*. In: SCHAAN, Denise Pahl; MARTINS, Cristiane Pires. (org.). *Muito além dos campos arqueologia e história na Amazônia Marajoara*. Belém: Gknoronha, 2010, p. 13-32.

<sup>84</sup> Sobre a colonização da Amazônia, ver, entre outros: CARDOSO, Alfrío. *Belém na conquista da Amazônia: antecedentes à fundação e os primeiros anos*. In: FONTES, Edilza (org.). *Contando a história do Pará. Da conquista*

Uma segunda expedição, foi organizada em 1654, chefiada por João Bittencourt Muniz, com 80 arcabuzeiros e cerca de 500 selvagens Tupinambás. O objetivo era conquistar os estreitos de Joanes. O conflito foi inevitável, e diferente do que pensaram os invasores que seria uma ação vitoriosa, o que se viu foi um choque sangrento, horrível e desastroso para os invasores. Ao final da batalha, Sarraf-Pacheco conclui que apesar de morrerem 250 Tupinambás, somente 30 portugueses e inúmeros habitantes da ilha, a expedição não saiu vitoriosa<sup>85</sup>.

O fracasso de Muniz e sua tropa se deu por falta de conhecimento do local onde aconteciam os confrontos. Os Marajós comparam-se a um labirinto de ilhas, e os indígenas se escondiam entre elas, desviando-se das balas, e já em terra, lançavam chuviros de flechas e taquaras sobre os invasores. Essas habilidades de defesa e de ataques de seus territórios os índios adquiriram “[...] em contatos e guerras tribais anteriormente vividas, entre si e com outras nações, Aruã, Sacaca, Marauaná, Caiá, Arari, Anajás, Muaná, Mapuá, Pacajá, entre outras e os batizados de Nheengaíba [...]”<sup>86</sup>.

A pacificação veio com o padre Antonio Vieira, que, entre os dias 22 e 27 de agosto de 1659, selou acordo de paz com as sete nações Nheengaíba. Com isso, as hostilidades minimizam-se e as políticas portuguesas tomam força em duas frentes:

[...] a liberdade para se navegar pelos estreitos de Breves, porta de entrada à extração de muitos haveres, riquezas e passagem obrigatória para quem desejasse alcançar Macapá e a Guiana Francesa; e afirmava a presença e importância da missão jesuítica na pacificação do gentio através dos aldeamentos.<sup>87</sup>

Esse feito político e religioso fortaleceu ainda mais a parceria entre Estado e Igreja Católica. Uma vez que, a Coroa portuguesa não hesitaria em invadir os Marajós e por outro lado, para se evitar o confronto armado e preservar a vida, entra em cena o poder catequizador da palavra de Deus. Para a igreja, o motivo era aumentar seus fiéis e, ao mesmo tempo, servir o Estado, o que sempre lhes trouxeram grandes benefícios.

Os Marajós de portas abertas, tornaram-se entrada e passagem para os interesses de Portugal. Tanto que, em 19 de novembro de 1738, o Capitão Geral do Pará, José de Nápoles Telles de Menezes, concedeu aos irmãos Portugueses Manuel Breves Fernandes e Ângelo

---

à *sociedade da borracha*, Belém: E. Motion, v. 1. p. 31-58, 2002. CHAMBOULEYRON, Rafael. Em torno das missões jesuíticas na Amazônia (século XVII). *Lusitânia Sacra*, Lisboa, Portugal, v. 15, p. 163-209, 2003.

<sup>85</sup> SARRAF-PACHECO, op. cit., 2010.

<sup>86</sup> Idem, p. 18.

<sup>87</sup> SARRAF-PACHECO, op. cit., 2009, p. 89.

Fernandes Breves, uma sesmaria<sup>88</sup>, localizada às proximidades do Rio Parauhaú (IBGE, 2021). E construíram um lugarejo com engenho de pequeno porte, desenvolviam atividades de agricultura, comércio e uma família de “índios aculturados” pelos Jesuítas e sobre os domínios dos irmãos Breves<sup>89</sup>. A doação de terras como estratégia de ocupação do território invadido, doada para seus aliados vem desde as capitanias hereditárias<sup>90</sup> organizadas no litoral brasileiro no século XVI.

Outros parentes dos irmãos Breves deslocaram-se para a região, formando o Lugar de Santana dos Breves, em 20 de outubro de 1781<sup>91</sup>. A presença da família Breves e mais a transformação de aldeias indígenas em vilas, muda a dinâmica de vida da população, uma vez que a presença do Estado começa a se efetivar. Com a expulsão dos Jesuítas do Brasil em 1759, a igreja católica perdeu forças. Antes eram bases missionárias e depois passou a ser controlada pelo Estado. Exemplo dessa nova configuração e que afetou os Marajós, foi a realização de eleições nas Vilas de Portel e Melgaço, nos anos de 1760 a 1761, comandada pelo Governador do Estado do Grão-Pará e Maranhão, Manuel Bernardo de Melo e Castro, onde foram escolhidos índios como representantes do poder público<sup>92</sup>.

Dentro da categoria de lugar, Breves permaneceu durante os últimos anos do período colonial, chegando à Proclamação da República, com certo desenvolvimento, passando a fazer parte dos municípios de Melgaço e Portel, sucessivamente. Em 1850 ganhou o título de freguesia sendo, no ano seguinte, elevada à categoria de vila, datando daí também a criação do município de Breves (IBGE, 2021).

Na década de 1850, a cidade de Breves ganhou o título de Freguesia e logo depois foi elevada à categoria de Vila. Nesse período, o município de Breves foi considerado o maior produtor de borracha do Estado do Pará<sup>93</sup>. Embora Breves tenha ficado no topo da produção de borracha, toda essa dinâmica comercial ficava restrita à zona rural. O lugar dos Breves se restringia onde hoje é a sede da cidade.

---

<sup>88</sup> A sesmaria foi conceituada no Brasil como uma extensão de terra virgem cuja propriedade era doada a um sesmeiro, com a obrigação de cultivá-la no prazo de cinco anos e de pagar o tributo devido à Coroa. BORIS, F. *História do Brasil*. 12. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

<sup>89</sup> SANCHES, R. C. S. *Conhecendo a terra dos Breves*. Belém: Smith, 2019. p. 37.

<sup>90</sup> As Capitanias Hereditárias foram um sistema administrativo implementado pela Coroa Portuguesa no Brasil em 1534. O Brasil foi dividido em quinze quinhões. Por uma série de linhas paralelas ao equador que iam do litoral ao meridiano de Tordesilhas, sendo os quinhões entregues aos chamados capitães-donatários. Eles constituíam um grupo diversificado, no qual havia gente da pequena nobreza, burocratas e comerciantes, tendo em comum suas ligações com a Coroa. BORIS, op. cit.,

<sup>91</sup> SANCHES, op. cit., p. 38.

<sup>92</sup> ROCHA, R. Os oficiais índios e a mão de obra indígena livre no Pará Colonial (1750-1798). *Revista Mundos do Trabalho*, v. 9, n. 17, jan./jul. 2017. p.13-28.

<sup>93</sup> Sobre Breves como o maior exportador de borracha, ler: WEINSTEIN, B. *A borracha na Amazônia: expansão e decadência (1850-1920)*. São Paulo: Hucitec; EDUSP, 1993.

O município de Breves foi administrado primeiramente por Manoel Fernandes Breves que chegou a esse local, com sua família e agregados. Na sorte de terras que recebeu, começou cercar-se de outras gentes, que pouco a pouco demandavam aquelas paragens, ricas de produtos de fácil aquisição ainda inexploradas.<sup>94</sup> Após a sua instalação só se tem notícia desse pequeno lugar, quando tratou-se da divisão do termo de Melgaço em distritos, criando-se para cada um o seu respectivo Juiz de Paz; dividiu-se portanto o termo de Melgaço em 3 distritos, sendo o 1.º o da vila, o 2.º chamado Pacoval e o 3.º principiando na boca do rio dos Breves (até então chamado Parauahú) compreendendo o rio Preguiças, Arapijó e dos Breves correndo acima, compreendendo os rios Macacos, Japixá, Jaburú, Juná e mais rios e ilhas adjacentes até o dito Juná em que se divide o Tajapurú-mirim (Dec. de 13 de Dezembro de 1832).<sup>95</sup>

Em 1851, por meio do Ofício da Presidência da Província de 31 de janeiro de 1851 Breves tem em seu território, pela primeira vez, uma Câmara Municipal. Após 40 anos, Breves passa a ter os três poderes: judiciário, legislativo e executivo, com a posse do seu primeiro intendente no dia 15 de novembro de 1891, conforme ATA de Sessão de posse de intendente e dos membros do Conselho Municipal.<sup>96</sup> A partir de 1930 as pessoas que assumiram a administração municipal passaram a chamar-se prefeito.

Desde a década de 1930, com o advento do governo provisório que destituiu Washington Luís da presidência do Brasil, dando início a era Vargas, passando pelo Regime Militar, Breves foi governada por prefeitos. Nessa nova fase administrativa, a direita dominou o cenário político defendendo uma filosofia partidária calcada nos princípios do Partido Social Progressista <sup>97</sup>(PSP). No Pará, o poder era disputado entre o PSP e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB). O PSP depois se tornaria o Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e o PSP dominou a política brevesense. Em Breves essa hegemonia de poder perdeu forças no início da década, em 1983, quando o MDB assumiu pela primeira vez a administração do município.

Em Breves havia um domínio político aqui, que se chamava Américo Natalino Carneiro Brasil, que era assessorado por Floriano Gonçalves, Sebastião Felix, Dr. Messias que depois se envolveu em política e também foi prefeito, Wilson Frazão, todo esse pessoal era ARENA. Quem comandava era a ARENA e o MDB só teve vez quando o Gervásio ganhou do filho do Floriano, o Lindomar Gonçalves.<sup>98</sup>

---

<sup>94</sup> BRAGA, T. *O Município de Breves: 1738 a 1910*. Belém: Impresso pela Empresa Graphica Amazônia, 1919.

<sup>95</sup> Idem, 1919, p. 135-136

<sup>96</sup> Id., 1919, p. 184.

<sup>97</sup> SALERA JÚNIOR, G. *10 personalidades marcantes da história de Breves*. Breves: SEMED, 2014. p. 31.

<sup>98</sup> Trecho da entrevista realizada com Jolenas, no dia 25 de outubro de 2021.

No período do Regime Militar (1964-1985) o PSP se fortaleceu ainda mais em Breves, por ser considerado de direita, com forte tendência à defesa de uma administração que fortalecia uma tradição política conservadora. Desse modo, não houve resistência em se adequar às normas impostas pelos militares ao tomarem o Brasil, com o golpe iniciado em 1964. No Pará, em [...] 12 de junho de 1964, a Assembleia Legislativa Paraense escolheu, por unanimidade, como governador o tenente-coronel Jarbas Gonçalves Passarinho e, para o cargo de vice-governador, o empresário Agostinho Monteiro, ex-deputado federal.<sup>99</sup> O primeiro prefeito deste período militar em Breves foi Sebastião Horta Félix do PSP.<sup>100</sup>

Justificamos que o município de Breves, no contexto do arquipélago marajoara, aos poucos vem se fortalecendo e se firmando como o maior município da mesorregião do Marajó, não apenas pelo número populacional, mas sobretudo pela oferta de serviços público à população marajoara, embora ainda não sejam suficientes para atender a todos com a qualidade necessária. Não se pode esquecer que é um município, onde as políticas públicas específicas e singulares ainda precisam avançar para melhorar os índices de desenvolvimento humano, atualmente em (0,503).

No mapa do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) em 2010, no que se refere ao Pará, dos 142 municípios listados, Breves posiciona-se na categoria IDH-M baixo, empatando com Porto de Moz (0,503) e na frente apenas de Nova Esperança do Piriá (0,502), Curalinho (0,502) e dos 8 municípios classificados como IDH-M muito baixo. São eles Afuá (0,489), Ipixuna do Pará (0,489), Anajás (0,484), Portel (0,483), Cachoeira do Piriá (0,473), Bagre (0,471), Chaves (0,453) e Melgaço (0,418)<sup>101</sup>.

Avaliar o desenvolvimento local por indicadores globalizantes silencia singularidades históricas e culturais. Agenor Sarraf em entrevista ao *Truco nos Estados* e à *Folha de São Paulo*, noticiada pelo site UOL, defendeu a ideia de que esses dados não são suficientes para abarcar a realidade da região, certamente não se pode negar o histórico abandono do Estado aos municípios com os menores índices de desenvolvimento humano, somado à tradição latifundiária, coronelista, assistencialista e modelos educacionais, econômicos e culturais exógenos<sup>102</sup>.

<sup>99</sup> VELARDE, J. C. *No crepúsculo memórias subversivas da ditadura civil-militar na Amazônia Paraense (1964-85)*. Dissertação (Mestrado em Comunicação, Linguagens e Cultura). Universidade da Amazônia. Belém-Pa, 2012.

<sup>100</sup> SANCHES, op. cit., 2019.

<sup>101</sup> Para uma leitura na contramão do colonialismo do IDH, ver: SILVA, I. M. B. *Entre o “Céu e o Inferno”*: narrativas midiáticas telejornalísticas e debates sobre o IDH em Melgaço – Marajó – PA. Dissertação (Mestrado em Comunicação, Linguagens e Cultura). Universidade da Amazônia, Belém-Pa, 2019.

<sup>102</sup> <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/08/1325495-isola-cidade-com-pior-idh-do-brasil-convive-com-palafitas-e-falta-de-saneamento.shtml>

“Para entender a realidade marajoara, é preciso avaliar fatores internos e externos. Os índices são universalizantes, não levam em conta a diversidade local, as especificidades de cada cidade, como modos de vida, tradições e saberes”. Melgaço, por exemplo, aponta contradições na leitura do IDH-M. Como “o município tem longevidade alta, mas baixos índices de educação e renda”. Para o historiador marajoara, a presença de “políticas públicas, com competência técnica, mas, acima de tudo, sensibilidade humana e cultural para serem implantadas” é um caminho para o desenvolvimento do Marajó<sup>103</sup>.

De acordo com o IBGE (2021), em 2019, o salário médio mensal dos trabalhadores formais, em Breves, era de 2,4 salários-mínimos, sendo o maior empregador o poder público, municipal, estadual e federal, seguido do comércio que também contribui com a oferta de empregos, embora o salário seja muito menor que o do trabalhador do serviço público. Entretanto, em meio a tantos desafios, o município consegue se destacar na oferta de serviços de saúde, com a presença do Hospital Regional Público do Marajó, com a Educação Superior pública (UFPA), que recebe estudantes de diferentes municípios marajoara e com os serviços bancários, que é muito procurado, pois é por onde beneficiários de programas sociais recebem os seus benefícios.

Assim, Breves, sem silenciar as desigualdades sociais, os jogos de poder e interesses das elites políticas e econômicas, percorreu trilhas específicas, seja pela localização de seu porto, explosão das atividades econômicas ou maior articulação das elites locais com o governo estadual e, especialmente, investiu e recebeu investimento em educação desde os anos de 1940, quando a cidade passou a receber maior número de moradores que exigiam o direito à cidade e à educação.

## 2.2 Portos e viagens

De 1900 a 1950, Breves teve um crescimento populacional de quase dez mil habitantes<sup>104</sup>. Esse crescimento se deu muito por conta das ofertas de trabalho que passou a oferecer, tanto com o mercado da borracha, como também, pela madeira, que depois veio a se tornar a sua principal fonte de renda e que durou até a primeira década do século XXI<sup>105</sup>. Além

---

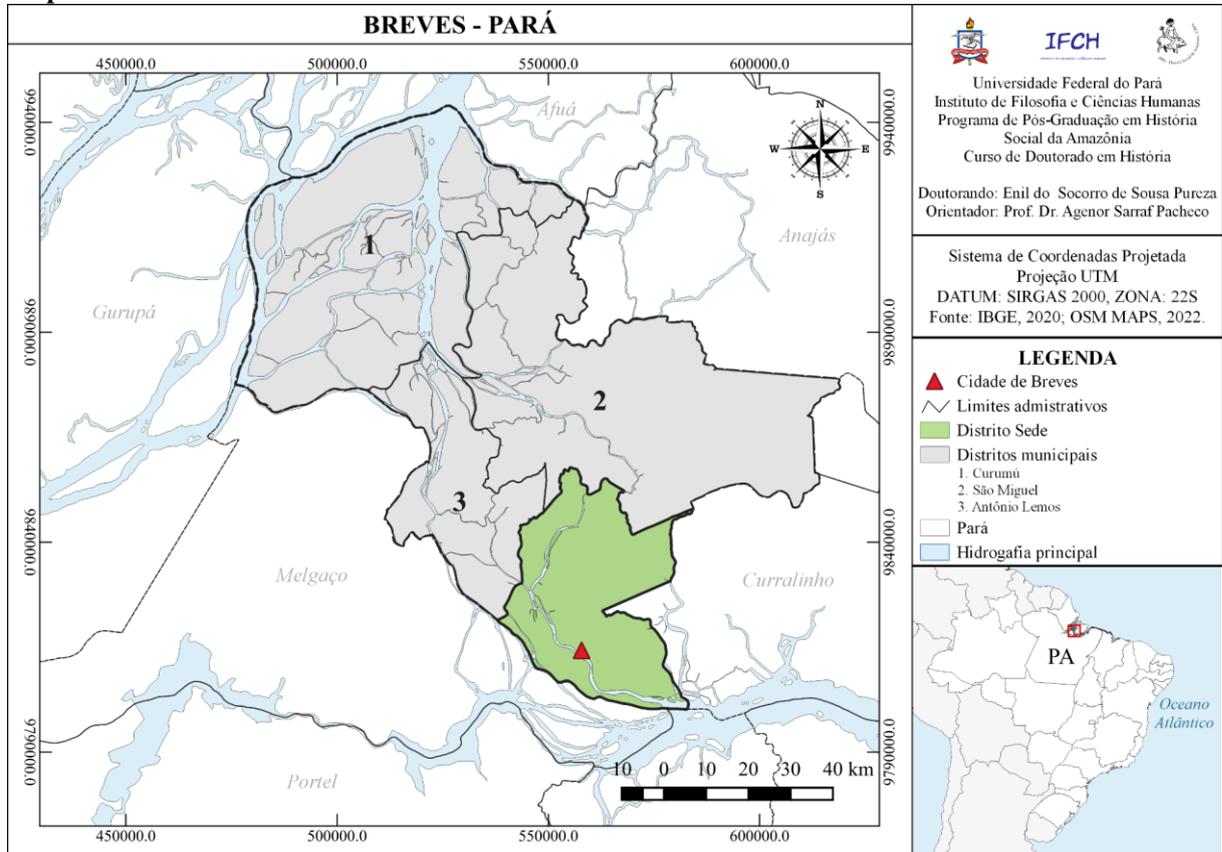
<sup>103</sup> Conferir: <https://apublica.org/truco2018/2018/08/idh-no-marajo-paulo-rocha-acerta-ao-dizer-que-os-municipios-da-regiao-tem-os-piores-indices-do-brasil/>

<sup>104</sup> Para maiores aprofundamentos, conferir: LEÃO, D. S. S. *O porto em narrativas: experiências de trabalhadores, moradores e frequentadores da área portuária de Breves-PA (1940-1980)*. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia), Universidade Federal do Pará, Belém, 2014.

<sup>105</sup> Para maiores aprofundamentos. WEINSTEIN, Barbara. *A borracha na Amazônia: expansão e decadência (1850-1920)*. São Paulo: Hucitec; EDUSP, 1993.

do mais, colado com essa produção madeireira, Breves teve outros produtos que geraram emprego e renda como o arroz de várzea, o palmito e o açai.

**Mapa 3-** Cidade de Breves



**Fonte:** Mapa elaborado por Matheus Dias de Aviz. Registro CREA-PA – 152132296-1. Arquivo pessoal: Enil Pureza.

Weinstein destaca que na primeira fase de extração do látex, ao se tratar de Breves como grande produtora de borracha em 1887, uma produção em lugares distantes da cidade como o rio Mapuá, onde Henrique Joaquim de Almeida registrou uma posse de terra, com 1.100 árvores plantadas<sup>106</sup>. Nesse mesmo ano, seu vizinho Manoel Francisco de Paula também registrou uma posse contendo "plantações de hévea". Um outro espaço foi a Ilha do Mututi situada onde é hoje o Distrito do Curumu, que teve seu início da povoação mais intensa relacionada a essa fase (1850-1912), através do surgimento de uma organização chamada 'Seringal Cruzeiro', aproximadamente por volta de 1885<sup>107</sup>.

<sup>106</sup> WEINSTEIN, B. op. cit.

<sup>107</sup> CARNEIRO, A. L. T. *Um passado persistente: o sistema de aviação na extração madeireira da Ilha do Mututi, Município de Breves/PA (1978 – 1988)*. Dissertação (Pós-Graduação em Ciências Sociais), Universidade Federal do Pará, Belém-Pa, 2010.

A relação do sistema de produção e comercialização da borracha em Breves era feita com Belém diante das casas comerciais<sup>108</sup>. Breves, como Anajás, Melgaço, Afuá, Gurupá, abasteciam o mercado comprador representado pelas firmas aviadoras sediadas em Belém. Enquanto Belém se desenvolvia com a riqueza gomífera, Breves e os demais municípios ficaram à margem dos benefícios de suas próprias produções. Toda a riqueza extraída dos seringais nos 60 anos que abasteceu o mercado nacional e internacional, não beneficiou aqueles que estavam na base da produção. Pode-se afirmar que Breves acabou sendo um dos locais que ajudou a modernizar Belém, mas ficou à margem dessa modernização<sup>109</sup>.

Sarraf-Pacheco, Melo e Araújo ao estudarem o Marajó nos tempos da chamada Belle Époque Paraense<sup>110</sup>, retrata Breves diante de um cenário nada animador o que reforça as informações de que era apenas geradora de riquezas para Belém e outros lugares que se beneficiaram da produção da borracha. Os autores dessa obra tomam como referência uma matéria do *O Liberal*, jornal escrito do Pará, nº 146, 04 de julho de 1871:02, que destaca

São estas as primeiras impressões que sentiu ele ao saltar na outrora florescente vila de Breves: Nada lhe posso dizer de favorável a cerca deste lugar. Tudo aqui é uma verdadeira miséria. As febres continuam sempre assustadoras. Imensos pardieiros casas desabitadas e quase ocultadas entre o mato que assoberba as ruas da vila; eis tudo o que minha vista tem alcançado depois de três dias que me acho lançado no meio desta solidão e tristeza<sup>111</sup>.

Com a segunda guerra mundial, o município de Breves voltou a ser extratora de borracha. O local de referência foi a Vila de Corcovado. Com a término dos conflitos mundial, o mercado asiático da borracha foi liberado e o interesse pela borracha da Amazônia foi se esvaindo. Outro recurso natural já em destaque desde a década de 1920 e que vinha despertando o interesse do mercado consumidor, antes mesmo da segunda fase da borracha, foi a madeira abundante no Marajó das Florestas. A Cidade de Breves novamente serviu de porta de entrada e saída de produção, com a instalação da Breves Industrial Sociedade Anônima (BISA), fundada na década de 1920 e 1960 encerrou seus serviços nessa cidade<sup>112</sup>.

<sup>108</sup> Idem.

<sup>109</sup> SILVA FILHO, J. S. *Cinema e modernidade na Amazônia Marajoara: vivências em códigos refratados na cidade de Breves*. Orientador: Pedro Petit Peñarocha. 152 f. (Mestrado em Linguagens e Saberes na Amazônia) - Campus Universitário de Bragança, Universidade Federal do Pará. Bragança, PA, 2013.

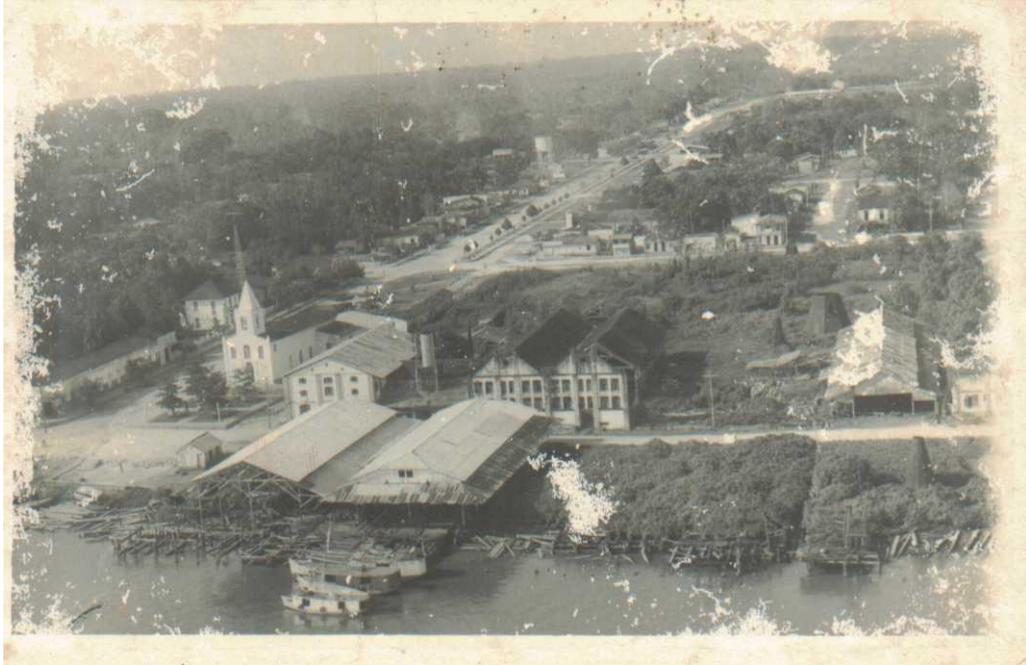
<sup>110</sup> SARRAF-PACHECO, A.; MELO, J. M.; ARAÚJO, L. M. Nas Dobras da Belle Époque Paraense: Patrimônio, Cotidiano e Trabalho no Marajó do século XIX. In: PINHEIRO, L. B. S. P. (Org.). *Imprensa e Sociedade na Amazônia (1870-1930)*. Curitiba: CRV, 2017, v. 01, p. 80-100.

<sup>111</sup> O LIBERAL DO PARÁ. *Jornal escrito do Pará*, n. 146, 4 jul. p. 2, 1871.

<sup>112</sup> LEÃO, D. S. S. *O Porto em Narrativas: Experiências de Trabalhadores, Moradores e Freqüentadores da Área Portuária de Breves-PA (1940-1980)*", Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia). Universidade Federal do Pará, Belém, 2014.

A BISA localizava-se na Avenida Presidente Vargas, rua localizada à frente da cidade de Breves às margens do rio Parauaú e beneficiou principalmente a madeira conhecida como virola (surinamensis (rol) Warb, Myristicaceae).

**Imagem 1-** Breves Industrial Sociedade Anônima (BISA). Cidade de Breves



**Fonte:** Biblioteca Municipal de Breves

Em suas narrativas, Vanderlei falou das suas vivências nessa época, em que a economia da borracha, da madeira e do arroz moveram a vertente comercial da região de furos e ilhas dos Marajós das Florestas. Em suas memórias, traz elementos de como essas riquezas naturais geraram e moveram a economia, incluindo a extração e a produção da conserva do palmito que surgiu na década de 1970.

Era borracha e madeira as nossas maiores economias. Depois então que surgiu o palmito. O palmito já vem da década de 1970. Mas na minha época de adolescente foi borracha, principalmente a borracha. Tem essa questão do arroz. A madeira já chega em Corcovado, a partir da década de 1970, mas aqui em Breves, na cidade, já se explorava a madeira através da Breves Industrial Sociedade Anônima (BISA). A BISA é anterior a ENASA. Nós vivemos a fase da borracha em Corcovado e a madeira aqui em Breves. Prova tanto que o pessoal chamava para nós que morávamos em Corcovado de come borracha e nós os chamávamos de come moinha<sup>113</sup>.

A riqueza da floresta impulsionou a exploração madeireira na região. Quem eram os trabalhadores que vendiam sua força de trabalho às empresas madeireiras, cujos filhos passaram a estudar no ensino primário e ginásial brevesense? Descendentes dos grupos indígenas que

<sup>113</sup> Trecho retirado da entrevista realizada com Vanderlei em outubro de 2021.

povoavam o Marajó de ponta a ponta, aquando do enfrentamento com os colonizadores lusitanos a partir do século XVII, ou frutos das mestiçagens com brancos e africanos escravizados em fazendas de gado, roças, pesqueiros a partir do século XVIII<sup>114</sup> ou migrantes nordestinos, novos e antigos portugueses, judeus e americanos<sup>115</sup>.

Ampliando olhares e experiências compartilhadas sobre esse universo na década de 1960, Vanderlei falou das suas vivências nessa época, em que a economia da borracha, da madeira e do arroz moveram a vertente comercial da região de furos e ilhas do Marajó das Florestas. Em suas memórias, traz elementos de como essas riquezas naturais geraram e moveram a economia, incluindo a extração e a produção da conserva do palmito que surgiu na década de 1970.

**Imagem 2-** Empresa Santa Mônica Beneficiamento de Borracha S/A  
Vila de Corcovado – Município de Breves



**Fonte:** Biblioteca Municipal de Breves

A Vila de Corcovado, citada por Vanderlei, surgiu na década de 1930. O terreno foi adquirido por Átila Alves Bebiano, antes o lugar era conhecido como Laranjal. Aproximadamente em 1933, foi instalada em Corcovado a usina de beneficiamento de borracha com a razão social de "Santa Mônica Beneficiamento de Borracha S/A", cuja produção atingiu

<sup>114</sup> SARRAF-PACHECO, A. Diásporas Africanas e Contatos Afroindígenas na Amazônia Marajoara. *Cadernos de História*, v. 17, p. 27-63, 2016.

<sup>115</sup> LEÃO, D. S. S. *Trajetórias de Migrantes: Contatos, Interações e Conflitos em Práticas Interculturais - Breves-Marajó-Pa*. Tese (Doutorado em Antropologia). Universidade Federal do Pará, Belém-Pa, 2018.

o apogeu durante o período da 2ª Guerra Mundial e funcionou de 1933 a 1973. Ao redor da fábrica cresceu a Vila de Corcovado, estruturada com capela, escola, posto de saúde e comércios<sup>116</sup>.

O ciclo do Arroz vem concomitante com o ciclo da borracha, porque o arroz era produzido no meio rural, mas ele vinha direto para cidade. Aqui em Breves quem explorava muito o arroz era o Tupinambá, o Lino e o Raimundo de Matos. A produção era comprada do interior. Esse arroz era produzido por meio de um sistema chamado de aviamento. Então o pessoal era aviado. As pessoas aviadas, faziam o roçado, produziam o arroz e só com a colheita do arroz, eles pagavam o que eles haviam recebido. Não havia banco. Por exemplo: o Tupinambá ele aviava os seus produtores, eles faziam o roçado, plantavam, colhiam. Era na colheita que eles iam pagar aquilo que eles haviam recebido. Por isso que era chamado de aviamento. Um dos mais conhecidos produtores de arroz, chamava Zeca Furtado, era ele que trazia o arroz aqui para o Tupinambá. É desse período da produção do arroz que o seu Tupinambá começou a construir os seus primeiros trapiches, onde se descarregava a produção do arroz<sup>117</sup>.

Em seu texto sobre o Marajó, Gonçalves destaca que o arroz no período de enfraquecimento do extrativismo do látex, o cultivado nas várzeas despontava como uma das principais atividades do município. “O arroz foi um dos expoentes na década de 1970 [...]. Eram cultivadas cerca de 5 toneladas por hectare, no sistema plantado em linha, bem manejado. Já no sistema de lanço, simples, chegava a uma tonelada, uma tonelada e meia.”<sup>118</sup>

Entre as décadas de 1970 e 1980, com a chegada das grandes serrarias, Breves figurou como um dos maiores produtores de madeira em tora do Estado do Pará. A cidade foi vivida, pensada pelas dinâmicas econômicas, sociais e culturais dentro desse contexto. Se constituindo e se fortalecendo para se tornar um território plural e polo de desenvolvimento em diferentes campos. Se negar as diferenças, os conflitos, a cidade acolheu uma população diversa, que trazia na bagagem o sonho de melhorar de vida. Na prática experimentaram as contradições da vida urbana e seguiram as batalhas da existência.

Ainda nesse contexto, em entrevista com Waldemar, que chegou à cidade de Breves na década de 1960, vindo do município de Gurupá. Emerge o desejo de sua família para que ele prosseguisse os seus estudos, mas que no município onde residia, não era possível. Assim, seu pai que era servidor do antigo SESPE<sup>119</sup>, em viagem para Belém, passou pela cidade de Breves,

<sup>116</sup> SANCHES, op. cit. 2019, p. 62.

<sup>117</sup> Trecho retirado da entrevista realizada com Vanderlei em outubro de 2021.

<sup>118</sup> GONÇALVES, A. C. O. *et al. A função socioambiental do Patrimônio da União na Amazônia*. Belém, PA: Ipea, 2016. p. 108-198.

<sup>119</sup> O Serviço Especial de Saúde Pública (SESP) foi criado em 1942, a partir de acordo entre os governos brasileiro e norte-americano, tendo como funções, o saneamento de regiões produtoras de matérias-primas, como a borracha da região amazônica e o minério de ferro e mica do Vale do Rio Doce. RENOVATO, R. D. e BAGNATO M. H. S. O serviço especial de saúde pública e suas ações de educação sanitária nas escolas primárias (1942-1960). *Educar em Revista*, Curitiba, Brasil, Editora UFPR, n. especial 2, p. 277-290. 2010.

onde tinha amigos que trabalhavam na mesma instituição, soube da existência de uma escola que poderia receber seu filho e o mandou para lá. Foi dessa forma que ele chegou aos 14 anos na cidade de Breves onde ainda permanece (2023). De lá para cá, construiu sua história, dentre elas na educação, tendo completado 50 (cinquenta) anos de serviço no Magistério.

Para Waldemar Dias era uma cidade de poucos habitantes e todo mundo se conhecia.

O que era cidade em 1968? Deveria ter na época uns três mil habitantes. Era a Avenida Rio Branco que vinha até onde hoje é o Hospital Regional, que antes era o campo de futebol do Santana Esporte Clube. O que tinha depois desse campo, era caminho de roça. A Rua Justo Chermont, que vinha até onde agora é a Praça CEU, que era a antiga CELPA, que antes foi o primeiro campo de futebol do Clube Santana. Então, a Justo Chermont era só até ali. Virava na Duque de Caxias, ela era toda cheia de moinha/serragem, e chegava até na Avenida Rio Branco para que a gente pudesse chegar no Miguel Bitar. Mesmo tendo a cidade somente esses espaços habitados – ruas, apenas 40% era terra firme, o restante era várzea. Esses lugares eram igapós, alagados, e essas ruas em suas partes baixas foram aterradas com moinha/serragem vindas da BISA. Eu morava na Justo Chermont e dobrava na Paes de Carvalho, que também era aterrada, até chegar no Miguel Bitar. A Castilho França ia até o Cemitério Santa Rita. As ruas que cortam as avenidas eram a rua da frente - Presidente Getúlio Vargas que vinha do Mercado Municipal, passando o Trapiche Municipal, até a Justo Chermont que antes era da casa do Tenente Abraão. Isso que era a Cidade de Breves, Da praça da bandeira para lá, passando o hospital, aquilo tudo era mata. Logo que cheguei em Breves, esses prédios do Banco do Brasil, da prefeitura... isso tudo era área da antiga BISA. O que tinha eram montanhas de serragens dessa empresa. No período que estudei a energia era das seis da tarde às dez horas da noite. Depois ficou até às 11 horas e depois passou até a meia noite. Na década de 1970, na época da copa do mundo de futebol, quando o Brasil foi campeão do mundial de futebol, as informações chegavam pelo rádio, mas eram poucas famílias que tinham e com um sinal não muito bom. A comemoração da população foi nas ruas de Breves, com ramos/partes/pedaços de árvores.<sup>120</sup>

As memórias partilhadas pelo interlocutor, recupera a década de 1960, sua época de estudante do Ginásio Miguel Bitar. De uma cidade com várias ruas, porém curtas em sua extensão e que se conectavam, dando mobilidade às pessoas para seus afazeres diários. Mostra uma Breves típica de lugar varzeiro, que por conta de seus acidentes geológicos, tem em sua superfície, partes alagadas, acentuando-se no inverno amazônico<sup>121</sup>. Semelhante a maioria das cidades do arquipélago marajoara, desde muito antes da década em análise, Breves foi produzida em intenso diálogo e conflito de saberes: de um lado, os saberes que migraram com as populações rurais e de outro os saberes dos técnicos da gestão pública. “Em que pese o avanço do tempo disciplinar, concepções e procedimentos normativos orientadores da feitura

<sup>120</sup> Trecho da entrevista realizada com Waldemar em outubro de 2021.

<sup>121</sup> [...] o “inverno amazônico” é caracterizado como a época chuvosa ou das grandes chuvas. Quanto à duração de ambas as estações não há unanimidade, mas, os períodos são aproximados, o que possivelmente se justifica pelo fato destes trabalhos terem sido realizados em diferentes lugares da Amazônia brasileira e, portanto, devido às especificidades climáticas desses lugares o tempo e o clima podem apresentar comportamentos distintos. SILVA, Z. L. *Verão e inverno Amazônico: perspectiva meteorológica e a percepção dos moradores do município de Manaus/AM*. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2022.

do urbano em territórios ocidentais e orientais, Europas e Américas, as transgressões também foram sentidas e vividas, fazendo parte da constituição desses muitos lugares”<sup>122</sup>.

Outros interlocutores entrevistados, também descreveram a cidade de Breves na década de 1960 e 1970. Ratificaram as poucas ruas, que dava para percorrer a cidade toda a pé; assim como disseram que poucas eram as ruas de terra firme, a maioria em áreas de várzeas, que foram abertas para facilitar o acesso das pessoas pelos diferentes espaços habitados, entretanto, compactadas com serragens e por ser um produto de madeira, no inverno, essa matéria flutuava e deixava os moradores em situações difíceis no trânsito entre casa e ruas, conforme narrou Rosa.

Eu morava na Castilho França e ali era o meio da rua, só. A gente andava e pegava a rua que chamava Abel Machado e que hoje é a rua Paes de Carvalho, para varar para a Avenida Rio Branco, pisando por moinha, tábuas[...] porque as ruas mesmas foram sendo ampliadas com moinha, com casqueiro[...] então não teve um trabalho quando preparada[...] quando dava o inverno, a gente pisava, afundava[...] tinha que ir escolhendo lugar para pisar, a não ser a rua do Abel Machado que era barro e dava acesso à Avenida Rio Branco que também era barro<sup>123</sup>.

Rosa rememora seu tempo de criança. São memórias individuais do local onde ela passou parte de sua vida, mas não deixam de ser coletivas, conforme nos situa Halbwachs ao afirmar a condição da memória que não está fechada em si, portanto não é solitária<sup>124</sup>. Essa interlocutora lembra a cidade desprovida de saneamento básico, onde as pessoas tinham dificuldade de trafegabilidade por conta das condições das vias públicas. Nesse passado, descreve a cidade, que para chegar à escola, a taberna, ao mercado ou no trabalho, as pessoas passavam por pontes construídas de madeira ou por lugares alagados, semelhante ao que disseram os demais interlocutores deste estudo. É a memória individual que se articula com a memória coletiva, uma vez que as lembranças são constituídas no interior de um grupo e têm a linguagem como seu meio de socialização.<sup>125</sup>

A constituição da memória de um sujeito resulta da combinação das memórias dos diferentes grupos dos quais está inserido e conseqüentemente é influenciado por eles, como por exemplo, a família, a escola, a igreja, o grupo de amigos ou o ambiente de trabalho. Nessa ótica, há a participação de dois tipos de memória, a individual e a coletiva<sup>126</sup>. Dentro desse processo influenciador, Rosa descreve ainda como sua vida foi tecida diante de vários acontecimentos.

<sup>122</sup> SARRAF-PACHECO, A; CORRADI, A; BALIEIRO, M. N. P. A Cidade-Floresta na Pintura da Memória: Teias entre Visual e Oral em Maria Nery Balieiro. *Moara*, v. 43, 2015, p. 70.

<sup>123</sup> Trecho da entrevista realizada com R. M. S. Rosa no dia 20 de setembro de 2021

<sup>124</sup> HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. 2. ed., São Paulo: Centauro, 2006.

<sup>125</sup> POLLAK, M. Memória e identidade social. *Revista Estudos Históricos*, v. 5, n. 10, p. 200-215, 1992.

<sup>126</sup> HALBWACHS, M. *op. cit.*

Suas memórias destacam como a vida dos marajoaras é fortemente influenciada pelos fenômenos naturais, com destaque para a chuva, presente e influente nas condições da qualidade de vida do povo, principalmente na época do inverno amazônico<sup>127</sup> - dezembro a maio, quando por conta do volume das chuvas, as ruas ficam alagadas.

Como exemplo, no dia da entrevista com Rosa, contávamos com um sol muito forte, de repente, uma chuva fina caiu, o que a fez refletir o passar dos tempos. A narradora lembrou que a cidade cresceu, muita coisa mudou, mas, por conta da falta de urbanização e saneamento, a chuva continua a alagar as ruas que ainda não foram devidamente saneadas, certamente ainda faltam mudanças nas políticas públicas, de ordem política, econômica, social, cultural e ambiental.

Navegando por suas memórias e, ao mesmo tempo, diante da atualidade, Rosa citou e comparou dois momentos distintos, um de uma cidade em meados de 1950 e outro em 2022. Ao fazer essa analogia, destacou as dificuldades de acessibilidade das ruas, hoje não mais produzidas com serragens como antes, mas continuam sendo aterradas com areia, que com as fortes chuvas, a água que cai não tem para onde escoar, deixando as ruas encharcadas, formado um lamaçal que as deixam praticamente intransitáveis.

Uma das problemáticas sociais apresentadas em relação à cidade que nos chamou a atenção, por ainda ser um problema na atualidade, é a oferta de água potável à população. De acordo com Rosa, nesse período, quem fornecia esse tipo de água era o Hospital Municipal. Era lá que as pessoas iam buscar a água para o consumo doméstico.

Nessa época, o hospital dava água e quem quisesse tomar essa água tratada pegava lá. A COSANPA ainda não existia. A gente ia com a lata pegar água para beber. Faziam aquela fila imensa com latas, baldes e a gente carregava de lá até em casa. A gente também carregava água da casa da Maria Vilhena, mãe da Maroquita, hoje no lado do Papy, lá tinha um poço e a gente carregava lata d'água de lá, para lavar roupas, para fazer comida [...] era uma água bem limpinha. Tirei muita água e levei na cabeça dali.<sup>128</sup>

Um outro interlocutor, que além de professor se tornou agente político - prefeito de Breves, também evocou o tempo de dificuldades que era carregar água do Hospital Municipal para as residências.

Não existia água encanada em Breves. Havia uma única torneira em frente ao SESP. Era o único local em que tinha água potável. Se fazia fila com pessoas e a lata ao lado.

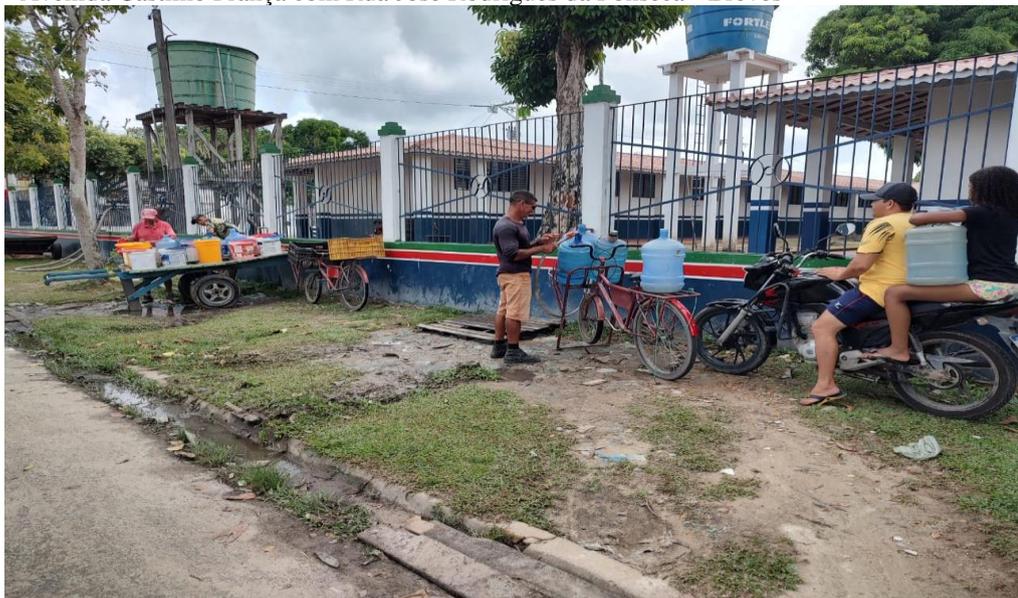
<sup>127</sup> Construção social [...] fruto do conhecimento popular elaborado por meio das relações que as pessoas estabelecem com os lugares em que vivem. SILVA, Z. L. *Verão e inverno amazônico: perspectiva meteorológica e a percepção dos moradores do município de Manaus/AM*. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2022.

<sup>128</sup> Trecho da entrevista realizada com Rosa, no dia 20 de setembro de 2021.

Eu e muitas pessoas usávamos o cambão para carregar água. O cambão é uma peça de madeira com dois arames nos extremos. Então, a gente carregava água no cambão, duas latas penduradas. Carreguei muita água no cambão.<sup>129</sup>

Cada memória individual é um ponto de vista sobre as experiências coletivas. As lembranças de Rosa e Gervásio, recuperam cenários de um ritual diário, que eles e dezenas de famílias faziam para ter água em suas residências, em meados do século XX, quando na cidade não havia o fornecimento de água encanada, principalmente a dificuldade que tinham para pegar a água potável e preparar os alimentos das refeições diárias. Sem se conhecerem, eles relatam um problema social que viveram, que persiste e chegou no século XXI, pois embora nesses tempos se faça a distribuição à população da água encanada, ainda não conta com um sistema de abastecimento de água potável, ou seja, muitas pessoas continuam carregando água, não mais na cabeça, como Rosa, ou no cambão, como Gervásio, mas em motos, bicicletas, carro de mão e outros meios de transporte, como mostra a foto 4.

**Imagem 3-** Ponto de distribuição de água fornecido pela Escola Emerentina. Avenida Castilho França com Rua José Rodrigues da Fonseca - Breves



**Fonte:** arquivo da pesquisa

A cidade de Breves demograficamente interpretada em 10 em 10 anos, conforme os censos do IBGE, revelou os seguintes dados populacionais: 32.613 na década de 1960; passou para 38.234 habitantes em 1970 e em 1980 para 55.749 habitantes<sup>130</sup>. Com uma densidade demográfica maior, surgiu a presença do Estado com suas políticas públicas. Uma delas, ainda

<sup>129</sup> Trecho da entrevista realizada com Ferreira no dia 09 de fevereiro de 2021.

<sup>130</sup> Baseamo-nos em dados levantados pela historiadora e antropóloga, Dione Leão. A esse respeito, consultar: LEÃO, *op. cit.* 2014.

em 1942, foi a implantação do primeiro hospital da cidade, o da Fundação de Serviço Especial Saúde Pública (SESP)<sup>131</sup>, em 1942. Em 1943 foi inaugurado o primeiro Grupo Escolar de Breves<sup>132</sup> e em 23 de março de 1964 instalou-se o Banco do Brasil<sup>133</sup>.

Na década de 1980, Breves se consolidou no Marajó, como o principal polo produtor de madeira e de palmito. De 1960 a 1980, teve um crescimento populacional de 23.136 habitantes, saltando de 32.613 para 57.749.<sup>134</sup> Essa população somava-se pelas famílias que deslocaram-se da zona rural e de outros municípios em busca de melhores condições de vida, já que havia no município empresas que garantiam trabalho e oportunidade de renda. Foi um tempo de expansão da cidade de maneira mais intensa. Por falta de espaço dentro de uma limitação territorial urbana, as famílias passaram a construir suas “casas” às margens dos igarapés, a exemplo do igarapé chamado “vala”, que depois de alguns anos, os moradores foram removidos para a formação do bairro da Castanheira.

Nas ruas como a Castilho França, que nas décadas de 1960 e 1970 chegava até onde está situado o Cemitério Santo Rita – atualmente centro da cidade, assim como as ruas Justo Chermont e Avenida Rio Branco, levantou-se moradias para além do considerado urbano, conduzidas pelas necessidades de centenas de famílias que precisavam de habitação, à revelia e sem autorização do poder público, mas que o futuro tornou-se incerto.<sup>135</sup>

A primeira pavimentação pública de Breves ocorreu em 1978 quando a Avenida Presidente Getúlio Vargas, no trecho que corresponde da Avenida Rio Branco à Capitão Assis recebeu uma camada feita de concreto<sup>136</sup>. Esse trecho é o centro comercial da cidade. Ali encontra-se o Mercado Municipal, também nesse perímetro, foi instalado o Banco da Borracha, o comércio do seu Assis, a Igreja Matriz, o posto de combustível e o Bar do Henrique<sup>137</sup>.

Nesse perímetro está a orla da cidade, onde se encontram os portos que são entradas e saídas de passageiros de municípios vizinhos, dos mais distantes, como Santarém, Gurupá, Porto de Moz, ou vindos de outros estados – Amazonas, Amapá. Lugar de desembarque de gêneros alimentícios vindos da capital, Belém.

---

<sup>131</sup> O Serviço Especial de Saúde Pública (SESP) foi criado em 1942, a partir de acordo entre os governos brasileiro e norte-americano, tendo como funções, o saneamento de regiões produtoras de matérias-primas, como a borracha da região amazônica e o minério de ferro e mica do Vale do Rio Doce. Retirado do artigo: RENOVARO, R. D. e BAGNATO M. H. S. O serviço especial de saúde pública e suas ações de educação sanitária nas escolas primárias (1942-1960). *Educar em Revista*, Curitiba, Editora UFPR, n. especial 2, p. 277-290, 2010.

<sup>132</sup> COSTA, E. M. *A escola pública em Breves no Marajó: seus objetos, histórias e memórias educativas*. *Revista Humanidades e Inovação* v. 7, n. 13 - 2020.

<sup>133</sup> GARCIA, J. M. *Crônicas do lugar dos Breves*. Belém: Gráfica da Escola Salesiana do Trabalho, 1996.

<sup>134</sup> LEÃO, *op. cit.* 2014.

<sup>135</sup> Trecho da entrevista realizada com Rosa no dia 25 de outubro de 2021.

<sup>136</sup> Trecho da entrevista realizada com Waldemar no dia 21 de outubro de 2021.

<sup>137</sup> Trecho da entrevista realizada com Vanderlei no dia 15 de outubro de 2021.

Breves, está distante de Belém 200 quilômetros, em horas – forma que contamos o tempo das viagens nos rios. Na atualidade (2023), gastam-se de 12 a 15h, dependendo do regime das marés, pelo qual essa região é regida. Para ir à capital no final da década de 50 e início de 60, Rosa narrou que o embarque se fazia a noite e chegava na capital Belém, era na noite seguinte, ou seja, a viagem tinha a duração de aproximadamente 24h.

A gente viajava uma vez por ano. Era nas férias que a mamãe levava a gente. Mas ela nos levava em um barco chamado Leopoldo Perez. A gente ia para o Trapiche Municipal e pegava o itinerário dele quando ele passava por aqui e ia para Belém. Tinha também a Chatinha, que tinha uma bola atrás que rodava<sup>138</sup>. Depois começou a aparecer a do Floriano Gonçalves: Rio Guajará. Do seu Lino Alves: Padre Cícero. Tinha de Portel que passava por aqui: São João de Cangatá. Naquela época custava chegar em Belém<sup>139</sup>.

**Imagem 4-** Redário de um dos navios que transporta passageiros de Breves para Belém



**Fonte:** arquivo da pesquisa

Os rios, os barcos, os navios, continuam levando e trazendo as pessoas de ontem e de hoje. Entre as redes – usadas para descansar durante as viagens, e os portos, a vida segue seu curso numa teia de contatos, conduzida pelos rios, entre expectativas e desejos. Antes, a vapor, hoje de navios, lanchas, catamarãs que fazem esse percurso em até 6h de viagem à capital - Belém.

<sup>138</sup> Transporte fluviomarítimo recebeu um destaque especial pela sua utilização e importância no processo histórico da Amazônia, sendo o primeiro tipo de transporte utilizado pelo ser humano, que com o advento da tecnologia foi sendo melhorado, por meio da criação do barco a vapor, pelos ingleses, possibilitando viagens mais rápidas, seguras, confortáveis e eficientes. MEGUIS, T. R. B. *Transporte fluviomarítimo e turismo: a viagem à Soure e as perspectivas de desenvolvimento local*. Dissertação (Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido). Universidade Federal do Pará. Belém, Pará, 2018.

<sup>139</sup> Trecho da entrevista realizada com Rosa no dia 20 de setembro de 2021.

Nesse repertório de memórias, Jolenas descreve em suas narrativas o tempo de uma época em que as viagens de barco eram para quem tinha muita necessidade de ir à capital e paciência de ficar aproximadamente 24h dentro de uma embarcação.

[...] não tinha pressa. Eu lembro que quando a gente ia viajar para Belém, a minha vó arrumava uma saca de lona. E lá botava redes, lençóis, e até mosqueteiro e amarrava. As malas ou eram de madeira feitas pelo seu Genésio ou era de couro vindo do Nordeste. E o navio já estava marcado o dia que ia passar. Eu lembro bem que a gente viajou no navio chamado Ajuricaba e esse barco já era a motor rodando com diesel. E a gente percebia muito a diferença entre os barcos que eram a vapor para aqueles que já tinham os motores. Esse Ajuricaba corria muito para a época, mas parava também na Ponta Negra por conta da maresia e seguia viagem quando a baía acalmava. Tive a honra de viajar no Cidade de Breves e era uma caixa construída para flutuar. Tinha um motor imenso dentro nele, fazia muito barulho, trepidava todinho, mas não andava. Na maresia ele era bom por ele ser grande. Entretanto, parecia que a gente não saía do lugar. Depois surgiu o Aromar, o Príncipe Alfredo, aí já era bom de correr. Antes desses motores a diesel, os barcos motores eram lentos. As viagens das décadas de 1950 e 1960 eram feitas a vapor: Antonina, Barão de Cameté, Rio Oiapoque, Percival Farquhar. Digamos que saísse daqui de Breves às três horas da tarde e quando estava amanhecendo o dia a gente estava lá pela ponta negra. Se tivesse muita maresia ficava esperando acalmar, chagando em Belém por volta de três horas da tarde do outro dia ou mais tarde dependendo da maré. Ou seja, a viagem durava em torno de 24 horas ou mais. De Currálinho para Breves demorava quase um dia para fazer esse percurso. Eu viajei no São João de Acangatá de Portel, porque era considerado o mais veloz da época<sup>140</sup>.

As descrições de Jolenas mostram toda a preparação que se fazia para a viagem, indicando que não se viajava com frequência e um dos motivos era a distância e as longas horas de viagem em barcos lentos, o que fazia com que as pessoas passassem um dia e uma noite dentro de uma embarcação. Ao mesmo tempo, o medo da maresia, como afirmam Rosa e o próprio Jolenas, que por conta do ritmo da maré, no trecho conhecido como ponta negra, as embarcações não avançavam com receio de sofrer acidentes, naufrágios. Mas a necessidade de ir a capital, muitas vezes superava o medo. Para Rosa sua viagem acontecia para rever sua mãe, uma vez por ano. Já Jolenas comenta que era para acompanhar sua avó/mãe que ia visitar os parentes e, ao mesmo tempo, aproveitava para fazer compras, na já movimentada João Alfredo.

Em descrição sobre a viagem de barco, Waldemar destaca que no período de 1968 até 1971, os navios que faziam viagem para Belém pertenciam à Empresa de Navegação da Amazônia Sociedade Anônima (ENASA)<sup>141</sup>, como o Lauro Sodré, o Augusto Monte Negro,

<sup>140</sup> Trecho da entrevista realizada com Jolenas, no dia 25 de outubro de 2021.

<sup>141</sup> Navios da ENASA misto de carga e passageiros, que faziam a rota do Marajó e do Baixo Amazonas até Manaus, atendendo ainda a linha de Iquitos no Peru e do Madeira até Porto Velho, utilizando os navios da frota branca, como era conhecida. Constituída dos seguintes navios: Lobo D'Almada, Augusto Montenegro, Leopoldo Perez, Lauro Sodré e Presidente Vargas, sendo este último, com formato diferente dos outros. Todos eles construídos em Amsterdam na Holanda. Tinham capacidade para transportar 500 passageiros, na classe popular e na classe especial. O fim dos navios da ENASA, mais conhecida como frota branca, foi triste. O navio Augusto Montenegro, permanece quase totalmente no fundo da baía de Guajará, próximo ao barranco de Miramar em Belém. Os navios Lobo D'Almada e Lauro Sodré, acabaram abandonados em um dos portos a margem da baía do Guajará, num

Tavares Bastos, que faziam parte da frota do governo estadual. A rota que esses navios faziam era de Belém a Santarém, ou de Manaus, com parada para deixar ou pegar passageiros em Breves. Quem precisasse ir para Belém de Portel, Bagre e Melgaço, vinha primeiramente para Breves e daqui pegava o navio com destino à capital. Quando Jolenas retornou para morar em Breves, em 1985, já existia o barco-motor Padre Cícero e o Bom Jesus de Madeira, de empresários da cidade de Breves. Na década de 1980, Breves passou a ter viagem próprias, saindo do Trapiche Municipal, conforme pode ser visualizado na imagem 5.

**Imagem 5-** Trapiche Municipal de Breves em 1970.



**Fonte:** Biblioteca Municipal de Breves

Cena do Trapiche Municipal da cidade de Breves, que fica em frente à prefeitura, à margem direita do Rio Parauaú, àquele tempo, principal porta de entrada e de saída de pessoas, ideias, produtos e outros objetos por muitas décadas. Não é mais o porto principal, mas ainda é local de embarques e desembarques. A imagem remete a chegada de pessoas a Breves, uma vez que não há acenos com as mãos, ou um gesto que indique um até logo ou um até mais. Como se vê, é um espaço com muitas pessoas olhando para o horizonte, o que indica que a embarcação estava para atracar no porto. Ao fundo, a direita, o Bar Meu Cantinho e a esquerda o prédio do Grupo Escolar de Breves. O enquadramento da imagem deixa evidente que quem a

---

cemitério de navios, em virtude de uma disputa judicial. O navio Leopoldo Perez, ao navegar pelo estreito de Breves, foi abalroado por uma corveta da marinha, afundando imediatamente. Isto à noite com cerca de 400 passageiros a bordo. Não houve vítimas. O navio Presidente Vargas afundou em Soure, no arquipélago do Marajó. Disponível em: <http://ignacioneto.blogspot.com/2012/05/navios-da-frota-branca-enasa.html>

registrou interessava revelar o contingente de pessoas no trapiche. Possivelmente a captura do instante congelado nas lentes do fotógrafo foi realizada de dentro da embarcação que chegava. Que episódio a cidade estava vivendo? Por que aquela quantidade de gente no trapiche? Eles estavam esperando alguém que chegava? Seria a santa padroeira? Ou um político que visitaria a cidade? Ou o cadáver de uma pessoa importante? Essa resposta, por hora, não temos, mas a dinâmica das embarcações que saía, passava e chegava nos portos de Breves alterava o cotidiano da cidade, interferindo na rotina de seus moradores.

[...] o espaço recortado, fragmentado, o tempo paralisado; uma fatia da vida (re)tirada de seu constante fluir e cristalizada em forma de Imagem. Uma única fotografia e dois tempos: o tempo da criação, o da primeira realidade, instante único da tomada do registro no passado, num determinado lugar e época, quando ocorre a gênese da fotografia; e o tempo da representação, o da segunda realidade, onde o elo imagético, codificado formal e culturalmente, persiste em sua trajetória de longa duração.<sup>142</sup>

O porto, símbolo de conexão, reúne pessoas de dentro e de fora, em tempo de espera e chegada, seja para receber parentes e amigos, seja para viver momentos de sociabilidades e lazer. Rosa, Jolenas e Waldemar, ao navegarem por rios e florestas, reviveram em suas narrativas a complexidade das viagens, suas temporalidades e dificuldades. Não podemos esquecer que a avaliação das experiências passadas se fez à luz do tempo presente. Desse modo, se para os dias de hoje, pensar numa viagem de Breves para Belém com duração maior do que 12 horas, já representa muito tempo, possivelmente para os anos de 1960, esse tempo era sentido e vivido a partir de outras referências.

Garcia descreve memórias de sua viagem, vindo de Belém para Breves, realizada em 29 de março de 1964, no Navio Rio Jari com duração de 28 horas.

O pequeno navio deixou o porto às 20 horas e atravessou a baía do Guajará, até perder-se na escuridão da noite e nos meandros de furos e ilhotas que defrontam Belém. As horas demoravam a escoar-se. Tudo parecia seguir o ritmo vagaroso daquela embarcação. [...] Pela madrugada encostamos no porto de uma vila chamada Cocal, onde funcionava uma destilaria, para uma demorada operação de embarque de caixas de garrafas de cachaça e descarga de algumas mercadorias, gêneros alimentícios, na sua maioria. [...] Amanheceu, finalmente, e olhando para uma e outra margem, o que se via era a densa floresta amazônica com seu verde forte escapando da névoa da madrugada e, aqui e ali, um caboclo, uma cabocla ou seus curumins agachados sobre um tronco flutuante - que faz as vezes de atracadouro - fazendo, a seu modo, a higiene matinal. Preparamo-nos para o café da manhã. [...] A viagem já havia consumido um dia inteiro e estávamos todos ansiosos, mas a previsão mais otimista dos tripulantes era de que só à noite, lá pelas dez talvez, chegaríamos ao nosso destino. As escalas de Muaná, São Francisco do Jararaca e São Sebastião da Boa Vista já haviam ficado para trás. Pela frente ainda tínhamos uma parada, na cidade de Currálinho, onde chegamos somente por volta das oito da noite. Daí ficou mais fácil prever a chegada em Breves, distante dali cerca de quatro horas. [...] À meia-noite, finalmente, estávamos atacadados no trapiche municipal. A cidade estava às escuras. Fachos de lanternas de pilhas

<sup>142</sup> KOSSOY, B. *Os tempos da fotografia: o efêmero e o perpétuo*. 2. ed. Cotia: Ateliê Editorial, 2007.

cruzavam o breu da noite de um lado para outro no atracadouro da cidade. Mesmo em tais circunstâncias, várias pessoas ali se aglomeravam. Algumas aguardavam passageiros, outras porque exerciam a profissão de carregadores de bagagens e cargas, mas a maioria eram simplesmente curiosos, para quem a chegada de um navio constituía sempre motivo de atração.<sup>143</sup>

A surpresa de Garcia com tanto movimento beirando a madrugada no trapiche, é de um imigrante da cidade de Belém, mas para os moradores da cidade, era algo comum, independente se chegasse de dia ou a noite, como foi o caso em tela, a chegada dos navios movimentava a cidade. Nesse período da década de 1960, as viagens marítimas correspondiam a quase 100% do transporte de passageiros e de cargas que chegavam em Breves. A energia elétrica se mostrou por muito tempo fator limitador do desenvolvimento e crescimento das cidades marajoaras. Breves é um exemplo da falta de investimento nesse setor. Os empreendimentos econômicos para funcionarem regularmente, recorriam aos conjugados de energia para as necessidades pública, comercial, industrial e residencial.

### 2.3 Práticas culturais

As práticas culturais na cidade podem ser entendidas como as vivências produzidas e manifestadas pelas pessoas no ambiente urbano. Michel de Certeau destaca a importância do cotidiano como espaço de manifestação de práticas e como forma de produção de sentido e significados para a vida das pessoas<sup>144</sup>.

Para Hall, as práticas culturais são as atividades que as pessoas realizaram no cotidiano para criar, significar e dar sentido ao mundo que as cerca. Tais práticas incluem não apenas as formas de arte e cultura da elite, mas também as produções populares e as práticas cotidianas, como as conversas com amigos, as brincadeiras, as festas e os rituais<sup>145</sup>.

Nesse contexto, mesmo diante das dificuldades inerentes às cidades marajoaras, Breves movia-se pelo trânsito de chegadas e partidas de barcos e navios, pelas festas religiosas e profanas, pela economia, pela juventude, pelo cinema que compunham as práticas culturais. O primeiro cinema da cidade funcionou na Casa Paroquial da Igreja Católica. Foi uma ideia do Renato Nazaré, gerente do Banco da Borracha e Renato Furtado, na época, funcionário Público

<sup>143</sup> GARCIA, J. M. *Crônicas do lugar dos Breves*. Belém: Gráfica da Escola Salesiana do Trabalho, 1996.

<sup>144</sup> CERTEAU, M. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.

<sup>145</sup> HALL, S. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

da Prefeitura de Breves, o Pároco era o Frei Dolsé que aceitou que as sessões de filmes fossem feitas na Casa Paroquial.<sup>146</sup>

Jolenas e Rosa, ao mergulharem em suas memórias, descreveram seus tempos de ida ao cinema.

Tinha o Cine Marlem, que ficava ao lado onde hoje é casa residencial dos padres. Era um chalezão. Entre as atrações tinham filmes que eram seriados. A gente durante a semana juntava o dinheiro para comprar o ingresso do final de semana para não perder o capítulo, se não perdia o resto da história. O Seu Renato trazia um filme romântico para ter o público feminino. Filmes de faroeste chamava o público masculino.<sup>147</sup>

Diferentemente do que afirmou Jolenas, de que os filmes românticos eram voltados para o público feminino, Rosa mostra que fugiu a esse padrão e destacou que gostava de filmes de ação, mostrando que embora vivendo em uma sociedade marcada pelos comportamentos patriarcais, que define e divide as práticas para homens e mulheres, rompeu com essa amarra indo ao encontro do que gostava de fazer e lhe garantia felicidade.

Eu estudava no Miguel Bitar e eu gostava muito de filme de Karatê. Eu não gostava de filme, assim[...] romântico, de amor, de sexo, essas coisas eu não curtia. Agora se fosse um filme de Karatê, de ação, era comigo. Quando tinha esses filmes que eu gostava, eu era dura, duranga, lisa, tinha nada, eu dizia[...] eu quero ir ao cinema[...] e aí tinha a Ana Leão, tinha o Arthur[...] tinha uma galera dentro da sala de aula que faziam vaquinha, me davam dinheiro da entrada para eu ir, mas eles diziam, que quando chegasse o dia da prova, eu quero que tu não dês cola para gente. Quando chegava o horário do cinema, eu chegava com o seu Severino e dizia que eu estava com uma dor de cabeça muito grande e que queria sair, aí ele me autorizava. E meus colegas ficavam lá de longe gritando que era mentira, dizendo que eu ia para o cinema e o Severino acreditava em mim e dizia aos colegas que ele conhecia gente séria. Nesse tempo eu estudava a noite, no Miguel Bitar.<sup>148</sup>

A narrativa recupera o final dos anos de 1960 e início de 1970, num tempo de exceção, em que as liberdades estavam sob forte vigilância. A situação acirrava-se quando se tratava dos direitos femininos. Se soubessem que a saída de Rosa não era por questões de doença – dor de cabeça, mas para realizar um desejo individual – ir ao cinema, certamente hoje não teríamos registrado esse significativo ato de rebeldia educacional e social, que tinha como foco sair da rotina e buscar uma outra forma de entretenimento e de aprendizados, por meio da arte cinematográfica.

<sup>146</sup> SILVA FILHO, J. S. *Cinema e modernidade na Amazônia Marajoara: vivências em códigos refratados na cidade de Breves*. Dissertação (Mestrado em Linguagens e Saberes na Amazônia). Campus Universitário de Bragança, Universidade Federal do Pará. Bragança, Bragança, 2013.

<sup>147</sup> Trecho da entrevista realizada com Jolenas em outubro de 2021.

<sup>148</sup> Trecho da entrevista realizada com Rosa em setembro de 2021.

Rosa pode ser considerada uma mulher, que com seu gesto, rompeu determinações societária, embora não tenha sido uma ação que fosse pela liberdade do coletivo, foi silenciosa em busca de seus interesses, fazer o que lhe deixava feliz, guiando-se por suas concepções de mundo. Essas podem ser consideradas práticas culturais, são maneiras pelas quais os sujeitos constroem sua identidade e subjetividade, contextualizadas em um ambiente social, político e histórico específico, carregando em si as tensões e contradições da sociedade em que são produzidas.<sup>149</sup> Romper essas amarras, é ir ao encontro de construir a história das mulheres não como um apêndice à história real, mas como uma parte integrante dela, incluindo a perspectiva das mulheres na história e de questionar as narrativas históricas dominantes que silenciam as vozes femininas.<sup>150</sup>

Como o contar uma vivência puxa o desenrolar de outras experiências<sup>151</sup>, Rosa, Waldemar, Jolenas e Vanderlei foram aguçando suas memórias e passaram a narrar as vivências de suas juventudes na cidade. Uma cidade dos bailes, das festas, das reuniões, dos esportes, da relação com as manifestações culturais vai emergindo das partilhas e se tornando memórias coletivas. Ao realizarem esse exercício, os entrevistados compõem retratos de um tempo com o qual conviveram, é o orgulhar-se e sentir-se agente de sua própria história<sup>152</sup>.

Dessa forma, entendemos que o direito à cidade é para todos. A memória se apresenta como esteio de identidades, refere-se aos comportamentos e às mentalidades coletivas, na medida em que o relembrar individual encontra-se relacionado à inserção social e histórica de cada indivíduo. A dinâmica constitutiva do processo individual minemônico é trama sincrônica da existência social e da inserção coletiva passada, constituindo-se como representação da heterogeneidade tomando por base a singularidade.<sup>153</sup>

Manifestações que foram se concretizando nos espaços públicos urbanos que assumiram particular importância na circulação de pessoas, bens e/ou mercadorias, ideias ou utopias, e na comunicação estabelecida através de encontros, conversas e discussões, tanto formais como informais. Salientam-se assim as ideias de abertura a diferentes possibilidades, de inequívoca democraticidade e de interação social, que o espaço público oferece. Palco das

---

<sup>149</sup> HARAWAY, D. Manifesto Ciborgue: Ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. In: Tadeu, T.(org.) *Antropologia do ciborgue: as vertigens do pós-humano*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009. p. 33-118.

<sup>150</sup> SCOTT, J. W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99. jul./dez. 1995.

<sup>151</sup> SARRAF-PACHECO, op. cit., 2009. p. 23.

<sup>152</sup> THOMSON, A. Reacompondo a memória: questões sobre a relação entre a história oral e as memórias. *Projeto História*, São Paulo, n. 15, p. 51-84, abr. 1997.

<sup>153</sup> DELGADO, L.A.N. História oral e narrativa: tempo, memória e identidades. *História Oral*, v. 6, p. 9-25, 2003.

mais variadas disputas políticas e sociais, o espaço público encerra em si um imenso potencial enquanto espaço de liberdade e tolerância<sup>154</sup>.

Nesse enredo, a narrativa de Waldemar evidencia uma cidade com poucos espaços de diversão, entretanto, dentre os existentes, estavam as festas de salão proporcionadas por clubes locais e grupos de jovens, em uma cidade vivenciada entre o final da década de 1960 e início da década de 1970.

Eram poucas as diversões. Nessa época não existia balneário, igarapés, porque a cidade ia até o Hospital Regional e de lá era só sítio, roçado. A frente da cidade era toda desestruturada e não tinha como descer para tomar um banho. A diversão se resumia nos bailes que as sedes sociais promoviam como o Santana, Atalaia, a JAB. Na JAB tinha sua diretoria e uma de suas diretorias era a entretenimento com bailes, aniversário, e eventos relacionados a igreja. A diversão era isso e praticar esporte, o futebol mais evidente.<sup>155</sup>

As lembranças de Jolenas reafirmam uma cidade que agregava as festas de salão promovidas pelos clubes tradicionais: Santana, Atalaia e MAC – que também tinham seus jogadores de futebol e a Juventude Agostiniana Brevense (JAB), um grupo de jovens com sede própria na cidade e que realizava eventos em datas especiais. As narrativas vão além, apresentam uma Breves com outros espaços dançantes, indo do centro para a periferia, das margens para dentro da cidade.

Tinha também as festas particulares. As danceterias. Exemplo desses locais, tinha o que se chamava de Guanabara, do Ataíde Pureza. Antes de ser Guanabara, os donos eram Pedro Gago e Domingão, dois irmãos. A Curica era o movimento boêmio da cidade<sup>156</sup>. Muita gente metida a moralista ia se esconder lá, pela Curica. Na periferia tinha o Salão Azul, na Passagem da Saudade, que era muito bom. Eu gostava de lá. Muitas vezes eu preferia ir para o Salão azul e não ir para o Santana e para o Atalaia, porque era mais fácil de conquistar as ‘pequenas’. Agora, tinha por lá, mais para a beira da cidade, a Festa da Dona Piririca, na Rua Interventor Malcher. Mas era festa dançante.<sup>157</sup>

Entre as décadas de 1940 a 1980, nos chamados tempos de desaceleração dos negócios da borracha nas ilhas do Marajó das Florestas e explosão da exploração da madeira, Dione Leão assinala que a cidade apresentou crescimento significativo. No que tange às variadas formas de lazer são recorrentes nas lembranças dos moradores mais antigos, as festas de Santana e São Pedro, a presença de pessoas nos ambientes de bares, jogatinas, cabarés, assim como crianças, adolescentes e adultos em brincadeiras nos rios e nas ruas, conversas, namoros nas praças e nos

<sup>154</sup> CARMO, A.; ESTEVENS, A. *O conflito social e a construção da cidadania no espaço urbano*. Disponível em: <https://journals.openedition.org/eces/1441>. Acesso em: 14 jun. 2022.

<sup>155</sup> Trecho da entrevista realizada com Waldemar em outubro de 2021.

<sup>156</sup> Sobre a história das ruas de Breves, com destaque para a famosa zona do meretrício de Breves, ler: ALMEIDA, A. G. *Nos ladrilhos da memória: um breve estudo sobre ruas de Breves*. Monografia (Curso de Licenciatura Plena em História). Universidade Federal do Pará, Breves-Pa, 2017.

<sup>157</sup> Trecho da entrevista realizada com Jolenas em outubro de 2021.

trapiches, atividades culturais no cinema, circo e teatro. Nesse mundo urbano em emergência, atravessado por rurbanidades marajoaras<sup>158</sup>, Leão ainda aprendeu narrativas fantásticas envolvendo encantados, visagens e assombrações que recompõem em plenos tempos de modernidade, cosmologias de populações de tradições orais vivas e potentes<sup>159</sup>.

Inspirada em suas lembranças, Rosa destaca que das festas dançantes, tinha o vespéral, que era de tarde, na Sede do Atalaia que hoje é o Hotel Ali babá. [...] “Por exemplo quando eu vinha da missa, eu já ficava por lá. Nesse tempo eu era adolescente. A gente dava uma rebolada lá. Esse vespéral se fazia também na época de carnaval. Tinha concurso de fantasia”.<sup>160</sup>

Antes da gente ser adolescente e ir para a festa, a gente se divertia na rua, de noite, brincava de brincadeira de roda, de anelzinho... a gente fazia brincadeiras de criança e que hoje em dia a gente não vê mais se fazer nada disso. Então a gente brincava de pira esconde, a gente brincava de cemitério, mão de barro... e a gente quando terminava estava todo sujo e melado de terra, mas era divertido, mas hoje em dia a gente vê esses meninos que só vive com esses celulares na mão, tablete e ninguém brinca de nada.

O direito à cidade está marcado por fases. A geração das brincadeiras de ruas, para quem viveu essa fase, deixou boas lembranças, pois gostariam que se repetisse a forma como essa geração viveu; entretanto, não se pode negar a emergência de novas práticas culturais, orientada por novos valores, as quais mesmo em pequenas cidades alteram tradições e costumes. Nesse movimento de mudanças culturais, o meio urbano passa a ter outras atrações; assim como as tecnologias se apresentam de outra forma, muitas trazem o confinamento social, assim, as pessoas mudam, o mundo muda, e o que estava em evidência, muitas vezes perdem forças, mas não desaparece, adormece ou recria-se<sup>161</sup>.

Na realidade, o que vem ocorrendo frequentemente ao longo do tempo é a rápida destruição de estilos específicos de vida e sua transformação em algo novo. A "transformação cultural" é um eufemismo para o processo pelo qual algumas formas e práticas culturais são expulsas do centro da vida popular e ativamente marginalizadas. Em vez de simplesmente "caírem em desuso" através da Longa Marcha para a modernização, as coisas foram ativamente descartadas, para que outras pudessem tomar seus lugares<sup>162</sup>.

<sup>158</sup> BAIA, H. P. *Rurbanidades Marajoaras: produção, consumo e mudanças culturais no espaço da cidade de Melgaço-PA*. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente), Universidade da Amazônia, Belém, 2014.

<sup>159</sup> LEÃO. op. cit. 2004.

<sup>160</sup> Trecho da entrevista realizada com Rosa em setembro de 2021.

<sup>161</sup> WILLIAMS, R. *Marxismo e literatura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979. p. 124-129.

<sup>162</sup> Hall, op. cit. 2003.

Geertz em seu estudo sobre a cultura, defende esta como um conjunto de mecanismos simbólicos que auxiliam na ordenação do comportamento humano<sup>163</sup>. Pela mobilidade do tempo, a tendência é essa dinamicidade, gerações com gostos diferentes, e é essa movência que produz a diversidade e o conflito de gerações, visões e sentidos de mundo, a exemplo da percepção de Rosa acerca das tradições passadas e das práticas atuais.

As memórias de Vanderlei evocaram movimentações culturais folclóricas relacionadas as danças e apresentações do boi bumbá como centro desse cortejo, ampliando as formas e práticas culturais que se expressavam na cidade e em Corcovado, em transformação a partir da década de 1960. Corcovado era a vila beneficiadora de borracha e depois de madeira, onde Vanderlei nasceu e morou até seus 18 anos de idade, quando se mudou para o meio urbano.

Como suporte da identidade, a memória não é conservação, mas reordenamento, reconstrução de lembranças, porque a dinâmica das múltiplas temporalidades interfere no ato do lembrar, fazendo da memória e da identidade fenômenos dinâmicos, dialéticos e potencialmente renováveis.<sup>164</sup>

Vanderlei lembrou que em Corcovado, tinha diversões em comunidade, entre elas a apresentação do boi bumbá. Esse folguedo surgiu no nordeste do Brasil e se disseminou por quase todo território nacional. Ao espalhar-se pelo país, adquiriu nomes, ritmos, formas de apresentação, indumentárias, personagens, instrumentos, adereços e temas diferentes<sup>165</sup>.

O enredo do boi bumbá, recupera uma história típica das relações sociais e econômicas da região nordestina durante o período colonial, marcadas pela monocultura, criação extensiva de gado e escravidão. Basicamente, em todas as áreas brasileiras onde aparece o folguedo, a temática constante se desenvolve em torno de um rico fazendeiro cujo boi de estimação é roubado por Pai Francisco, negro escravo da fazenda que mata o animal do seu senhor para satisfazer o desejo de sua esposa grávida, Mãe Catirina, que quer comer a língua do boi. Quando descobre o sumiço do animal, o fazendeiro manda os vaqueiros procurarem o boi. Ao descobrir o autor do crime, o dono da fazenda obriga Pai Chico a trazer o boi de volta, sob pena de ser morto. Pajés e curandeiros são convocados para reanimar o animal e, quando o boi ressuscita urrando, todos os brincantes cantam e dançam em redor do boi, em uma enorme festa para comemorar o milagre<sup>166</sup>.

---

<sup>163</sup> GEERTZ, C. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1989.

<sup>164</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>165</sup> LIMA JÚNIOR, J. B. Negros a bumar: Boi caprichoso, sociabilidade e resistência em Manaus (décadas de 1920 a 1940). *Aedos*, Porto Alegre, v. 14, n. 31, p. 91-110, jul./dez. 2022.

<sup>166</sup> Idem.

O historiador e antropólogo, Maurício Costa, estudioso dos cordões de bois em Belém na virada do século XIX e meados do século XX<sup>167</sup>, assinala que “os cordões de boi tornavam-se então prática legítima de sociabilidade festiva das classes trabalhadoras dos bairros pobres de Belém, diante da apreciação pública e a despeito de juízos condenatórios de membros das elites e da repressão policial vivida no período em questão”<sup>168</sup>. Na narrativa do professor Vanderlei não apareceram os possíveis conflitos vividos pelos moradores de Corcovado em torno das apresentações do Boi Pai do Campo, contudo, a presença de famílias negras na condução da manifestação cultural nesse espaço marajoara, como a própria família do narrador, une tradições da festa do Boi-Bumbá entre Belém e o interland paraense. Nesse sentido, Costa complementa, deixando ver os vínculos entre os cordões de boi com as “matrizes culturais negras evocadoras de temas e tipos sociais amazônicos (caboclos, índios, vaqueiros), ao mesmo tempo, constituídas como atração predominante do mercado de entretenimento da cidade (o “Boi de Fama”)<sup>169</sup>.

Em Breves os primeiros registros dessa tipologia folclórica datam da década de 1960 com o Folgado Junino do Boi Pai do Campo e essa primeira fase se encerra na segunda metade da década de 1970, retornando as apresentações no início da década de 1980.

Oliveira é uma das filhas da responsável pelo Folgado do boi Pai do Campo, nas décadas de 1980/1990. Narrou que tudo começou quando sua genitora, seu Zé Jardim e esposa, que eram vizinhos e gostavam de se reunir para tomar o café da tarde juntos e nas conversas de final de tarde, entre seriedades e brincadeiras, numa cidade que começava a respirar o progresso da madeira e do palmito, o casal de amigos de sua mãe revivia momentos das suas vidas, e um dos fatos com maior visibilidade saudosista, foram as lembranças da dança do boi de Zé Jardim e dona Mariana.

As lembranças de Zé e Mariana foram do tempo em que seu Cazuzo Jardim era responsável pelo Boi Pai do Campo, em sua primeira versão. Oliveira conta que os amigos e vizinhos resolveram retomar essa manifestação cultural na década de 1980. O primeiro passo foi ouvir as memórias de seu Zé e dona Mariana e registrá-las para o papel. Os amigos se reuniam na casa de dona Raimunda e Adriana, embora ainda com aproximadamente 10 anos de idade, como ficava em casa no contraturno da escola, foi responsável de escutar o enredo da

<sup>167</sup> Entre os trabalhos do pesquisador paraense, vale consultar: COSTA, A. M. D. *Bumbás da Amazônia: negritude, intelectuais e folclore* (Pará, 1888-1943). Jundiaí-SP: Paco Editorial, 2022; COSTA, A. M. D. Os bumbás da Amazônia: literatura, etnografia e folclorização dos cordões de boi nas versões de intelectuais modernistas (1927-1943). *Topoi* (online): *Revista de História*, v. 23, p. 193-216, 2022.

<sup>168</sup> COSTA, A. M. D. Boi de Fama: 'Pessoal de bumbá', agentes do estado, jornalistas, literatos e a sociabilidade festiva nos subúrbios de Belém (décadas de 1920 e 1930). *Varia História* (UFMG. Impresso), v. 37, 2021, p. 189.

<sup>169</sup> Idem.

história do Pai do Campo e registrava em manuscrito. Suas irmãs com mais idade depois faziam a revisão.

Eu aprendi muito e passei a gostar do folclore brasileiro, foi uma experiência única em ter podido conviver e contribuído diretamente com uma manifestação cultural que não nasceu aqui em Breves, mas que vem para cá, acredito trazido por nordestinos e que passou a fazer parte de nossa cultura. Hoje não tem mais apresentação do Boi Bumbá. Hoje em nossa cidade as novas gerações de pessoas estão mais ligadas as tecnologias digitais<sup>170</sup>

Essa transformação cultural é um processo pelo qual algumas formas e práticas culturais são deixadas de lado do centro da vida popular e ativamente marginalizadas. No caso do Boi Pai do Campo caiu em desuso através da “longa marcha” para a modernização, as coisas foram ativamente descartadas, para que outras pudessem tomar seus lugares.

Vanderlei Castro em outro contexto, também viveu as experiências com as apresentações folclóricas do boi bumbá, suas narrativas estão contextualizadas em uma temporalidade focada das décadas de 1960 a 1970. Para ele, um tempo da magia que era fazer parte da festa do Boi, tempo que ele morava em Corcovado e que foi seduzido pelos batuques, toadas das músicas que unia a comunidade. Disse que a Cidade de Breves e a Vila de Corcovado viveram momentos culturais que envolveram a sociedade brevesense por meio do folclore brasileiro. O Boi Bumbá, sinonimamente identificado na cidade de Breves como “Pai do Campo”, fase primeira já identificada por Oliveira que foi comandada por Cazuzza Jardim e os “Veludinho e Harmonioso”, da Vila de Corcovado, comandado pelo seu Raimundo Sarges de Castro.

Raimundo, pai de Vanderlei, conhecido como Coroca, veio do Rio Macacos para a Cidade de Breves na década de 1940, depois foi morar em Corcovado ainda solteiro; casou-se e desde jovem já demonstrava proximidade com a cultura popular. Em Corcovado, seu Antônio encontrou pessoas que conjugadas pelo desejo de movimentar o lugar por meio das manifestações culturais do folclore brasileiro, deram vida e viveram momentos de construção de identidades, de amizades e lembranças de tempos vividos. Para Geertz, a cultura não é nunca particular, mas sempre pública, eis que os significados dos comportamentos são compartilhados pelos sujeitos que convivem em determinados contextos, constituindo-se em um fenômeno social, cuja gênese, manutenção e transmissão estão a cargo dos atores sociais<sup>171</sup>. Vanderlei trouxe a memória afetiva de seu pai e das manifestações que fez parte.

---

<sup>170</sup> Trecho da entrevista realizada com Adriana Oliveira, 16 de dezembro de 2022.

<sup>171</sup> GEERTZ, C. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora S.A, 1989.

Em Corcovado meu pai fez parte do Veludinho e Harmonioso. Tinha também o Estrela Dalva que era oposição ao Veludinho. Eu fui Xororó do boi Flor do Campo. E aqui em Breves tinha o Pai do Campo, e o puxador desse boi se chamava Bebê Gaiola. E havia muito negócio de desafio. O meu pai... talvez, se hoje eu me destaco, no campo da poesia, por causa do meu pai, meu pai gostava disso. Uma vez o Pai do Campo, devido a amizade do Bebê Gaiola com o Neném Teixeira que era líder político, ele foi lá, levar o Pai do Campo em Corcovado e estava lá o Harmonioso. O Pai do Campo estava no trapiche, na chegada do Pai do Campo, puxou uma toada:

O contrário me mandou dizer,  
 Eu não tenho culpa dele não saber  
 Eu não tenho inveja, da nossa toada  
 A Moreninha eu dava emprestada  
 Eu sei que vocês querem me matar  
 Eu morro, mas não deixo de cantar

Segundo o professor Vanderlei, o seu pai puxou com essa cantoria e depois, ele respondeu:

Eu vim trazer a notícia oh morena, varre o terreiro,  
 Em ordem da polícia e do embaixador brasileiro.

O pai do narrador gostava muito das cantorias de desafios. Relembrou que “quando houve a questão do desafio lá de Corcovado, a gente fazia muitas brincadeiras[...] o apelido do meu pai lá era Coroca[...] e eles[...] puxaram no Estrela Dalva, eles puxaram uma canção assim”:

Ei, de lá, ei de cá,  
 Ô Maria vou te levar,  
 Eu mandei fazer o tambor  
 Da folha da sororoca  
 Para atender um veludinho e também o senhor Raimundo.

As músicas de bois permitem olhares para rico e amplo universo das tradições orais indígenas e africanas. Sarraf-Pacheco ao mapear manifestações culturais, pelos caminhos da memória de moradores antigos de Melgaço, inicialmente, e depois em diálogo com a literatura Dalcidiana, surpreende a presença do Boi em outras localidades marajoaras. Segundo o historiador marajoara,

Em Melgaço, no tempo das diásporas nordestinas para os seringais do Marajó das Florestas, duas manifestações artísticas passaram a fazer parte do cotidiano de vida dos moradores da vila. Tratam-se do cordão do Japiim e do Boi Estrela, preparados para apresentações no período junino, em espetáculos de teatro popular de rua. Esses dois folguedos podem ser lidos como marcas

das cosmologias afroindígenas nas formas de representar a vida social, seus conflitos, contradições, derrotas e vitórias<sup>172</sup>.

Para Sarraf-Pacheco, dançar o japiim e o boi, na ótica dos moradores, “não era uma questão apenas de entretenimento, passatempo, mas um momento em que o mundo do trabalho assumia facetas e papéis sociais diferenciados dos normalmente vividos, criando outras possibilidades de construir caminhos de vida”. A festa do boi envolve uma série de elementos simbólicos, como a figura do boi, os desafios, a música, a dança, os personagens, as roupas, os núcleos e os adereços. O Boi Bumbá é uma expressão da cultura popular que tem um forte apelo emocional e afetivo para as comunidades que a praticam e preservam.<sup>173</sup>

Vanderlei lembrou que eles brincavam. Faziam desafios. E o seu pai era desses de chegar no terreiro e puxar o desafio na hora. A pessoa que puxava as toadas - desafios era chamada de Amo do Boi. O narrador explica que “as comédias funcionavam [...] Vamos dizer que ia sair de casa à noite para dançar em um terreiro da vila, e iniciava o trajeto até o local de apresentação, cantando”:

Vamos querida lua  
Eu não quero andar sozinho  
Nem que a morena espere o Peludinho no caminho

Chegava no terreiro e acontecia toda a apresentação do boi. Era preciso vender todas as peças do boi, o que garantia o dinheiro para as despesas do folguedo. Na hora da matança do boi em que o Nego Chico atirava e matava o animal de estimação, “vendia a língua, vendia o filé[...] fazia toda aquela comédia. A comédia do boi tem a entrada e a saída. O papai puxava, assim”:

Estava na ponta da areia morena eu vi teu choro (2x)  
Apaga a lanterna de vidro e acende a lanterna de ouro

E a resposta na hora da matança, traduzia-se:

Chico prepara a tua arma  
Para tu te apresentar  
Atira o veludinho, mas não é para matar

Saia o Chico, o Cajumbá, a Catiri e o Sororó e toda a família e a toada continuava:

<sup>172</sup> SARRAF-PACHECO, A. *Cosmologias Afroindígenas na Amazônia Marajoara. Projeto História* (PUCSP), v. 44, 2012, p. 215.

<sup>173</sup> SALLES, V. *O negro no Pará sob o regime da escravidão*. 2. ed. Brasília, DF; Ministério da Cultura; Belém, SECULT-PA, 1988 p. 193-195.

Eu já vou atirar  
Te prepara veludinho, mas não é para matar.  
E ele cantava tudo de novo.<sup>174</sup>

As lembranças descritas por Vanderlei destacam um cenário comunitário de sociabilidades, entre comunidades rural e urbana, ligados pelas águas que conectam diferentes portos, repentistas, em desafios de musicalidades. Um espaço movido por trabalhadores da borracha, de serrarias, donas de casa, estudantes, que em seus momentos de lazer, produziam manifestações culturais em que a musicalidade era dominante. De acordo com Abreu, a musicalidade de um povo ou grupo social é uma construção social, cultural, ambiental e histórica, dessa forma, os sons e as músicas contribuem para a caracterização da identidade do lugar<sup>175</sup>.

O Folgado Junino dos Bois Harmonioso e do Veludinho faziam o chamamento pelas ruas até chegar ao local de apresentação, quase sempre era festa em comemoração aos santos: Santo Antônio, São Marçal, São João e São Pedro. Guardadas as proporções em relação aos grandes festivais realizados na Amazônia, os bois em Corcovado, também, durante as apresentações das toadas, do ritmo dos tambores, as vestimentas, o espetáculo colorido e brilhante, levavam o público à emoção, a um estado de encantamento em suas apresentações.

Esse auto junino agrega uma história sociocultural que visibiliza traços das identidades culturais paraenses e marajoaras de matrizes afroindígenas. A forma de narrar a saga do boi pelos populares retrata a diferença entre as classes sociais, onde o dono do boi é o dono da fazenda – homem branco, proprietário dos meios de produção em uma sociedade em que ele é a referência padrão, deixando de lado, à margem, as vontades de pessoas diferentes de sua classe, de sua cor, de realizar seus sonhos, seus desejos. Os que pensavam fugir as regras societárias eram penalizados e foi o que aconteceu com o Nego Chico, que ao almejar realizar o desejo de sua amada, colocou sua vida em jogo. Entretanto, o enredo da prosa pensada pelas ancestralidades negra e indígena, não era de morte ou de dor para ninguém, o que ao certo o povo queria, era juntar as pessoas, com o intuito de festejar a vida, embora sofrida, onde no ressuscitar do boi, haveria um renascer de forças, de amizade, de amor e união.

<sup>174</sup> Trecho da entrevista realizada com Vanderlei em outubro de 2021.

<sup>175</sup> ABREU SILVA, G. H.; COSTA SILVA, J. A música dos bois-bumbás: um forte elemento na caracterização do lugar parintinense. In: KOZEL, Salete; COSTA SILVA, J.; FILIZOLA, R.; GIL FILHO, S. F. (org.). *Expedição Amazônica: desvendando espaço e representações dos festejos em comunidades amazônicas. A festa do boi-bumbá: um ato de fé*. Curitiba: SK Ed. 2009. p. 97-116.

Os terreiros de ruas se tornaram palcos de falas múltiplas e repletas de significados, em um Brasil rural, que com a migração, chegou aos mais diversos lugares, nas mais diversas feições e significados, promovendo deslumbre aos foliões do Boi Bumbá, solidários e unidos nas situações folclóricas e reais, alimentados de alegria, esperança e fé, louvam, proclamam sua dignidade, dançando e cantando a sagrada sinfonia da vida!

A cidade é um espaço de intenso circuito cultural, onde diversas práticas e manifestações são criadas, vivenciadas e transformadas, como as festas, os folguedos, os cinemas, os movimentos da juventude e tantas outras formas de lazer e sociabilidades apresentadas. Se nesse espaço interagem pessoas de diferentes origens e culturas, ao mesmo tempo, ficam nítidas as diferenças nas artes de brincar, por exemplo, das crianças das classes sociais mais abastadas e das crianças pobres. Por esses termos, a cidade passa a ser também território de conflitos e disputas, onde diferentes grupos sociais lutam pela legitimação e reconhecimento de suas práticas culturais e identidades. Grupos sociais subalternos frequentemente utilizam a cidade como um espaço de resistência e afirmação de suas cosmologias, seja em saberes e fazeres, seja em movimentos sociais, religiosos e artísticos.

## 2.4 Religião e religiosidade

A religião, considerada preocupação suprema, é a substância que dá sentido à cultura, e a cultura, por sua vez, é a totalidade das formas que expressam as preocupações básicas da religião. Em resumo: religião é a substância da cultura e a cultura é a forma da religião. Com isso evita-se o dualismo entre religião e cultura. Cada ato religioso, não apenas da religião organizada, mas também dos mais íntimos movimentos da alma, é formado culturalmente<sup>176</sup>.

A efervescente e emergente cultura urbana, vivida na cidade de Breves a partir da década de 1940, ainda intensamente impregnada dos modos de ser e viver da floresta, protagoniza-se pelo trânsito de embarcações, pessoas, ideias, equipamentos, produtos, movimentos e eventos culturais populares. Nesse contexto, práticas religiosas como práticas culturais para dialogar com Tillich, movimentam a alma das pessoas e da cidade, complexificando a vida cotidiana urbana.

A presença e a permanência da Ordem dos Agostinianos Recoletos em Soure, Marajó na década de 1930 e a chegada dos padres recoletos em Breves, em 1940, demonstra o reavivamento do poder eclesiástico na região. Até 1977 a igreja viveu a fase da desobriga, quando os padres saíam da cidade de Breves para o meio rural e se deparavam com um

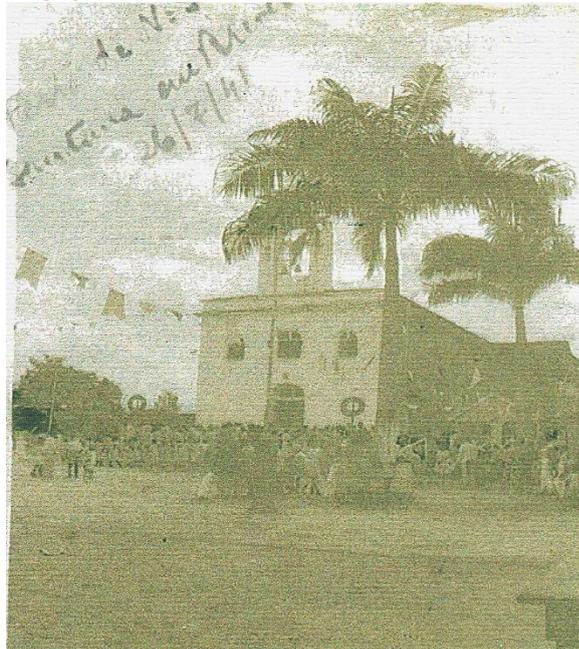
---

<sup>176</sup> TILLICH, P. *Teologia da Cultura*. Fonte Editorial, São Paulo, 2009, p. 83.

emaranhado de rios, a frondosidade da floresta, as grandes distâncias, o clima diferente, a pobreza, o analfabetismo da população, as doenças e a falta de meios para combatê-las, etc. Poucas eram as vilas com concentração populacional. A maioria das famílias tinha suas casas espalhadas pelas margens dos inúmeros rios. Dessa forma, para realizar as desobrigas, os padres passavam meses pela zona rural dos municípios, administrando os sacramentos da igreja, em lugares estratégicos.<sup>177</sup>

Na cidade de Breves, maior território agostiniano da região<sup>178</sup>, os rituais missionários e catequéticos seguiam em normalidade. Os interlocutores desta pesquisa indicaram que havia missas dominicais<sup>179</sup> e eram realizadas na Igreja de Sant'Ana (imagem 06). As seis e meia da manhã, a primeira missa. Às sete ou oito horas, a segunda missa, que era a dos jovens. Tinha uma terceira missa, que era a das crianças. E a da noite.<sup>180</sup> A missa era um compromisso, uma obrigação de família aos domingos e nas datas do calendário católico. Era costume ter a roupa da missa do domingo.<sup>181</sup> Se a avó ia, o neto deveria ir junto.<sup>182</sup>

**Imagem 6-** Igreja Matriz de Sant'Ana



**Fonte:** Arquivo da Biblioteca Municipal de Breves

<sup>177</sup> MILLÁN, C. *Marajó: uma grande aventura de evangelização*. Disponível em: <https://silo.tips/download/marajo-uma-grande-aventura-de-evangelizaao> Acesso em: 14 jan. 2021.

<sup>178</sup> Disponível em: [https://www.estadosecidades.com.br/pa/breves-pa\\_religioes.html](https://www.estadosecidades.com.br/pa/breves-pa_religioes.html)

<sup>179</sup> Trecho da entrevista realizada com Waldemar em outubro de 2021.

<sup>180</sup> Trecho da entrevista realizada com Rosa em outubro de 2021.

<sup>181</sup> Trecho da entrevista realizada Waldemar em outubro de 2021.

<sup>182</sup> Trecho da entrevista realizada com Jolenas em outubro de 2021.

A imagem é da Igreja Matriz de Sant'Ana, padroeira do município de Breves, localizada na Avenida presidente Getúlio Vargas, esquina com a Avenida Rio Branco. A foto data de 26 de julho de 1941, corresponde ao encerramento da festividade de Sant'Ana. Os relatos da monografia de Breves, escrita por Braga<sup>183</sup> destaca que quando o lugar dos Breves foi elevado à categoria de Freguesia e depois a município, nessa mesma data foi criada a paróquia de Sant'Ana dos Breves e, posteriormente, a Igreja Matriz. Resguardando algumas inserções arquitetônicas o prédio preserva suas estruturas originais.

A Igreja de Sant'Ana se tornou parte da vida de muitas pessoas. Nesse espaço cristão, muitos católicos iam às missas, realizavam batizados, recebiam a primeira eucaristia, crismavam-se e se casavam. Vanderlei, em suas lembranças, descreve em detalhes elementos de como era a missa que ele participava.

As missas eram feitas somente nas igrejas. Não tinha nas comunidades. Eu assistia missa com o Frei Dolsé. Naquela época não tinha sistema de som. Tinha a capela com o coro da igreja. Faziam parte do coro: o Ferdinando, Professora Aurea cantando, tocando. Tinha a Raimunda Brito, a Maria do Carmo, a Dona Carmem, irmã do Gui. Esse pessoal eu vi cantando na igreja fazendo a capela, sem microfone, sem violão, sem caixa de som. Já veio a ter esses instrumentos na geração de Édson Leite, Palito... nós que começamos a tocar, mas nessa época não tinha, não. Exceto em momentos especiais, o Ferdinando tocava acordeom, o seu Felipe ia no saxofone. Somente em tempo de festa. Nas missas do dia a dia não tinha isso.

Um ritual missal influenciado pelas mudanças implantadas oficialmente pelo Concílio Vaticano II, mas que foi ganhando forças e o movimento cresceu, sobretudo a partir da primeira Grande Guerra (1914-1918) e, mais ainda, durante e depois da segunda (1939-1945) que se foi sentindo, cada dia mais, a necessidade de levar os fiéis a participarem diretamente na Liturgia. José Ferreira destaca que alguns países mais do que em outros, sentia-se, de dia para dia, o entusiasmo crescente pela redescoberta da Liturgia como expressão normal da Igreja em oração. Foi-se ultrapassando a oposição, a princípio dolorosa, entre oração pessoal e oração litúrgica, entre oração individual e oração comunitária. E, simultaneamente, ia-se desvendando o mistério da própria Igreja<sup>184</sup>.

A Missa que Vanderlei descreve, no início da década de 1970, referente a participação da comunidade nas celebrações, deixa aparente que as pessoas além de escutar o clero, queriam se envolver em outras atividades, como nos corais, varrer a igreja, ajudar na catequese. O povo das florestas é conhecido como pessoas que sentem a necessidade de colocar seus traços, seus

---

<sup>183</sup> BRAGA, *op. cit.*, 1919.

<sup>184</sup> FERREIRA, J. *A liturgia antes do Concílio Vaticano II*. Disponível em [https://www.liturgia.pt/anodafe/A\\_Liturgia\\_antes\\_do\\_Concilio\\_Vaticano\\_II.pdf](https://www.liturgia.pt/anodafe/A_Liturgia_antes_do_Concilio_Vaticano_II.pdf). Acessado em: 14 jan. 2021.

jeitos, sua maneira de sentir nos eventos que participam como protagonistas sociais e a Ordem dos Agostinianos Recoletos, acompanhando o movimento de reformulação nas celebrações pelo vaticano, viu nascer a junção de clero e comunidade no fortalecimento da igreja católica e nos trabalhos eclesiais de base no Marajó.

Nas relações entre cidade, comunidade e igreja, várias faces das missas são contadas. Histórias que compõem a cultura do lugar. Uma delas, a missa apresenta elementos simbólicos e litúrgicos que têm papel importante na construção da religiosidade da cidade. As vestes dos sacerdotes, o incenso, as velas e as imagens sagradas são exemplos de elementos que contribuem para a criação de um ambiente sagrado e para a aproximação dos fiéis com o divino. Além disso, a missa é uma prática que permite a expressão coletiva da fé, reforçando a identidade religiosa da comunidade. Para Mary Douglas,<sup>185</sup> antropóloga britânica, a religião é um aspecto fundamental da cultura, uma vez que ela reflete as crenças e os valores de uma sociedade.

Nessa relação entre cidade, religião e religiosidade, se tem personagens que com o seu jeito de ser e de agir frente as ações que fazem ou fizeram, marcam a comunidade, um desses sujeitos nas atividades eclesiais foi o Frei Dolsé; espanhol que chegou em Breves na década de 1940, com a missão de evangelizar e fortalecer a Igreja Católica no Marajó das Florestas. Suas marcas estão na comunidade de maneira material e imaterial. Por sua contribuição eclesial e social, foi homenageado com o seu nome em uma praça pública no centro da cidade, na avenida Rio Branco, onde pode ser visto o seu busto.

O patrimônio imaterial<sup>186</sup> está nas memórias das pessoas que assistiam as missas que Frei Dolsé rezava, em um tempo em que as celebrações eram feitas em latim. Vanderlei e Jolenas destacam em suas narrativas as missas tridentinas.<sup>187</sup>

As missas eram pela manhã e tarde, eram rezadas pelo Frei Dolsé e não tinha esse negócio de microfone. A gente ia para a missa e ouvia pouco e não compreendia nada. A gente ia por questão de credibilidade [...] (risos do interlocutor) de crença, de crença... primeiro que a gente ia ouvir o que? Primeiro que ele falava muito grosso. Ele nunca aprendeu a falar português. O Frei Dolsé morreu aqui em Breves sem aprender a falar português (tentou imitar o Frei uaraurau [...]) e todo tempo era assim:

<sup>185</sup> DOUGLAS, M. *Pureza e perigo*. São Paulo: Perspectiva, 1976.

<sup>186</sup> O Patrimônio Imaterial, também conhecido como Patrimônio Cultural Imaterial, é composto por expressões culturais e tradições que fazem parte da identidade de uma comunidade, como práticas, representações, conhecimentos, técnicas, expressões artísticas, celebrações e festas. Ele é transmitido de geração em geração e possui um valor cultural, histórico e social, confiante para a diversidade cultural e para a construção da identidade dos povos. A definição foi estabelecida pela UNESCO em 2003, na Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial.

<sup>187</sup> A Missa Tridentina é a liturgia da Missa do Rito Romano contida nas edições típicas do Missal Romano, que foram publicados de 1570 até 1962. Todas estas edições tinham a indicação "ex decreto sacrosancti Concilii Tridentini restitutum". Para maiores aprofundamentos, acessar: <https://www.veritatis.com.br/leitor-quer-saber-diferencas-entre-o-rito-novo-e-o-tridentino/>

uaraurau [...]A Igreja Matriz sempre foi esse tamanho, imagina ele falando do altar e a pessoa lá no fim, vai ouvir o quê? De um padre falando grosso, como era a voz dele muito grave[...] uaraurau[...] (imitando o Frei), entendeu. Então as pessoas iam mais pela fé. [...] no meio da igreja eles colocavam aquele espaço, que se chama de púlpito, ele ia para o meio da igreja lá, subia, para falar[...] era assim... mas[...] então as pessoas iam mais pela fé.<sup>188</sup>

Jolenas amplia a narrativa ao falar que as missas proferidas pelo Frei Dolsé por algum tempo foram rezadas em latim e, segundo ele, o interessante era que as pessoas respondiam<sup>189</sup>. O Frei Dolsé falava: *Dominus vobiscum*<sup>190</sup> e engraçado que as pessoas respondiam: *Et cum spiritu tuo*<sup>191</sup>. Com a conclusão e aprovação do Concílio Vaticano II, a partir de 1965, tem-se a mudança do latim para o português nas celebrações religiosas católicas e o envolvimento das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) para o fortalecimento da evangelização.

Em Breves, na atualidade (2023), não se tem notícias que as Ordens Religiosas Católica Agostiniana dos Recoletos, na Paróquia de Sant’Ana e a Franciscana, da Paróquia Santa Terezinha do Menino Jesus, realizem missas tridentinas. Os registros orais colhidos em pesquisas retratam o Frei Dolsé como o religioso que realizava as celebrações em latim.

Diante de uma cidade que apresentava uma grande religiosidade, a Educação Religiosa se tornava componente obrigatório à formação das famílias brevenses. Educar pelos conteúdos cristãos católicos dava às novas gerações temor a Deus e, ao mesmo tempo, a continuidade nos projetos católicos nos Marajós, uma vez que Breves também se fortaleceu como polo religioso desde 1940 com a vinda dos Padres Agostinianos Recoletos.

A catequese no Brasil apresenta-se com a vinda da Igreja Católica, especialmente com a chegada das ordens religiosas. A luta por enquadrar as populações nativas e diaspóricas na ritualística teológica cristã revela-se desde os primeiros tempos da colonização<sup>192</sup>. Esse processo acirra-se ainda mais em “[...] meados do século XIX”, porque a Igreja “manifestava preocupação com um maior enquadramento disciplinar e doutrinário, tanto dos clérigos como de seus fiéis”<sup>193</sup>.

<sup>188</sup> Trecho da entrevista realizada com Vanderlei em outubro de 2021.

<sup>189</sup> Trecho da entrevista realizada com Jolenas em outubro de 2021.

<sup>190</sup> Significado de *Dominus vobiscum*: O Senhor esteja convosco. Saudação litúrgica, frequentemente usada na missa, no ofício divino e no ritual católico romano. Disponível em: <https://www.dicionariodelatim.com.br/dominus-vobiscum/>. Acesso em: 19 jan. 2022.

<sup>191</sup> *Et cum spiritu tuo* é um sacramental antigo em forma de saudação, tradicionalmente usado pelo clero na Missa do Rito romano, e na administração de outros sacramentos e sacramentais desse mesmo rito, bem como em liturgias de outras denominações cristãs ocidentais. Os Bispos por sua vez, na Missa antes da Colecta, e quando o Gloria é cantado, usam a fórmula "Pax Vobis", em vez de *Dominus vobiscum*, sendo o responso o mesmo. Acesso em: <https://artsandculture.google.com/entity/m0bsv06?hl=pt> Disponível em: 19 jan 2022.

<sup>192</sup> SARRAF-PACHECO, op. cit. 2009.

<sup>193</sup> SOUZA, J. C. O caráter religioso e profano das festas populares: Corumbá, passagem do século XIX para o XX. *Rev. Bras. Hist.* v. 24, n. 48, p. 333, 2004.

Na Amazônia e no Marajó, respeitando as singularidades em relação ao restante do Brasil, a presença das ordens religiosas entre os séculos XVII e XVIII e depois ao longo dos séculos XIX, XX e em tempos atuais, as orientações seguiram uma perspectiva universalizante, porque fazia parte do grande projeto institucional religioso de cristianização das populações. As memórias de Rosa trazem a “Dona Deide”, a professora de catequese. Uma mulher que trabalhava com os padres há muito tempo. Era uma velha, uma “moça velha”. Então ela catequizava do lado da Casa Paroquial. Lá era o Salão Paroquial. Nessa época, esse salão servia como cinema”. Jolenas lembrou que estudava durante a semana na escola e no sábado era levado para a igreja católica para fazer o estudo do catecismo, visando a primeira comunhão. Era preciso contar os pecados para o padre, mas não contavam tudo (risos do interlocutor).<sup>194</sup> Já Vanderlei socializou que a sua catequese foi na escola. A primeira comunhão foi em Corcovado. Dia de sábado se reuniam e a professora os levava para a igreja para rezar o terço. Então lá se fazia a catequese. Do jeito que eles pensavam. Era lá que se preparava para a primeira comunhão.<sup>195</sup>

Fazíamos a primeira comunhão, era uma festividade. Roupa toda branca, vela branca... significando pureza. Era uma coisa tão bonita, nem sei se ainda existe isso. Esse ritual católico era comum nas famílias. Era difícil a família que não participava com seus filhos do ensino do catecismo, da primeira comunhão. A crisma só vinha depois, quando a pessoa já estava consciente de tudo. Eu nem sei se fui crismado. Mas eu acho que fui, porque a minha avó não deixava por menos<sup>196</sup>.

As procissões, os arraiais e os bingos movimentavam a cidade entre as décadas de 1960 a 1980, nas lembranças de antigos moradores – o sagrado e do profano. Tanto as festividades do calendário oficial – Sant’Ana e São Sebastião - como as de responsabilidade da comunidade - Divino Espírito Santo e São Pedro. As festas comunitárias tinham seus rituais começando pela tiragem da madeira para fazer o mastro, prepará-lo com enfeites, levantá-lo para que a festa pudesse ser iniciada, derrubá-lo para decretar seu término, realizar ladainhas domésticas, compartilhar alimentos e diversões dançantes, ritual passado de geração para geração.<sup>197</sup> Ou então, o movimento religioso vinha pelos rios e igarapés, no ritmo das marés, um barco trazendo o santo e anunciando por onde passava que a comunidade estava em festa. As casas se preparavam para receber os foliões que em alto e em bom tom tocavam os hinos ao som do trombone animando a romaria.

<sup>194</sup> Trecho da entrevista realizada com Jolenas em outubro de 2021.

<sup>195</sup> Trecho da entrevista realizada com Vanderlei em outubro de 2021.

<sup>196</sup> Ibid., 2021.

<sup>197</sup> SARRAF-PACHECO, op. cit., 2009.

Havia também os foliões. No porto da minha vó eles desembarcavam o santo lá, a imagem lá, iam para sala da casa da minha vó. A mesa já arrumada, com melhor toalha de renda, santo cheio de fita. Os foliões chegavam em uma canoa grande, chamada de batelão. Eles vinham tocando e cantando, e o pessoal da música tocando... uma única coisa que vou imitar aqui para ti: pom, pom pom pom, pom (o narrador emitiu o som com a boca,) e eu ficava alegre, porque eu sabia que ia ter biscoito com guaraná. No batelão o folião vinha na frente com a bandeira do santo desenhada, anunciando que o santo estava passando pela comunidade e lá atrás vinham as ofertas: porco, galinha, pato, vindo para a casa da minha vó. A imagem do santo vinha na parte coberta pela panaparica<sup>198</sup> do sol ou da chuva.<sup>199</sup>

A festa, enquanto evento sagrado, é vivido por uma comunidade como um momento intenso no qual a dispersão da vida cotidiana é substituída pelo agrupamento e concentração da energia e de seus integrantes<sup>200</sup>. O catolicismo popular é aquele que é expresso pelos fiéis leigos, isto é, aqueles que não se constituem como membros do corpo eclesiástico oficial da Igreja católica.<sup>201</sup> Assim, esse catolicismo tem características específicas, e, normalmente, há conflitos com o catolicismo oficial, que deseja fazer o controle dos ritos religiosos e do acesso aos bens de salvação. Nesse ponto, os bens de salvação são geridos pelas igrejas, que determinam a forma que os fiéis terão acesso a eles. Logo, no catolicismo popular, o processo de apropriação desses bens é desigual, assim como na cultura, por motivos homólogos.<sup>202</sup> Desse modo, as festas de santo são uma forma que os leigos engendraram para obter acesso a alguns bens de salvação sem a necessidade da intermediação de uma autoridade eclesiástica.

Nesse contexto, de comunhão entre os católicos, a alimentação fazia parte da integração, da sociabilidade. As doações, as coletas – porcos, galinhas, patos, se transformavam em alimentos, distribuídos gratuitamente nos almoços onde se juntavam os foliões, os festeiros, num ritual significativo de partilha para a comunidade, tanto para quem doava, quanto para quem os recebia, preparava e distribuía o alimento. A refeição deixava de ser apenas uma necessidade biológica e transformava-se em um acontecimento social, onde todos queriam participar.

Na Paróquia de Sant’Ana, Breves, duas festividades estiveram sempre presentes, a de São Sebastião, co-padroeiro e de Sant’Ana, a padroeira. A metodologia da festa obedecia a um ritual muito parecido (religioso e profano - missa, novenas, ladainhas e a parte profana– jogos de bingo, leilões para arrecadar fundos para a paróquia), ou seja, sagrado e profano se

<sup>198</sup> Cobertura feita de galhos de árvores e folhas da palheira.

<sup>199</sup> Trecho da entrevista realizada com Jolenas em outubro de 2021.

<sup>200</sup> FRUGOLI, R.; BUENO, M. S. O círio de Nazaré (Pará, Brasil): relações entre o sagrado e o profano. *Turismo & Sociedade* Curitiba, v. 7, n. 1, p. 135-155, jan. 2014.

<sup>201</sup> MAUÉS, R. H. *Padres, pajés, santos e festas: catolicismo popular e controle eclesiástico*. Um estudo antropológico numa área do interior da Amazônia. Belém: CEJUP, 1995.

<sup>202</sup> GARCÍA CANCLINI, N. *Diferentes, desiguais e desconectados: mapas de interculturalidade*. 2. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007.

entrelaçam nas festividades. As diferenças encontram-se em relação a quantidade de pessoas. A da padroeira foi a que sempre agregou um número maior de fiéis. Até a década de 1990, existia o arraial da festividade ao redor da quadra onde está a igreja, estendendo-se até a Praça do Operário com barracas de marreteiros que vendiam roupas, calçados, brinquedos, utensílios domésticos, joias, de trios, de jogatinas e o parque com roda gigante, dangue, cavalinhos, patinhos, carrinhos, lanchonetes e bares.<sup>203</sup> No local onde hoje chama-se praça Frei Dolsé, eram colocados barquinhos de brinquedos. Vanderlei lembra que comprava ingresso e o próprio vendedor era quem movia o barquinho com a pessoa dentro, era o cara do barquinho que te sacudia (risos).<sup>204</sup>

Nas noites que antecedia o denominado dia da festa, primeiramente se fazia a novena, se tinha a noitada de responsabilidade de uma família, ou de uma comunidade, de uma ou várias serrarias, ou de várias secretarias da prefeitura que, geralmente, era composta por bingos, leilões e comidas. O Barracão era o local de concentração e acontecia sempre à noite. No dia da festa acontecia a procissão, 20 de janeiro - São Sebastião, 26 de julho, de Sant'Ana. A cidade ficava muito movimentada e recebia uma grande quantidade de romeiros vindos do interior e de municípios vizinhos como Bagre, Melgaço, Portel, Anajás, Belém durante o dia.

Como eu sou de Corcovado a gente vinha em quatro festas aqui na cidade: São Sebastião, Semana Santa, Festa de Sant'Ana e Finados. Quatro festas no ano. Nessas datas vinha toda a família. O meu pai comprava aqueles cascos grandes e nessas datas os conhecidos iam lá com o papai e pedia uma passagem para Breves, e o meu pai dizia: tudo bem, traz o teu remo. Ele tinha a vaga no casco, mas tinha que remar para chegar à cidade. Vinham vários cascos e tinha aquela porfia, para ver quem chegava mais rápido. O povo vinha cantando. Era só uma alegria.<sup>205</sup>

Para abrilhantar as noitadas ou na última noite quase sempre tinha uma atração que vinha de outro local. Em suas lembranças, Jolenas destaca que recorda do jaze - era uma banda, um conjunto musical -. O jaze vinha... vinha de Monte Alegre... Eles chegavam tocando no navio: o baterista, o saxofonista, o trompetista... eram em torno de doze a quinze componentes. O Jaze vinha para acompanhar a festa de Sant'Ana, todinha. Eles tocavam no coreto, que ficava na frente da igreja.<sup>206</sup>

A procissão saía da igreja, subia um pouco na rua Justo Chermont, descia na rua Duque de Caxias e subia pela rua Paes de Carvalho e já estava na igreja de novo. Ao concluir o trajeto se tinha a missa, a novena e a última noitada estavam liberadas para as atividades profanas.

<sup>203</sup> Trecho da entrevista realizada com Waldemar em outubro de 2021.

<sup>204</sup> Trecho da entrevista realizada com Vanderlei em outubro de 2021.

<sup>205</sup> Ibid., 2021.

<sup>206</sup> Trecho da entrevista realizada com Jolenas em outubro de 2021.

Com isso, uns se encaminhavam para o arraial, outros para o salão paroquial para os jogos de bingo; já os mais abastados, comerciantes e outros, dirigiam-se aos seus bailes, nos salões de festa da cidade. É a memória coletiva religiosa - um misto de sagrado e profano, alimentar o corpo e a alma. Esse formato de culto aos santos diante das rédeas da igreja, agregou multidões, e na Amazônia, em Belém do Pará, o maior exemplo é o Círio de Nossa Senhora de Nazaré.

Sarraf-Pacheco ao cartografar a relação entre expansão urbana e religiosa católica no Marajó, explicita que

Em Breves, por exemplo, o surgimento de bairros, geralmente coincide com a instalação de uma comunidade católica. No centro da cidade está a matriz da padroeira Sant'Ana, já o bairro Cidade Nova, criado na década de 1980, viu nascer imediatamente a comunidade São Benedito. A partir da década de 1990, com a expansão urbana e o aparecimento de novos bairros, outras devoções foram instituídas. O bairro da Castanheira festeja Santo Antônio; Riacho Doce, Santa Mônica; Aeroporto, Santa Rita; Santa Cruz cultua Santo Ezequiel Moreno; Cidade Nova II, São José e Jardim Tropical, N. Sra. de Fátima<sup>207</sup>.

A igreja católica se espalhou pela cidade, cresceu para todos os lados, mas ao mesmo tempo que crescia, muitos “dos seus fiéis” passaram a visitar outras igrejas, provocando fragmentação e fissuras no catolicismo. Dessa forma, a cidade de Breves também se diversificou religiosamente, construindo-se um mosaico, mas todos numa mesma direção, o cristianismo.

A Diversidade religiosa se apresentou com firmeza, pois certamente existiam diferentes religiões e crenças nessa sociedade, entretanto, a considerada por muitos como “oficial”, acabava por ofuscar as demais com seus ritos abertos, contudo, a presença de outras religiões apenas dividiu os fiéis, mas coexistiu o respeito mútuo entre elas. Isso implica reconhecer que as práticas religiosas podem ser diversas e que todas têm o direito de serem respeitadas e protegidas. A diversidade religiosa é um elemento importante para a pluralidade cultural e para a liberdade de expressão e de crença, valores fundamentais para uma sociedade democrática e inclusiva.<sup>208</sup>

Essas manifestações diversas e plurais desempenham um papel significativo na cidade, pois ajudam na construção da identidade cultural e da memória coletiva ao local, uma vez que, incluem celebrações e atividades que envolveu/envolvem a comunidade religiosa e a população em geral existente em Breves. Tais práticas são transmitidas de geração a geração, criando uma

---

<sup>207</sup> SARRAF-PACHECO, A. No tempo das festas: sociabilidades e conflitos em cidades e florestas marajoaras. *Projeto História*, São Paulo, v. 58, jan./mar. 2017, p. 31-32.

<sup>208</sup> BRASIL. Secretaria Nacional de Direitos Humanos. Plano Nacional de Promoção da Liberdade Religiosa. Brasília: SDH, PR, 2012.

conexão entre o passado e o presente e mantendo viva a história da cidade. Além disso, as manifestações religiosas muitas vezes possuem um forte apelo emocional e espiritual, proporcionando um senso de pertencimento e comunidade para aqueles que participam.

As manifestações religiosas têm uma grande importância na cidade, tanto do ponto de vista cultural e histórico, quanto social. As festas religiosas são espaços de celebração e reafirmação das tradições, promovem uma união entre as pessoas da comunidade e ajudam a manter as memórias coletivas vivas<sup>209</sup>. Geertz assevera que as práticas religiosas são importantes para a formação e manutenção da identidade cultural de uma comunidade, além de funcionarem como um sistema simbólico de valores e significados compartilhados<sup>210</sup>.

O percurso trilhado nesse capítulo procurou visibilizar a história da formação do município e da cidade, focalizando sujeitos, experiências e práticas culturais. Os interlocutores que ajudaram a construir essa narrativa, estiveram em diferentes territórios da cidade em expansão. No próximo capítulo, vamos encontrá-los nas vivências educacionais, ajudando a alinhavar as bases de Breves como polo de desenvolvimento regional na trama cidade e educação.

---

<sup>209</sup> BOSI, op. cit., 1994.

<sup>210</sup> GEERTZ, op. cit., 1989.

### 3 TRAJETÓRIA DA EDUCAÇÃO NA CIDADE

A cidade converte-se em cidade educadora a partir da necessidade de educar, de aprender, de imaginar [...], sendo educadora, a cidade é, por sua vez, educada (Paulo Freire)

O entendimento de cidade se dá na própria cidade vivida e em muito se difere de seus conceitos e definições<sup>211</sup>. Numa dimensão histórica do início do século XX, a cidade foi definida por seu aparelhamento privilegiado de sediar a autoridade. Não se define necessariamente pelo tamanho, mas sobretudo pelo contraste entre grupos sociais<sup>212</sup>. Se é a cidade um conjunto e reflexo de objetos e conhecimentos construídos num tempo e num espaço, conseqüentemente, ela ganhou forma. Assim, a dimensão física da cidade, isto é, sua forma, seu traçado, é o que nos permitirá compreender a realidade do ambiente construído, já que ele traz consigo informações sobre ideologias, práticas urbanas, condições econômicas e culturais, posicionamento político e, especialmente, relações sociais.

Na Amazônia as espacialidades urbanas, especialmente das cidades localizadas às margens dos rios, foram impostas, o que não significa reconhecer, de um lado, que estas formas não são homogêneas; de outro, que guardam resíduos de relações pretéritas como sinais de resistência. Na verdade, essas espacialidades revelam as diferentes estratégias dos diversos agentes produtores do espaço urbano que buscam, a partir das condições concretas, defender seus interesses, o que leva a compreender a paisagem como o resultado das determinações das políticas do Estado, das relações sociais de produção e, mais que isso, como depositária de vida, sentimentos e emoções traduzidas no cotidiano das pessoas. Tais relações concretizam-se em espacialidades real ou imaginária, quer as cidades estejam na beira do rio, na várzea, quer na terra firme.<sup>213</sup>

Nesse contexto, encontramos em curso um processo que incentiva essas pequenas cidades da Amazônia a serem cada vez mais iguais, com a tendência de que as suas formas escapem à história e à cultura do lugar, tornando seu povo, reféns da lógica de um mundo distante, das possibilidades ilimitadas como se fosse possível reinventar formas iguais em qualquer lugar. Os projetos urbanísticos de modernização das cidades buscam projetar formas espaciais para unificar o ambiente simbólico, visando atender aos interesses de determinados segmentos da sociedade, conseqüentemente substituindo a especificidade histórica do lugar.<sup>214</sup>

<sup>211</sup> GASPARI, G. D.; DA SILVA, M. N. Centralidade e a cidade contemporânea: reflexões para pensar o direito à cidade na produção da metrópole. *Revista PerCursos*, Florianópolis, v. 19, n.40, p. 67 - 37, jan./abr. 2018.

<sup>212</sup> ARAUJO, D. B.; MOURA, J. D. P. A Poética das Cidades: por uma Pedagogia a Imaginação Criadora nas Experiências Urbanas. *Geograficidade* v.11, n. 1, Verão 2021.

<sup>213</sup> OLIVEIRA, J. A. A cultura, as cidades e os rios na Amazônia. *Ciência e Cultura*, São Paulo, v. 58, n. 3, set. 2006.

<sup>214</sup> Idem.

Partes da cidade, refletem relações políticas, econômicas e socioculturais nela contidas. A riqueza de algumas áreas, revela o poder e a opulência das elites, enquanto algumas áreas e guetos na periferia demonstram o deslocamento da marginalização dos pobres da classe trabalhadora e de outros grupos excluídos<sup>215</sup>. Nas pequenas cidades onde não há periferia, torna-se visível a opção pelas áreas mais próximas aos comandos do poder municipal para investimento na cidade.

Ainda para este estudioso, o poder considerável é concedido àqueles que detêm e controlam os espaços urbanos, entretanto, ele defendeu e acreditava que as decisões sobre o ambiente urbano, o que acontece nele como espaço social, é constituído e deveriam ser abertos a todos. “[...] o direito à cidade se afirma [...] como um apelo, como uma exigência”<sup>216</sup>.

Na visão de Lefebvre, a cidade pulsa com vida, expressões vibrantes da liberdade e da criatividade humana, onde as pessoas podem se divertir e explorar suas necessidades criativas e artísticas, alcançando assim, alguma forma de autorrealização. As ruas das cidades deveriam ser projetadas para encorajar esse tipo de existência. Elas podem ser rústicas, interessantes e descontroladas, mas exatamente por isso, lembrarão as pessoas de que elas estão vivas. Por esses termos, podemos dizer que a cidade de Breves entre as décadas de 1940 e 1980, vivenciou processos semelhantes à formação de outros centros urbanos na Amazônia de rios e florestas. Certamente, as singularidades revelam-se nas maneiras específicas como a cidade e seus moradores construíram equipamentos, práticas e saberes na configuração da vida urbana.

Aspecto importante que atravessa a trajetória da educação e da cidade de Breves é a presença de uma gestão autoritária, entre as décadas de 1960 e 1980, em consonância com o Regime civil e Militar que procurou gerenciar não apenas a vida administrativa do país, estados e municípios, mas também o cotidiano de trabalho, educação, cultura e formas de ser. Lefebvre torna-se esclarecedor quando discutindo o poder das gestões urbanas ajuda a recuperar contexto de opressão/repressão, quando se cassava qualquer reivindicação pelo retorno da cidadania<sup>217</sup>. A cidade estava sitiada, a população não tinha direito à cidade e a educação implementada servia para responder às necessidades do mercado e como Aparelho Ideológico do Estado - AIE.

Com o entendimento do que era a cidade de Breves, como ela se construía a partir de seus contatos e expansão, esforçamo-nos por compreender o processo educacional, pois a educação é um instrumento que tem o poder de transformar pessoas para mudar diferentes realidades<sup>218</sup>. Nesse sentido, este capítulo apresentará a Educação Escolar na cidade de Breves,

---

<sup>215</sup> LEFEBVRE, H. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2001. p. 117

<sup>216</sup> Idem.

<sup>217</sup> Idem, *Ibidem*.

com ênfase em quatro unidades educacionais, sendo duas públicas e duas conveniadas, religiosas. A primeira trata-se do Grupo Escolar de Breves nos anos 1940 que ofertou a Educação Infantil e o Ensino Primário. A segunda, o Internato Evangélico Amazonas com o ensino primário em 1949. A terceira o Colégio Santo Agostinho, da Igreja Católica, em 1964, e a quarta instituição - Ginásio Miguel Bitar, inaugurado em 1967, que ofertou Formação de professores para atuar de 1ª a 4ª séries. Este último será analisado no terceiro capítulo desta tese. Quando procuraremos discutir o nascimento da educação ginásial no Colégio Miguel Bitar em tempos de regime militar.

A elaboração deste capítulo objetiva visibilizar como a expansão da educação primária a ginásial na cidade de Breves, atendendo diferentes demandas de alunos que lutavam pelo direito à educação, tanto do espaço urbano, quanto do espaço rural, ajudaram na construção das bases que tornaram Breves, município polo no Marajó das Florestas.

### 3.1 Grupo escolar de Breves

Os Grupos Escolares constituíram um modelo de estabelecimento de ensino, caracterizado por um agrupamento de escolas, adotado no período republicano no Brasil. De acordo com Lobato, esse tipo de organização escolar ganhou evidência no final do século XIX, quando da implantação do grupo escolar em São Paulo, no ano de 1893, o que foi um marco na educação pública no Brasil<sup>219</sup>. Essa transformação aconteceu logo após a implantação da República, momento em que tinha muita coisa por se fazer no âmbito da organização dos Estados. Havia indefinição na ocupação dos cargos políticos, ainda estavam se definindo os lugares, redefinindo-se os limites entre poderes locais, municipais e os governos dos Estados. Esse modelo escolar, inspirado nos pressupostos da pedagogia moderna, finaliza sua trajetória na década de 1970, quando, por força da Lei n. 5692/1971, a escola primária e a ginásial foram unificadas, e substituídas pela escola de 1º grau.<sup>220</sup>

O novo modelo de ensino deveria atender aos anseios dos grupos que defendiam a ideia de um sujeito moderno, uma vez que os sujeitos da monarquia eram vistos como representantes do atraso. Naquela época, um modelo de homem articulado a uma concepção de país civilizado foi idealizado. Os defensores da República, que incluíam intelectuais, políticos

---

<sup>219</sup> LOBATO, A. M. L. *Templos de civilização no Pará: a Institucionalização dos Grupos Escolares (1890-1910)*. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2014.

<sup>220</sup> SOUZA, R. F. Lições da escola primária: um estudo sobre a cultura. Escolar paulista ao longo do Século XX. In: SAVIANI, D.; ALMEIDA, J. S.; SOUZA, R. F. *O legado da educação do século XX no Brasil*. Campinas: Autores Associados, 2004, p. 333

e barões do café, principalmente do oeste paulista, uniram-se em torno desse objetivo, ancorando seus argumentos nos princípios do capitalismo

A criação dos grupos escolares, esteve vinculada à conjuntura política de criação da própria República e almejava que a escola primária passasse de uma escola de alfabetização e aritmética para uma escola de educação holística com um programa rico e enciclopédico; De uma escola de acesso restrito a uma escola obrigatória, universal e aberta, uma expressão de modernidade e desenvolvimento.<sup>221</sup>

As mudanças se afirmam a partir de 1930, com a reforma educacional de Francisco Campos, nas três esferas de ensino sob a égide do Ministério da Educação e Saúde Pública. Em um espaço societário republicano e educacional, com conflitos pedagógicos advindos de diferentes abordagens educacionais.

As principais linhas pedagógicas em conflito eram a Pedagogia Tradicional, a Pedagogia Nova e a Pedagogia Libertária, que foram as bases da formulação legislativa educacional, em diferentes momentos e com diferentes graus de conciliação. Essas três vertentes pedagógicas estão associadas a diferentes setores sociais.<sup>222</sup>

A Pedagogia Tradicional se associava às elites políticas e à Igreja, a Pedagogia Nova à burguesia e a Pedagogia Libertária aos movimentos sociais populares, que buscavam transformações sociais.<sup>223</sup>

O conjunto inicial de medidas adotadas pelo governo provisório para orientar a educação no país foi marcado pelo aumento da duração do curso secundário e sua divisão em dois ciclos, a adoção de uma ordem sequencial para o currículo, a exigência de frequência regular dos alunos às aulas, a implantação de um sistema detalhado e regular de avaliação dos estudantes e a reestruturação do sistema federal de inspeção. Essas ações visavam produzir alunos do ensino médio autocontrolados e produtivos, em consonância com a sociedade disciplinada e capitalista que estava sendo estabelecida no Brasil durante os anos de 1930.<sup>224</sup>

A metodologia adotada pelo governo incluía a obrigatoriedade da presença dos alunos em pelo menos três quartos das aulas, a implementação de um sistema regular e detalhado de avaliação dos estudantes, conforme o artigo 35 do Decreto nº 19.890, de 18 de abril de 1931, e

---

<sup>221</sup> SOUZA, R. F. *Templos de civilização: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1890–1910)*. São Paulo: Editora da UNESP, 1998. p. 31-32.

<sup>222</sup> GHIRALDELLI Júnior, P. *História da educação*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1994.

<sup>223</sup> SAVIANI, D. Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro. *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, v. 14, n. 40, p. 143-155, jan./abr. 2009.

<sup>224</sup> DALLABRIDA, N. A reforma Francisco Campos e a modernização nacionalizada do ensino secundário. *Educação*, Porto Alegre, v. 32, n. 2, p. 185-191, maio/ago. 2009.

a realização do exame de admissão em nível nacional na segunda quinzena de fevereiro. Ademais, a transferência de alunos só era permitida durante as férias, ou seja, nos meses de janeiro e fevereiro, bem como na segunda quinzena de junho. Essas medidas estabeleceram um cronograma padronizado para o ensino ginasial em todo o território nacional.

Na Reforma Francisco Campos de 1932, a criação de dois períodos, a obrigatoriedade de comparecimento às aulas e o sistema regular de avaliação estavam conectados à organização anual das disciplinas a serem ministradas nos dois ciclos do ensino médio. Foi um marco para a uniformização da cultura escolar no ensino médio brasileiro, estabelecendo oficialmente procedimentos administrativos e didático-pedagógicos para todos os ginásios do território nacional.

A referida reforma manteve a diferenciação entre as funções de preparar para a continuidade dos estudos e a preparação para o mundo do trabalho.<sup>225</sup> Mesmo com a criação dos cursos complementares, a Reforma Francisco Campos conseguiu manter sua característica fundamental, preparando os estudantes tanto para a continuidade dos estudos quanto para o mundo do trabalho. No mesmo ano de 1932, além da Reforma Francisco Campos, também foi redigido o Manifesto dos Pioneiros, elaborado por Fernando Azevedo e firmado por vinte e seis educadores.<sup>226</sup> Esse manifesto foi um importante documento na luta por uma educação pública, gratuita e de qualidade para todos os brasileiros.

O manifesto apresentou as principais ideias que nortearam a luta pela construção de uma educação democrática no Brasil. Entre elas, destacam-se: A educação era vista como um instrumento essencial para a reconstrução da democracia no país, devendo integrar todos os grupos sociais. A educação deveria ser leiga, pública, obrigatória, gratuita e sem qualquer tipo de segregação por cor, sexo ou tipo de estudo, além de estar vinculada estreitamente às comunidades. A educação deveria ser unificada, com diversos graus articulados para atender às diferentes necessidades do desenvolvimento humano, sem que isso signifique uniformização do ensino, mas sim a adaptação às características regionais. A educação deveria ser funcional e ativa, e os currículos adaptados aos interesses e aptidões naturais dos alunos, que são o eixo da escola e o centro do problema educacional.

Dir-se-ia que a ‘modernização conservadora’, conceito que a historiografia tende a classificar a orientação política que prevaleceu após a Revolução de 1930, poderia

---

<sup>225</sup> KUENZER, A. *Ensino médio e profissional: as políticas do Estado neoliberal*. São Paulo: Cortez, 1997.

<sup>226</sup> Roquete Pinto, Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo, Afrânio Peixoto, A. de Sampaio Dória, M. Bergstron Lourenço Filho, J. G. Frota Pessoa, Júlio de Mesquita Filho, Raul Briquet, Mário Casasanta, C. Delgado de Carvalho, A. Ferreira de Almeida Júnior, J. P. Fontenelli, Roldão Lopes de Carvalho, Noemy M. da Silveira, Hermes Lima, Attílio Vivacqua, Francisco Venâncio Filho, Paulo Maranhão, Cecília Meirelles, Edgar Sussekind de Mendonça, Armanda Álvaro Alberto, Garcia de Rezende, Nóbrega da Cunha Paschoal Lemme e Raul Gomes.

facultar a seguinte leitura: enquanto conservadora, essa orientação buscava atrair a Igreja para respaldar seu projeto de poder, enquanto modernização, a força de atração dirigia-se aos adeptos da Escola Nova. Estes eram vistos como portadores dos requisitos técnicos necessários à viabilização do projeto de modernização conservadora<sup>227</sup>.

No Pará, no contexto da conjuntura nacional, Magalhães Barata foi o interventor do Estado no período de 1930 a 1935, enquanto em Breves o interventor foi Joaquim de Amorim S. Pinón, no mesmo período.<sup>228</sup> Em 1942, teve-se a Reforma Capanema que iniciou a reformulação de ramos da educação, os quais foram chamados de Leis Orgânicas da Educação e abrangeram tanto o ensino primário quanto o secundário. A Reforma do Ensino Primário de 02 de janeiro de 1946 veio, uma vez que, até então, o ensino primário não havia recebido nenhuma atenção do governo central. Isso ocorreu porque esse sistema de ensino estava sob a administração dos estados e sujeito às suas condições para legislar e inovar, seguindo uma tradição da herança colonial, e cada estado cuidava do seu ensino primário à sua maneira. No entanto, a falta de diretrizes centrais criava uma completa desorganização no sistema.

Em 1946, o governo criou o decreto-lei conhecido como Lei Orgânica do Ensino Primário. Essa medida surgiu em um momento de crise política, com a substituição do Estado Novo por um regime democrático. Essa reforma dividiu o sistema em duas categorias: 1º Ensino primário fundamental: subdividido em elementar (4 anos) e complementar (1 ano) para crianças de 7 a 12 anos. 2º Ensino primário supletivo: com duração de 2 anos, destinado a jovens e adultos que não receberam essa educação com idade.<sup>229</sup>

Durante esse período, o objetivo do ensino primário era proporcionar os elementos fundamentais da educação cívica, defendida como um sentimento forte e fervoroso, que englobava amor, devoção, lealdade e fidelidade à pátria. Um ensino que se destinava a preparar as personalidades condutoras, isto é, os homens que assumirão as maiores responsabilidades dentro da sociedade e da nação, os homens portadores de concepções e atitudes espirituais que precisam influenciar as massas, que precisam tornar-se habituais entre o povo.<sup>230</sup>

O Grupo Escolar de Breves, foi referência de educação escolarizada no processo educacional da cidade, citado e reconhecido pelos interlocutores desta pesquisa pois, nas suas lembranças, sempre estava presente uma pessoa, uma história, um fragmento da memória individual e coletiva desse espaço que foi de grande importância para a educação brevesense.

---

<sup>227</sup> SAVIANI, D. *Escola e democracia*. Edição Comemorativa. Campinas: Autores Associados, 2008. p. 270-271.

<sup>228</sup> LOBATO, A. M. L. *Templos de civilização no Pará: a institucionalização dos Grupos Escolares (1890-1910)*. Doutorado (Tese em Educação), Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2014, p. 08.

<sup>229</sup> ROMANELLI, O. O. *História da educação no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1986.

<sup>230</sup> TOBIAS, J. A. *História da educação brasileira*. 2. ed. São Paulo: Juricelis. 1986.

Jolenas e Rosa ratificaram a história, de que a atual Escola Dr. Lauro Sodré, antes de se tornar o Grupo Escolar Lauro Sodré, era chamado Grupo Escolar de Breves.

Antes de chegar à implantação dos grupos escolares no Brasil, os Estados e os Municípios tiveram dois tipos de instituições que perdurou durante uma longa trajetória na história da educação brasileira, sendo elas: as escolas isoladas<sup>231</sup> e escolas reunidas<sup>232</sup>. Ambas funcionando em espaços modestos e custos de funcionamento mais acessíveis, atendiam aos imperativos de um país agrário, com populações dispersas por seu extenso território<sup>233</sup>.

No Pará, quando os grupos começaram a ser pensados no Brasil, o modelo seguiu o padrão criado no restante do país. Nessa época, existia em Breves duas escolas isoladas (primária de 1ª e 2ª etapas com dois anos de duração), cujo modelo consistia, em geral, na organização de um espaço com alunos de diferentes classes, separadas por gênero, isto é, uma escola para meninos conduzida por um professor e uma para as meninas, sob a condução de uma professora<sup>234</sup>.

Outra mudança antes da chegada do grupo escolar, foi a que agregou as escolas isoladas urbanas<sup>235</sup> em um mesmo prédio. Essa proposta de ensino foi implementada em Breves, que também separou os alunos por níveis de conhecimento tendo um professor para cada nível. Novos materiais didáticos, métodos inovadores, em contraste com o método individual das classes isoladas. Houve a introdução de objetos e práticas que preparassem o cidadão para a nova sociedade industrial, como por exemplo, a sineta e o relógio. A reunião de várias escolas isoladas em um único prédio facilitou a supervisão e controle por agentes do Estado<sup>236</sup>.

---

<sup>231</sup> As escolas isoladas representavam outro momento da educação e, comparadas aos grupos escolares, à racionalização e ao controle do trabalho que os caracterizavam, pareciam desajustadas. Essas escolas não eram isoladas apenas por serem classes autônomas, mas também por serem unidades de funcionamento. Embora houvesse uma regulamentação que estabelecia parâmetros para seu funcionamento, elas não apresentavam rigidez, mostrando-se, na maioria das vezes, flexíveis às necessidades locais. ROSSI, E. R. A educação escolar primária na Primeira República (1889-1929). *Série-Estudos*, 22(45), p. 159-171, 2017.

<sup>232</sup> As Escolas Reunidas nascem como modelo mais simplificado do que o Grupo Escolar, sem ostentar grandes prédios e nem com um número elevado de professores. As Escolas Reunidas se constituíam como um modelo intermediário entre as escolas isoladas e os grupos escolares. SANTOS, E. C. R. Escolas reunidas: um modelo entre as escolas isoladas e os grupos escolares em Mato Grosso. *Revista HISTEDBR*, Campinas, n. 61, p. 290-305, mar. 2015.

<sup>233</sup> FERBER, L. P. Escolas isoladas: um mal necessário (1910-1915). *Anais do Encontro Estadual de História "1964-2014: Memórias, Testemunhos e Estado"*, Florianópolis, UFSC, 11 a 14 ago. 2014.

<sup>234</sup> COSTA, E. M. A escola pública em Breves no Marajó: seus objetos, histórias e memórias educativas. *Revista Humanidades e Inovação*, v. 7, n. 13, 2020.

<sup>235</sup> ESCOLAS Isoladas Urbanas: termo utilizado por. SANTOS, E. C. R. Escolas Reunidas: Um Modelo entre as Escolas Isoladas e os Grupos Escolares em Mato Grosso. *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, n. 61, p. 290-305, mar. 2015.

<sup>236</sup> SANTOS, op. cit., 2015.

**Imagem 7-** Grupo Escolar Lauro Sodré



**Fonte:** Arquivo da Biblioteca Municipal de Breves

A Escola Reunida, que funcionava em Breves, situava-se na avenida Presidente Getúlio Vargas, ao lado do prédio da prefeitura municipal e em frente ao rio Parauaú. De acordo com Costa, era um prédio todo em alvenaria, coberto com telha de barro, com duas salas de aulas, uma secretaria e várias janelas para garantir a iluminação e circulação do ar. Em 19 de abril de 1943, o prefeito Francisco Moura, recebeu um telegrama do Secretário Estadual de Educação informando para trocar o nome do prédio, de Escolas Reunidas para Grupo Escolar Dr. Lauro Sodré, por ordem do interventor do Estado do Pará, o Sr. Magalhães Barata (1943-1945)<sup>237</sup>.

Breves teve seu primeiro Grupo Escolar depois de 50 anos da implantação do primeiro Grupo Escolar no Estado de São Paulo (1893) e 44 anos depois do primeiro Grupo Escolar implantado no Estado do Pará, na Cidade de Alenquer (1899), ou seja, o Marajó das Florestas, em seu espaço urbano, considerado de acordo com os relatos históricos, o mais avançado econômica e politicamente, esteve durante anos - embora a República Velha terminasse, o Estado Novo se efetivasse, com um déficit educacional formal de escola graduada por décadas, enquanto outras regiões paraenses já desfrutavam com a modernidade do ensino e predial, somente no período da Segunda Guerra Mundial e na segunda fase da extração da borracha, em 1943, esse modelo de escola se instalou.

---

<sup>237</sup> COSTA, op. cit.

As mudanças educacionais acompanhavam as necessidades econômicas, políticas, culturais e educacionais desse momento. Para Barreto, entre os anos 1920 e 1970 houve grande preocupação com o baixo nível de escolaridade da população, visto que poucos acessavam ao espaço escolar e, destes, era menor o número dos que concluíam o ensino primário<sup>238</sup>. Em 1920, no Brasil, apenas 10,7% da população vivia em cidades. A maioria se encontrava na zona rural, vivendo em regiões longínquas e isoladas da movimentação urbana. O ensino elementar chegava a esses sujeitos por meio das chamadas escolas isoladas e reunidas, que possuíam características bem diferentes dos grupos escolares, localizados em grandes centros urbanos.<sup>239</sup> No final da década de 1950 apenas 50% das crianças tinham acesso à escola e 16% destas concluíam o curso primário.

O movimento escolanovista iniciou uma luta pela reestruturação do sistema escolar de modo que a universalização do ensino fosse alcançada. A luta começou no início da década de 1930 com o manifesto dos pioneiros para a educação nova e seguiu na tentativa de democratização do ensino, incluindo para tal, métodos inovadores de ensino<sup>240</sup>.

A modernização técnico-científica pensada pelos dirigentes administrativos aplicada à organização do espaço e dos saberes escolares ecoou em muitas direções. E na educação formal foi por meio da criação dos grupos escolares. Essa racionalização construiu, ao longo do processo, o modelo graduado de ensino que se expandiu, nas primeiras décadas republicanas, como uma instituição educacional almejada não apenas por governantes, mas também por outros sujeitos, como diretores de ensino e professores. É um formato de escola que esteve vinculado à conjuntura política de criação da própria República e almejava que a escola primária passasse de uma escola de ler, escrever, contar, para uma escola de educação integral, com um programa enriquecido e enciclopédico; de uma escola de acesso restrito, para uma de acesso obrigatório, generalizado e universalizado, sendo expressão de modernidade e desenvolvimento.

Em nossa pesquisa, um dos interlocutores narrou suas memórias dos tempos em que estudou no primário no grupo escolar de Breves.

Eu tinha 12 anos, mas eu sempre fui interessado pela história de Breves, sempre fui olheiro dos acontecimentos. Então nessa época eu estudei o Curso Primário, no que as pessoas chamam de Grupo Escolar Dr. Lauro Sodré, mas ele não era Dr. Lauro Sodré. O símbolo que a gente usava na nossa camisa era IP que significava Instrução

---

<sup>238</sup> BARRETO, B. S. *Políticas educacionais e curriculares para o exercício do ofício de mestre no grupo escolar doutor Otávio Meira, no Município de Benevides, Estado do Pará (1965-1976)*. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Pará. Belém, 2016.

<sup>239</sup> VILLELA, A. V.; SUZIGAN, W. *Política do governo e crescimento da economia brasileira, 1889-1945*. Rio de Janeiro: IPEA; INPES, 1973.

<sup>240</sup> SAVIANI, D. *História das ideias pedagógicas no Brasil*. 4. ed. Campinas: Autores Associados, 2013.

Pública, era do Estado, era o Grupo Escolar de Breves. Só anos depois que mudou para Grupo Escolar Dr. Lauro Sodré, na transferência para outro local/endereço, uma vez que o prédio foi doado para a Justiça do Trabalho<sup>241</sup>.

Além de lembrar dos símbolos usados no uniforme, o interlocutor também trouxe as memórias de como chegavam os tecidos para a confecção dos uniformes. “Uma lancha chamada Magalhães Barata vinha e atracava no porto municipal e de lá saiam as peças de tecido para confeccionar os nossos uniformes. Das mulheres era branco e azul e dos homens era tipo da Superintendência de Campanhas de Saúde (SUCAM), o pano cáqui”. A distribuição acontecia na própria escola. De acordo com ele, os alunos iam até a escola, recortava-se a quantidade de tecido que achavam que daria para fazer o uniforme – camisa e bermuda e entregavam a eles.

O ritual de entrada para as aulas também foi rememorado pelo narrador, que não esqueceu a forma como eram vigiados e controlados em seus comportamentos. Desde as filas que formavam para poder entrar no grupo escolar, sob os olhares do supervisor que observava cada um, sempre com uma varinha<sup>242</sup> na mão, pronto para punir quem não obedecesse às regras.

Ao entrar, ficavam perfilados e cantavam os hinos: da Pátria, da bandeira, da independência, do marinheiro e enquanto cantavam, o supervisor passava entre as filas, caso houvesse alguma infração, o aluno era punido severamente, por isso ficavam em silêncio, do contrário os pais eram chamados e avisados do mau comportamento e se repetissem, eram expulsos da escola.

Os hinos da Pátria, da bandeira, da independência e do marinheiro cantados nas escolas brasileiras nos anos de 1950 tiveram um impacto significativo na formação dos alunos e na construção da identidade nacional. A ideia era moldar e doutrinar os alunos, incutindo neles um forte sentimento de patriotismo e amor à nação brasileira. Esses hinos eram entoados diariamente nas escolas, muitas vezes acompanhados por cerimônias cívicas, onde os alunos prestavam juramento à bandeira nacional e à Constituição. Os regimes de poder acreditavam que essa prática era essencial para a formação dos valores morais e cívicos dos alunos, além de ser um meio de fortalecer a identidade pátria.

No entanto, é importante destacar que essa prática de doutrinação cívica pode ter sido excessiva e, até mesmo, prejudicial para o desenvolvimento crítico dos alunos. Com ênfase

<sup>241</sup> Trecho da entrevista realizada com Jolenas, no dia em outubro de 2021.

<sup>242</sup> Os procedimentos de poder que permitem o controle minucioso das operações do corpo sujeitam suas forças e lhe impõem uma relação de docilidade-utilidade, são chamados por Foucault de “disciplinas”. FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. Trad. Raquel Ramallete. 25.ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

As instituições disciplinares modernas são grandes meios de confinamento que funcionam como espaços de moldagens independentes. Conforme Deleuze (1992b), os grandes confinamentos disciplinares são moldes, distintas moldagens. DELEUZE, Gilles. Sobre as sociedades de controle. In: DELEUZE, Gilles. *Conversações*. Trad. Peter Pál Pelbart. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992

exagerada no nacionalismo, inferimos que outras identidades e perspectivas culturais tenham sido excluídas, impedindo a construção de uma sociedade mais diversa e inclusiva.

Quanto à figura da supervisão escolar, essa se atinha a uma prática de disciplina rígida nas escolas brasileiras, na qual os inspetores escolares desempenhavam um papel fundamental na manutenção da ordem e do comportamento dos alunos, que eram submetidos a uma vigilância constante e qualquer violação das regras, era punida severamente, com a possibilidade de expulsão da escola.

O sistema educacional da época era altamente centralizado, com uma estrutura hierárquica de poder, que colocava os inspetores escolares no topo de comando. Eram os responsáveis por supervisionar as escolas, garantindo a aplicação das políticas educacionais e a disciplina dos alunos. Essa abordagem disciplinadora tinha suas raízes na pedagogia tradicional, que enfatizava a autoridade do professor e a memorização de informações. Os alunos eram vistos como receptores passivos de conhecimento e deveriam ser moldados por meio da disciplina rigorosa.

Para Saviani, o disciplinamento na escola primária da época era marcado por uma forte hierarquia entre professores e alunos, que reforçava a submissão e a obediência dos alunos<sup>243</sup>. Além disso, os métodos de disciplina utilizados eram baseados em punições corporais, como palmatórias, chineladas e outros tipos de violência física, como forma de manter a ordem e a disciplina na sala de aula.

Ainda segundo as memórias de Jolenas, “na hora do recreio tinha as brincadeiras das meninas já mocinhas e os meninos já rapazinhos... Eu concluí com doze anos, mas tinha lá quem concluiu com 15, 16 anos e todos esses alunos e alunas foram prosseguir seus estudos, na grande maioria quando surgiu o Miguel Bitar, em 1967”. São evocações como essas que ratificam a afirmativa de Lowenthal<sup>244</sup> de que a memória também transforma acontecimentos públicos em experiências pessoais idiossincráticas.

Quando os alunos do Grupo Escolar de Breves concluíam o primário, não havia escola para prosseguimento dos estudos. Desses, muitos não tinham condições de ir à capital para estudar. Nesse caso, para que não ficassem sem algum tipo de atividade educativa formal, os que tinham condições financeiras, iam para a escola de datilografia Santa Rita, estudar com o professor Frei Feliciano Arrastia, nos turnos manhã e tarde, já que não havia luz elétrica à noite

---

<sup>243</sup> SAVIANI, D. *História das ideias pedagógicas no Brasil*. 4. ed. Campinas: Autores Associados, 2013.

<sup>244</sup> LOWENTHAL, D. Como conhecemos o passado. *Projeto História*, São Paulo, n. 17, 1998.

na década de 1960.<sup>245</sup> Essa escola funcionava com 12 máquinas de escrever e localizava-se ao lado da igreja matriz de Sant’Ana - imagem 8, entre a igreja e o prédio da BISA.<sup>246</sup>

**Imagem 8-** Escola de Datilografia Santa Rita  
Avenida Presidente Getúlio Vargas esquina com a Avenida Rio Branco



**Fonte:** Biblioteca Municipal de Breves

A escola de datilografia foi um lugar de ensino bastante popular no Brasil, principalmente durante as décadas de 1930 a 1980. Essa escola tinha como objetivo ensinar a técnica de datilografia, ou seja, a escrita em máquinas de escrever, a fim de preparar os alunos para o mercado de trabalho.<sup>247</sup>

Em termos de formação escolar, a escola de datilografia não tinha uma função educacional ampla e profunda, como as escolas regulares. O seu foco era bastante específico e técnico, visando aprimorar a habilidade de escrita pelos alunos. Portanto, a escola de datilografia era vista como uma escola complementar, que ajudava os alunos a se prepararem para o mercado de trabalho, em particular para funções administrativas que exigiam a habilidade de escrever em máquina, documentos com rapidez e precisão.

A escola de datilografia teve uma importante função social ao oferecer uma formação técnica para um grande número de pessoas que, de outra forma, não teriam acesso a esse tipo de preparo. Por outro lado, ela também refletiu as desigualdades sociais e de gênero da época,

<sup>245</sup> Trecho da entrevista realizada com Jolenas em outubro de 2021.

<sup>246</sup> Trecho da entrevista realizada com o Frei Feliciano Arrastia em de janeiro de 2022.

<sup>247</sup> ALVES, A. E. S.; SIOLVA, L. M. P. Ensino profissional em conquista nas décadas de 1930 e 1940: o curso de datilografia. Publ. UEPG Humanit. *Sci., Appl. Soc. Sci., Linguist., Lett. Arts*, Ponta Grossa, v. 16, n. 1, p. 21-26, jun. 2008.

pois a maioria dos estudantes eram mulheres, já que, na época, as funções administrativas eram predominantemente ocupadas por mulheres, enquanto as profissões técnicas e gerenciais eram ocupadas principalmente por homens, consequências de uma sociedade patriarcal.

Com a popularização de novas tecnologias digitais, dentre elas o computador, no qual não há necessidade de exercícios de repetição para aprender a digitar, basta um toque no teclado, a escola de datilografia perdeu sua relevância, mas a sua história mostra como a formação escolar pode se adaptar às necessidades do mercado de trabalho e da sociedade em cada contexto e tempo históricos.

O Grupo Escolar Lauro Sodré, atualmente (2023), Escola Municipal de Ensino Fundamental Dr. Lauro Sodré, está localizada na avenida Rio Branco. Trata-se de uma instituição que tem importante representação. É o marco da educação primária no Marajó das Florestas e na cidade de Breves que aos poucos tornou-se uma cidade educadora procurada por pessoas não apenas do município, mas também da região e do estado do Pará.

O nascimento do Grupo Escolar Lauro Sodré a partir dos anos 1940, possivelmente inspirou e incentivou os municípios marajoaras a realizarem mudanças na gestão das escolas. A consolidação na cidade da educação primária, num tempo de expansão e desenvolvimento do espaço urbano com as atividades econômicas e atração de famílias tanto do espaço rural, quanto dos municípios em fronteiras, para o mundo do trabalho e garantia da escolarização dos seus filhos, exigirá do poder público local a implantação do ensino ginasial.

### **3.2 Internato Evangélico Amazônico**

Além do Grupo Escolar Lauro Sodré, funcionou em Breves o Internato Evangélico Amazônico. Os internatos escolares têm origem ou princípio no sistema de ensino francês herdado das primeiras universidades medievais, especialmente da faculdade de Artes. A necessidade de colocar os estudantes (crianças ou adolescentes) sob controle foi uma das razões para a criação dos internatos.<sup>248</sup>

Entre as ordens religiosas que adotaram o modelo de ensino nos moldes do internato, estavam os Jesuítas. Os primeiros colégios jesuítas foram fundados na Itália no século XVI e não recebiam alunos de fora da congregação, já que o propósito desses estabelecimentos era apenas preparar os futuros professores da Companhia.<sup>249</sup> Entretanto, com o desenvolvimento e

---

<sup>248</sup> CONCEIÇÃO, J. T. Princípio do internato escolar: primórdios, práticas e permanências no Brasil. *Interfaces Científicas - Educação*, Aracaju, v.7, n. 2, p. 107 – 120, fev.2019.

<sup>249</sup> Idem.

crescimento da atividade missionária na Europa e nas novas regiões conquistadas, como no Brasil, onde fundaram diversas instituições educativas,<sup>250</sup> o ensino passou a ser reconhecido como um dos ministérios dos jesuítas e os colégios passaram a receber alunos externos.

No Brasil, os internatos datam do período colonial, mais especificamente da segunda metade do século XVI, fundados pelos jesuítas em diversas partes do território colonial. Destas, destacam-se os colégios da Bahia em Salvador, conhecido como “Colégio dos Meninos de Jesus”, o de São Sebastião, no Rio de Janeiro, e o de Olinda, que possuíam em sua organização arquitetônica espaços específicos para dormitórios (cubículos) dos alunos internos.<sup>251</sup>

Os internatos, apesar das críticas recebidas ao longo do século XIX e em boa parte do século XX, subsistiram na cultura escolar brasileira, utilizados por famílias das camadas ricas e estratos médios da população para promover a instrução de seus filhos. Nos internatos, os estudantes encontravam cama, comida (pensionato) e toda a instrução (aulas, repetições, exercícios suplementares, direção dos estudos).<sup>252</sup>

Em Breves, no Pará, o Internato Evangélico Amazônico foi uma instituição educacional e religiosa que chegou à cidade por interesse da Aliança das Igrejas Cristãs Evangélicas do Brasil (AICEB) em parceria com a agência missionária estrangeira Unevangelized Fields Mission (UFM).

Os primeiros missionários da igreja cristã, o casal Roberto e Rosimere Cunningham, chegaram em Breves no dia 16 de fevereiro de 1947. O objetivo da vinda ao Marajó, era implantar em Breves a Igreja Cristã Evangélica. Com a igreja erguida, seguiram com a implantação de uma escola para as ações de evangelização. Para esse trabalho, a AICEB e a UFM fizeram um levantamento na cidade e o resultado indicou que existia um alto nível de analfabetismo e de crianças fora da escola, fatores justificáveis para a implementação de um internato e, ao mesmo tempo, um local fértil para a formação de fiéis para a leitura da Bíblia.<sup>253</sup>

Em 1961, a AICEBE e a UFM distribuíram nacionalmente um panfleto com o título “O que há na Região Amazônica?”. Para essa pergunta, o mesmo documento trouxe a resposta “Uma coisa mais preciosa do que ouro!”. Entendemos que os autores falavam de pessoas e, provavelmente, essa tenha sido a forma escolhida para um pedido de contribuição para a continuidade do internato em Breves, que precisava de ajuda para se sustentar nessa região.

---

<sup>250</sup> LEITE, S. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Da Baía ao Nordeste. Estabelecimentos e assuntos locais, séculos XVII – XVIII. Lisboa: Livraria Portugalia; Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1945. Tomo V.

<sup>251</sup> LEITE, S. *Novas páginas de História do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1965.

<sup>252</sup> CONCEIÇÃO, op. cit., 2019.

<sup>253</sup> Trecho retirado do histórico da Igreja Cristã Evangélica. Disponível em: <https://icebatalha.blogspot.com/2018/03/historia-da-1-igreja-crista-evangelica.html>. Acesso em: 12 dez. 2021.

O texto do panfleto ainda destaca a grandiosidade do Rio Amazonas, maior rio do mundo, que contém mais água do que os rios Nilo, Mississippi e Yangtze juntos. Por oito mil quilômetros desse rio, podem ser encontradas belezas naturais, florestas misteriosas e selvas fascinantes. Além disso, o texto destaca os mais de duzentos grandes tributários que o rio tem, cada um com dezenas de afluentes. Cada afluente recebe água de muitos rios pequenos que, por sua vez, são alimentados por igarapés e ribeirinhos.

O texto também faz descrições da região, quando destaca que em 1961, não se via nenhum carro ou posto de gasolina. Não havia estradas, senão os trilhos estreitos e tortos no meio da selva por onde os seringueiros andam cautelosamente. Fazem analogia dos rios como sendo as estradas e descrevem os meios de transportes feitos e as viagens feitas por canoa, barco, lancha ou navio. Registram o calor do ano inteiro e a chuva torrencial que tornam a atmosfera equatorial num mormaço que parece oferecer um banho de vapor grátis.

O documento aborda a falta de infraestrutura considerada básica, em outros lugares, uma vez que não havia escolas, supermercados, farmácias ou casas de ferragens. Não havia comunicação por telégrafo, telefone ou agente de correio. Não se via postes de eletricidade ou antenas de televisão. Descreve que casas de palha na beira do rio, são construídas sobre estacas para escaparem à maré que sobe duas vezes no dia.

Com relação ao povo amazônida, descrevem que as mulheres novas pareciam velhas, as faces dos homens como melancólicas. A malária, má nutrição e disenteria eram constantes. Que aqui nasciam as crianças, que para Deus eram mais preciosas do que o ouro. “Deus declara que uma alma humana tem mais valor do que o mundo inteiro”. a AICEB destaca, que numa região onde noventa por cento da população não sabia ler, havia fome da Palavra de Deus, que Cristo é a Luz elo mundo e onde ele não foi proclamado, "Os lugares tenebrosos da terra são cheios elas habitações da crueldade."

Depois de apresentar essas impressões sobre o território aonde a missão chegou, o documento infere que para estar nesse lugar, passou-se por privações, uma delas de largar seu conforto da vida onde morava, estavam cientes que não seria uma busca por um romance, ou para ver as belezas naturais, e sim, para viver como o povo indígena, comer as mesmas comidas, contrair as mesmas doenças, e passar por privações. As pessoas que aceitassem a missão para evangelizar, assumiam os ensinamentos de Jesus: "Ide por todo o mundo, pregai o Evangelho a toda a criatura."

A missão chegou à Breves, descreveu o lugar como uma vila. Os missionários estabeleceram uma Escola e um Lar Evangélico, onde as crianças aprenderam a ler, a escrever

e o temor de Deus que "é o princípio de toda a sabedoria." Ouviram que Deus deu um Salvador que salva da punição e do poder de pecado.

A ação educacional institucionalizada da Igreja Cristã Evangélica em Breves se dividiu em duas fases: a do Internato e a do Externato. O Internato Amazônico iniciou suas atividades em 1949 e funcionou até 1964<sup>254</sup>. O externato até 1971.

Seu Objetivo foi de tornar possível uma educação primária sob a influência Evangélica para meninos desta região (90% analfabetos naquela época) onde não existiam escolas adequadas.

Porém, com o passar dos anos, o objetivo tem sido mudado e ampliado em acordo com as necessidades.

Observou-se que uma das maiores dificuldades da região era o desenvolvimento do caráter Cristão dos meninos nas cidades devido influência má que receberam nas ruas. Aqui as crianças são encaminhadas a uma vida que honre ao seu criador, ao seu próximo e a si mesmas.

Enfatiza-se o valor da obediência às leis do lar, do país e de Deus.

Ensina-se a evitar os vícios e os maus costumes que são produtos da ignorância.<sup>255</sup>

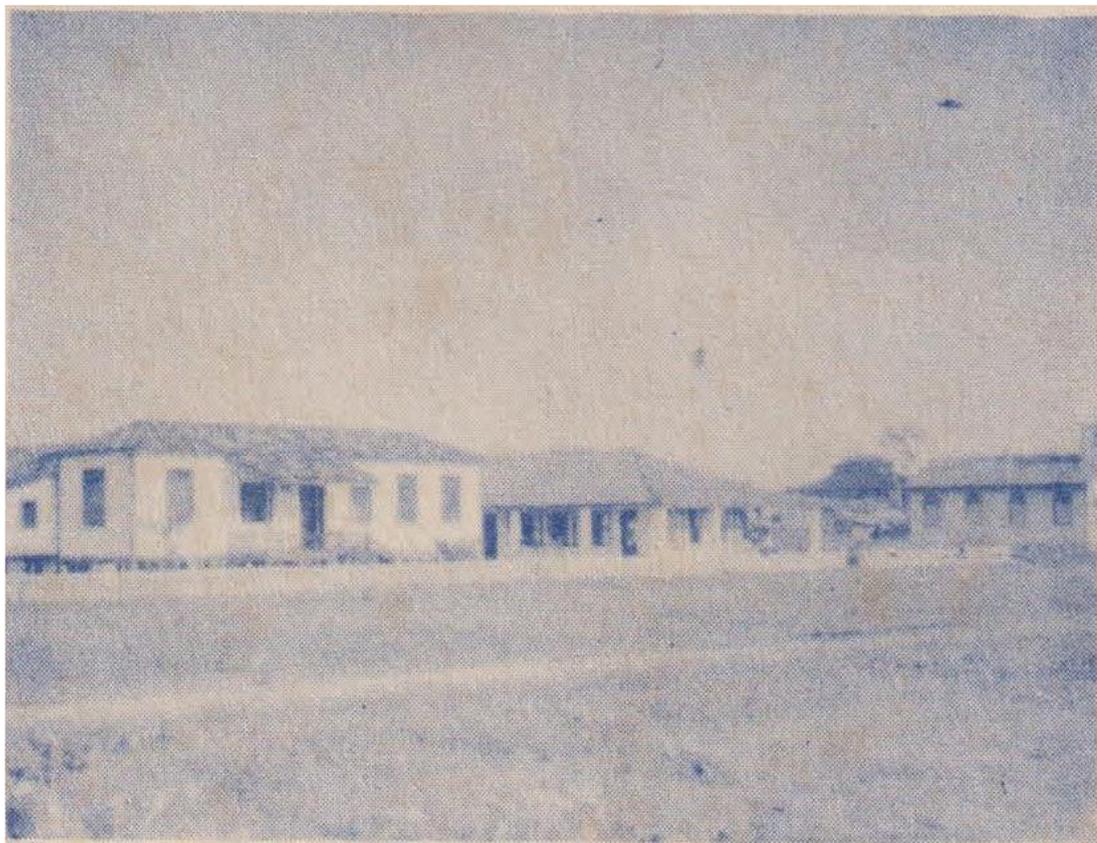
O Internato Evangélico Amazônico inicialmente localizou-se na Avenida Rio Branco, sendo constituído por uma escola, uma moradia para as meninas, uma moradia para os meninos e uma residência para a Direção e professores. Ao lado direito, para quem inicia o trajeto ao lado da Igreja Matriz de Sant'Ana, na Avenida Rio Branco, rumo ao centro da cidade em direção à torre de telefonia, foi construída a igreja, que ainda existe. Logo depois, o prédio cresceu e a escola mudou-se para onde atualmente encontram-se as casas da Fazenda Estadual, na Rua Paes de Carvalho, e ao lado, a casa de residência das meninas internas, que agora abriga o Fórum (Imagem 9). Do outro lado da avenida, em frente à escola e à casa das meninas, ficavam a casa dos missionários americanos e a casa dos meninos internos, que hoje abriga as lojas o Boticário e Marajó Informática.

---

<sup>254</sup> SANTOS, B. M. *Era uma vez em 43*. São Paulo: Amoler, 2021.

<sup>255</sup> Panfleto do Internato Evangélico Amazonas de 1961.

**Imagem 9-** Igreja, escola e casa das meninas internas



**Fonte:** Informativo do Internato Evangélico Amazonas de 1961. De posse de MLC Souza.

A Missão Evangélica ampliou suas ações em solo brevesense, comprando uma grande área de terras onde era uma fazenda de gado do senhor Francisco Leite. Nessa área, atualmente conhecida como bairro da Cidade Nova, foram construídas uma Escola, o Lar das Meninas, a Casa dos Meninos e a Residência de Diretores e Professores. As atividades realizadas na Avenida Rio Branco passaram a ser desenvolvidas em um espaço mais amplo e reservado.

Com base em um recorte tirado do Google Maps da cidade de Breves e nas informações coletadas em pesquisa, foi possível localizar onde as edificações foram construídas. Esse recorte territorial da cidade mostra a localização do Bairro da Cidade Nova. Na imagem 10, ganha destaque o Rio Parauaú, a Avenida Presidente Getúlio Vargas até a Travessa Interventor Malcher. No entanto, na década de 1950, essa travessa não existia, e a Presidente Getúlio chegava até a Travessa Justo Chermont. Para chegar ao Internato, o acesso era pela Rua Dr. Assis, atualmente conhecida como Wilson Frazão.

**Imagem 10-** Área do Internato Evangélico Amazonas



**Fonte:** Organização do autor da pesquisa

A casa dos Diretores, Professores e alunos internos localizava-se onde atualmente encontra-se a Escola Estevão Gomes, na Passagem 30 de novembro, esquina com a Avenida Gurupá.<sup>256</sup>

**Imagem 11-** Casa dos diretores e professores



**Fonte:** Panfleto de apresentação do Internato.

<sup>256</sup>Trecho retirado do histórico da Igreja Cristão Evangélica. Disponível em: <https://icebatalha.blogspot.com/2018/03/historia-da-1-igreja-crista-evangelica.html>. Acesso em: 12 dez. 2021.

A cena retratada na fotografia destaca a casa construída na passagem 30 de novembro no Bairro da Cidade Nova, moradia para os meninos internos, diretores e para professores. Uma casa de dois andares em madeira de lei, com varanda e pátio e uma grande área livre ao redor da casa. No quintal o missionário americano Roberto Cunningham, Diretor na época, com os meninos internos. Essa era casa que morava o Tio João e a Tia Rosinha.<sup>257</sup>

**Imagem 12-** Lar das Meninas



**Fonte:** Informativo do Internato Evangélico Amazonas de 1961. De posse de M. L.C. S.

A casa de moradia das meninas estava localizada na Avenida Gurupá, onde hoje (2023) é a Igreja de São Benedito (mapa 4). Não foram encontradas imagens da escola que funcionava na Avenida Portel, onde encontra-se uma igreja Evangélica de denominação Quadrangular - (mapa 4). A Missão possuía também, um barco de nome colaborador, que prestava assistência social à comunidade ribeirinha.<sup>258</sup>

A Gestão do Internato Evangélico Amazônico era composta por um casal americano Roberto Cunningham e Rosimere Cunningham, administradores do local. A primeira diretora da escola foi a missionária inglesa Eva Mills e depois assumida por Roberto e Rosimere Cunningham. Contou com um quadro de professores de nacionalidades diversas: dos Estados Unidos vieram Aine Johnson e Dorotéia Saralie Searabelle, da Ásia a japonesa Evelim Sakata, da Europa a Inglaterra Mery Westh e do Brasil a Paulista Noemia Jurevita, do Maranhão Rosa Amélia Alves Cardoso e seu esposo João José Cardoso - que assumiram a direção da escola com a saída de Roberto e Rosimere Cunningham no início da década de 1960 - e do Estado Pará, Alice Viana Cardoso, Olga Falcão e Terezinha Soares de Oliveira.<sup>259</sup> Os alunos internos eram

<sup>257</sup> Trecho retirado da entrevista com Lourdes no dia 07/11/2022.

<sup>258</sup> Trecho retirado do histórico da Igreja Cristão Evangélica. Disponível em: <https://icebatalha.blogspot.com/2018/03/historia-da-1-igreja-crista-evangelica.html>

<sup>259</sup> Idem.

de Breves e de outros lugares como do Estado do Maranhão, das cidades de Altamira, Porto de Moz, Alenquer, Bragança e Belém do Pará.

Dos alunos que tivemos a oportunidade de conversar e entrevistá-los: Benedito, aluno na década de 1950, nasceu em 1943 no rio Companhia Município de Breves. Selma nasceu em 1950 na cidade de Breves e estudou no Internato a alfabetização e 1ª e 2ª séries do primário. Vivaldo nasceu no rio Jacarezinho município de Breves em 1958, foi aluno em meados da década de 1960. Lourdes foi uma das internas e veio do povoado chamado Capoeira Grande no Município de Turiaçu no Estado do Maranhão.

A formação escolar dos meninos e meninas seguiu a base curricular estabelecida na Reforma Capanema para o Ensino Primário através do Decreto-Lei nº 8.529 que organizou em um curso de quatro anos complementado por mais um ano que deveria ser preparatório ao exame de admissão ao ginásio.<sup>260</sup> E como o Internato Amazonas finalizou suas atividades no ano de 1971, o ensino ofertado esteve sobre as determinações da Lei de Diretrizes da Educação Nacional 4.025/1964.

O curso primário abrangeu todas as matérias adotadas pelo Departamento de Educação do Grupo Escolar, desde a alfabetização até o quinto ano<sup>261</sup>. O ensino era dividido por série: Alfabetização que funcionava onde era a residência dos diretores, numa sala a parte. O Ensino Primário de 1ª a 5ª séries, sendo que tinha a 1ª adiantada e 1ª atrasa, 2ª adiantada e 2ª atrasada, 3ª, 4ª e 5ª séries. A 5ª série formava professor para trabalhar na Alfabetização e 1ª série. Quem concluía a 5ª série se tornava professor<sup>262</sup>.

Foi ofertado, também, o Curso Pré-Bíblico, que em conjunto com o ensino primário, preparava estudantes que não possuíam a instrução necessária para cursar um Instituto Bíblico, mas que se sentissem chamados para o serviço de Deus. Para as meninas, além do ensino de Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, História e Geografia, tinham os ensinamentos práticos por meio das prendas do lar, como: arte culinária, de higiene e noções de pronto socorro. Para os meninos havia a prática na lavoura, trabalhos manuais, higiene e pronto socorro. E tinha uma terceira formação que era a Educação Espiritual que se dava por culto ao divino realizado diariamente no colégio. Nos Domingos os alunos assistiam o culto na Igreja Evangélica. Na sexta-feira, à noite, havia um culto de natureza missionária quando havia programas variados. Não há ênfase denominacional,<sup>263</sup> mas sim ênfase no estudo e na

---

<sup>260</sup> GHIRALDELLI Júnior, P. *História da educação*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1994.

<sup>261</sup> Panfleto de divulgação do Internato Evangélico Amazonas de 1961.

<sup>262</sup> Panfleto de divulgação do Internato Evangélico Amazonas de 1961.

<sup>263</sup> Em que há denominação, designação; relacionado com a ação de denominar, de dar nome: projeto em nível denominacional. Pode se referir às igrejas derivadas do cristianismo: congresso denominacional. Partidário;

obediência à Palavra de Deus. Os conselhos espirituais são dados em amor. O Internato Evangélico Amazonas foi fundado pela Missão Pró-Evangelização Mundial cujo ideal é: "Ide, pregai o Evangelho a toda criatura," e cujos obreiros são membros das várias denominações Evangélicas<sup>264</sup>.

Essa proposta de educação em internatos é uma alternativa livre de escolha dos pais, sem impedimento legal, explorada pelo poder público e aberta à iniciativa privada. Historicamente, contudo, o internato tem sido considerado para atender populações de baixa renda e suprir deficiências familiares e como uma das práticas sociais de modelagem da subjetividade. No entanto, para o colégio interno oferece elementos que proporcionam a formação do jovem num ambiente que pode conceder oportunidades<sup>265</sup>.

Os internatos adotavam um modelo de educação que buscava moldar a subjetividade dos estudantes por meio da instauração de um universo pedagógico caracterizado pela separação do mundo externo. Para isso, os estudantes eram colocados em um espaço específico de internamento, onde eram submetidos a uma vigilância constante e ininterrupta.<sup>266</sup>

O objetivo era que se tivesse a percepção de que a separação desse público com o mundo externo, característica desses espaços institucionais, criaria um ambiente seguro e propício ao aprendizado dos estudantes. Ao serem submetidos a uma vigilância constante, essas instituições educacionais almejavam transmitir a ideia de que protegiam os alunos de influências negativas e comportamentos que poderiam prejudicar seu desenvolvimento. Dessa forma, a pedagogia aplicada visava se afastar dos aspectos negativos e caminhava “[...] para não fazer (isto ou aquilo)” não praticar “[...] maus costumes, vícios, das más companhias, insultos, injúrias, detrações, mentiras, jogos proibidos, lugares perniciosos ou interditos”.<sup>267</sup>

Benedito, que foi um dos internos, saiu da zona rural e foi morar na cidade. Nesse mesmo ano estudou no Internato Evangélico Amazonas que funcionava na Avenida Rio Branco. Um colégio de alto padrão, para atendimento da população carente e gratuito. Oferecia alimentação, assistência médica, roupa, enfim todo o apoio necessário. Havia um ano de funcionamento na principal rua da cidade e a cada dia chamava mais a atenção da população

---

controlado ou financiado, real ou nominalmente, por alguma denominação. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/denominacional/#:~:text=Significado%20de%20Denominacional,ou%20nominalment e%2C%20por%20alguma%20denomina%C3%A7%C3%A3o>. Acessado em: 24 abr. 2023.

<sup>264</sup> Panfleto de divulgação do Internato Evangélico Amazonas de 1961.

<sup>265</sup> SILVA, D. N.; RABINOVICH, E. P. Expectativas parentais: o internato como contexto de desenvolvimento. *Revista Brasileira Crescimento e Desenvolvimento Humano*, v. 17, n. 3, p. 60-71, 2007.

<sup>266</sup> SNYDERS, G. A pedagogia em Rosa nos séculos XVII e XVIII. In: DEBESSE, Maurice; MIALARET, Gaston. *Tratado das ciências pedagógicas. História da pedagogia*. v. 2. São Paulo: Nacional, EDUSP, 1974. p. 271-295

<sup>267</sup> PAIVA, J. M. Educação Jesuítica no Brasil Colonial. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive. *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 50.

brevense<sup>268</sup>. Nesse fase, o colégio era dirigido pelo Sr. Robert Cunningham e sua esposa Rosemary, pertencentes à Missão Cristã Evangélica no Brasil - MICEB, conhecida como "Cruzada de Evangelização Mundial no Brasil", e outros professores também americanos (e ingleses)<sup>269</sup>.

Minha mãe me internou por esse colégio. A proposta, por meio de um acerto verbal entre o internato e as famílias que tinham seus filhos internos, era que após concluírem o primário, os alunos continuariam seus estudos nos Estados Unidos da América (EUA) até o curso superior e depois iriam trabalhar em comunidades em várias partes do mundo. Minha mãe viu como uma oportunidade de ouro, assim como outras famílias fizeram com seus filhos. Logo minha mãe internou o tio Esteliano, conhecido como Neco, ele morava conosco.<sup>270</sup>

Em suas memórias contou que a rotina iniciava ainda de madrugada, com o apito da enorme panela de pressão que o despertava, cedo. As 6h ia para o banho, tomava um café reforçado e depois para a sala de aula com recreio às 10h. No almoço era um banquete com salada sempre em grande quantidade, ele e outros alunos eram obrigados a comer, a maioria, como ele, detestavam. Após o almoço, era obrigatório o repouso até as 14h. Quando havia prática de esportes, as aulas aconteciam até as 16h30min. Depois do banho, serviam o jantar que era sempre após as 21h, depois em fila para ir ao banheiro antes de dormir.

Essa organização do dispositivo de isolamento, governança e tutela, sempre se realiza por meio de práticas disciplinares que visam controlar e normalizar os corpos dos indivíduos, moldando-os de acordo com as normas e padrões sociais estabelecidos. A intenção dessas práticas disciplinares é produzir corpos dóceis, disciplinados e controláveis, que se encaixem no sistema de poder dominante. Isso é feito através do monitoramento constante da conduta dos indivíduos, da criação de rotinas e horários rígidos, da imposição de normas e regras, e da punição dos comportamentos considerados desviantes.<sup>271</sup> Esse processo disciplinar ocorre em vários níveis, desde o controle da rotina diária dos indivíduos até a construção de todo um sistema de hierarquias e autoridades que garantem a manutenção do poder.

Benedito se dizia animado com o aprendizado, depois de um mês na escola foi visitar sua mãe e leu o jornal para ela. A metodologia que a professora usava para que ele e outros alunos passassem a ler, era entre tantas, mas lembra a do quadro verde, quando a professora colocava o desenho de uma figura conhecida e pedia para que os alunos dissessem a primeira letra do nome do desenho. Por exemplo, um navio, respondíamos que a letra inicial era o N e

<sup>268</sup> SANTOS, B. M. *Era uma vez em 43*. São Paulo: Amoler, 2021.

<sup>269</sup> Trecho retirado do histórico da Igreja Cristã Evangélica. Disponível em: <https://icebatalha.blogspot.com/2018/03/historia-da-1-igreja-crista-evangelica.html>

<sup>270</sup> SANTOS, B. M. *Era uma vez em 43*. São Paulo: Amoler, 2021. p. 33

<sup>271</sup> FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

detalhe, para colar o desenho, ela usava velcro tape, recursos vindos de cidades maiores, em Breves ainda não se vendia esse tipo de material. Outra atividade, ela distribuía uma folha com um texto que era reproduzido em uma espécie de gelatina, para a gente acompanhar a leitura. E íamos lendo com o acompanhamento dela.

As memórias de Benedito remetem ao método intuitivo, defendido por muitos educadores brasileiros no final da década de 1940 e início dos anos de 1950, que se distanciou da metodologia de ensino focada no ensino individual e simultâneo. O método individual é aquele em que cada aluno é trabalhado individualmente, sem interação com outros alunos. Porém, quando um professor passa a trabalhar em uma instituição maior, atendendo um grupo de alunos maior, fortalece o método simultâneo. Nesse método, o professor ensina para várias crianças ao mesmo tempo, o que representa uma permanência em relação ao método tradicional, que é baseado mais na memorização e na repetição. Em contrapartida, o método intuitivo enfatiza a exploração, a descoberta e a experimentação, e o professor precisa ter atenção aos objetos que ele traz para a aula e às atividades que precisam seguir uma sequência.<sup>272</sup>

Benedito afirma que os trabalhos desenvolvidos pelo internato eram bons, dessa forma, logo as notícias se espalharam pela cidade, o que ocasionou uma procura maior das famílias para matricular seus filhos<sup>273</sup>. Fato que chamou a atenção da igreja católica, liderada pelo Frei Dolsé Porfírio Garcia. Para esse contexto, Sarraf-Pacheco corrobora com essa informação ao destacar que:

Em 1950, dez anos depois que os agostinianos assumiram a paróquia de Breves, um grupo de protestante dos Estados Unidos, provavelmente apoiados pelo capital madeireiro ali em pleno esplendor, instalou-se em Breves e iniciou seu projeto de evangelização, tanto no espaço urbano, quanto no rural do município. Entre suas construções, um internato para meninos e meninas de formação escolar e cristã, começou a destacar-se aos olhos dos agostinianos, não somente pelo trabalho evangelizador realizado por aquele “intruso grupo”, mas também pelo número de alunos cooptados para frequentar seu centro de formação religiosa.<sup>274</sup>

Havia uma rivalidade declarada entre as igrejas evangélicas e a igreja católica, perceptível nas narrativas de Benedito, quando destaca a sua saída do internato, que fora causada pelo seu tio que também era interno, mas que não se adaptou e para se livrar do local, em uma madrugada saiu correndo e gritando que havia visto um demônio lá dentro<sup>275</sup>. Dessa

---

<sup>272</sup> BARROSO, J. *Os liceus: organização pedagógica e administrativa* (1836-. 1960). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian / JNICT, 1995.

<sup>273</sup> SANTOS, B. M. *Era uma vez em 43*. São Paulo: Amoler, 2021.

<sup>274</sup> SARRAF-PACHECO, op. cit., 2009.

<sup>275</sup> SANTOS, B. M. op. cit., 2021.

forma a confusão instalou-se, abrindo espaço para que a igreja católica fosse em busca dos seus fiéis que estavam do outro lado.

A evasão foi enorme. Minha mãe foi lá também querendo me tirar do colégio e a professora Iva conversou muito com ela, mostrando-lhe os prejuízos futuros. Disse-lhe que lá não tinha nem rato. Que estava convidada a passar quantas noites desejasse e se visse alguma coisa estranha, então eles concordariam com ela. Mas talvez incitada pelos outros, ela procurou o juiz local e pediu apoio. O juiz teria dito a ela que direito de mãe não se tira. Assim ela voltou lá em uma manhã muito bonita, possivelmente de outubro de 1950, e pediu para me levar para a visita semanal. Estavam ela e minhas tias. Na saída ela me disse que eu não voltaria. Eu reagi querendo voltar e ela me levou para a igreja de N.S. Santana. Entrei de cabeça baixa e isso foi interpretado como coisa do mal. Na verdade, eu estava triste por perder uma das maiores oportunidades da minha vida. Muitas crianças também saíram naquela época, mas o colégio continuou, não lembro até quando. Não recrimino ninguém, mas muitas crianças perderam, como eu, uma bela chance em suas vidas. Vi vários deles depois fazendo serviços pesados para suas idades.<sup>276</sup>

Diante dessas memórias, é possível identificar, na educação brevese, a disputa pela ocupação espacial por duas frentes religiosas, a católica e a evangélica. Duas instituições eclesiais que por meio da missão evangelizadora disseminam seus credos religiosos, através de cultos e missas, batizados, encontros dominicais e no caso em tela, a Igreja Cristã com o Internato Amazônico, investindo na Educação Formal como parte de um projeto catequizador, que naquele momento deu certo, mas que encontrou resistência do outro lado religioso e fez com que a Paróquia de Sant'Ana construísse seu próprio espaço escolar, o Colégio Santo Agostinho.

O Internato Evangélico Amazonas continuou suas atividades em Breves e depois de uns anos mudou-se para um outro local, na área rural da cidade, as margens do Rio Parauaú. Suas atividades continuaram como internato e somente na década de 1960 foi que a escola passou a aceitar alunos não internos, tornando-se, assim, também externato.

Lourdes, ex-aluna contou que chegou em Breves em junho de 1962, vindo no Navio da ENASA Sobral Santos, desembarcou no Trapiche Municipal, veio do Povoado Capoeira Grande, Município de Turiaçu no Estado do Maranhão e foi direto para o Internato Evangélico Amazonas. Estava com 12 anos de idade, foi aluna interna até o ano de 1968. Estudou e morou na localização onde hoje é o Bairro da Cidade Nova.

---

<sup>276</sup> SANTOS, op. cit., 2021, p. 35.

Eu nasci em 28 de agosto de 1949, no Município de Turiáçu no Estado do Maranhão em um povoado chamado Capoeira Grande e lá fiquei até os 12 anos de idade. Sou filha de pais maranhenses. Meu pai era pescador, lavrador, caçador e era disso que a gente vivia: caça, pesca, plantio de roça. Era disso que a gente vivia e mamãe o ajudava. Somos uma família com 10 filhos do primeiro casamento do meu pai. Os motivos que fizeram com que a gente viesse para Breves foi a morte da minha mãe. Quando ele foi ter a décima filha, que foi a Rosário, como conhecemos. Ela faleceu na hora do parto. Então a minha vó que era a mãe dela, não tinha condição de criar a Rosário e nem condição de cuidar de nenhum de nós. Eu tinha onze anos quando minha mãe faleceu e tinha nove irmãos atrás de mim. Minha avó mandou meu pai dá essa minha irmã que tinha nascido para uma prima legítima da minha mãe e a Rosário foi criada com essa tia. O Tio João que era o Diretor do Internato Evangélico Amazônico aqui em Breves, quando soube que ele tinha dado a filha mais nova, logo pediu um casal de filhos menores para o papai. Ele queria ajudar o papai e disse que era para ele vim para Breves, que aqui o Tio João poderia ajudar o papai <sup>277</sup>.

De sua família, primeiro veio para o Internato a Luzia e depois a Jobe. A Luzia veio primeiro, ela chegou em março de 1961. Depois veio o seu pai, ela, Sibazinho, Chico, Cici e Joãozinho. E assim Lourdes rememorou:

Nós cinco viemos para cá. Cinco ficou para lá. A recém-nascida o papai deu, a Luzia já estava aqui, a Jobe já estava em Belém, o meu irmão que é o terceiro o papai deixou lá em Cururupu com o irmão dele e a Badica que trabalhava no Hospital ficou em Bragança com outra tia. Da família quem fez parte do Internato: Luzia, eu, Chico, Sibazinho, Cici e Joãozinho e do externato: Jobi, Manoel e Badica. Meu pai – Sibá - como tinha experiência de lavrador ficou trabalhando para o internato, fazendo roça, limpando a área, cuidando das plantas.

No internato a rotina de Lourdes era levantar seis horas da manhã, tomar banho se arrumar, tomar café sete horas, ir para a escola. As aulas começavam as oito horas e terminavam entre onze e onze e meia e depois ia para a casa para o almoço. Para além das atividades escolares ela narrou seus outros afazeres.

No dia a dia tínhamos nossos afazeres como aluno e da casa. Por exemplo: na porta do guarda-roupa tinha lá, uma lista de tarefas da semana, uma de nós ia varrer o quarto, limpava a sala, outra ia lavar o banheiro. Todas tinham atribuições, as mais novas, serviços menos pesados e as maiores, as atividades mais puxadas. Mas depois de tudo isso, tínhamos tempo para brincar e depois tinha um belo banho que todo mundo ficava esperando, entre quatro e quatro e meia tinha o banho no rio que todo mundo ficava esperando. A gente ia tomar banho e ficava em um trapiche bem do lado onde é Casa do Genésio<sup>278</sup>.

Em sua narrativa Lourdes esclarece que na época achava ruim fazer essas atividades de casa, mas relata que hoje entendeu que tudo que fez era para o bem daqueles que estavam lá. Neste sentido, a lembrança é em larga medida uma reconstrução do passado com a ajuda de

<sup>277</sup> Trecho retirado da entrevista com. Lourdes em novembro de 2022.

<sup>278</sup> idem.

dados emprestados do presente, e além disso, preparada por outras reconstruções feitas em épocas anteriores e de onde a imagem de outrora manifestou-se já bem alterada<sup>279</sup>.

A gente achava ruim na época, fazer esses serviços de casa, mas hoje a gente vê que tudo aquilo que a gente fazia, que a gente reclamava, que era ruim, a gente vê que serviu para gente. Então, nós aprendemos. Tinha nosso café e todo mundo tinha que ir tomar café. Depois nós tínhamos um devocional da palavra: pegava a bíblia, cantávamos, orávamos.

Na mesma linha de um tempo vivido, Lourdes relembra com saudosismo da escola disseminadora da palavra de Deus, do patriotismo, das normas empregadas comportamentais. Um tempo de cerceamento de liberdade, entretanto, para ela traz saudades e se sente bem ao falar dessa época.

Quando nós íamos para a escola, uma coisa que até hoje, não é desfazendo, mas eu sinto muita falta da escola da época, porque: a gente ia para a fila, batia a campã para entrar, todo mundo ia para a fila, não ia para a sala de aula, cantávamos o Hino Nacional ou qualquer outro hino, tínhamos que cantar ou Hino Nacional ou Hino da Bandeira e tinha o hino propriamente da escola. Então[...] uma coisa que eu vejo hoje, não existe mais isso, pergunta para o aluno e ele não sabe nem o Hino Nacional, então eu digo assim, que eu sinto muita falta dessa época. Minha rotina como aluna, por exemplo[...] eu disse que tinha o dever de casa e tinha o dever da escola. Depois do almoço você descansava, você era obrigado a descansar, querendo ou não querendo você ia para o seu quarto, você ia para sua cama e era obrigado a ficar lá. E quando dava o horário, não lembro se era duas horas ou duas e meia, você se levantava e tinha uma mesa com cadeiras feitas de madeira em marcenaria e lá você ia sentar e fazer seu dever da escola, você só ia sair de lá para recreação depois que terminasse seu dever todinho.

Por necessidade de manter a ordem, o internato normatizou e normalizou as regras. Não aceitar as normas pode produzir sanções temidas pelos alunos internos. Assim, a sanção normalizadora, adicionada à vigilância, para cada desvio, é prevista uma ação corretiva que obedece ao sistema gratificação-sanção que castiga e pune pelo rebaixamento e recompensas<sup>280</sup>.

Esse fazer as atividades, conhecido como dever de casa, se tornava uma extensão da escola, uma vez que, os alunos tinham cobranças e estavam nesse espaço para responder a formação específica e se elas não satisfizessem com o que se pedia, passariam a refazer até acertar. O refazer na educação é um ato educacional necessário para se corrigir erros, entretanto, no internato existiam punições, como destaca Lourdes em suas narrativas.

<sup>279</sup> HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. 2. ed. São Paulo: Centauro, 2006.

<sup>280</sup> SILVA, D. N.; RABINOVICH, E. P. Expectativas parentais: o internato como contexto de desenvolvimento. *Revista Brasileira Crescimento e Desenvolvimento Humano*, v. 17, n. 3, p. 60-71, 2007.

Na escola você tinha por obrigação saber a sua lição. A gente tinha um livro, um dia desses eu estava me lembrando, que tinha que dar a lição, tinha que ir lá e ler e tinha o momento que a professora chamava fulano vem dá a lição. Você tinha que ler e se você gaguejasse, você ia se sentar e depois você ia apresentar a lição, se você não levasse o dever pronto, você ia ficar de castigo, você ia sair de lá só quando você aprontasse seu dever.

Alguns ficavam de joelhos, outros apanhavam de palmatória. Tabuada, por exemplo: eu não me lembro de ter apanhado muito dos outros, mas eu dei um bocado naqueles que não sabiam tabuada. Tinha que saber. Então, foram coisas que foram impostas para a gente, que a gente achava ruim, mas hoje a gente aprendeu. Querendo ou não querendo na época você aprendia. Se você não queria ficar de castigo, ia aprender, mas hoje, não, o aluno aprende se ele quiser, porque o professor não pode nem olhar de cara feia para ele. Sinceramente eu não troco a educação de cinquenta e sessenta anos atrás pela de hoje. Tinha alguma coisa errada? Talvez, né! Mas os alunos respeitavam os professores como se fossem os próprios pais.

As instituições fechadas ou denominadas instituições totais definida por Goffman<sup>281</sup>, local de residência e trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, leva uma vida fechada e formalmente administrada. O interesse sociológico da instituição total reside no fato de ser um híbrido social, parcialmente comunidade residencial, parcialmente organização formal, além de se constituir na sociedade em uma estufa para mudar pessoas e um experimento natural sobre o que se pode fazer ao eu<sup>282</sup>.

Há de se ressaltar, porém, que o papel social desempenhado pela escola deve extrapolar a simples preocupação com o desempenho do aluno, em termos de disciplina e/ou respeito às regras. É essencial que a escola prepare seus estudantes para a vida social, enfatizando o desenvolvimento de uma cultura de solidariedade, cidadania e respeito entre seus alunos. Esse preparo inclui também o desenvolvimento de habilidades para enfrentar situações que podem ser geradas pela violência ou levar a ela<sup>283</sup>. Entretanto, o que se fazia

Nas aulas de língua Portuguesa, a professora passava a letrinha para a gente fazer. Ela passava todas as letrinhas no quadro e ela dizia letra B, nessa hora a gente ficava de fila e ia respondendo. A professora tinha assim... uma tábua, assim... (nessa hora a interlocutora mostrou com as mãos abrindo os braços, mostrando de forma concreta o tamanho da tábua que se usava para alfabetizar as crianças) e nesse recurso didático tinha toda a alfabetização, tinha todas as letras e tinha um papel ao redor da letra destacada. A professora perguntava: qual é essa letra aqui? E a gente dizia. A professora falava: aquele que não acertar vai levar um castigo. Mas o castigo, mas era um castigozinho. E aquele que ganhar... e tinha lá no quadro, uns barquinhos, umas bonequinhas, e conforme a gente acertava, a gente ganhava uma bonequinha e ela escrevia o teu nome e ficava assim<sup>284</sup>.

<sup>281</sup> Idem.

<sup>282</sup> GOFFMAN, E. *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo: Perspectiva; 2005. p. 22.

<sup>283</sup> LUIZA NETO, I.; SANTOS, H. B. Investigação das memórias escolares de estudantes Universitários. *Psicologia Escolar e Educacional*, SP, v. 21, n. 3, p. 561-571 set./ dez. 2017.

<sup>284</sup> Trecho retirado da entrevista realizada com S. Selma no dia 22/09/2022.

A escola tem sido considerada um espaço formal de educação, que visa possibilitar o acesso aos conhecimentos produzidos e organizados cientificamente e compartilhados ao longo do tempo<sup>285</sup>. Ao mesmo tempo o Internato Evangélico Amazonas assume uma educação formativa de classificação e premiação, quando castiga os alunos que erram a lição e premia aqueles que acertam. Uma atitude clássica de uma prática educacional em uma sociedade capitalista, que ensina pelo medo, promovendo a dor e tornando aqueles que fracassaram como sujeitos menores, como se eles fossem os responsáveis pelos seus “insucessos”.

Um outro aspecto presente e fortemente destacado por Lourdes, eram as orações, certos momentos em conjunto com as atividades escolares, em outros momentos por meio de uma rotina diária, várias vezes por dia e semanal. Um calendário rígido como forma de manter a obediência a Deus e, ao mesmo tempo, manter o foco para uma caminhada como futuros missionários.

Nossas orações eram ao acordar, na hora do café, do almoço, janta e antes de dormir. Se tinha quando se chegava na sala de aula. Era pedindo a Deus, agradecendo por tudo, que Deus abençoasse. O hino que cantávamos era Minha Pátria para Cristo, 439 do Cantor Cristão.

439 – ORAÇÃO PELA PÁTRIA - Disponível em:  
<https://cantorcristaobatista.com.br/CantorCristao/hino/show/439>

Minha pátria para Cristo  
 Eis a minha petição;  
 Minha pátria tão querida,  
 Eu te dei meu coração!  
 Lar prezado, lar formoso,  
 É por ti o meu amor!  
 Que o meu Deus de excelsa graça,  
 Te dispense Seu favor!

Salve Deus a minha pátria, Minha pátria varonil;  
 Salve Deus a minha terra, Esta terra do Brasil!

Quero pois com alegria,  
 Ver feliz a mãe gentil;  
 Por vencer seu evangelho,  
 Esta terra do Brasil!  
 Brava gente brasileira,  
 Longe vá temor servil,  
 Ou ficar a pátria salva,  
 Ou morrer pelo Brasil!

Salve Deus a minha pátria, Minha pátria varonil;  
 Salve Deus a minha terra, Esta terra do Brasil!

Emily V.Lindsey (1870-1934)  
 Salomão L.Ginsburg (1867-1927)

---

<sup>285</sup> LUIZA NETO, 2017. Idem.

Essa relação pátria, escola e religião sempre esteve muito forte na República e se intensificou ainda mais, a partir de 1964, período em que a interlocutora Lourdes, morou e estudou no internato em Breves. Momento de regras rígidas e diminuição de liberdade. Nesse tripé: escola, pátria e religião, torna-se evidente o papel da escola como local de disseminação dos comportamentos aceitáveis na sociedade e à discriminação aqueles que não se encaixam nesses padrões, ou seja, nesse perfil, produzir pessoas dóceis e servis tornava-se uma das funções/atribuições da escola para com o sistema<sup>286</sup>.

A formação da identidade nacional e a promoção de valores cívicos e morais considerados fundamentais para a manutenção da ordem social, se fortaleceram tendo como base a escola, a pátria e a religião, um movimento que teve início no Brasil no período da ditadura militar, mas que sempre esteve presente na história da República brasileira, como exemplo, tivemos neste século, anos de 2019 a 2022, um governo de extrema direita, militar, que fez emergir esses valores que culminaram em diferentes formas de preconceito e discriminação às identidades destoantes das dos padrões estabelecidos, com o agravamento para o papel da escola que diante das leis infraconstitucionais desse governo, de maneira indireta eram intolerantes diante da diversidade que é a mais forte característica desse país.

Durante o período da ditadura militar, as instituições escolares e religiosas foram utilizadas como instrumentos de controle ideológico e de propaganda política. A educação foi concebida como um meio de formar uma nova geração de brasileiros, com valores que correspondessem aos interesses do regime militar.<sup>287</sup> O Hino Oração pela Pátria, que Lourdes e centenas de crianças cantaram por muito tempo, expõe o conteúdo que era ensinado no Internato Evangélico Amazonas. Um conteúdo repetido todos os dias para que não se afastasse de tais ditames e a ideologia se cristalizou na vivência de muitos, tanto que Lourdes, interlocutora da pesquisa, durante o diálogo não só lembrou o hino, mas o cantou, citou até o número do canto no livro que tinha. Diante dessa constatação, a escola revela-se como terreno fértil para a propagação da fé, do respeito a pátria. Na primeira parte do hino, há uma referência na formação dos alunos quando diz que o patriotismo e a obediência são para Cristo, feito como um pedido de quem ama e que dará o coração pela pátria.

Nessa proposta, a escola é repetidora de conteúdos ideológicos que marcam a sua estrutura de funcionamento. As aulas são divididas em disciplinas e temas, e os conteúdos são

---

<sup>286</sup> Sobre esse assunto conferir, ARROYO, M. G. As relações sociais na escolar e a formação do trabalhador. In: FERRETI, C. J.; JÚNIOR, J. R. S.; OLIVEIRA, M. R. N. S (Orgs.). *Trabalho, formação e currículo: para onde vai a escolar?* São Paulo: Xamã, 1999, p.13-42.

<sup>287</sup> SAVIANI, D. *Escola e democracia*. Edição Comemorativa. Campinas: Autores Associados, 2008.

apresentados de maneira sequencial e progressiva, seguindo uma lógica de aprendizado. Muitas vezes, essa estrutura exige tal repetição para que os alunos possam fixá-los e aplicá-los em novos contextos. No entanto, a repetição excessiva pode ser prejudicial para a formação dos alunos, pois pode tornar o processo de aprendizagens em algo mecânico e desestimulante, sem oportunidade para produções e criações. Quando os alunos são expostos todos os dias ao mesmo conteúdo, sem que haja uma variação de atividades e estratégias pedagógicas, eles podem se desinteressar pela escola e não perceber sua importância na vida real.

Selma, aluna não interna, em suas narrativas rememorou seus tempos de escola, entre várias lembranças revisitadas do seu tempo de aluna, destacou a maneira com que a vigilância e a punição exercida pela direção escolar se davam junto aos educandos. Interessa observar nessa narrativa o desejo de resistência aos padrões estabelecidos ainda que a vigilância impedisse na maioria das vezes o exercício do desejo próprio.

Era muito rígido. A gente não podia pegar uma fruta. Tinha muita fruta: era manga, caju[...] Se a gente passasse[...] o diretor era muito rígido, se a gente passasse e pegasse uma fruta, a gente ficava de castigo. Não era para a gente pegar, que não era nosso.

As frutas eram colhidas por um rapaz. Essas frutas eram para a merenda das meninas e meninos internos. Outra coisa: se a gente estivesse merendando e se a gente repartisse a merenda com a colega tinha punição. Como eu não morava no internato, minha mãe fazia merenda bacana para mim, as vezes a gente queria repartir, mas tinha o diretor que era o seu João, ele era muito, muito rígido, assim, sabe, não deixava, a gente dá nadinha. A minha mãe dizia para mim: tu vais levar merenda a mais, tu sabes não pode dar nada, e eu dizia: mas mãe eu dou um jeitinho de passar para as minhas colegas. As vezes minha merenda voltava todinha porque eu não comia e eu não podia dar para minhas colegas<sup>288</sup>.

Destaca, também, o tipo de alimento consumido pelos alunos e alunas, no período que estudou no internato,

[...]a merenda que era dada na escola naquele tempo era o leite distribuído pela Fundação SESPE, um leite que era chamado de leite porronca, aquele leite antigo, era isso que era a merenda, um copo com leite. Teve uma vez que eu levei minha merenda e dei para minha coleguinha e olha só como ele era ruim[...], minha merenda era pão com umas coisinhas dentro, era biscoitos caseiros[...] ai o diretor se escondeu atrás da porta, só que eu não vi e a minha colega me deu um sinal dizendo que queria um pouco da minha merenda, eu fui e dividi com ela e mais duas colegas, quando ele viu ficou olhando para mim e olhando para elas e eu fiquei de castigo onde estava por umas horas e elas tiveram como castigo tomar cada uma três copos de leite. O diretor colocou três copos em uma mesa e elas tiveram que tomar na frente dele.

Selma amplia a experiência cotidiana dos alunos no horário da merenda para mostrar que mesmo sobre ameaça aos alunos e as alunas lutavam para fazer valer seus desejos e necessidades. A tentativa de dividir a sua merenda com as coleguinhas, expressa um ato

<sup>288</sup> Trecho retirado da entrevista realizada com Selma no dia 22/09/2022.

solidário, mas que nesse contexto era visto como uma rebeldia, quebra de regras. Selma não soube informar os motivos que levavam a direção da escola tomar essa atitude de proibir a prática da partilha, já que se tratava de escola evangélica e um de seus fundamentos era o amor, e o amor em Cristo.

Narrou ainda que na turma que estudava tinham alunas que eram do Maranhão e de várias idades. As alunas maiores internas, antes do intervalo eram chamadas e ficavam responsáveis por fazer a merenda, fazer o leite. É curioso que eu gostava daquele leite.

Quem mandava era o diretor e depois o professor. Era rígido mesmo. Você tinha que obedecer ao professor ou o diretor, ou você apanhava ou ficava de castigo. Exemplo: eu não poderia sair daqui para conversar para lá e as meninas para lá e tínhamos que ficar no nosso espaço. Sempre a gente vivia separados. A gente se juntava na igreja ou na sala de aula. Era, assim. Você tinha que fazer a sua tarefa, se você não fizesse, você não ia brincar, alguma coisa você ia sofrer<sup>289</sup>.

O dia a dia das tarefas educativas e afazeres no internato também sofria alterações, a escola apesar de sua rigidez organizava momentos de lazer, das brincadeiras, ou de um encontro de maneira não corriqueira. Entre eles o banho no rio. O banhar-se sempre foi um ato comum nas cidades às margens dos rios. No caso em tela, tomar banho no Rio Parauaú, rio que banha a Cidade de Breves, com suas águas calmas, à beira do trapiche, era esperado por todos.

Depois de fazer as tarefas e cumprido o que se tinha que fazer, vinha o horário do banho que todo mundo ficava esperando, entre quatro e quatro e meia tinha o banho no rio. A gente ia tomar banho e ficava em um trapiche bem do lado onde é Casa do Genésio. Entre pulos n'água e subidas, empurra um e empurrado por outros, fugíamos por momentos dos compromissos, dos padrões e era a gente de fazia aquele agora, do nosso jeito, embora olhados, também, por aqueles que nos ensinavam<sup>290</sup>.

Os alunos internos não conheciam a cidade, Lourdes em diálogo conosco afirmou que os alunos só saíam um dia toda a semana para ir à Igreja Cristão Evangélica. Ela mesma, durante o tempo que ficou sobre a tutela do internato não sabia que existia o mercado municipal, não conhecia as ruas, o único trajeto era o de ir à igreja. Para além dessa saída pela cidade, tinha uma vez por ano, o desfile cívico de Sete de Setembro, onde desfilavam o Grupo Escolar Lauro Sodré e o Internato Evangélico Amazonas, diante dos olhares atentos de professores e diretores.

Dia Sete de Setembro, a gente desfilava de uniforme. Durante as aulas a gente ia de sapato e uniforme, menos o quepe, mas dia Sete de Setembro você tinha que ter aquele quepezito. Na época todas as escolas, que só eram as duas: Lauro Sodré e Internato, só depois veio o Santo Agostinho, era lá na Praça da Bandeira, em frente à prefeitura. A gente saía da escola e ia até a Praça da Bandeira e ao terminar o desfile na praça a gente dava uma volta nas ruas principais da cidade: Dr. Assis e retornava para o internato. A Escola no seu desfile fazia homenagem a figura ilustres da História do

<sup>289</sup> Trecho retirado da entrevista realizada com Lourdes em novembro de 2022.

<sup>290</sup> Idem.

Brasil, como D. Pedro. Almeida, aluno daquela época, deve se lembrar que em um desfile ele saiu de soldado, levando um cachorro. Um tempo bom que não volta<sup>291</sup>.

Esse fato de um aluno ir ao desfile vestido de soldado e levando um cachorro, foi confirmado, em entrevista com Vivaldo, ele rememorou esse momento. “Um dia o seu João, o diretor do internato, disse para mim: tu vais marchar com um desses cachorros. Ele me deu uma bota muito apertada e eu fiquei ensaiando para perder o medo na área da escola. No dia Sete de Setembro eu estava lá marchando com o cachorro.”<sup>292</sup>

As temáticas exploradas pelas escolas brasileiras tinham essa conotação de homenagear políticos e personagens das forças armadas, como a citada por Lourdes, quando o internato homenageou D. Pedro em um de seus desfiles de Sete de Setembro. Já Vivaldo representou uma das cenas das forças de repressão do Estado, quando ao lado de um cachorro torna-se uma representação para a população de um dos instrumentos usados para aqueles que tentarem fugir da ordem estabelecida.

Em Breves, não se encontrou narrativas da resistência social organizada aos atos pensados e executados pelo poder dominante, mas Germano destaca que controle político e ideológico da educação escolar, em todos os níveis, não ocorre de forma linear, porém, é estabelecido conforme a correlação de forças existentes nas diferentes conjunturas históricas da época. Em decorrência, o Estado militar e ditatorial não conseguiu exercer o controle total e completo da educação. A perda de controle aconteceu, sobretudo, em conjunturas em que as forças oposicionistas conseguem ampliar o seu espaço de atuação política.<sup>293</sup>

Existiam forças políticas em Breves, mas provavelmente eram sufocadas pelo poder mandante. Ao mesmo tempo, diferente das grandes cidades onde existiram grupos de pessoas que edificaram movimentos rejeitando o poder de exceção, quando se tenta dialogar com os interlocutores da pesquisa sobre o período ditatorial, relatam que só vieram conhecer ou entender que existiu Regime Militar quando a televisão e a internet começaram a tratar sobre esse assunto. Se a resistência organizada não emerge das narrativas dos entrevistados que compartilharam suas vivências escolares no contexto do regime militar, diferentes ações individuais de contestações sutis são compartilhadas, a exemplo das experiências de Selma.

Antes, naquela época, até 1971 quando funcionou o internato/externato, eu não sabia nada de Ditadura, hoje eu sei o que foi. A partir de 1968 e a década de 1970 é considerado o período mais rígido da ditadura. Como disse, naquela época não se falava nada sobre esse assunto. O pouco do rádio que se escutava era música,

---

<sup>291</sup> Trecho retirado da entrevista realizada com Lourdes em novembro de 2022

<sup>292</sup> Trecho retirado da entrevista realizada com Vivaldo em outubro de 2022.

<sup>293</sup> GERMANO, J. W. *Estado militar e educação no Brasil (1964-1985)*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

mensagem e abraços para as pessoas que escreviam para o programa. As correspondências eram via correios.<sup>294</sup>

Na sua adolescência, Vivaldo narra que seu pai era comerciante e que o ajudava após sua ida à escola.

Houve essa fase em que meu pai veio morar para Breves e minha mãe falecera tinha pouco tempo. Nesse tempo, a vida era aquela de carregar a água de um poço que se pegava lá próximo e ajudar no comércio pequeno que o meu pai trouxe quando veio do interior, que ficava na Avenida Rio Branco, em frente ao Fórum. [...] a orla de Breves estava começando a desenvolver e meu pai comprou um terreno e fez um comércio, e nós fomos para lá, que hoje é o Rei da Farinha. Ele vendia pano, tecido, gêneros alimentícios, querosene, eu tinha uns treze anos. Para melhorar o transporte das mercadorias que eram compradas, o meu pai comprou um boi e uma carroça. Nesse tempo, eu estudava pela manhã e trabalhava à tarde com ele, uma das minhas atividades era buscar as mercadorias que chegava no trapiche, vindas de Belém, e levava para o comércio de carroça.

Essa rotina em que Vivaldo apresenta é a realidade de milhões de brasileiros espalhados por esse Brasil. Independentemente do tempo, a situação se repete e, até mesmo, multiplica-se com o crescimento populacional nas cidades. Estudar e trabalhar não é boa parceria, primeiro porque o trabalho toma o tempo e retira energias e não deixa espaço para que o estudante faça as atividades extras, que deveriam fazer parte do cotidiano estudantil. O trabalho deixa o aluno cansado e quando há a escolha entre a escola e o trabalho, muitas vezes levando em consideração a situação financeira, não resta outra opção a não ser, na grande maioria, ficar com o trabalho, com isso a escolarização do brasileiro fica comprometida e nas estatísticas nacional e internacional, o Brasil apresenta-se em desvantagens, quando se analisa os números quanti e qualitativamente. Uma constatação da ausência de programas sociais, políticas públicas que beneficiem a população escolar.

As lembranças de Vivaldo, década de 1960, não seguiu essa lógica, pois ele não precisou escolher entre estudar e trabalhar. Concluiu o primário, estudou o ginásio, foi para Belém estudar o ensino superior e se formou em Bacharel em Direito. Mas a cidade de Breves, não diferente de outras, apresentava nessa temporalidade, diferentes realidades e oportunidades educacionais distintas. Faz mister lembrar, que Breves era uma cidade que até 1942 a educação institucionalizada era formada por escolas isoladas.

Em 1949 os evangélicos da Igreja Cristã deram início à catequização por meio da escolarização. Mesclaram educação formal com ensinamentos bíblicos e o Internato Evangélico amazonas foi o palco para que durante 22 anos doutrinassem crianças e adolescente para

---

<sup>294</sup> Trecho retirado da entrevista realizada com Vivaldo em outubro de 2022.

aumentar o número de fiéis. A justificativa da vinda desse projeto religioso e educacional para o Marajó, foi a ausência de políticas públicas por parte do Estado e o grande número de pessoal analfabetas<sup>295</sup>, terreno fértil para disseminar as ideias, porque, ao chegarem em Breves, causaram uma expectativa de que a vida das pessoas sofreria impactos positivos como destacou Benedito, que com empenho e dedicação poderiam chegar a estudar nos Estados Unidos da América.

Durante 12 anos o projeto do internato se sustentou, mas aos poucos, de acordo com as memórias de Lourdes, no início da década de 1960, abriu as portas para atender a comunidade brevesense e passou a se chamar externato. Durante mais de uma década, a cidade contou com duas escolas: uma pública e outra particular. A particular em 1962 se tornou uma escola conveniada, onde professores passaram a receber seus salários pela prefeitura.

As narrativas que sustentam a história do Internato Evangélico Amazonas são unânimes e destacam que essa estrutura implementada em Breves, foi positiva à população, embora sendo um regime rigoroso na formação escolar e de interesse religioso, todos os interlocutores relataram que o tempo que estudaram/moraram no internato foi importante em suas formações pessoal e educacional, contribuindo significativamente para que se tornassem as pessoas que são.

No Brasil, existem inúmeras escolas internatos em funcionamento, o que demonstra que há pais, mães e responsáveis, um público, que escolhem esse formato educacional para instruir os membros da família. Uma tipologia institucional que para os responsáveis da criança e do adolescente, é um espaço que vai disciplinarizar comportamentos, ter uma rotina, mostrar a ter foco nos estudos, para que esses sujeitos tenham sucesso na vida.

O Internato Evangélico Amazonas se instalou na Avenida Rio Branco, com um modelo educacional nunca visto no Marajó das Florestas, com uma infraestrutura e investimento financeiro próprios, com casas, alimentação, professores sem precisar do poder público. Depois de algum tempo, se transfere na década de 1950, para uma fazenda distante do centro da cidade, demonstrando para a população a pujança de uma ação evangélica e educacional.

As famílias viram diante de seus olhos uma oportunidade de proporcionar a seus filhos um destino melhor, diferente das perspectivas que se apresentavam naquele momento. O internato apresentava uma ocupação com atividades durante as vinte e quatro horas diárias, entre elas como destacaram Lourdes e Benedito, a hora de dormir, acordar, de orar, ir para escola; hora do dever de casa, do lazer, uma rotina junto com outros internos, coisa que na

---

<sup>295</sup> Político e do ensino formal.

família não se tinha. Os alunos que adentraram no internato, passavam a viver distante de seus pais, mães e responsáveis, com pessoas desconhecidas e era a partir desse momento que muitos costumes trazidos de casa, seriam tirados e deixados aqueles que a instituição escolar trabalhava.

O Internato Evangélico Amazonas ofertou um novo modelo de vida e de ensino para os cidadãos breveses. Os membros da Igreja Cristão Evangélica, ao chegar na cidade e implantar uma igreja, mostraram, - o que causou espanto em um primeiro momento, que existia outras interpretações da palavra de Deus, para além da igreja católica. Fez parte da educação escolar brevese e ajudou a diminuir o número de crianças fora da escola, contribuindo na alfabetização de centenas de crianças e adolescente na aprendizagem da leitura e da escrita. É importante afirmar que essa instituição educacional não tinha somente o propósito de ensinar os conteúdos escolares, mas, também, de evangelizar, para isso implementou normas severas para dar conta de seus projetos civilizadores e de permanência no coração da Amazônia.

Portanto, a pesquisa sobre essa instituição é de grande relevância para se entender o início da escolarização formal em Breves, a formação de seu corpo docente e sua constituição a educação. Conhecer a pluralidade de pessoas que de maneira direta tiveram a possibilidade de viver entre a interculturalidade, já que eram pessoas de continentes, regiões diferentes, tanto docentes, como discentes, cada qual com seus objetivos.

### **3.3 Escola e ensino primário: as agostinianas missionárias e a educação escolarizada em Breves**

Nesta seção, apresentaremos a Educação Escolar na cidade de Breves, desenvolvida pelo Colégio Santo Agostinho sob a gestão das Irmãs da Congregação Agostinianas Missionárias, no recorte temporal de 1940 a 1980. A análise é resultado de pesquisa sustentada nas fontes orais e documentais. As oralidades foram colhidas por meio de entrevistas semiestruturadas e as fontes documentais apresentaram os registros de como essa unidade educacional surgiu na cidade e o papel que desenvolveu no contexto da sociedade brevese.

A seção divide-se em três partes: a primeira faz uma breve descrição sobre o nascimento e trajetória da Ordem das Irmãs Agostinianas Missionárias para o Brasil; a segunda descreve como a educação agostiniana é iniciada no Marajó, inicialmente em Soure e a terceira apresenta os trabalhos e a formação do Colégio Santo Agostinho em Breves - Pará.

### 3.3.1 Origem e trajetória missionária para o Brasil

A romanização pensada pela igreja católica expandiu o número de ordens e congregações religiosas pelos continentes, com o propósito de fortalecer o catolicismo, combater a expansão do protestantismo e as ideias liberais, com a responsabilidade de doutrinar pessoas no mundo, por meio da educação cristã.

O grande problema que a Igreja enfrentava não estava na perda das regalias que a sua união com o Estado lhe proporcionava, mas, sim, na falta de unidade do clero e na ruptura deste com as grandes massas de fiéis, posta às claras com a separação entre a Igreja e o Estado. Dessa maneira, para a sobrevivência do aparelho eclesiástico sem o apoio do Estado, era fundamental que a Igreja se reestruturasse, restabelecendo sua unidade interna e estabelecesse uma união orgânica com as massas populares<sup>296</sup>.

Na perspectiva de Klauck, para além do que aconteceu no sistema do padroado, o que colabora com esse enfraquecimento do aparelho eclesiástico durante o século XIX foi o desenvolvimento do catolicismo popular cujos seus agentes de base – beatos, beatas, rezadores, monges, capelães. etc., - gozavam de grande prestígio sobretudo entre as massas rurais<sup>297</sup>. Esse catolicismo popular era uma negação prática do catolicismo romano e não uma forma popular de praticar o catolicismo. Um movimento fruto de um fanatismo religioso condenável sob todos os aspectos e que deveria ser combatido por um intenso esforço de doutrinação e de um processo de educação do povo.

Ao certo, essa percepção e análise que a igreja fez, da sua perda de espaço, como protagonista na evangelização, surge primeiramente na Europa, no modelo de homem forjado no liberalismo.<sup>298</sup> Com essa nova configuração,<sup>299</sup> argumenta que

[...] a Igreja Católica, cada vez mais, sente-se coagida pelas transformações do século XIX. Evidências dessa coação podem ser encontradas nas reações dos pontífices Gregório XVI, Pio IX e Leão XIII. Entrementes à nova realidade, a Igreja a partir do seu orbe, condena, conclama e reage às transformações.

<sup>296</sup> MESQUIDA, P.; KOZELSKI, A. C.; MANASSES, M. Â. A educação no processo de restauração da igreja na República Velha à luz de fontes documentais. *Anais do Congresso Nacional de Educação – EDUCERE*, 9., 2009.

<sup>297</sup> KLAUCK, S. A igreja e a educação a partir do Concílio Plenário Latino-Americano de 1899. *UNOPAR Cient., Ciênc. Human. Educ.*, Londrina, v. 14, n. 1, p. 15-21, jan. 2013.

<sup>298</sup> HOBBSAWM, E. J. *A era das revoluções*. 9.ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

<sup>299</sup> KLAUCK, op. cit.

Essas mudanças foram erguidas e fortalecidas contra a igreja no contexto da Revolução Francesa, como o laicismo<sup>300</sup>, o racionalismo<sup>301</sup>, o voltairianismo<sup>302</sup>, o anticlericalismo e a maçonaria, sendo estes, os principais eixos que corroem as bases do catolicismo<sup>303</sup>. A igreja ao refletir sobre esse novo cenário passa a trabalhar nas adaptações institucionais impostas pelos estados liberais europeus. França, Itália, Espanha e Portugal, históricos espaços do catolicismo, passam a olhar para além dos oceanos<sup>304</sup>.

Tal configuração é uma realidade mundial, onde a igreja aparece abalada, mas ao mesmo tempo forte por representar Deus junto à sociedade, e que passa a se reorganizar em suas bases, por meio de novas ações em que está e passa a atuar. Entre essas ações surge o Concílio Plenário Latino-Americano, realizado em Roma, no ano de 1899<sup>305</sup>. Nesse evento, foram definidos os caminhos a serem tomados pela instituição, objetivando maior liberdade da Igreja na América Latina e ao mesmo tempo defender e ordenar a cristandade católica. E um dos aspectos que mereceu atenção foi a educação<sup>306</sup>.

A educação é tratada neste Concílio no Título IX, intitulado a educação católica da juventude. Esse título, por sua vez, é dividido em três capítulos, sendo o que trata das escolas primárias (Decreto 673 a 685), do ensino secundário (Decreto 686 a 691) e do ensino superior

---

<sup>300</sup> Laicismo (in Laicism; fr. Laïcisme; it. Ixiicismo). Com este termo entende-se o princípio da autonomia das atividades humanas, ou seja, a exigência de que tais atividades se desenvolvam segundo regras próprias, que não lhes sejam impostas de fora, com fins ou interesses diferentes dos que as inspiram. Esse princípio é universal e pode ser legitimamente invocado em nome de qualquer atividade humana legítima, entenciando-se por "legítima" toda atividade que não obste, destrua ou impossibilite as outras. Portanto, o L. não pode ser entendido apenas como reivindicação de autonomia do Estado perante a Igreja, ou melhor, perante o clero, pois, como sua história demonstra, já serviu à defesa da atividade religiosa contra a política e ainda hoje, em muitos países, tem essa finalidade; também tem o fim de subtrair a ciência ou, em geral, a esfera do saber às influências estranhas e deformantes das ideologias políticas, dos preconceitos de classe ou de raça, etc. ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

<sup>301</sup> Racionalismò (in. Ralionalisnr, IV. Ralionalisme; ai. Rationalismus; it. Razionalismo). Km geral, a atitude de quem confia nos procedimentos da razão para a determinação de crenças ou de técnicas em determinado campo. Esse termo foi usado a partir do séc. XVII para designar tal atitude no campo religioso; "Há uma nova seita difundida entre eles (presbiterianos e independentesl. que é a dos racionalistas: o que a razão lhes dita, eles consi deram bom no listado e na Igreja, até que achem algo melhor" (CI.ARKMX)N. State Papeis, II. p. XL. na data de l-t-X-19-ið). Nesse sentido Baumgarten dizia: "R. é o erro de quem elimina da religião todas as coisas que estão acima da própria razão" (li/bicaphilosophica. r65, § 52). ABBAGNANO, 2007, p. 821.

<sup>302</sup> Voltairianismo filosofia de Voltaire, pseudônimo do escritor e filósofo francês François-Marie Arouet (1694-1778), que se caracterizou pelo pendor racionalista e pela crítica violenta ao dogma e à religião. ABBAGNANO, 2007, p. 920.

<sup>303</sup> ROSA, L. R. O. *A igreja católica apostólica Romana e o estado brasileiro estratégias de inserção política da Santa Sé no Brasil entre 1920 e 1937*. Tese (Doutorado em História). Universidade Estadual Paulista. Franca, SP, 2011.

<sup>304</sup> LEONARDI, P.; BITTENCOURT, A. B. De documento religioso a fonte histórica: as atas do I Concílio Plenário da América Latina. *Educação e Filosofia*, v. 30, n.59, p.135-158, jan./jun. 2016.

<sup>305</sup> SILVA, F. O. O concílio plenário Latino-Americano (1899) Primeiras aplicações na diocese de Diamantina. *Revista de Cultura Teológica*, v. 16, n. 64, jul./set. 2008.

<sup>306</sup> KLAUCK, op. cit., 2013, p. 15-21.

(Decreto 692 a 697), totalizando 24 decretos<sup>307</sup>. O objetivo era, via educação, manter os católicos orientados aos princípios da Igreja.

O concílio de 1899 é parte dos desdobramentos do Concílio Vaticano I que vigorou de 1870 a 1959. Esse concílio ecumênico, deu ao Papa autoridade espiritual total<sup>308</sup> e fez com que a igreja católica delineasse ações de combate ao catolicismo popular, que na visão do clero era uma negação prática do catolicismo romano e não uma forma popular de praticar o catolicismo<sup>309</sup>. De posse das conclusões em relação ao catolicismo popular, que na visão da igreja era um fanatismo religioso, se via a necessidade urgente de combater através de um intenso esforço de doutrinação e de um processo de educação do povo.

O Brasil foi um dos países que recebeu grande atenção por parte do Concílio Plenário Latino-Americano, isto porque, era uma nação de predominância católica, mas ao mesmo tempo de um catolicismo distante das orientações do Vaticano. A igreja enviou diversas ordens e congregações religiosas para o Brasil, no final do século 19 e durante o 20, vindas de vários países europeus, com objetivo de chegar às comunidades para evangelizar, corrigir erros e atitudes clerical.

A abertura e ampliação da igreja católica diante do cenário contemporâneo lhe fez refletir sobre si mesma, levando o clero a abrir espaço de forma efetiva para a inserção das mulheres no processo de evangelização para além dos continentes. As congregações femininas ganharam espaço e passaram a atuar frente aos mais necessitados e desprovidos de cidadania.

Entre as organizações religiosas que surgem na Europa, está a Congregação das Agostinianas Missionárias. Essa congregação é um ramo da Ordem Agostiniana que reconhece Santo Agostinho como Patrono e acolhe-se à sua Regra e Espiritualidade<sup>310</sup>. A Congregação das Agostinianas Missionárias, foi fundada em 06 de maio de 1890 em Madri, por um grupo de Irmãs Querubina Samarra, Clara Cantó e Mônica Mujal, com o nome inicial de Agostinianas Terciárias Missionárias de Ultramar.<sup>311</sup> Tinham como objetivo inicial a formação apostólica de Irmãs professoras para as Missões de Filipinas, comunidade agostiniana formada pelas Irmãs

---

<sup>307</sup> LEONARDI, P. Congregações católicas e educação: o caso da Sagrada Família de Bordeaux. *Rev. bras. hist. educ.*, Campinas-SP, v. 11, n. 2; 26, p. 103-129, maio/ago. 2011.

<sup>308</sup> AQUINO, M. A diáspora das congregações femininas portuguesas para o Brasil no início do século XX: política, religião, gênero. *Cadernos Pagu*, n. 42, jan./jun. 2014.

<sup>309</sup> MESQUIDA; KOZELSKI; MANASSES, op. cit., 2009.

<sup>310</sup> AGOSTINIANAS missionárias: 25 Anos de Martírio de Caridad e Esther. Carisma. [S.l.]: [s.n.], 2019.

<sup>311</sup> SANTOS, E. N. A. *O Instituto Stella Maris (1959-1969): história, memória e práticas educativas das Irmãs Agostinianas Missionárias em Soure-PA*. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Estadual do Pará. Belém - Pará, 2017.

do Beatério de Barcelona que para lá foram a pedido dos Padres Agostinianos a fim de atenderem e educarem crianças órfãs, cujos pais haviam sido vítimas de epidemia<sup>312</sup>.

A Congregação das Agostinianas Missionárias se expandiu e chegou em quatro continentes e 15 países: Europa: Itália e Espanha; América do Norte: República Dominicana; África: Argélia, Moçambique, Quênia, Tanzânia; Ásia: China, Índia, Taiwan, Filipinas; América do Sul: Argentina, Colômbia, Peru, Brasil<sup>313</sup>. Com a missão de transformar a realidade de centenas de crianças e jovens em situação de vulnerabilidade socioeconômica, através de projetos que atendem a diversas regiões carentes dos países em busca da verdade, justiça e amor, em total disponibilidade às chamadas do Espírito Santo, assumindo o Carisma da Evangelização, através da Educação e Promoção Humana em ambientes pobres e necessitados, com especial atenção à infância, juventude e à mulher, às pessoas que são objeto de marginalização na sociedade<sup>314</sup>.

As Agostinianas Missionárias seguiram as mesmas pegadas de Santo Agostinho, com a pretensão da busca da verdade, do amor na sua totalidade, sempre de coração aberto para o chamado do Espírito para seguir a Cristo<sup>315</sup>. Foi com esse propósito de ajudar os menos favorecidos, que um grupo de Agostinianas Missionárias, partiram de Madri no dia 23 de janeiro de 1921, em companhia do padre agostiniano Lorenzo M. Liébana<sup>316</sup>. A equipe contava com cinco Irmãs Agostinianas Missionárias Madre Natividad Gorrochátegui, Madre Mercedes Iriarti, Madre Esperanza Garrido, Sor Paz Hernandez e Sor Ines Lopez, com o objetivo de assumir a missão educativa no Município de Catalão- GO<sup>317</sup>. E chegaram em Catalão/Goiás, Brasil no dia 22 de fevereiro de 1921<sup>318</sup>.

No decorrer de cem anos de Brasil, a Congregação das Agostinianas Missionárias edificou suas bases em três regiões do Brasil: Norte, Centro Oeste e Sudeste. No Centro Oeste, no Estado de Goiás, em Catalão, as Irmãs Missionárias criaram o Colégio Nossa Senhora Mãe de Deus e em 1925 ofereceram o Curso de Ensino Normal para formação de professoras<sup>319</sup>. Em 1937, foi criada em Goiânia, a Comunidade Santo Agostinho pelas Irmãs Esperanza Garrido, Mercedes Iriarte e Maria Valvanera que assumiram primeiramente a Santa Casa de Misericórdia

---

<sup>312</sup> Agostinianas Missionárias. *Conheça mais a nossa história*. Disponível em: <https://agustinasmisioneras.net/wordpress/irmas-agostinianas-misionarias/> Acesso em: 24 jan. 2021.

<sup>313</sup> *Agostinianas missionárias: 25 Anos de Martírio de Caridad e Esther*. Carisma. [S.l.]: [s.n.], 2019.

<sup>314</sup> Idem.

<sup>315</sup> ANDRADE, F. A. *Colégio das freiras: Educação Feminina no Curso Normal no Sul de Goiás (1939/1968)*. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal de Goiás. Catalão, 2016.

<sup>316</sup> ANDRADE, op. cit., 2016.

<sup>317</sup> *AGOSTINIANAS missionárias: 25 Anos de Martírio de Caridad e Esther*. Carisma. [S.l.]: [s.n.], 2019.

<sup>318</sup> SANTOS, op. cit., 2017.

<sup>319</sup> ALONSO, op. cit., 1985.

e posteriormente as Agostinianas Missionárias fundaram o Colégio Santo Agostinho. Em 15 de julho de 1941, pelo processo de expansão de suas ações, tem-se a fundação do Colégio Nossa Senhora do Bom Conselho em Jataí- GO pelas religiosas Revma. Madre Mercedes Iriarte, Sor Maria do Pilar Romero, Sor Luzia Gonzáles, Sor Tereza Castro e Sor Trindade Flores de Jesus.

Em 16 de novembro de 1933, as Irmãs Missionárias chegam na Região Sudeste. Na Cidade de São Paulo fundaram o Colégio Cristo Rei. No Rio de Janeiro, em 2 de julho de 1954, no bairro Lins de Vasconcelos, as Irmãs Madre Maria Victor Rodrigues, Assunção Traldi, Aparecida Monteiro e Laudelina Fernandes foram criadas pelo Colégio Mater Consolations. E em Minas Gerais, Belo Horizonte, no bairro de Barreiro, em 1959, as irmãs Agostinianas Missionárias Rosário, Maria Aparecida Monteiro e Pillar Del Rio, fundaram o Colégio Santa Rita.

Na Região Norte, Estado do Pará, no Marajós dos Campos e das Florestas<sup>320</sup>, a Congregação instalou três bases de seus trabalhos educacionais e missionários. No Município de Soure, o Colégio Stella Maris em fevereiro de 1959. Em 1966, as Irmãs Agostinianas chegaram em Breves e assumiram a Educação Escolar no Colégio Santo Agostinho, e em fevereiro de 1978, criaram em Portel a comunidade Nossa Senhora da Luz.

No município de Soure, as irmãs Milagros Fernandes, Aurélia Fernandez, Isabel Ayala Andeke e Tereza Castro, deram continuidade aos trabalhos iniciados pelos padres Agostinianos Recoletos, no início da missão educativa no Instituto Stella Maris no dia 21 de fevereiro de 1959. Em 1966 as Irmãs Agostinianas Missionárias, Isabel Rico Morán, Tomaza Martins e Teresa Castro chegaram em Breves e assumiram a Educação Escolar no Colégio Santo Agostinho e em fevereiro de 1978, por solicitação de Dom Alquílio Alvarez, então bispo da prelazia de Marajó, constituiu-se em Portel a comunidade Nossa Senhora da Luz com as Irmãs Maria Eline Lopes Oliveira, Emília Gallo e Elpídia Martins. O objetivo desde o início, foi o de colaborar na pastoral da Paróquia Nossa Senhora da Luz com os Padres Agostinianos Recoletos<sup>321</sup>.

---

<sup>320</sup> SARRAF-PACHECO, A; SILVA, J. L. S. Representações e Interculturalidades em Patrimônios Marajoaras. *Museologia e Patrimônio*, v. 08, p. 93-118, 2015.

<sup>321</sup> MÉLCON, F. J. M. P. *O missionário I: a vida e obras de Dom Alquílio Alvarez Díez, bispo-prelado de Marajó (1919 – 1985)*. Rio de Janeiro: Colégio Santo Agostinho Novo Leblon, 2010.

### 3.3.2 Educação agostiniana

A educação Agostiniana em Breves iniciou antes da existência do Colégio Santo Agostinho, começou com a chegada dos Agostinianos Recoletos nos Marajós, trazendo uma nova etapa de trabalhos religiosos e, ao mesmo tempo, educacional, que proporcionou a essa ordem religiosa grandes descobertas, não mais de maneira isolada ou esporádica como aconteceu no início do século XIX, mas, de uma igreja organizada e disposta a desbravar e a compreender suas dimensões territorial e cultural. Sarraf-Pacheco em seus estudos mostra que,

[...] em 1940, alcançaram Breves, passagem obrigatória para quem deseja navegar pelo Amazonas e atingir Macapá; e, em 1946, Afuá, na fronteira, Pará-Macapá e daí à Amazônia Sul-Americana. Depois de colocarem-se nos três principais pontos foi que se voltaram, em 1949, para a antiga aldeia dos índios Sacacas, Salvaterra e, anos mais tarde, 1964, receberam a proposta para incorporar Portel e Melgaço. A geografia religiosa da nova evangelização completou-se somente em 1996, quando a Ordem assumiu a direção da paróquia de Bagre<sup>322</sup>.

Em conjunto com esse processo de desbravamento, estava a catequização, e os padres se utilizavam das missas, dos batizados, dos casamentos, das crismas, dos grupos de orações, para pregar a obediência a Deus, aos Santos e a edificação de igrejas. Contudo, os Marajós, no decorrer da sua história, sempre foram desprovidos da efetivação das políticas públicas e o que os Agostinianos Recoletos encontraram, foram espaços urbanos e rurais em condições de extrema pobreza, em particular, falta de atendimento à saúde e à educação, o que fez com que a igreja implementasse ações sociais nesse território.

Essas ações estão registradas no requerimento e relatório de 1958, guardados em arquivos na Prelazia do Marajó. São documentos que apresentam informações de como os trabalhos educacionais foram desenvolvidos em Soure, Salvaterra, Afuá e Breves. As ações de cunho educacional formal, aos poucos tornaram-se mais abrangentes, uma vez que, esses mesmos documentos fazem referência a uma igreja que se traduz em orientações permanentes e sistemática da vida social, numa constante impregnação de finalismo transcendental cristão. E a escola, por esse espaço que transmite saberes universais, educa corpos e comportamentos, foi instrumento e lugar ideal para difundir as mensagens da evangelização. Embora fosse no século XX, as orientações para a educação ainda se assemelham as do século XIX, onde Estado e igreja formavam conjuntamente.

Em Soure, os Padres Agostinianos Recoletos abriram dois espaços educacionais, a Escola Doméstica Nossa Senhora da Consolação, fundada por Dom Alonso na década de

---

<sup>322</sup> SARRAF-PACHECO, op. cit., 2009, p. 39.

1940<sup>323</sup>, com 317 (trezentos e dezessete) alunas matriculadas. As atividades escolares eram distribuídas entre as tarefas de desenho, de confecção de flores, bordado, tricô, labirinto, renda síria, redes domésticas, como também, aulas de piano. E um quadro com onze professoras como instrutoras<sup>324</sup>.

Para esse tipo de educação para o lar, Silva e Alves destacam, que o intuito era formar esmeradas esposas e mães que tivessem condutas morais irrepreensíveis<sup>325</sup>. A representação simbólica da mulher frágil, abnegada, afetiva, mas assexuada, vigilante do lar, boa esposa e mãe reforçaram a imagem conservadora da sociedade paraense e da Igreja Católica na Amazônia. Nesse contexto, o que se tinha como razão era o entendimento da velha compreensão patriarcal de que a mulher era tida como sexo frágil, e a desobrigava de ter uma atividade laboral, a não ser que tivesse relação com sua natureza maternal<sup>326</sup>. E a escola, junto com a família e a igreja, se encarregaram de inculcar esses padrões de comportamentos nas meninas adolescentes e jovens, semelhante as orientações para a educação feminina no período do colonialismo.

Essa tipologia educacional que chegava aos Marajós, por meio da igreja, era um alargamento de experiências efetivadas de prendas domésticas, desenvolvidas pelas instituições criadas na capital do Pará, desde antes da década de 1920, chegando em Soure nos anos de 1930. Os ensinamentos tinham a tarefa de educar as meninas dentro dos princípios da moral e da fé cristã, a fim de conservá-las das chamadas tentações da modernidade, a qual era vista com reservas entre religiosos e os indivíduos mais conservadores da sociedade paraense<sup>327</sup>.

Todo este cuidado era reforçado na educação de meninas, as quais deveriam ser educadas para o casamento e preservadas para manter sua pureza e se tornarem boas mães de família. Enfim, na Amazônia paraense o projeto educacional tinha como um dos seus propósitos preparar mulheres e esposas dóceis para a constituição de famílias dentro dos moldes cristãos.<sup>328</sup>

Nazaré, aluna e irmã mais nova de uma das professoras da Escola Doméstica Nossa Senhora da Consolação, em Soure, Marajó, em 2020, por meio de entrevista para este trabalho, descreveu que o modelo de educação implementada pelo Pároco Dom Gregório, destinada às meninas da cidade de Soure, veio a partir de uma análise em que ele fez das famílias que tinham

<sup>323</sup> Livro do Tombo, Prelazia do Marajó, S/D.

<sup>324</sup> SANTOS, op. cit., 2016.

<sup>325</sup> SILVA, T. H. C.; ALVES, L. M. S. A. Entre lar e igreja: a educação de mulheres e as congregações religiosas na Amazônia Paraense (1900-1927). *Rev. Diálogo Educ.*, Curitiba, v. 20, n. 67, p. 1609-1638, out./dez. 2020.

<sup>326</sup> ALMEIDA, J. S. Mulheres na educação: missão, vocação e destino? In: SAVIANI, D. et al. *O legado educacional do século XX no Brasil*. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2014. p. 57-100.

<sup>327</sup> SILVA e ALVES, op. cit.

<sup>328</sup> RIZZINI, I.; SCHUELER, A. O Instituto do Prata; índios e missionários do Pará. In: ESTÁCIO, M. A. F.; NICIDA, L. R. A. (org.). *História e educação na Amazônia*. Manaus: EDUA; UEA Edições, 2016.

meninas/moças em casa e percebeu que seus afazeres se encontravam muito relacionados somente ao que a mãe ensinava. Ou seja, lavar roupa, varrer a casa ou fazer a comida. Atividades que, para Dom Gregório, continham poucas variedades para um universo feminino do lar, uma vez que, não aprendiam a arte da culinária, fazer um bolo, bordado. Diante desse cenário, viu a necessidade de fundar uma escola para esse público jovem, ou seja, o pensamento de Dom Gregório, convergia com o que Rizzine e Schueler afirmavam:

O projeto educativo da Igreja dirigia-se de maneira especial às mulheres para internalizar a aceitação natural do papel da mãe e esposa e na missão de criar os filhos e de cuidar do lar cristão. Na ideologia conservadora e tradicionalista, inculcada de preceitos do catolicismo, havia uma “manipulação ideológica do discurso e as consequências na vida das mulheres e o próprio elogio da maternidade se configurava como uma nova forma de enclausuramento”<sup>329</sup>.

A ação educacional profissional pela igreja católica, se estendeu também para as paróquias de Salvaterra, com a Escola de Bordado a mão, que atendeu 28 alunas e na paróquia de Breves, com a Escola de Bordado a mão e a máquina, para 36 alunas. Tratava-se de garantir, o que apontavam Silva e Alves,<sup>330</sup> como estratégias para que as meninas permanecessem fiéis aos princípios da fé cristã e distantes das “tentações da modernidade”; assim como, reafirmavam a ideologia de que o destino da mulher seria o casamento, por isso, as moças deveriam ser preparadas para ter o conhecimento do domínio da casa.

A segunda frente criada pela Prelazia do Marajó para trabalhar com educação nos Marajós, foi a Escola Infantil. Essa ação ampliada visava ensinar crianças de até sete anos de idade com a instrução de português, matemática e catecismo. De acordo com os documentos pesquisados em 2020, em arquivos da Prelazia do Marajó, datados de 1958, as experiências educacionais de Educação Infantil, iniciadas em Soure, se expandiram para Salvaterra, com uma Escola Paroquial, atendendo 71 alunos e três professoras. Em Afuá foram 28 crianças de até 7 (sete) anos de idade que estudavam na educação infantil. A Escola Paroquial de Breves, trabalhou com 71 (setenta e um) alunos e três professoras.

Dessas investidas feitas nas paróquias marajoaras, a de Soure e a de Breves conseguiram avançar com a educação formal. O Colégio Stella Maris em Soure e o Colégio Santo Agostinho em Breves em 1964. A Educação Agostiniana em Breves foi gerida primeiro pelos Padres Agostinianos Recoletos, com duração de três anos - 1964 até 1966 - e a segunda fase conduzida pela Congregação das Irmãs Agostinianas Missionárias desde 1967.

---

<sup>329</sup> RIZZINI, I; SCHUELER, A. F. M. Entre o mundo da casa e o espaço público: um plebiscito sobre a educação da mulher (Rio de Janeiro, 1906). *Revista História e Historiografia da Educação*, v. 2, n. 4, p. 122-146, jan./abr. 2018.

<sup>330</sup>SILVA; ALVES. op. cit., 2020, p. 1609-1638.

Antes da edificação do prédio do Colégio Santo Agostinho e o seu funcionamento, já existia a oferta de aulas na cidade de Breves por parte da Igreja Cristã Evangélica com o Internato Amazonas, ofertando turmas para meninos e meninas de formação escolar e cristã, o que desagradou os agostinianos, não somente pelo trabalho evangelizador, mas também pelo número de alunos cooptados para frequentar seu centro de formação religiosa<sup>331</sup>. O que fez com que a Prelazia do Marajó se apressasse para combater as investidas do protestantismo e minorar obscurantismo dos seus fiéis frente às leis divinas, dessa forma, pensou em ações que aproximasse a população para os ensinamentos divinos advindos da romanização, chegando à conclusão de que a melhor forma, para além das missas, das idas nas comunidades por meio das desobrigas<sup>332</sup>, era a educação escolar.

Para conter o avanço protestante, os padres de Breves, autorizados por Dom Alonso, decidiram construir o Colégio Santo Agostinho. O primeiro passo foi solicitar junto a administração municipal uma área, e conseguiram uma localizada à Avenida Rio Branco, medindo 440 metros de frente e 560 metros de fundo. O objetivo era construir uma escola e diminuir a incidência de formação protestante na cidade e consolidar Breves como um município maciçamente católico<sup>333</sup>.

**Imagem 13-** Colégio Santo Agostinho



**Fonte:** Biblioteca Municipal de Breves

<sup>331</sup> SARRAF-PACHECO, op. cit., 2009.

<sup>332</sup> Idem.

<sup>333</sup> Idem, Ibid.

Frei Feliciano Arrastia afirmou que o colégio foi construído com recursos da prelazia do Marajó. Dinheiro arrecadado oriundo de promoções - bingos, leilões, donativos doados pelos comunitários. A paróquia ganhava muitos gados, na época da festa, mais ou menos, umas vinte cabeças de gados, a igreja não tinha verbas, não havia verbas do governo para a paróquia”<sup>334</sup>. A festa da qual fala o Frei, é a da padroeira da cidade - Sra. Sant’Ana, mas também havia a do co-padroeiro, São Sebastião. Boulhosa lembra que as religiosidades do povo amazônico, tem nas festas de santos católicos uma das maiores manifestações da identidade e cultura amazônica e ao mesmo tempo é uma forma de angariar recursos para as igrejas<sup>335</sup>.

As festas religiosas que ocorrem nesta parte da região amazônica - Pará, resguardando as proporções, são semelhantes nos objetivos, como é o caso do Círio em Belém, considerada a maior festa cristã do planeta; o círio da cidade de Vigia, mais antigo que o da capital – Belém. A Festa do Sairé em Santarém, que remonta ao período colonial na Amazônia, a Marujada de Bragança, festa em homenagem a São Benedito e a Festividade de São Sebastião, em Cachoeira do Arari, maior festa em homenagem a este santo no Brasil, entre outras, são eventos de grande importância para essas cidades e para a região<sup>336</sup>. Ultrapassam a dimensão religiosa, pois do lado profano<sup>337</sup>, estão as ações que ajudam a igreja a construir seus espaços religiosos, por meio de arrecadações de donativos que vão para a venda em forma de jogos de bingos e leilões. Em Breves, um desses resultados foi a construção do colégio Santo Agostinho.

Essa parceria da igreja com a comunidade, em prol de se construir espaços religiosos, vai além dos aspectos físicos da obra de Deus, agrega nessa colaboração, instituição religiosa e fiéis, a salvação; o chegar até o céu. Uma maneira que tem dado certo na edificação de patrimônio e a comunidade apoia essa parceria, porque existe um retorno para a própria comunidade. É certo que a Paróquia de Sant’Ana em Breves, tinha interesse em fazer frente ao protestantismo e a escola foi um instrumento para isso, mas não se pode esquecer a negligência do Estado, se encontrava ausente, principalmente nas cidades marajoaras.

Em Soure, a Escola de Educação Infantil e a de Educação para o Lar, surgiram dessa ausência do Estado em não proporcionar à população suas políticas públicas, o que foi deixando fissuras, assumidas por segmentos da sociedade, entre elas as igrejas. Campo fértil para a Ordem

<sup>334</sup> Trecho da entrevista realizada com Frei Feliciano Arrastia Martinez no dia 25 de março de 2021.

<sup>335</sup> BOULHOSA, M. S. Festividade de São Sebastião, de Cachoeira do Arari: uma possibilidade para o desenvolvimento do turismo cultural na Ilha do Marajó, Brasil. *Revista Hospitalidade*. São Paulo, v. 14, n. 1, p.01-15, agosto de 2017.

<sup>336</sup> Idem.

<sup>337</sup> Na perspectiva de que trata MAUÉS, R. Heraldo. Um aspecto da diversidade cultural do caboclo amazônico: a religião. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 19, n. 53, p. 259-274, 2005, ao fazer a relação entre sagrado e profano, enfatiza que podem estar separados na mentalidade popular, porém não estão em oposição. Nas festas religiosas populares, elas são complementares.

dos Agostinianos Recoletos que com base em seu objetivo - trabalhar pela paz e justiça social, pelo fim da pobreza, a igualdade e os direitos humanos se apossou desse espaço. Tudo isso, a partir do carisma dos Agostinianos Recoletos que pregam a interiorização do ser humano e pobreza evangélica, conforme os ensinamentos de Santo Agostinho de Hipona<sup>338</sup>.

Por essa ausência do poder estatal, a igreja tem assumido a função de escolarizar a população brasileira desde quando a Companhia de Jesus se fez presente em 1549 no Brasil. Os Agostinianos abraçaram suas obras em 1889, com a queda do Império e o Início da República. Os primeiros Agostinianos a chegarem ao Brasil (em fevereiro de 1899), foram os Recoletos, vindos das Filipinas, recém liberta colônia Espanhola em 1898. Esse quadro se amplia com a chegada das Agostinianas Missionárias em 1921 e as Agostinianas Recoletas em 1935<sup>339</sup>. No Marajó, os Agostinianos assumiram a paróquia de Breves em 1940, quando o mundo conviveu com a 2ª Guerra Mundial, do final da década de 30 até a metade da década de 40<sup>340</sup>.

No ramo empresarial, em 1945 a Empresa Breves Industrial Sociedade Anônima (BISA) começou a serrar as primeiras, de milhares de árvores que iria exportar da flora marajoara<sup>341</sup>; nessa condição de ofertar empregos, a cidade cresceu com a oferta de trabalho, mas chegou na década de 1960 sem o mesmo crescimento para a educação formal, apresentando esse período, muitas crianças fora da escola.

Nessa mesma década -1960, foi construído o Colégio Santo Agostinho, na Avenida Rio Branco, no final da cidade. O colégio possuía oito salas de aulas, e em 06 de março de 1964 iniciou seus trabalhos junto à comunidade, com a oferta do ensino primário, 1ª a 4ª séries, regido pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 4.024/1961. Um fato político relevante neste contexto, foi que após 26 dias do início das atividades educativas no colégio Santo Agostinho, foi instaurado o Regime Militar no Brasil.

Frei Feliciano Arrastia destacou em suas entrevistas que esses anos - 1964 a 1966, não foram fáceis de administrar a educação no Colégio, havia diferentes dificuldades, principalmente não haver um corpo docente qualificado para dar conta das atividades pedagógicas, a ter quem assumisse a gestão do colégio, uma vez que ele não poderia por ser estrangeiro.

---

<sup>338</sup> ANDRADE, F. A. *Colégio das freiras: educação feminina no curso normal no Sul de Goiás (1939/1968)*. Dissertação (Pós-Graduação em Educação). Universidade Federal de Goiás. Catalão, 2016.

<sup>339</sup> PINHEIRO, L. A. *Os agostinianos no Brasil (1914-1962)*. 2021.

<sup>340</sup> FAUSTO, B. *História concisa do Brasil*. São Paulo: Edusp/Imprensa Oficial do Estado, 2001.

<sup>341</sup> SALERA JÚNIOR, op. cit., 2014.

[...] como eu era estrangeiro, eu não podia ser diretor do colégio, mas como tínhamos Jarbas Passarinho, Governador do Pará, nosso amigo, ele deixou um tempo até arranjarmos uma professora. Uma vez que, providenciamos uma professora brasileira, então, ela foi praticamente a primeira diretora do colégio. Legalmente foi ela, eu não estava legalmente por ser estrangeiro, não podia ser<sup>342</sup>.

Outra dificuldade foi ter um quadro de professoras que precisava de orientações de como trabalhar em sala com os alunos. Em uma de suas narrativas, Frei Feliciano destaca que ele juntava as primeiras professoras, ensinava algumas coisas para elas também, de matemática, elas não sabiam”.<sup>343</sup> Era um quadro de docentes formado por mulheres, onde a maioria era de professoras leigas, sem formação, situação comum naquela época, como mostra o Ofício enviado ao Secretário de Estado de Educação e Cultura, de 06 de março de 1965,<sup>344</sup> assinado pelo Reverendíssimo Frei Feliciano Arrastia, que solicitava a nomeação em Regime de Cooperação, das Professoras: Olga dos Santos Gonçalves, normalista; Bernate Corrêa de Farias, Curso Ginásial, Maria de Lourdes Campos, Cândida Pantoja Alves, Maria de Fátima Alves Rendeiro e Elza Ferreira França essas quatro últimas com o Primário Complementar<sup>345</sup>. A formação docente em Breves surgiu em 1967, com a inauguração do Ginásio Estadual Miguel Bitar.

Pela identificação dos nomes, é possível ratificar a forte presença das mulheres no magistério, reflexo do que vinha acontecendo no Brasil em relação a formação docente, que de um trabalho iniciado por homens – Jesuítas, com a chegada das escolas normais, após reclamações da sociedade pela falta de professores, aos poucos foi tornando-se uma profissão feminina, isso por volta de meados do século XIX.

Com “[...] a contratação da Professora Olga as coisas melhoraram. Agora não era um homem, um padre, um frei que estava tomando conta ali, era uma senhora. Assim, podemos afirmar que [...] A primeira Diretora do colégio foi a Dona Olga”<sup>346</sup>. As palavras de Frei Feliciano, vão no rastro do que se esperava de uma professora no século XIX, uma senhora, ou seja, alguém que teria o trato para com as crianças, uma vez que pela maternidade e por natureza carregaria as características do amor, da paciência e junto, a tradição cristã. Ou seja, Dona Olga pode ser o exemplo do que analisou Del Priore<sup>347</sup>, ao afirmar que quando as instituições eram dirigidas por mulheres, leigas ou religiosas, elas assumiam o papel de uma mãe superiora, que

<sup>342</sup> Trecho da entrevista realizada com Frei Feliciano Arrastia Martinez no dia 25 de março de 2021.

<sup>343</sup> Trecho da entrevista realizada como o Frei Feliciano Arrastia Martinez no 25 de janeiro de 2022

<sup>344</sup> Ofício disponibilizado nos anexos.

<sup>345</sup> Secretaria do Colégio Santo Agostinho, 2021.

<sup>346</sup> Trecho da entrevista realizada com Frei Feliciano Arrastia Martinez no dia 25 de março de 2021.

<sup>347</sup> DEL PRIORE, M. *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2004. p. 458.

zelava pelo funcionamento de tudo e de todos, geralmente constituindo-se em um modelo a ser seguido.

A professora Olga era natural de Soure<sup>348</sup> e veio para Breves a convite dos Padres Agostinianos para trabalhar no Colégio Santo Agostinho. Entretanto, não encontramos nenhum registro nos arquivos do Colégio que indique que a Professora Olga tenha assumido de direito a direção escolar. No processo de pesquisa, não foi identificado nos documentos do arquivo da referida instituição, nenhum documento assinado por ela, na condição de diretora.

Do período de três anos que os padres geriram o Colégio, também não encontramos nenhum registro datado de 1964, ano de inauguração do colégio. De 1965 a 1966, o que se tem são relatórios com informações encaminhadas à Secretaria de Estado de Educação do Pará, sobre os rendimentos anuais dos alunos, expedientes como ofícios encaminhados e recebidos que abordam período de matrícula e envio de documentação de servidores.

O entendimento da presença da mulher, na História da Educação, contribui para compreender a história da mulher no processo de expansão da escola pública no Brasil e do próprio movimento de feminização que ocorreu no magistério. Dessa forma, se faz necessário situar a mulher como sujeito histórico atuante nesse conjunto, a partir da análise da evolução do acesso da mulher ao ensino escolar, na condição de educadora, traz subsídios para entendermos como esses dois movimentos ocorrem na sociedade, à expansão da Escola Pública e o processo de feminização do magistério, que constituem-se como faces de um mesmo projeto.

A Professora Olga ao assumir a direção do Colégio Santo Agostinho com a titulação de normalista, retrata a necessidade de se ter a frente das instituições de ensino, pessoas com formação que viessem ao encontro das necessidades e finalidades do processo educativo ofertado, não deixa de ser, também, reflexo da assunção da mulher na administração escolar, até então, restrita aos professores, numa lógica do poder masculino, onde as decisões emanavam dos homens.

Em Soure, os Padres Agostinianos Recoletos, desde 1959 passaram a gestão do Colégio Stella Maris para as Irmãs Agostinianas Missionárias e em 1967 um grupo com três freiras Agostinianas Missionárias assumiram o Colégio Santo Agostinho, em Breves.

A Madre Izabel Rico, esse era o nome civil e veio da Espanha. Ela tomou o navio lá em Barcelona e veio direto para Santos/SP. Do porto de Santos ela veio para Breves. Mas ela fez todo esse percurso: Santos/SP, Belém. A viagem era de ônibus, muito difícil... três dias e três noites[...] depois ficou em Belém, mas não ficou naquela casa

---

<sup>348</sup> Ficha funcional de Olga Santos Gonçalves. Relatório do ano de 1967. Arquivo da Secretaria do Ginásio estadual Miguel Bitar. Acesso em: 24 fev. 2022.

que hoje nós estamos hoje em dia, que é a casa de acolhida, era uma outra casa, uma casa pequena, pobre[...] depois de lá, a Irmã Izabel Rico, juntamente com a Irmã Tereza de Castro que é o nome de religiosa, mas o nome civil dela é Iracema Guarani Rollim de Castro, natural do Estado de Goiás, juntamente com o nome Civil Valdivina Martins, nome religioso Irmã Tomaza Martins. Essas três irmãs tomaram a direção de Belém do Pará. Chegando em Belém, principalmente a Irmã Ricco, sem conhecer a língua, as outras, sem conhecer o Estado do Pará, pela primeira vez, tomaram a direção para Breves de Barco<sup>349</sup>.

Ao assumirem a direção do Colégio Santo Agostinho, as irmãs agostinianas trouxeram com elas a missão de transformar a realidade de centenas de crianças e jovens, em situação de risco pessoal e social, por meio de projetos que atendem os territórios em situação de vulnerabilidade social e econômica do país, acolhendo, fortalecendo vínculos e oferecendo atividades socioassistenciais que contribuem para a formação de atitudes e valores da juventude atual<sup>350</sup>. Seu carisma é constituído em função dessa missão, e, por meio da ação educativa, segue com fidelidade as exigências da religião, de acordo com cada época<sup>351</sup>.

As Irmãs Agostinianas Missionárias como muitas outras ordens de origem europeia, ao migrarem para outros continentes instalaram suas bases, em culturas diversas e plurais, com idiomas diferentes, mas com uma certeza de pregar o cristianismo católico. Foram ampliações de uma nova fase da igreja no mundo, que já vinha sendo pensadas, e o Brasil passava a fazer parte desse planejamento, primeiro com a Santa Sé assumindo o controle administrativo da Igreja Católica no Brasil, que se consolidou com o Concílio Plenário Latino-Americano realizado em Roma em 1889<sup>352</sup>. Para o papado o Brasil precisava ser conquistado, mas para isso, precisava entender sua realidade e intervir a partir de orientações e determinações sólidas e todos pudessem seguir<sup>353</sup>.

Como desdobramentos do Concílio Plenário, foram realizadas diversas reuniões do episcopado e do clero, favorecendo assim uma ligação com a romanização da Igreja. A partir desse período, tem-se a ampliação das dioceses e a inserção de novos bispos para essa nova fase. O Brasil católico passa a realizar seus eventos como os sínodos e as pastorais, e por meio de suas referências, produziram orientações de acordo com suas deliberações.

A igreja católica sai da tutela do Estado, ganha autonomia, mas com a ciência de que a missão não seria fácil, uma vez que teria que chegar aos mais longínquos lugares de um grande território, que nas primeiras décadas do século 20, ainda eram poucos conhecidos para a igreja.

<sup>349</sup> Trecho da entrevista realizada com Irmã Graça em outubro de 2020.

<sup>350</sup> *Agostinianas missionárias: 25 Anos de Martírio de Caridad e Esther*. Carisma. [S.l.]: [s.n.], 2019.

<sup>351</sup> ANDRADE, op. cit., 2016.

<sup>352</sup> SILVA, F. O. O Concílio Plenário Latino-Americano (1899) Primeiras aplicações na Diocese de Diamantina. *Revista de Cultura Teológica*, v. 16 - n. 64, jul./set. 2008.

<sup>353</sup> AQUINO, M. A diáspora das congregações femininas portuguesas para o Brasil no início do século XX: política, religião, gênero. *Cadernos Pagu*, v. 42, jan./jun./ 2014.

Além dos aspectos a serem descobertos de cunho geográfico e de mobilidade social, a evangelização precisava de religiosos para catequizar e chegar aos lugares onde a igreja já estava, mas por conta do número de religiosos para os lugares, frente às novas orientações de como deveria atuar, como também, desbravar espaços onde ela não havia chegado. Em lugares onde deixou de existir, os cultos aos santos continuaram sendo assumidos pela comunidade.

Para dar conta dessa nova proposta de catequização, os recursos humanos partem na sua grande maioria dos países europeus de tradição católica - França, Itália, Espanha, Alemanha, Portugal - berço do catolicismo, para implementar a evangelização nos países da América Latina<sup>354</sup>. São Ordens e congregações religiosas todas com a missão de manter, divulgar e ampliar os ensinamentos por meio da catequização<sup>355</sup>. Nessa nova fase, essas congregações ganham espaços, pelo fato de desenvolverem trabalhos sociais que lhes lançam para uma experiência que vão lhes levar para além de seus muros. Essa inovação institucional oferece um lugar de destaque para as mulheres, criando a possibilidade de expansão dos quadros da Igreja e a difusão de ideias e práticas para os países da América Latina<sup>356</sup>.

As congregações iniciaram o desembarque no século XIX e se intensificaram até meados do século XX e somaram 245 entre o período de 1880 a 1960. É a Era das Congregações<sup>357</sup>. Seus espaços de atuação remetem às questões religiosas e um apelo social. No campo social, existem aquelas que vão assumir a saúde, as que vão trabalhar com as pessoas carentes e com a educação. Nesse sentido, muitas dioceses brasileiras avançam para além dos seus espaços, quando observam a ausência do estado republicano, que não apresenta serviços suficientes e de qualidade para a população.

Da França veio a Congregação das Irmãs da Sagrada Família de Bordeaux, que se instalou na cidade de São Paulo em 1908. Fundaram uma comunidade para trabalhar com os doentes em uma sociedade onde boa parte da população estava desprovida da saúde, o que justificava a presença das missionárias para cuidar do corpo e evangelizar educandos dentro do espírito cristão<sup>358</sup>. De Portugal vieram

[...] as congregações das Irmãs Dominicanas de Santa Catarina de Sena, Irmãs Franciscanas Hospitaleiras e Irmãs de Jesus, Maria e José criadas nesse contexto e que, nos anos 1910, foram forçadas a emigrar para o Brasil em decorrência da

<sup>354</sup> BITTENCOURT, A. B. A era das congregações - pensamento social, educação e catolicismo. *Pro-Posições*, v. 28, n. 3 (84), p. 29-59, set/Dez. 2017.

<sup>355</sup> KLAUCK, op. cit., 2013, p. 15-21.

<sup>356</sup> LEONARDI, op. cit., 2016, p. 3-23.

<sup>357</sup> BITTENCOURT, op. cit., 2019.

<sup>358</sup> LEONARDI, P. Congregações católicas e educação: o caso da Sagrada Família de Bordeaux. *Rev. Bras. Hist. Educ.*, Campinas, SP, v. 11, n. 2, v. 26, p. 103-129, maio/ago. 2011.

execução da lei republicana portuguesa, de 20 de abril de 1911, de extinção das ordens e congregações<sup>359</sup>.

A Congregação Passionista veio da Itália, primeiramente com os Padres em 1915 e depois as Irmãs em 1927, em Colombo, estado do Paraná, antiga colônia Alfredo Chaves. Seu campo de atuação eram as práticas religiosas e educacionais<sup>360</sup>. E da Alemanha, chegou em 12 de outubro de 1938 no Rio de Janeiro, a Congregação Franciscana de Ingolstadt e em dezembro do mesmo ano, seguiram para Aiuruoca - MG. Sua área de atuação perpassava na área educacional, social - criança, juventude e idosos - e nas pastorais missionárias<sup>361</sup>.

As Freiras Agostinianas em 1968, dois anos à frente do colégio Santo Agostinho, já tratavam de como estava os seus trabalhos frente a educação formal, como também, já descreviam, a partir das suas necessidades, a realidade urbana da qual vieram evangelizar, e entenderam que somente a congregação não era suficiente para dar conta das mudanças pensadas naquele momento junto à comunidade. Como já tinha acontecido com os agostinianos recoletos, quando pensaram o colégio para Breves e assumiram por três anos a unidade escolar. As freiras foram buscar apoio junto à população, para além das famílias que tinham filhos/alunos no colégio. Exemplo dessas investidas foi um expediente datado de 04 de julho de 1968, enviado pelo Colégio ao Gerente do Banco da Amazônia S/A. Documento<sup>362</sup> redigido em duas folhas, dividido em quatro tópicos: exposição, perspectivas, dificuldades e solicitação.

Na exposição, a direção do colégio define a unidade escolar como externato e construído pela Prelazia do Marajó. Atendia 650 crianças e reafirmou a missão da congregação missionária de educar e prestar assistência social, e particularizou quando acrescentou que a educação e assistência voltava-se para o homem amazônico. Ações agostinianas orientadas pela Encíclica *Populorum Progressio*<sup>363</sup>

A encíclica *Populorum Progressio*, dirigida pelo Papa Paulo VI ‘aos bispos, aos padres, aos religiosos, aos fiéis e a todos os homens de boa vontade’ e datada de 26 de março de 1967, constitui o primeiro documento dessa natureza inteiramente dedicado aos problemas do desenvolvimento económico e social.<sup>364</sup>

<sup>359</sup> AQUINO, op. cit., 2014. p. 11.

<sup>360</sup> MOTIN, M. F. Educação e religião: a congregação passionista e sua relação com os imigrantes Italianos (Vênets) do município de Colombo. *Anais do XXVIII Simpósio Nacional de História*, Florianópolis-SC, 2015, p. 01-16.

<sup>361</sup> CAPÍTULO regional das irmãs Franciscanas de Ingolstadt. Congregação Franciscana de Ingolstadt. Disponível em: <https://www.franciscanas.org.br/atuacao/> Acesso em: 14 jan. 2021.

<sup>362</sup> Nos anexos ofício ao gerente do Banco da Amazônia S/A. fs. 01 a 02.

<sup>363</sup> Carta encíclica *populorum progressio* de sua santidade o Papa Paulo VI sobre o desenvolvimento dos povos. Disponível em: [http://www.dhnet.org.br/direitos/anthist/marcos/edh\\_enciclica\\_populorum\\_progressio.pdf](http://www.dhnet.org.br/direitos/anthist/marcos/edh_enciclica_populorum_progressio.pdf) Acesso em: 22 jan. 2022.

<sup>364</sup> AGOSTINIANAS, op. cit., 2019.

A encíclica é dedicada à cooperação entre os povos e ao problema dos países em desenvolvimento. O documento papal não cita a Amazônia, mas as escritas agostinianas demarcam o seu lugar de fala, Breves, no Marajó, Pará.

Nas expectativas, o documento aborda a migração - interior e cidade - que se deu em busca de emprego privado na serraria BISA, no comércio, nos trabalhos informais e as do serviço público. Ocasionalmente aumentando demográfico e a necessidade de mais vagas no ensino primário suprida pelo Colégio Santo Agostinho. O documento destaca também, que o Governo estadual aproveitou a estada das Irmãs Agostinianas em Breves, para instalar o Ginásio Miguel Bitar com todas as irmãs como professoras. E encerra o tópico projetando que a tendência seria de um aumento do desenvolvimento econômico nos anos seguintes e como consequência a necessidade de mais assistência social.

Segundo esse mesmo documento, a cidade de Breves tinha “816 residências: 3% eram de alvenaria, 37% de madeiras e 60% eram barracos em condições precárias, precisamente, são os filhos destes moradores que nós dedicamos nossos trabalhos social e educacional”.<sup>365</sup> Ao final, a intenção do referido ofício emitido à Agência do BASA em Breves<sup>366</sup>, foi solicitar ajuda para as instalações onde se preparava e servia a merenda, solicitou também, fortificante para as crianças mais desnutridas, livros, fardas, material escolar.

Diante desses dados, o expediente mostra a preocupação do colégio com o segmento que ele atendia, pela ausência de direitos básicos como moradia, alimentação e saúde, muito por conta da saída das famílias da zona rural para a cidade, ocasionando o inchaço populacional, em um espaço urbano que não foi planejado para receber a quantidade de pessoas que passaram a viver na cidade. Esse crescimento demográfico aumentou, como já previam as Irmãs Agostinianas e confirmado pelo levantamento feito por Leão<sup>367</sup>, que em “1950 a população do município era de 28.675 habitantes e, em 1960 esse número subiu para 32.613, uma década

---

<sup>365</sup> Arquivo da Secretaria do Colégio Santo Agostinho - Ofício, 1968.

<sup>366</sup> É um banco brasileiro, constituído na forma de sociedade de economia mista, com participação do Governo Federal do Brasil como maior acionista. Fundado durante a segunda Guerra Mundial por Getúlio Vargas sob o nome de Banco de Crédito da Borracha, sua criação é resultado da estratégia de guerra dos aliados e contava com a participação acionária dos Estados Unidos e Brasil. Inicialmente, seu objetivo era reativar a atividade seringueira, matéria-prima da borracha, em declínio desde a Primeira Guerra Mundial na Amazônia, já que era a única região — livre do conflito — que detinha condições de produzir látex nas proporções desejadas. Em 1966 o governo militar muda seu nome para Banco da Amazônia S.A. ou simplesmente BASA. É a principal instituição financeira federal de fomento com a missão de promover o desenvolvimento da região amazônica. Possui papel relevante tanto no apoio à pesquisa quanto no crédito de fomento, respondendo por mais de 60% do crédito de longo prazo da Região. Em Breves o BASA atuou primeiramente como Banco de Crédito da Borracha (BCB) e sua agência se localizava na Avenida Presidente Getúlio - beira mar -, na Cidade de Breves. O BCB foi o principal financiador da borracha produzida na segunda fase da borracha em Corcovado pela Empresa Santa Mônica Beneficiamento de Borracha S/A e quem se beneficiou com todo o investimento foi Átila Alves Bebiano proprietário da vila que ficava a margem direita do Rio Parauaú, certa de 15 minutos da cidade de Breves de barco.

<sup>367</sup> LEÃO, op. cit., 2014.

depois, 1970 chegou a 38.234 o número de habitantes, entretanto, foi em 1980 que o maior crescimento, passando para 55.749 habitantes.”

O documento deixa à mostra uma relação escola e comunidade, com a contribuição de pessoas que se dispuseram a ajudar para minorar o sofrimento daqueles que estavam à margem da sociedade, mas que não contavam com recursos financeiros para realizar seus projetos, assim, acionavam uma outra parte que detinha o capital e que contribuía quando era estimulada. Neste caso, o exemplo foi o próprio governo, por meio do BASA. As irmãs missionárias mapearam a cidade para ter uma visão de qual território estavam atuando. Fato reforçado pelas memórias de Fátima que estudou de 1967 a 1971, no colégio, quando afirmou que era possível identificar que na educação agostiniana havia dois focos, o da educação formal, e o religioso - a catequese, 1ª eucaristia, manifestações religiosas.

A missão das Agostinianas Missionárias se mostrava prática quando a tríade missionária: social, educacional e religiosa se apresentava em evidência. O objetivo era uma formação para a sociedade brevese. Porém, como o regime era religioso, ela também, inseria suas normas religiosas<sup>368</sup>. Nessa mesma linha de observação Artêmio<sup>369</sup> acreditava que era para promover a educação formal vinculada ao ensino religioso, por fim Josilda,<sup>370</sup> com a mesma impressão, achava que existia motivos religiosos, além da educação geral, pois saíram religiosas daqui de Breves que estudaram no Colégio Santo Agostinho.

Todos os alunos veem a educação religiosa presente, mas ao mesmo tempo, avaliam que o colégio não tinha a religião como único objetivo para existir, o que é corroborado com a diretora atual do colégio, quando afirmou em entrevista (2021), que o objetivo do colégio “Não é formação religiosa e sim assumir o serviço da formação educacional de crianças e adolescentes, promovendo assim uma educação humana de qualidade”. Provavelmente, uma qualidade que se promove por meio de uma educação com bases no cristianismo, pois trata-se de uma escola católica.

Quando trazem suas memórias sobre as práticas pedagógicas, os ex-alunos dizem que eram práticas baseadas nas concepções tradicionais de ensino, com ênfase na religiosidade e no civismo. Eram aulas expositivas, com conteúdo escritos no quadro negro e as sabatinas com perguntas para os alunos. Machado lembra com saudosismo esse período de estudos.

Nessa época não tinha aquela parte de orientação pedagógica. A professora entrava, ela trazia o plano de aula, ministrava, não ficava sendo observada por ninguém. Mesmo assim, a disciplina era bem ministrada. Lembro que na sexta feira nós

<sup>368</sup> Trecho retirado da entrevista com José Acioli em agosto de 2020.

<sup>369</sup> Trecho retirado da entrevista com Artêmio em agosto de 2020.

<sup>370</sup> Trecho retirado da entrevista com Josilda em outubro de 2020.

tínhamos o debate da tabuada. Os alunos eram aleatoriamente escolhidos. Parte da turma ficava do lado direito e parte do lado esquerdo da sala de aula. A professora aleatoriamente escolhia um de cada lado e nós íamos para o debate matemático. Isso fez com que eu estudasse bastante a tabuada e até hoje eu acho muito bom dessa maneira como era feito. Tinha debate de matemática, de língua portuguesa e de história do Brasil. Os debates valiam pontos ou perdia pontos. A palmatória não estava presente nas aulas da escola Santo Agostinho. Na escola do interior onde eu estudava, sim.<sup>371</sup>

A aluna Josilda Ribeiro reafirma a concepção dos colegas de que a base era do ensino tradicional, pois o aprendizado não acontecia de forma mediada, interativa, mas na repetição de conteúdo, ou seja, não se trabalhava para a formação do aluno pensante, reflexivo. A preocupação não estava com o aluno, mas com o conhecimento que deveria ser repassado a ele. “O conteúdo/assunto era colocado no quadro e a gente escrevia no caderno e tinha que ser rápido. Era o chamado ponto que tinha no caderno para estudar: ponto de português, ponto de matemática, ponto de geografia”. Nesse contexto, avaliamos que se tratava de uma escola que tinha característica de uma educação bancária<sup>372</sup>, onde se enche os educandos de conteúdo, transformando-se em depósitos de comunicados, cabendo a eles imitar o mundo, desconsiderando as suas potencialidades como sujeitos criadores. A escola se dissemina no todo social, ela é, ao mesmo tempo, uma máquina de conformação desse todo social.<sup>373</sup>

Freire e Certeau, embora em ambientes/continentes diferentes, observaram que a educação estava a serviço dos que estão de posse do poder capitalista, que por sua vez, investe para ter em seus domínios os aspectos econômicos, políticos e culturais. Dessa forma, quanto mais dóceis a formação dos sujeitos e suas ações em sociedade, menos resistência se terá sobre as práticas, dessa forma, induz a escola a produzir ideologicamente os interesses da classe dominante.

Ainda na mesma linha tradicional e conservadora de formação educacional formal do Colégio Santo Agostinho, no que tange as atividades extraclases, desenvolvida pela escola junto comunidade, Josilda destaca que a escola trabalhava a formação religiosa, por meio do teatro, para que nas festividades religiosas, os alunos pudessem participar com apresentações teatrais e cânticos.

A professora Olga ensinava para gente teatro. Quando era época da festividade de Maria, tinha cântico, representação religiosa. Quando era para apresentar a Peça Teatral Paixão de Cristo, eu sempre fui a Madalena. Nós tínhamos a nossa equipe certa. Chegava o tempo e ensaiávamos no salão paroquial. As mães iam para lá acompanhar os ensaios. Depois de pronto e na data da apresentação, a comunidade

<sup>371</sup> Trecho retirado da entrevista com Machado em agosto de 2020.

<sup>372</sup> FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

<sup>373</sup> CERTEAU, M. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 2008.

participava. A escola chamava os pais e a família toda acompanhava - vinha os tios, as tias e quem mais cabia lá.<sup>374</sup>

Embora o ensino fosse tradicional, pelas memórias evocadas, havia outras formas de educar e de chamar a atenção da comunidade para participar das atividades educativas. Nas narrativas, tanto dos alunos, da professora, de uma das freiras, que também foi aluna, o saudosismo, os afetos e as comparações sobre os eventos nas datas comemorativas, sempre estavam muito presentes. Para eles, o passado se apresenta sempre melhor que o presente.

Aqui na escola, as freiras... penso que foi perdendo[...] também com a evolução do tempo [...], mas tem certas datas que não deveríamos esquecer. As primeiras freiras que vieram para cá, elas pegavam essas datas importantes[...]o dia de Santo agostinho era uma coisa[...] nossa! Era movimento o dia inteiro, tinha missa e nós ficávamos por aqui brincando, tinha apresentações. O colégio fazia caminhada da igreja para cá, e a gente vinha cantando, alegre. Quando chegava a data de junho, às brincadeiras das festas juninas [...]era uma época que a gente não pensava tanto em colher dinheiro, era tudo dado. Quando chegava o mês de setembro, a primavera aqui, parece que se percebia a primavera. Mas também, Breves não era como a situação de agora, como é, esse acúmulo de gente. Então a gente fazia a festa da primavera. Os pais se envolviam para fazer as roupas dos filhos, enfeitavam as crianças de flores, a gente vinha todo alegre para cá, todo enfeitado. Então é coisa que a gente perdeu! Todas as datas se viviam, fazia parte da nossa vida, fazia parte da vida delas e elas eram entusiasmadas. Eram poucas irmãs? Eram! Elas aqui sempre foram três, quatro; três, quatro, não passava disso. Mas esses momentos assim, eram momentos eufóricos, mesmo, as próprias famílias participavam. Dia de Santo Agostinho se via os pais trazerem os filhos. Tinha o 07 de setembro, que acabou, também. Nossa, no dia 07 de setembro o Santo Agostinho era destaque, era destaque na Praça da Bandeira. Ah! Nossa Senhora! Saia o desfile daqui. Eu sei, era daquele tempo, hoje é outra coisa. Desfile para que? Povo desempregado! Na rua, nos anos de 1967, 68 e 69, foi o tempo que eu entrei aqui, eu percebia isso. Sabe, aquele entusiasmo que a gente vivia, agora não tem mais.<sup>375</sup>

As memórias da Ir. Graça, apresentam narrativas que juntam a religiosidade e o civismo, que partem de dentro para fora da escola, chegam às ruas, envolvem a cidade. Nesse movimento, temos a representação de uma escola que investe na formação cidadã, patriota e cristã. Os meios são os mais diferenciados, indo de uma escola que trabalha de forma a moldar comportamentos, distanciados de uma formação reflexiva<sup>376</sup>, à escola que proporciona lazer e alegria aos moradores da cidade, que junto com a escola celebravam as datas comemorativas, fomentando as ações educativas, fosse com a participação dos filhos nas atividades ou nas suas participações nos eventos produzidos na instituição. Diferenciando e contrastando com o que vivia o Brasil nesse período, sob a égide do militarismo. Nesse cenário, pouco se falava sobre

<sup>374</sup> Trecho retirado da entrevista realizada com Josilda em outubro de 2020.

<sup>375</sup> Trecho retirado da entrevista com Ir. Graça em outubro de 2020.

<sup>376</sup> Parte da premissa que uma formação crítica deve conduzir ao desenvolvimento de cidadãos que sejam capazes de analisar suas realidades social, histórica e cultural, criando possibilidades para transformá-la, conduzindo alunos e professores a uma maior autonomia e emancipação. FREIRE, P. *Pedagogia do Oprimido*. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

os direitos das pessoas, era tempo de censura, todas as ações institucionais voltavam-se para atividades, que de maneira sutil, escamoteava o que estava acontecendo com a população que lutava por seus direitos, em outros lugares do país. Dessa forma, podemos compreender que o Colégio Santo Agostinho mantinha uma relação entre escola e comunidade, como um fator importante para o seu desenvolvimento.

Os rituais, normas e regras sempre fizeram parte das escolas, pois como alerta Foucault, escolas, hospitais, cadeias, escolas, a exemplo do colégio Santo Agostinho, são lugares de produção de corpos<sup>377</sup> o qual não é diferente dos demais, mantinha os seus padrões de comportamento social, de acordo com a época e ainda acrescentava seus valores e ideologias relacionados à religiosidade, já que se trata de uma escola confessional.

De acordo com as memórias apresentadas pelos ex-alunos, o ritual de entrada às salas de aula era um evento a ser obedecido disciplinarmente. Cada professor se colocava à frente das suas fileiras de alunos, separados pelos gêneros. Fila de meninos e fila de meninas - “cada indivíduo no seu lugar; e em cada lugar, um indivíduo”<sup>378</sup>. Após a organização, começavam os ritos, primeiramente os religiosos com as orações. Rezava-se o Pai Nosso, a Ave Maria e em seguida os cantos católicos. Depois passavam-se para os ritos cívicos, com a entoação do Hino Nacional, cotidianamente se repetia esse ato, mesclando com os hinos do Pará e da Bandeira do Brasil. Ao terminar o ritual de entrada, iam para a sala de aula, ainda em filas. Não podiam gritar, fazer zoadas, nem correr, tinham que andar, até chegar à sala de aula. A professora ainda não estava na sala de aula, dessa forma, primeiro os alunos entravam, cada um ia para sua carteira, sentava e esperava a professora chegar. Quando ela chegava, levantavam e davam bom dia em conjunto, em uma só voz e esperavam ela dizer que podiam sentar.<sup>379</sup> A organização em fileiras vem desde o século XVIII, uma forma de repartir e dividir os indivíduos no espaço escolar, de se trabalhar as hierarquias, dos saberes, das capacidades<sup>380</sup>; ou seja, é uma forma de organização que marca lugares, indica valores e garante a obediência dos indivíduos, conforme está explícito nas lembranças evocadas pela Fátima<sup>381</sup>.

Todos os alunos usavam uniforme, como lembrou Artêmio, era uma disciplina e tanto. Horários rígidos e uniformes padrão, além da exigência de atitudes e postura social correta, caso não seguissem, havia advertência”<sup>382</sup>. “As meninas de blusa branca, saía abaixo dos

<sup>377</sup> FOUCAULT, M. *Vigiar e punir*: história da violência nas prisões. 20. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.

<sup>378</sup> Idem.

<sup>379</sup> Trecho retirado da entrevista realizada com Fátima em outubro de 2020.

<sup>380</sup> FOUCAULT, op. cit., 1999.

<sup>381</sup> Trecho retirado da entrevista realizada com Fátima em outubro de 2020.

<sup>382</sup> Trecho retirado da entrevista realizada com Artêmio em outubro de 2020.

joelhos, sapato preto e meia branca e os meninos calça de tergal azul e camisa branca”.<sup>383</sup> Artêmio, lembrou que havia um disciplinamento religioso e, ao mesmo tempo, militar, pois até os cabelos precisavam estar cortados de acordo com as orientações da escola. O porteiro não deixava entrar sem meia. Ou tinha o uniforme completo ou não entrava. Fátima rememorou o ritual de entrada, onde todos passavam pelo olhar fiscalizador da mãe e se tivesse uma meia “encardida” ela mandava lavar; “se tivesse uma saia mais curta – Deus me livre – era tudo sob medida”. Em relação ao patriotismo os alunos tinham que saber a letra do hino nacional, o hino do Pará e hinos religiosos, que eram cantados diariamente. Desde que entravam no colégio, sabiam que tinham que ser disciplinados, portanto, entraram com objetivo de seguir as regras.

Nas evocações dos alunos, temos de maneira clara, a forma como a escola delimita os corpos, indicando os lugares dos sujeitos dentro do processo de esquadramento<sup>384</sup>, para que não houvesse desvios e na presença deles, as sanções e punições estariam presentes para disciplinar e mostrar “o lugar” dos meninos e das meninas, para isso necessitava da vigilância num processo de relações de poder que operava nos múltiplos lugares da escola. Para esse contexto, é preciso lembrar que se trata da década de 60, momento em que a repressão era característica de um governo ditatorial, o que de certa forma motivava outros espaços públicos a não “baixarem a guarda” e “zelar” pelo que consideravam a ordem, todas essas orientações, somavam-se as normas de uma escola religiosa e catequizadora.

Quanto à representação que faziam de seus professores, os interlocutores falaram de um relacionamento muito bom, marcado pelo respeito, pela disciplina e pelo patriotismo. Traçaram a diferença entre as últimas décadas de 1960 e 1970. Destacaram a saudade que sentem da forma como os professores eram tratados. Segundo eles, os professores eram respeitados pelos alunos, vistos como um ídolo, como uma pessoa máxima da vida deles. Era o sustentáculo da educação.

Vivaldo fez a observação de que o professor era considerado o dono do saber e do conhecimento, o sujeito ativo e o aluno, apenas recebia o conhecimento. Portanto, o centro do processo educativo era o professor. Nessa perspectiva, Fátima rememora que naquele tempo havia uma diferença muito grande entre professor e aluno, pois nem se quer se podia conversar com os professores após as aulas. Eles davam as aulas, saíam da sala de aula e iam para a secretaria e ficavam lá. Se lecionassem mais de uma matéria, voltavam para a sala de aula, trabalhavam novamente, mas não havia um diálogo extra sala de aula; ou seja, a hierarquia orientava a relação.

---

<sup>383</sup> Trecho retirado da entrevista com José Acioli em agosto de 2020.

<sup>384</sup> FOUCAULT, M. *Vigiar e punir: história da violência nas prisões*. 20. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.

Essa forma de relação entre professor-aluno, tem características da educação formal ainda do século XIX, quando as professoras não podiam se relacionar socialmente com seus alunos, as restrições aos contatos físicos eram severos pois lhes cabia, apenas, ser disciplinadoras, iniciando pelo olhar que deveria impor autoridade<sup>385</sup>. Entretanto, ao mesmo tempo que essa relação hierárquica se dava entre discentes e docentes, também acontecia entre quem geria a escola e as professoras, conforme indicam as memórias dos ex-alunos.

Para os alunos e as alunas, no colégio Santo Agostinho prevalecia o silêncio e a obediência. Quem tinha direito à palavra eram as professoras. Quem usava a voz eram as professoras. No período em que a diretora era a Madre Tereza de Castro, ela era quem controlava alunos e professores, caminhava no corredor e ia nas salas de aula. Abria a porta e fiscalizava, como um inspetor. “Se ela visse um aluno bebendo água, a diretora falava: tem tanta sede assim que não pode esperar? Eu não falava nada, bebia minha água e voltava para a sala de aula”<sup>386</sup>. Esses comportamentos ou a exigência deles perduraram por muitos anos, uma aluna que depois se tornou professora do próprio colégio, rememorou a forma como eram orientadas a trabalhar.

A diretora falava que o professor que senta não rende. Então, quando todo mundo entrava para a sala de aula, ficava aquele silêncio. Uma vez eu abri a porta da minha sala que eu queria falar com uma das serventes, a diretora estava andando de porta em porta, olhando pela fechadura, para ver se o professor estava sentado ou se estava em pé. Ela era assim, olhava que era para ver se o professor era do que sentava ou se era do que ficava em pé. Porque ela dizia que o professor que fica em pé produz mais e o que senta, os alunos fazem bagunça e não fazem nada. Diante disso, eu me acostumei assim[...] passava lá[...] eu agora vou tomar a lição e eu não chamava os alunos na minha mesa, eu ia de carteira em carteira e quando eu chegava lá eu dizia: cadê[...] onde está a tua lição? Sentava na cadeira dele e ele ficava em pé e ele lia para mim. Eu olhava o caderno dele, dava o visto e saía da cadeira dele e ia para a cadeira de trás, e assim eu ia corrigindo os cadernos e tomando as lições. Porque realmente, se a gente chamasse o aluno para vim ler na mesa do professor, vinha aquele monte de aluno: professora está certo aqui, professora como faz isso, professora[...] E quando a gente ia de carteira em carteira. Eles já sabiam que eu ia passar de carteira em carteira deles e eles iam me perguntar e a gente ia conversar.

Então era assim[...] a gente aprendeu a trabalhar em pé<sup>387</sup>.

Todas essas formas de disciplinamento, tanto aos alunos quanto aos professores, faziam parte de um contexto histórico em que se vivia no final dos anos 60. Também é importante lembrar, a partir dos estudos de Foucault, que a produção do saber sobre os indivíduos, vem do controle contínuo sobre eles e é quando se produzirá diferentes níveis de

---

<sup>385</sup> LOURO, G. L. *Um Corpo Estranho – Ensaio sobre sexualidade e teoria queer*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2004.

<sup>386</sup> Trecho da entrevista realizada com Rosa em outubro de 2021.

<sup>387</sup> idem

hábitos de vida<sup>388</sup>, o que é possível visualizar a partir da memória da professora, quando ela narra as orientações da diretora, as quais ela seguia sem questionamentos, tanto que diz “era assim... e a gente aprendeu a trabalhar em pé”.

A hierarquia era mais que uma organização institucional, constituía-se num regime disciplinar, tanto que as professoras (o número de professores era muito menor, em algumas épocas inexistente, no colégio), eram cobradas e orientadas a agir de acordo com as ordens das freiras e que naquele momento não pareciam autoritárias, era o que se tinha como sendo o regime de verdade do magistério, em outras palavras, é o que<sup>389</sup> concebe como técnicas de adestramento e disciplinarização dos corpos.

A comparação sempre existirá na representação que os alunos fazem de seus professores, para os que temos na atualidade, entretanto, é importante questionar, naquela época, os alunos respeitavam os professores ou tinham medo deles? O professor ameaçava o aluno com a palmatória, batia neles com esse instrumento, considerado naquele período como pedagógico. Aplicava outros castigos, um exemplo era o de ficar no canto do corredor ou da sala de aula de frente para a parede, para não atrapalhar a aula. Como afirmar que os alunos tinham apreço aos seus mestres? Era afeto ou medo? Entretanto, foi uma época, que mesmo com todas essas situações de autoritarismo, para muitos, deixou saudades.

Ainda nesse contexto, a ex-professora do colégio Santo Agostinho rememorou as suas exigências, mas disse que tudo o que fazia era para que os alunos aprendessem, embora reconheça que os alunos os chamassem de professores chatos. Lembrou que tinha colegas que não deixavam sequer os alunos olharem para trás, se olhassem, recebiam beliscadas dos professores. “Eu não beliscava, mas eu exigia que o aluno fizesse o dever dele, ou na hora da sala de aula ou depois que terminasse a aula, contanto que fizesse. Até porque, naquela época os pais não eram como são agora, eles apoiavam a gente. Eu dizia, eu fico, mas vocês ficam comigo”.<sup>390</sup>

A professora diz que tem boas recordações das formas de afeto que recebia. Disse que recebia bilhetes, cartões de seus alunos. Confessou que acha que tinha muita gente que não gostava do jeito que trabalhavam, mas tinha quem gostava e aceitava. Para ela, os pais viam suas práticas bem melhor que os filhos, porque acreditavam que os docentes não estavam fazendo nada para maltratar os alunos e sim, para o bem deles.

---

<sup>388</sup> FOUCAULT, op. cit., 1999.

<sup>389</sup> Idem.

<sup>390</sup> Trecho da entrevista realizada com Rosa em outubro de 2021.

Diante desse olhar, a professora comparou o seu trabalho dos anos de 1970, 1980, com o de uma colega dos anos 2000, que disse a ela que “eu agora passo a minha disciplina, quem fez, fez, quem não fez, eu não estou mais nem aí com ele”. E a professora respondeu a ela, que em parte ela estava certa, mas que para ser professora, precisa de um sentimento chamado amor, que tem que estar no sangue. Não pode ser professor só porque não tem outra profissão, precisa amar a profissão.

Essa postura da professora é importante para a discussão, pois mostra a possibilidade que o ser humano tem de transitar nas suas diferentes identidades e acompanhar as diferentes concepções de ensino. Em certo momento de sua carreira, obedecia, seguia os ensinamentos das religiosas, sem questionamentos. Trouxe em suas memórias, elementos que mostram que pela forma rígida como tratavam os alunos, chegavam a ser vistos como “chatos”, mas ao ouvir uma outra colega dizer que “não está nem aí” para o aluno, mostra a sua concepção de docência vinculada a que Paulo Freire, tanto enfatiza, a do querer bem o educando, pois não haveria forma de melhor de educar, se não pela afetividade. Para ele, “O desrespeito à educação, aos educandos, aos educadores e às educadoras corrói ou deteriora em nós, de um lado, sensibilidade ou a abertura ao bem querer da própria prática educativa, de a outro, a alegria necessária ao que-fazer docente”<sup>391</sup>.

O fazer docente ou prática pedagógica, é um ato de amor, conforme defendem educadores, historiadores, filósofos, sociólogos, dentre outros que formam a base da educação formal, mas ao mesmo tempo, educar pelo afeto, não se faz sem ser precedido por reflexões do contexto da sala de aula e das pessoas que dela fazem parte.

Ainda no contexto disciplinar e de conteúdos ensinados, para estabelecer a ordem pregada pelo Estado, uma das disciplinas que foi inserida no currículo no Ensino Fundamental, para manter além da ordem, a civilidade e o patriotismo, foi a Educação Moral e Cívica,<sup>392</sup> que se encontrava presente semanalmente no currículo. De acordo com a professora, existia uma

---

<sup>391</sup> FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. p. 142.

<sup>392</sup> Educação Moral e Cívica tinha como finalidade: a defesa do princípio democrático, através da preservação do espírito religioso, da dignidade da pessoa humana e do amor à liberdade com responsabilidade, sob a inspiração de Deus; a preservação, o fortalecimento e a projeção dos valores espirituais e éticos da nacionalidade; o fortalecimento da unidade nacional e do sentimento de solidariedade humana; o culto à Pátria, aos seus símbolos, tradições, instituições e aos grandes vultos de sua história; o aprimoramento do caráter, com apoio na moral, na dedicação à família e à comunidade; a compreensão dos direitos e deveres dos brasileiros e o conhecimento da organização sócio-político-econômica do País; o preparo do cidadão para o exercício das atividades cívicas com fundamento na moral, no patriotismo e na ação construtiva, visando ao bem comum; o culto da obediência à Lei, da fidelidade ao trabalho e da integração na comunidade. Trecho da Decreto-Lei nº 869, de 12 de Setembro de 1969 que dispõe sobre a inclusão da Educação Moral e Cívica como disciplina obrigatória, nas escolas de todos os graus e modalidades, dos sistemas de ensino no País, e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-869-12-setembro-1969-375468-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 22 abr. 2022.

cartilha de moral e cívica, que ensinava sobre o país, mas não podiam se posicionar, caso não concordassem com o que estava escrito.

A obrigatoriedade da Disciplina Educação, Moral e Cívica tinha a intenção de inserir suas finalidades em todas as atividades escolares, inclusive no que diz respeito ao desenvolvimento dos atos cívicos, valorizados na prática educativa. As relações entre os valores humanos considerados superiores e a educação permitiriam que os cidadãos fossem integrados na sociedade, dela participantes como produtos culturais, como ilustrações no culto à nação, na identificação com a família e na dignidade do trabalho. A educação moral e cívica permaneceu no currículo oficial como disciplina escolar e prática educativa em todos os níveis de ensino por 24 anos, até 1993.<sup>393</sup>

Mesmo estando no período do regime militar, de acordo com os professores e alunos entrevistados, não percebiam nenhum movimento contrário ao que era estabelecido no Colégio Santo Agostinho, porque, segundo eles, os professores concordavam e acolhiam tudo o que as freiras diziam. Então não havia resistência nesse espaço educativo. Por outro lado, as freiras não iam contra ao regime em vigor, ou seja, tudo o que se via de “errado” (nesse caso, algum movimento de resistência ao regime da época), elas sempre pediam aos docentes que não se metessem. Ou seja, todos viviam em obediência.

Para a professora, essa forma de obediência estava instalada em toda sociedade, na cidade, nas famílias que também sustentavam seus valores baseados na punição. Um dos fatos que chamou a nossa atenção foi a memória da professora, que lembrou a forma como as pessoas reagiram ao que foi propagado sobre o período do Regime Militar.

Nesse período do Regime Militar foi comentado que ninguém tinha nada. E que de uma hora para outra iria chegar alguém para levar o que a gente tinha. E a gente ficou com medo de entrarem nas casas, mexer as coisas, levar o que era nosso[...] diziam também que se tivesse uma filha moça e que se eles quisessem, pegavam tua filha e levavam, então, todo mundo ficou com medo. Então as casas eram fechadas, não tinham aquela questão de movimento na rua, o povo todo andando. Foi um período em que as pessoas ficaram atemorizadas, com medo do que poderia vir, do que ia acontecer, porque todo mundo dizia que, todo mundo ia mandar na casa de todo mundo<sup>394</sup>.

A escola também se tornava entusiasta desse regime, apoiadora e reprodutora das ideias da ditadura militar. Artêmio mostra a sua percepção pela forma como eram disciplinados, como se fossem militares, a exemplo dos cortes de cabelo militarizado, o patriotismo na prática diária de cantar o hino nacional, enfileirados e em frente a bandeira; entretanto, para ele, essas

<sup>393</sup> RODRIGUES, E.; INÁCIO FILHO, G. Educação moral e cívica e ensino de história, aportes disciplinares de formação: um estudo comparado. *Revista HISTEDBR*, Campinas, n.45, p. 139-152, mar. 2012.

<sup>394</sup> Trecho retirado da entrevista realizada com. Rosa em outubro de 2021.

ações era algo muito bom. Vivaldo corrobora com essa ideia de que recebiam as orientações do regime, pois o ensino era afastado da realidade social que viviam, além do que, pregava-se a ordem e o progresso, visando o respeito e a obediência. Assim como avaliou que o processo educativo era controlado para fortalecer as ideias políticas da ditadura. Por outro lado, os hinos cantados exaltavam a liberdade, como suposta ideia de harmonia social.

Diante das narrativas, temos a afirmação de que o Estado disciplinarizador, tem como objetivo colocar a população a seu serviço, é o poder político direcionando a vida das pessoas para o controle, classificação e hierarquização social. Iniciando pela escola que em alguns momentos torna-se aparelho ideológico do Estado - AIE, embora haja resistência.

Desse contexto, apenas um aluno diz que não via relação entre o que faziam e a ditadura militar. Já a religião era estratégica e ocupava de forma direta e indireta os ensinamentos do colégio. De acordo com as memórias de uma ex-professora, lá se ensinava a história de Santo Agostinho. Para essas aulas, as professoras recebiam formação das freiras, que as orientavam como falar, como fazer perguntas, como aplicar as atividades e assim faziam o planejamento das aulas para todos os alunos. Fátima, ao rememorar esse período de vida estudantil destacou,

O ensino religioso estava presente o tempo todo, tanto que era Frei Feliciano que dava aula de religião. Quanto à catequese ela era desenvolvida no salão paroquial que era ao lado da residência dos padres e lá funcionava um cinema. E tinha os dias que era para a gente ir para a aula de catequese para estudar o catecismo, para fazer a primeira comunhão. Essa aula tinha os dias que a gente ia para lá e ficávamos no salão do cinema. A gente ia para o salão paroquial porque até então não tinha espaço para além das salas de aula e os locais que ficavam os documentos eram improvisados<sup>395</sup>.

Essa evocação descreve a forma da presencialidade das aulas de religião, que embora não fossem nos mesmos horários das aulas no colégio, estavam presentes na constituição dos processos de formação. Inicialmente só se falava da religião católica, aos poucos, as próprias religiosas começaram a orientar para que se falasse de religião de forma mais geral, sobre temas como a criação do mundo, Deus e outros que podiam ser discutidos por todos.

Os grupos de jovens, também se faziam presentes, como evocou Artêmio, ao dizer que tinham um grupo de catequese dentro do colégio e um grupo de jovens, inclusive ele diz ter tido privilégio de ser presidente do grupo de jovens da catequese do Santo Agostinho<sup>396</sup>. Nesse tempo de estudos, os jovens iam crescendo, criando seus espaços tais como o grupo de jovens do Santo Agostinho e depois o grupo de jovens chamado de Juventude Agostiniana Brevense

<sup>395</sup> Trecho retirado da entrevista realizada com Fátima em outubro de 2020.

<sup>396</sup> Trecho retirado da entrevista realizada com Artêmio em outubro de 2020.

(JAB), que congregava os jovens católicos que atuavam na igreja, mas que também tinham seus dias de esporte e lazer, proporcionado por esse movimento.

Dessa forma pode-se afirmar que o Colégio Santo Agostinho também foi/é um marco fundamental na história da Educação de Breves e do Marajó da Floresta. Isso se deve ao fato de que essa instituição foi construída e se desenvolve em conjunto com a cidade, em uma relação em que sujeitos, histórias de vida e educação formal se entrelaçam. Com isso, é possível observar como a cidade e as escolas, ao longo do tempo, foram produzindo teias de relacionamentos que resultaram em um ambiente propício à realização de sonhos, à busca por oportunidades e à melhoria de vida da população. Além disso, com a consolidação de Breves como uma referência econômica, política e educacional, a cidade desempenha um papel fundamental no acolhimento e desenvolvimento urbano.

#### 4 EDUCAÇÃO BREVENSE EM TEMPOS DE REGIME MILITAR

O período da Ditadura Civil Militar no Brasil (1964-1985) foi marcado por profundas mudanças na sociedade brasileira, incluindo transformações significativas no sistema educacional do país. Durante esse período, a educação brasileira passou por diversas reformas que tinham como objetivo promover um modelo educacional que atendesse às necessidades do Estado autoritário e controlasse a disseminação de ideologias consideradas subversivas<sup>397</sup>. Nesse contexto, a educação formal ofertada e desenvolvida no Ginásio Estadual Miguel Bitar na cidade de Breves, no estado do Pará, fez parte da dinâmica sociocultural desse período.

O Ginásio Estadual Miguel Bitar iniciou suas atividades educativas após seis anos da promulgação da LDB 4024/61, no período em que o Brasil já estava sob as regras do Regime Militar. Essa lei estabeleceu as bases para a organização da educação no país, garantindo a universalização do ensino fundamental e estabelecendo a obrigatoriedade do ensino médio. Ela também valorizou a formação técnica e profissional de professores regentes de ensino, visando preparar os estudantes para o mercado de trabalho e suprir a demanda crescente nas escolas de ensino primário nas cidades brasileiras.

Segundo Saviani, a educação não pode ser neutra, nem pretensamente neutra, pois está sempre a serviço de interesses políticos, ideológicos, econômicos e sociais<sup>398</sup>. Neste sentido, compreender o percurso educacional na cidade e os movimentos construídos pelos sujeitos no Ginásio Estadual Miguel Bitar em Breves significa visualizar a história da educação brevese sendo atravessada e deixando-se atravessar pelas dinâmicas socioculturais. Essa diversidade constante é constituída por formações e informações tecidas pelas memórias contadas pelas diversas vozes em diálogos, por meio das escritas e imagens deste lugar e do local, que impactaram a construção educacional.

Neste capítulo, analisamos a educação no Ginásio Estadual Miguel Bitar durante o período da Ditadura Militar. Para tanto, serão utilizados documentos oficiais do governo e da administração municipal, além de relatos de professores e alunos que vivenciaram esse período. Através da análise dessas fontes, será possível entender como as políticas educacionais do

---

<sup>397</sup> Para maiores informações sobre a período da Ditadura Militar no Brasil (1964-1985), conferir DEMIAN, B. Ditadura "civil-militar?": controvérsias historiográficas sobre o processo político brasileiro no pós-1964 e os desafios do tempo presente. *Espaço Plural*. Ano XIII, Nº 27, 2º semestre, 2012.; FICO, C. Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas. *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 9, n. 20, p. 05-74. jan./abr. 2017.

<sup>398</sup> SAVIANI, D. *Escola e democracia*. Edição Comemorativa. Campinas: Autores Associados, 2008.

governo militar foram implementadas e afetaram a vida dos estudantes e professores nessa unidade educacional.

#### **4.1 História, narrativa e ensino: o Ginásio Miguel Bitar no contexto da educação escolar de Breves**

A cidade de Breves adentra a década de 1960 com três unidades educacionais: o Grupo Escolar Dr. Lauro Sodré, o Internato Evangélico Amazônico e o Colégio Santo Agostinho, ambas ofertando o ensino primário. Além delas, existiam escolas isoladas no meio rural, de maneira muito espaçadas umas das outras, uma na Vila de Corcovado, assim como encontrava-se dessas escolas na cidade. Toda a demanda que concluía a escolarização primária ficava retida, não havia escolas para o prosseguimento dos estudos da população em escolarização. De acordo com memórias de Waldemar, as famílias que tinham melhores condições financeiras mandavam os filhos para estudar o ginásial em Belém. Em Breves se parava os estudos no primário, o que gerava descontentamento, pois somente uma parcela da população, a mais abastada, podia avançar nos estudos, enquanto a maioria, as famílias de menor poder aquisitivo ficava à margem, entretanto, elas também almejavam ver seus filhos nas escolas.<sup>399</sup> O período era o do Regime Militar. O Brasil já tinha sido tomado pelas Forças Armadas e no Pará, Jarbas Passarinho tinha o poder político por consequência do golpe de 1964<sup>400</sup>.

A capital Belém vivia a rebeldia por parte de muitos estudantes, como Pedro Galvão de Lima, Ruy Antônio Barata, João de Jesus Paes Loureiro e José da Silva Seráfico de Assis Carvalho pela não aceitação das normas impostas pelo regime ditatorial<sup>401</sup>. Em Breves, as fontes consultadas não permitiram apreender como a cidade e seus moradores naqueles tempos de exceção. O rádio era o único meio de comunicação, dessa forma, não se falava das atrocidades que o exército cometia por todo o Brasil.

O controle acirrado dos meios de comunicação foi determinante para colocar na clandestinidade as organizações de esquerda que aderiram à luta armada no Brasil na década de 1960, funcionando como um excelente meio de vigilância, uma situação de controle social específico sobre determinados temas e uma campanha informativa, ideologicamente preparada sob a luz da Doutrina de Segurança Nacional, que passava da situação de comunicação mais

<sup>399</sup> Trecho retirado da entrevista realizada com Waldemar em outubro de 2021.

<sup>400</sup> Acerca do Golpe Militar no Pará, Lê PETIT, P. *Chão de promessas: elites políticas e transformações econômicas no Estado do Pará pós-1964*. Belém: Paka-Tatu, 2003. PETIT, P. e CUÉLLAR, J. O golpe de 1964 e a instauração da ditadura civil-militar no Pará: apoios e resistências. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 25, nº 49, p. 169-189, janeiro-junho de 2012.

<sup>401</sup> Idem.

“normal” da vida cotidiana do país, para a produção e difusão diária de mensagens de massa, principalmente com o intuito de mascarar os fatos em detrimento da realidade dos mesmos.<sup>402</sup> A vigilância do Estado censurava de duas formas: através de telefonemas diretos às redações - anônimos ou não - e ordens escritas - apócrifas ou não - direcionadas aos jornais de grande circulação diária, e ainda, através de “acordos” prévios fechados com os proprietários dos grandes jornais, nos quais foi instituída a chamada censura prévia.<sup>403</sup>

Em Breves, de acordo com Jolenas, houve um movimento que envolveu a população na segunda metade da década de 1960, pela garantia de escola secundária ginasial, para que as pessoas pudessem dar continuidade aos estudos nessa cidade, o que causou um alerta aos dirigentes, pessoas influentes e fez com que se movimentassem em busca de uma solução. Entretanto essa informação não aparece nas memórias dos demais interlocutores, que ao serem questionados sobre esse fato, disseram não lembrar de movimento coletivo, mas da insatisfação de famílias que se queixavam da ausência do ensino ginasial.

Um recorte da quantidade de alunos que se tinha nas escolas primárias, na segunda metade da década de 1960, é mostrado em uma lista de discentes do Colégio Santo Agostinho de 1966, contendo 659 alunos da 1ª a 5ª séries. A pesquisa não encontrou documentos das outras unidades educacionais, mas por essa relação de alunos, tem-se uma dimensão da demanda reprimida para as escolas secundárias.

Além da falta de escolas, as pessoas que estavam à frente dessa demanda, perceberam a necessidade de se ter pessoas formadas na docência para ocupar as salas de aula do ensino primário. Dessa forma, ao mesmo tempo que se buscou solução para a demanda de alunos, também se buscou promover a formação profissional de professores para lecionar nas escolas de ensino primário.

Nesse período, a educação brasileira estava normatizada pela primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), nº 4024, aprovada em 20 de dezembro de 1961 e que entrou em vigor em 1962. Com essa lei, ficou instituído que a formação de professores primários seria realizada em instituições de dois níveis: a Escola Normal de Grau Ginasial, com quatro séries anuais, conduzindo ao diploma de regente de ensino primário, conforme o artigo 54, ou na Escola Normal de Grau Colegial, com três séries anuais, levando ao diploma de professor primário. Os ginásios eram responsáveis pela formação de regentes do ensino

---

<sup>402</sup> NOGUEIRA, J. G. História, imprensa e a construção da realidade durante o regime militar no Brasil (1964/1985). *Albuquerque*: revista de História, Campo Grande, MS, v. 6, n. 11, p. 35-64, jan./jun. 2014.

<sup>403</sup> A censura prévia foi aplicada naqueles jornais que não respeitavam as ordens dos órgãos de segurança e continuavam a publicar matérias ou assuntos que incomodavam o Governo Militar.

primário e o colegial, de formar o professor primário. Ambos os diplomas asseguravam "igual direito a ingresso no magistério primário oficial ou particular", conforme fixado no artigo 58, cabendo aos Estados e ao Distrito Federal regulamentar o ali disposto.<sup>404</sup> Admitia-se, portanto, o exercício do magistério para aquelas pessoas que concluíam o normal ginásial ou o normal colegial.

Em Belém, já havia a formação de professores nas modalidades ginásial e colegial, oferecida pela Escola Normal - Instituto de Educação Estadual do Pará (IEEP), desde sua inauguração em 1871 com o objetivo de formar professores para a educação primária. No final de janeiro de 1947, a escola passou a se chamar Instituto de Educação do Pará (IEP). É o segundo colégio mais antigo do estado do Pará, sendo o primeiro o Colégio Estadual Paes de Carvalho, fundado em 1841.<sup>405</sup>

Para sanar a falta de ensino secundário em Breves, a solução foi a ida de pessoas influentes da cidade até o governo estadual solicitar uma escola que oferecesse o ensino ginásial. Um esforço feito pelo ex-prefeito de Breves, Floriano Gonçalves e por João Messias dos Santos<sup>406</sup>, advogado da cidade, para trazer uma escola de formação de professores. Para isso, eles se juntaram com a liderança de Américo Brasil<sup>407</sup>, na época do Alacid Nunes<sup>408</sup>, quando encontraram a oportunidade de trazer o ginásio regente.<sup>409</sup> Essa demanda que parte de Breves se tornaria um benefício para toda a região, pois,

O objetivo na época, era uma tentativa de melhorar a educação não só em Breves, mas a antiga educação em toda essa região do Marajó. Saindo de Belém, passando por todos esses municípios como São Sebastião da Boa Vista, Currealinho, Muaná, Bagre, Melgaço, Portel, Anajás, Gurupá, Almeirim, Prainha e todos os demais municípios, até antes de chegar em Santarém, não existia mais outro curso, outro grau de escolaridade até então como o ginásial<sup>410</sup>.

<sup>404</sup> ROMANELLI, op. cit., 1986.

<sup>405</sup> IBGE. 2023. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html?view=detalhes&id=42517>. Acesso em: 21 abr. 2023.

<sup>406</sup> João Messias dos Santos, nasceu em Belém em 27 de março de 1913, faleceu em Belém em 1991. Chegou a Breves em 1952, para exercer a função de coletor federal, equivalente hoje ao cargo de auditor fiscal do Tesouro Nacional. Tornou-se um homem público de grande prestígio na sociedade brevesense. Andrei Odilon em breve biografia publicada no perfil do CEDEP-Breves (Centro de Desenvolvimento e Educação Profissional Dr. João Messias dos Santos) para explicar a escolha do nome que a instituição homenageou, assinala que ele foi um educador, advogado e empresário dos mais renomados de sua época na cidade. Foi diretor do antigo Ginásio Miguel Bitar por 17 anos (1966-1983). Alinhado ao Regime Militar, foi nomeado prefeito de Breves no período de 1971 a 1973, sucedendo o ex-prefeito Floriano Pinto Gonçalves. Em 1978, participou da fundação do Grupo Educacional Ideal. Construiu o emblemático Hotel Parauahú, homenageando o rio que banha a cidade.

<sup>407</sup> Américo Natalino Carneiro Brasil foi Prefeito de Breves durante dois períodos. A primeira gestão foi de 1939 a 1942. O segundo mandato de 1955 a 1958. SALERA JÚNIOR, G. *Breves: prefeitos e vice-prefeitos*. Breves: SEMED, 2014.

<sup>408</sup> *Ibid.*

<sup>409</sup> Trecho retirado da entrevista realizada com Vanderlei em de outubro de 2021.

<sup>410</sup> Trecho retirado da entrevista realizada com Waldemar em de outubro de 2021.

As memórias dos ex-alunos apresentam duas frentes em busca de um mesmo propósito. A primeira são as famílias querendo escola e a segunda é a dos políticos no sentido de atender aos clamores do povo. Esse segundo grupo estimulado pela necessidade da população, foi em busca de soluções. Entretanto, as informações expostas pelos interlocutores Vanderlei e Waldemar, mostram duas maneiras de analisar essas narrativas: uma que valoriza uma história apresentando seus sujeitos como protagonistas e a outra que invisibiliza, silencia, aqueles que provocaram a situação e destina todos os créditos aos que, por encontrarem-se no exercício do poder, em condições políticas, econômicas e culturais, aparecem como os que realizaram, de maneira particular, a ação.

Narrativas que valorizam apenas alguns nomes e os coloca como protagonistas dos fatos, tem perdido força diante do movimento chamado de História Nova, que surgiu na França, com a escola dos Annales (1929 – 1989). Essa nova proposta possibilitou aos historiadores uma visão dos homens no tempo, e não uma visão política como acontecia até então. Essa desnaturização rompeu com a linearidade e a superficialidade que promovia uma padronização, dessa forma, o passado não responderia mais ao tempo presente<sup>411</sup>.

Diante da emergência da realidade socioeducacional, o passo seguinte dado pelos políticos para a construção do Ginásio Miguel Bitar, informados por Waldemar, foi destinar o espaço do Estádio Municipal Areão, localizado na Avenida Rio Branco, para a construção da escola.<sup>412</sup> Em pesquisa nos arquivos do Ginásio Miguel Bitar, encontramos nos documentos de 1967, o formulário nº 01 com o título de Bens Móveis e nele consta informações da lei que doa terreno para o Governo do Estado do Pará e informações do prédio construído no mesmo ano de 1965.

Prédio construído em alvenaria, no ano de 1965, pelo Governo do Estado, em terreno situado na Cidade de Breves, a Av. Rio Branco, coletado sob o nº 732, doado pela Prefeitura Municipal, conforme a Lei nº 308, de 18/6/65, limitando-se o referido terreno, pela frente, com a Av. Rio Branco, por onde mede 107,00m; pelos fundos, com a Travessa 1º de Maio, por onde mede, também, 107,00m; pelo lado direito, com a Rua Coronel Lourenço Borges, numa extensão de 70,00m; e, pelo lado esquerdo, com a Rua Duque de Caxias, também, numa extensão de 70,00m, totalizando uma área de 7,490m<sup>2</sup>, sendo de 1.101m<sup>2</sup> a área construída, não havendo sido, ainda, passada, a competente escritura pública de doação, em nenhum dos Cartórios da Comarca de Breves, e, conseqüente mente, feito o respectivo registro<sup>413</sup>.

---

<sup>411</sup> FILIPIM, P. V. S.; ROSSI, E. R. Nova história cultural e história da educação: rompendo paradigmas no ofício de historiador: notas de um percurso. In: *Congresso Nacional de Educação, 11., 2013, Curitiba. Anais [...], Curitiba: EDUCERE, PUC-Paraná, 2013 p. 1-10.*

<sup>412</sup> Trecho retirado da entrevista realizada com Waldemar em outubro de 2021.

<sup>413</sup> Formulário 01, 1965 - Bens móveis, disponível no Arquivo da Secretaria do Ginásio Miguel Bitar.

O funcionamento do Ginásio Miguel Bitar foi autorizado por meio da Portaria nº 2685 de 18 de novembro de 1966, expedida pelo Departamento de Ensino Médio e Superior da Secretaria de Estado de Educação e Cultura (SEDUC), iniciando suas atividades em 29 de abril de 1967 (Ginásio Miguel Bitar, Formulário nº 1, 1967). Cinco anos após a promulgação da LDB 4.024/61.

De acordo com Odarlenice Martins e pesquisa na internet, João Messias dos Santos, advogado formado pela Universidade Federal do Pará nos anos de 1940, professor, empresário e primeiro diretor do Ginásio Miguel Bitar, escolheu o nome Miguel Bitar para a nova instituição escolar que ofertaria o ensino secundário na cidade para homenagear seu grande professor de Direito Constitucional, Orlando Chicre Miguel Bitar (1913-1974). Na pesquisa de Martins acompanhamos a forte atuação de João Messias à frente da emergente educação ginásial<sup>414</sup>.

O nascimento da instituição em pleno Marajó das Florestas estava interligado a interesses local, estadual e nacional. A região de Breves era, desde o período colonial, forte fornecedor de matéria prima para o Estado e para o mercado exportador. A exemplo dos tempos das drogas do sertão, da borracha e a partir dos anos de 1940 com a madeira, o palmito, o arroz, entre outros. Os governos central e estadual tinham interesse em apoiar a formação de um polo industrial na região. Para isso, era preciso educar a população com formação tecnicista e para o mercado de trabalho.

Durante o período de construção do Ginásio Miguel Bitar, de acordo com Leão, a cidade de Breves já se beneficiava economicamente do comércio de palmito e madeira, tornando-se uma grande exportadora desses recursos naturais<sup>415</sup>. Ao longo dos anos, desde a década de 1940 até a década de 1980, foram estabelecidas diversas serrarias que beneficiavam a madeira, gerando emprego e renda. Isso pode ser observado nas imagens que mostram jangadas feitas de toras de madeira, que eram colocadas nas margens do Rio Parauaú e transportadas para serem beneficiadas nas serrarias.

---

<sup>414</sup> MARTINS, O. M. *O Ensino de História em Contexto Militar: Memórias e Experiências no Ginásio Estadual Miguel Bitar (1967-1974)*. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura Plena em História). Universidade Federal do Pará, Breves-Pa, 2014.

<sup>415</sup> LEÃO, D. S. S. *O porto em narrativas: experiências de trabalhadores, moradores e frequentadores da área portuária de Breves-PA (1940-1980)*. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia), Universidade Federal do Pará, Belém, 2014.

Imagem 14 – Jangada com toras de madeira



Fone: Biblioteca Municipal de Breves

Imagem 15 - Serraria



Fonte: Biblioteca Municipal de Breves

Breves passou a ser vista como uma cidade repleta de oportunidades, uma vez que já possuía um hospital, agências bancárias, correios e a construção de uma base educacional que oferecia o ensino ginásial. Isso conferia ao município um espaço de maiores oportunidades, uma vez que, nesse tempo, ela era a única na região do Marajó das Florestas a oferecer um nível de ensino inexistente até então.

A instalação do Ginásio Miguel Bitar aconteceu em 29 de abril de 1967 de acordo com registro em ATA de 16 de junho de 1967 em arquivo na Secretaria do ginásio.

**ATA E INSTALAÇÃO DO GINÁSIO ESTADUAL “MIGUEL BITAR”, DA  
CIDADE DE BREVES, MANTIDO PELA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO  
ESTADO DO PARÁ.**

As oito (8) horas do dia vinte e nove (29) do mês de abril, do ano de hum mil novecentos e sessenta e sete (1 967), no prédio do Ginásio Estadual "Miguel Bitar", criado e mantido pela Fundação Educacional de Estado do Pará, com a presença dos Exmos. Srs./ Tenente Coronel Alacid da Silva Nunes, digníssimo Governador do Estado; Professor Antonio Gomes Moreira Junior, Presidente da Fundação;/ Deputado Estadual Dr. Américo Natalino Carneiro Brasil; Sr. Floriano Pinto Gonçalves, Prefeito Municipal de Breves; Dr. Max Cardoso Vieira, Juiz de Direito, em exercício, da Comarca, bem como do Diretor do estabelecimento, Dr. João Messias dos Santos, além de todos os servidores que compõem o corpo docente e não docente, autoridades demais pessoas que assinaram o livro de presença, teve lugar o ato da instalação solene da referida unidade escolar.

Inicialmente, após o hasteamento das bandeiras do Brasil e do Estado e ato litúrgico presidido pelo Revdm. Frei Dolsé Garcia, da Paróquia local, o Sr. Professor Antonio Gomes Moreira Junior em brilhantes palavras convidou o Exmº Sr. Governador do Estado para o corte da faixa simbólica de acesso ao prédio, que teve todas as dependências percorridas pelos presentes.

Em seguida, sob a presidência do Governador do Estado, teve lugar uma reunião, oportunidade em que usaram da palavra o Diretor do Ginásio, o Deputado Dr. Américo Carneiro Brasil e, finalmente, o Exmº Sr, Governador do Estado que, definiu o interesse da administração pública de prover todos os municípios de ensino médio condigno, assegurando um futuro promissor a todos aqueles que desejam aprimorar os seus conhecimentos intelectuais, terminando por manifestar sua satisfação pelo que

lhe fôra dado testemunhar, com louvores ao trabalho da Fundação Educacional do Estado do Pará, declarando, então, encerrado aquele ato, do que foi lavrado por min, Raimunda Soares da Silva, Secretária dêste Ginásio, a presente ata, qual subscrevo.

(a) Raimunda Soares da Silva, Secretária.

(a) João Messias dos Santos, Diretor."

ESTÁ CONFORME O ORIGINAL, CONSTANTE DO LIVRO PROPRIO.  
Secretaria do Ginásio Estadual "Miguel Bitar", 16 de junho de 1967.

O Ginásio Estadual Miguel Bitar é a primeira Escola do Marajó Ocidental a ofertar a formação de professores. Uma conquista da sociedade brevese, entretanto, os que são citados na ata de instalação do ginásio, são apenas as autoridades constituídas pelo protocolo institucional: governador, deputado, diretores, enquanto a população se torna mera expectadora, embora sendo a protagonista da vinda da unidade escolar para Breves, quando reivindicou a educação escolar como direito básico que a ser garantido a todos. No ensaio, “Pode o subalterno falar?” obra de Spivak,<sup>416</sup> traduzida e publicada em 2010, a autora faz crítica à intelectualidade ocidental e sua tendência etnocêntrica em relação à alteridade e ao espaço de fala do sujeito subalterno. Spivak argumenta que a falta de espaço não se refere à falta de voz do subalterno, mas sim à falta de um espaço ocupável por ele.

A crítica de *Spivak* se concentra na questão da subalternidade, referente às pessoas que estão numa posição inferior na hierarquia social e política, como mulheres, colonizados e trabalhadores pobres. Seu argumento é que essas pessoas são frequentemente marginalizadas e excluídas do discurso dominante e, portanto, não têm a oportunidade de expressar suas opiniões ou contar suas histórias. *Spivak* destaca que o problema não é apenas a falta de uma voz propriamente dita, mas a falta de um espaço que permita que o sujeito subalterno fale e seja ouvido.

A abordagem que a Ata de Instalação do Ginásio Estadual Miguel Bitar faz em relação nominal aos que podem falar, deixa os demais segmentos da sociedade como meros espectadores, alijados do protagonismo e excluídos socialmente. Embora fosse um evento importante para a educação, para cidadãos e cidadãs da cidade de Breves e para a Amazônia marajoara, um benefício da população, não há registros da participação desses sujeitos emitindo suas vozes nesse ato, o que se tem é a hegemonia do discurso dominante, excludente e limitado, silenciando as pessoas que estão em posição inferior na hierarquia social e política.

---

<sup>416</sup> SPIVAK, G. C. *Pode o subalterno falar?* Tradução de Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa, André Pereira Feitosa. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

Se não há capital simbólico, as presenças tornam-se invisíveis. Para Bourdieu<sup>417</sup>, o capital simbólico é o que proporciona reconhecimento, dignidade e renome, tratamento privilegiado e vantagens sociais. A quantidade ou a falta desses recursos de autoridade, recebidos ou conquistados, definirá a posição ocupada por coletividades e pessoas na estrutura hierárquica das sociedades e influenciará seu padrão de vida e suas possibilidades de progresso.

O Ginásio iniciou com uma estrutura composta por 8 salas de aula, 1 sala de professores, 1 diretoria, 1 secretaria, 1 cantina, 1 depósito, 1 sala de espera e 1 sala de Serviços Auxiliares de Secretaria, além de 2 banheiros (1 feminino e 1 masculino). O quadro de servidores era composto por 1 diretor - João Messias dos Santos, 1 secretária - Raimunda Soares da Silva, 1 auxiliar escolar - Ivone das Mercês Machado, 1 auxiliar de disciplina - Terezinha Rocha e Silva e 2 serventes - Raimunda Pereira Lopes de Barros e Severino Soares da Silva.<sup>418</sup>

Com o prédio pronto, o quadro administrativo e de apoio formados e os alunos matriculados, faltavam os professores que viriam do Colégio Santo Agostinho, profissionais liberais da cidade de Breves e da paróquia de Sant'Ana.

O desenho curricular da 1ª série ginásial era composto pelas disciplinas de Língua Portuguesa, História, Geografia, Matemática, Ciências e Desenho. O Artigo 59 da LDB 4.024/61 exigia que “A formação de professores para o ensino médio será feita nas faculdades de filosofia, ciências e letras e a de professores de disciplinas específicas de ensino médio técnico em cursos especiais de educação técnica”.

De acordo com a legislação em vigor, era necessário ter na cidade de Breves um quadro de professores condizente com o que determinava a LDB 4.024/61. A solução foi buscar profissionais de ensino superior para formar esse quadro, capaz de assumir as disciplinas do currículo escolar de Formação de Professores normal de grau ginásial. A solução encontrada foi buscar ajuda junto ao Colégio Santo Agostinho, com as Irmãs Agostinianas Missionárias, que desde 1966 assumiram a gestão do colégio, algumas na gestão e outras como professoras, todas já contratadas e servindo à SEDUC. O interlocutor Dias rememorou ter sido aluno de irmãs e padres.

No período que estudei, praticamente quase todos os professores do Miguel Bitar eram padres e freiras agostinianos/as. Eles lecionaram no Miguel Bitar por terem uma formação maior. Uma formação equivalente ao segundo grau, ao Magistério. Esses padres e freiras davam aula no Colégio Santo Agostinho e no Ginásio Miguel Bitar.<sup>419</sup>

---

<sup>417</sup> BOURDIEU, P.; PASSERON, J. *A reprodução*: elementos para uma teoria do sistema de ensino. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1970.

<sup>418</sup> Trecho retirado do Relatório Anual do ano de 1967.

<sup>419</sup> Trecho da entrevista realizada com Waldemar em outubro de 2021.

Minha professora de Ciências era a Madre Superiora Isabel Rico e a Irmã Cesarina. A de História era a Irmã Madre Teresa. O Frei João que ensinava Desenho. E tinham poucos que não eram religiosos, como o Gervásio Bandeira que lecionava Matemática. O professor Dr. Messias que era professor de Geografia e Diretor do ginásio. A professora Olga, com nível superior, lecionando Língua Portuguesa e morava no Colégio Santo Agostinho, mesmo ela não sendo freira. As Irmãs também lecionaram as disciplinas: Didática Geral, Psicologia da Educação, Fundamentos da Educação já no quarto ano ginasial.<sup>420</sup>

A memória oral e documental se aproxima quando Waldemar descreve o quadro de seus professores e, ao mesmo tempo, aproxima-se também do Relatório de 1967, que apresenta os professores formados, entre eles o Dr. Messias - advogado - assumindo a disciplina de Geografia. Gervásio Bandeira Ferreira - advogado - ficou com a disciplina de Matemática. Para completar o quadro de professores, a Secretaria de Estado de Educação recorreu ao Colégio Santo Agostinho, pedindo ajuda às Irmãs Agostinianas Missionárias. A disciplina de Português foi assumida pela professora Olga dos Santos Gonçalves, formada em Língua Portuguesa, que não era religiosa e veio junto com as mães que chegaram a Breves em 1966. A Ir. Isabel Rico Morán ficou com a disciplina de Ciências, Ir. Tereza de Castro com a disciplina de História, e Iolanda Valentina de Paula ministrou a disciplina de Desenho.<sup>421</sup>

A vinda das Irmãs Agostinianas Missionárias para Breves fez parte do projeto da Igreja Católica, que foi além de celebrar missas e estabelecer bases de catequização nas Florestas do Marajó. O objetivo era implantar uma base educacional formal com o Colégio Santo Agostinho em 1964, contando com um quadro de professores com formação, além do exigido para trabalhar na escola primária. Isso facilitou o funcionamento do Ginásio Miguel Bitar em 1967, uma vez que as freiras agostinianas tinham formação para ministrar aulas das disciplinas do ensino secundário.

Inicialmente foram ofertadas duas turmas de 1ª série ginasial no primeiro ano de funcionamento. As primeiras turmas foram formadas pela demanda que estava retida há anos, não só da cidade de Breves, mas também dos demais municípios vizinhos. Muitos dos que foram estudar em Belém, com a inauguração do Miguel Bitar voltaram para Breves, já que permanecer na capital não era fácil, em virtude da situação financeira e mesmo pelo distanciamento da família, que principalmente no período de escolarização, tornava-se ainda mais importante.

Ao terminar o primário eu tive que ir para Belém para fazer o ginasial, já que não tinha aqui [...] Mas ficou pronto o Miguel Bitar, nós voltamos eu e mais um grupo de colegas que tínhamos dificuldades de permanecer na capital/Belém, muita dificuldade, muito

---

<sup>420</sup> Idem.

<sup>421</sup> Trecho retirado do Relatório Anual do ano de 1967.

sacrifício. E viemos para cá, para estudar na inauguração no Ginásio Estadual Miguel Bitar. Eu fiz parte da primeira turma do Ginásio Miguel Bitar”.<sup>422</sup>

Em 1968 eu comecei a estudar no Ginásio Miguel Bitar. Eu sou da segunda turma”<sup>423</sup>.

Eu sou da terceira turma. Eu entrei em 1969 e saí em 1972. Eu fiz as provas finais no Colégio Santo Agostinho em 1968 e cheguei no Miguel Bitar em 1969 e lá formava Professor Regente”<sup>424</sup>.

Os fatos apresentam três percursos diferentes, o de Nascimento, que tenta continuar os estudos em outro lugar, mas por conta das dificuldades financeiras volta para Breves para dar continuidade ao ensino ginásial, no Miguel Bitar. O trajeto de Waldemar, morador do município de Gurupá, onde o ginásio ainda não tinha chegado e as pessoas que completavam o primário eram obrigadas a parar seus estudos, caso não pudesse se deslocar para a capital do Estado. Em 1968 ele chegou a Breves, veio morar na casa de conhecido do seu pai, e em 1971 conclui os estudos ginásiais e foi para Belém em busca de outras conquistas. E a terceira experiência se deu com Vanderlei, que estudou o primário na Escola Angelina Bebiano – meio rural de Breves e de 1969 a 1972, cursou o ginásial no Miguel Bitar.

Em 1967, primeiro ano de funcionamento, a unidade escolar apresentou sessenta e dois alunos nas primeiras séries Ginásial Normal, sendo 31 na turma A e 31 na turma B. No ano de 1968 esse número aumentou para 121, destes 68 nas primeiras séries e 53 nas segundas séries. Em 1969 foram matriculados 170 alunos, com 87 nas primeiras séries, 53 nas segundas séries e 33 na terceira série.<sup>425</sup>

Para fazer parte de uma turma no Ginásio Miguel Bitar, o aluno precisava inicialmente, ao terminar o primário, passar pelo Exame de Admissão. O Exame de Admissão era feito no Colégio Santo Agostinho. “Estudei na escola de Corcovado e fui autorizado a prestar exames finais no Colégio Santo Agostinho, para poder receber meu certificado e ingressar no Ginásio Estadual Miguel Bitar”.<sup>426</sup>

O Exame de Admissão foi instituído por meio da Reforma Francisco Campos, em 1931 e vigoraram até 1971, quando o aluno, após os quatro anos do curso primário - atual 1º ciclo do Ensino Fundamental - fazia um exame de admissão composto pelas matérias de Português, Aritmética, Geografia e História, e provar sua aptidão<sup>427</sup>.

<sup>422</sup> Trecho retirado da entrevista realizada com Jolenas em outubro de 2021.

<sup>423</sup> Trecho retirado da entrevista realizada com Waldemar em outubro de 2021.

<sup>424</sup> Trecho retirado da entrevista realizada com Vanderlei em outubro de 2021.

<sup>425</sup> Trecho retirado do Relatório Anual do ano de 1969.

<sup>426</sup> Trecho retirado da entrevista realizada com Vanderlei em outubro de 2021.

<sup>427</sup> GAMA, M. M.; ALMEIDA, L. I. M. V. Os exames de admissão da década de 1931 a 1971. *Anais do XVI Seminário Temático - Provas e Exames e a escrita da História da Educação Matemática*, Boa Vista – Universidade Federal de Roraima, 11 de abril a 13 de abril de 2018.

Como não havia vagas suficientes para todos aqueles que concluíam o ensino primário e desejavam cursar o ensino secundário, era necessário submeter-se e ser aprovado no Exame de Admissão para garantir uma vaga. Nesse sentido, os exames assumem um papel regulador na determinação de quem pode ou não ter acesso ao ensino secundário.<sup>428</sup> O teste de admissão legitimou um modelo específico de seleção, escondendo os obstáculos presentes no ensino fundamental. Apesar disso, algumas pessoas conseguiram ascender socialmente, graças ao acesso ao ensino secundário, o que incentivou ainda mais a procura por essa modalidade de ensino. No entanto, as leis que regulamentavam o teste não mudaram muito a composição social das escolas de ensino secundário.

Em uma sociedade classista e elitista, uma escola bem estruturada seria capaz de neutralizar as influências dos fatores decorrentes da fortuna e do nascimento, selecionando indivíduos talentosos com base no mérito e permitindo que eles subissem todos os degraus educacionais, tornando-se uma elite instruída do país.<sup>429</sup>

No entanto, em uma escala menor, como na cidade de Breves, muitos sujeitos foram impedidos de estudar devido à falta de escolas para receber todos aqueles que desejavam acessar a esse direito social. Essas são questões que ainda permeiam a educação formal, onde as barreiras para o acesso à educação básica vão além dos exames de admissão, mas também incluem fatores econômicos, de oportunidades e de acesso e permanência com qualidade.

O Ginásio Miguel Bitar surgiu numa fase em que a escola se encontrava sob controle do Regime Militar. O Governo de Castelo Branco pôs fim à democracia no Brasil em 1º de abril de 1964. Tão logo os militares assumiram o poder, começou uma longa e violenta jornada de caçada e repressão aos grupos políticos de esquerda que haviam apoiado as reformas de base do ex-presidente João Goulart.<sup>430</sup>

Quando o Ginásio Miguel Bitar foi inaugurado, em 1967, os Atos Institucionais de 1 a 4 já estavam em vigor no Brasil, todos sancionados pelo Governo de Castelo Branco e tinham como propósito o controle da sociedade. O AI-1 de 1964, transferiu o poder político para os militares e eleições indiretas para a presidente<sup>431</sup>. O AI-2 de 1965, dissolveu todos os partidos políticos e criou os partidos políticos ARENA do governo militar e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) de oposição<sup>432</sup>. O AI-3 se efetivou em 1966 e estabeleceu a eleição indireta

---

<sup>428</sup> PESSANHA, E. C. *Ascensão e queda do professor*. São Paulo: Cortez, 1994.

<sup>429</sup> SILVA, G. B. *A educação secundária: perspectiva histórica e teoria*. São Paulo: Ed. Nacional, 1969.

<sup>430</sup> GERMANO, J. W. *Estado militar e educação no Brasil (1964-1985)*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

<sup>431</sup> RIBEIRO, M. L. S. *História da educação brasileira: a organização escolar*. 12. ed. Cortez: Autores Associados, 1992.

<sup>432</sup> FAUSTO, B. *História concisa do Brasil*. São Paulo: Edusp/Imprensa Oficial do Estado, 2001.

para os cargos de governador e vice-governador, como também, a escolha dos prefeitos das capitais pelos governadores, mas sob a anuência desses prefeitos escolhidos pelos militares. O AI-4 se efetiva em 1966 tem como objetivo convocar o congresso nacional para que ele votasse e promulgou a constituição de 1967, seguindo as ordens do governo militar sem fazer nenhuma alteração em seu texto<sup>433</sup>.

AI-5, o mais violento e repressivo de todos os atos institucionais criados durante o regime militar implantado no Brasil em 1968. [...] houve o recesso do Congresso Nacional, a legalidade à repressão, o que permitiu que o presidente da República pudesse cassar mandatos eletivos, [...]”<sup>434</sup> além de “[...] determinar a suspensão dos Direitos Constitucionais do Cidadão, destacando-se a institucionalização da Pena de Morte para casos de urgência e necessidade, segundo a lógica dos próprios militares”<sup>435</sup>.

As normas implementadas pelo Regime Militar criaram uma cultura do medo pela qual se coibiu a participação em atividades de oposição comunitária, sindical ou política. Essa cultura tinha três componentes psicológicos: o silêncio imposto à sociedade pela rigorosa censura; o profundo sentimento de isolamento naqueles que sofriam diretamente a repressão ou exploração econômica; e o sentimento de total desesperança que passou a prevalecer na sociedade<sup>436</sup>.

Era preciso controlar toda a produção de conhecimento, o que colocou a prática docente sob suspeita, os alunos sob controle e as escolas como Aparelho Ideológico do Estado. O Ginásio Miguel Bitar, nascido nesse período, não ficou isolado do que acontecia no país, também foi reprodutor das regras ditatoriais, promoveu a domesticação de corpos, principalmente por meio das normas, regras comportamentais, dentre elas a da exigência de uniforme, de subserviências às normas religiosas, as cantorias dos hinos e ao silêncio velado. O poder é uma rede que permeia todas as relações sociais e não é algo que pode ser monopolizado por uma única instância.<sup>437</sup> Assim, o controle da sociedade pelo regime militar

---

<sup>433</sup> ROSÁRIO, M. J. A.; SOUZA, M. F. M. Lembranças/memórias de estudante/professora sobre o Instituto de Educação do Pará (IEP) em tempos de Ditadura, de 1964 a 1985. *Revista HISTEDBR*, Campinas, n. 66, p. 91-105, dez. 2015.

<sup>434</sup> RAMOS, M. S.; STAMPA, I. Subversão e resistência docente: notas sobre a ditadura militar e o movimento escola sem partido. *Revista Espaço do Currículo*, v. 9, n. 2, 2016.

<sup>435</sup> VELARDE, J. C. *No crepúsculo memórias subversivas da ditadura civil-militar na Amazônia Paraense (1964-85)*. Dissertação (Mestrado em Comunicação, Linguagens e Cultura). Universidade da Amazônia. Belém - PA. 2012. p. 78.

<sup>436</sup> ALVES, M. M. *A igreja e a política no Brasil*. São Paulo: Brasiliense: 1979.

<sup>437</sup> FILIPIM, P. V. S.; ROSSI, E. R. Nova história cultural e história da educação: rompendo paradigmas no ofício de historiador: notas de um percurso. *Anais do Congresso Nacional de Educação*. EDUCERE, PUC-Paraná, Curitiba, 2013 p. 1-10.

se estendeu para diversos aspectos da vida cotidiana, como a educação. Dessa forma, inferimos que o Ginásio Miguel Bitar também foi um exemplo dessa tentativa de controle institucional.

Essa discussão ressalta a cultura do medo criada pelo regime militar. Importante lembrar o que diz Foucault<sup>438</sup>, que o poder não é somente coercitivo, mas também disciplinar. Nesse sentido, a censura, a obediência e a subserviência, são exemplos de como o poder disciplinar age na sociedade. Além disso, a prática docente também foi colocada sob suspeita nesse período, uma vez que os professores podiam ser vistos como potenciais subversivos. A tentativa de controlar a produção de conhecimento nas escolas, portanto, é uma forma de perpetuar o poder disciplinar e garantir a manutenção do *status quo*.

O regime militar no Brasil utilizou Atos Institucionais como ferramentas para controlar a sociedade, o que resultou na suspensão dos direitos constitucionais dos cidadãos e na cassação de mandatos eletivos pelo presidente da República. Essas medidas tiveram um impacto significativo na vida das pessoas, e podem ser usadas como exemplos concretos para discutir como o poder disciplinar age na sociedade. Na prática docente e na educação, isso se traduziu em regras comportamentais rígidas e uma tentativa de controlar a produção de conhecimento nas escolas.

Na prática o controle aos alunos começava logo no início do ano letivo, quando o diretor, “[...] embora não tivesse nada escrito, no início do ano ia às salas de aula e dizia como eram as condições para estudar e a permanência na instituição. Havia a hora exata de entrada, com dez minutos de tolerância, não sair antes do horário e falava da entrada e do uniforme”.<sup>439</sup> Em relação ao uniforme, Vanderlei fez a seguinte narrativa

Era assim: calça azul marinho, sapato preto, meia preta, camisa branca por dentro e com cinto preto com o nome escrito GEMB. E as meninas com sapato preto, meias compridas branca, com a saia toda prensada e com a camisa branca igual a nossa também. Estilo (IEP) Instituto de Educação do Pará.<sup>440</sup>

Mas existiam alunas que, em relação ao uniforme, mais por moda do que por rebeldia, tentavam se desvencilhar das normas estabelecidas, por meio de manobras. Nas palavras de Foucault,<sup>441</sup> elas faziam resistência com os poderes que possuíam. Para esse autor, só existe poder porque há resistência, ou seja, o poder se exerce mais que se possui. Da mesma forma, os alunos tinham que usar o uniforme da maneira como a escola exigia. Uma das revistas feita

---

<sup>438</sup> FOUCAULT, op. cit., 1979.

<sup>439</sup> Trecho retirado da entrevista realizada com Waldemar em outubro de 2021.

<sup>440</sup> Trecho retirado da entrevista realizada com Vanderlei em 15 de outubro de 2021.

<sup>441</sup> FOUCAULT, op. cit., 1999.

na hora da entrada, aos olhos de professores, porteiro ou diretor, era para verificar se as saias estavam de acordo com que a escola prescrevia.

As saias das meninas estavam na moda, a mini saia. Então muitas meninas mais avançadas queriam estar nessa moda, saiam com a saia de casa abaixo do joelho, mas enrolavam o cós no caminho da escola, mas quando chegavam na porta do Miguel Bitar, estava lá a Madre e professora Teresa Guarani Roriz de Castro. Ela desmanchava tudinho a saia das meninas. Então já era uma maneira pedagogicamente, na época deles, no estilo deles, a maneira de corrigir.<sup>442</sup>

Não eram só as meninas a serem vigiadas em suas formas de se vestir, os meninos também estavam sob os olhares do porteiro que fazia o trabalho do inspetor, de verificar se estavam de acordo com as normas estabelecidas pela escola.

No Miguel Bitar, o Severino estava lá, o Severino era um porteiro, mas o respeito que ele tinha. Ele olhava se o sapato era preto, se sua meia era preta, se o cinto era preto, se sua calça combinava, se era azul marinho, se sua camisa estava limpa, com o nome GEMB, se era do primeiro ano era apenas uma lista... você tinha que estar impecável, senão você não assistia aula.<sup>443</sup>

Todos esses comportamentos de vigilância e punição, fazem parte da sanção normalizadora discutida por Foucault,<sup>444</sup> quando ele diz que os castigos tem a função de reduzir desvios, classificar os comportamentos e de onde se espera que o feito corretivo tenha como resposta o arrependimento; entretanto, quando se trata de pessoas, mesmo estando em regime disciplinar, tem-se a resistência e os “desvios” também acontecem, como no caso das moças que tinham clareza das regras, mas mesmo assim, encontravam mecanismos para burlar o estabelecido.

Ribeiro argumenta que a adoção dos uniformes escolares como parte de relações de poder que agem sobre o corpo, e que juntamente com outros procedimentos institucionais, produzem conformidades e individualidades na escola e na sociedade, moldando os indivíduos em suas relações consigo mesmos e com os outros<sup>445</sup>. Neste sentido, esse estudioso reafirma que o uniforme escolar se caracteriza, assim, como um instrumento de representação simbólica que movimenta dentro do campo educacional um conjunto de sinais socialmente qualificados e apreciados e que serve de orientação para a reprodução de um habitus<sup>446</sup>, constituído de manifestações também simbólicas e de necessidades culturais produzidas pelo sistema educacional.

---

<sup>442</sup> Trecho retirado da entrevista realizada com Jolenas em outubro de 2021.

<sup>443</sup> Trecho retirado da entrevista realizada com Vanderlei em outubro de 2021.

<sup>444</sup> FOUCAULT, op. cit., 1999.

<sup>445</sup> RIBEIRO.; SILVA, op. cit., 2012, p. 578-588.

<sup>446</sup> BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Trad. Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

Para além das vestimentas se exigia também a aparência, ou seja, não bastava chegar à escola de uniforme, se fazia necessário estar nos moldes que as normas vigentes estabeleciam como padrão, questão que nos remete ao século XIX, quando se exigia, nas escolas para as poucas alunas e professoras que conseguiam estudar e trabalhar, que se mostrassem saudáveis e higiênicas. Waldemar evocou como eram orientados pelas e para as normas, corroborando para o esclarecimento de como o sistema era impositivo, de usurpação de direitos e exemplificou com o que aconteceu com um amigo de turma.

Tinha as normas, uma delas era a de cortar o cabelo. O aluno cabeludo tinha que cortar o cabelo. Inclusive aconteceu um fato, que um dos meus colegas que era para ir para um encontro no Colégio Lauro Sodré em Belém, e ele não foi, porque ele não quis cortar o cabelo e como eu tinha cabelo curto, eu fiquei com a vaga. Esse meu colega era tido como subversivo.<sup>447</sup>

O documento 08 de dezembro de 1971, é um ofício expedido com nº 123/71 contendo a relação dos alunos que participaram do I Encontro das Unidades da Fundação Educacional do Pará (FEP) situadas na Zona Rural. E que tinha como objetivo a integração estudantil para conduzir os alunos a um estado de consciência cívica, realmente útil aos interesses do estado e da nação. Foi esse o evento que o aluno não foi por conta do tamanho dos cabelos, certamente porque não estava de acordo com as normas do estado e da nação.

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ  
FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO ESTADO DO PARÁ  
GINÁSIO ESTADUAL "MIGUEL BITAR"

Of. Nº 12371

Do: Diretor do Ginásio Estadual "Miguel Bitar"

A - Ilmo. Sr. Prof. Secretário Executivo da Fundação Educacional do Estado do Pará.

Assunto: Comissão (apresenta)

Senhor Secretário:-

Tenho a grata satisfação de apresentar a V. Sa., para os fins devidos, a Comissão constituída de um professor e quatro alunos deste estabelecimento, designados por esta Direção para participar do I Encontro das Unidades da FEP situadas em Zona Rural.

2- Conforme comunicação anterior, dou ciência a essa digna Secretaria que a Comissão é constitui da dos seguintes membros:-

a) Professor AMILARD LEITE BARROS

ALUNOS:-

b) RAIMUNDO EDSON VASCONCELOS LEITE, da 1 Série;

c) RAIMUNDO DE OLIVEIRA MATOS, da 2 Série;

d) FRANCISCO DE ASSIS FERREIRA DA CONCEIÇÃO, da 3ª Série, e

e) WALDEMAR DANIEL COIMBRA IIAS, da 4ª Série.

Congratulo-me com a Fundação Educacional por essa auspiciosa iniciativa, que, sem dúvida, marcará o início de outros procedimentos similares destinados a tornar efetivo

---

<sup>447</sup> Trecho retirado da entrevista realizada com V. D. C. Waldemar no dia 21 de outubro de 2021.

um processo de integração estudantil, conduzindo os nossos escolares a um estado de consciência cívica realmente útil aos interesses do Estado e de Nação.  
No ensejo, apresento a V. Sa. protestos do mais elevado apreço e distinguida consideração.  
Atenciosas saudações

JOAO MESSIAS DOS SANTOS  
Diretor<sup>448</sup>

Não se adequar aos padrões estabelecidos, sempre foi e ainda é passível de punições nos espaços societários e nas escolas, não era e ainda não é diferente. Muitas vezes, essas repressões vêm de forma física, psicológica ou de perdas materiais e financeiras. A situação narrada apresenta a exclusão da pessoa por não estar dentro das normas impostas e por não se adequar aos moldes estabelecidos, e por isso sofreu as sanções por querer viver de maneira diferente, o que poderia ser apenas a reafirmação das diferenças, aparece como desobediência aos regimes de verdades<sup>449</sup> estabelecidos.

O Brasil, analisado por esse recorte do que aconteceu com o aluno no início da década de 1970, apresenta a face de uma trajetória sustentada nas orientações do eurocentrismo, do colonialismo, retrato da domesticação dos comportamentos que perduram na atualidade. Sob essa perspectiva, Ribeiro afirma que “é através do corpo e das práticas sobre ele que se moldam nossos comportamentos e a regulação da vida social é em primeiro lugar, a regulação dos corpos”<sup>450</sup>.

A escola é uma instituição que desempenha um papel importante na sociedade, tanto no que diz respeito à construção, análise de conhecimentos quanto na formação de valores e comportamentos. No entanto, a forma como a escola é utilizada pode refletir práticas de poder e controle sobre os indivíduos. Para Foucault, em sua obra *Vigiar e Punir*, em que analisa a relação entre poder, controle social e instituições disciplinares e aqui cabe citar a escola. Esse filósofo argumenta que essas instituições têm o poder de controlar o comportamento das pessoas através da imposição de normas e da vigilância constante<sup>451</sup>.

Paulo Freire em outra direção, defende uma educação libertadora que respeite a diversidade e a individualidade dos alunos, ao invés de impor valores e padrões. O educador brasileiro critica o modelo bancário, que trata os alunos como objetos passivos de aprendizagem e propõe uma pedagogia crítica que incentive a reflexão e a participação ativa dos alunos no

<sup>448</sup> I Encontro das Unidades da Fundação de Educacional do Pará (FEP). Arquivo da Secretaria do Ginásio Miguel Bitar

<sup>449</sup> De acordo com Foucault, os regimes de verdade implicam naquilo “que constrange os indivíduos a um certo número de atos de verdade”, estabelecendo para tais atos determinadas condições e efeitos específicos.

<sup>450</sup> RIBEIRO, E; SILVA, V. L. G. Das materialidades da escola: o uniforme escolar. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 38, n. 3, p. 575-588, jul./set. 2012.

<sup>451</sup> FOUCAULT, M. *Vigiar e punir: história da violência nas prisões*. 20. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.

processo de aprendizagem. Para ele, a educação não deve ser vista como um processo de transmissão de conhecimentos prontos, mas sim como uma prática de transformação social<sup>452</sup>.

Nesse caminho analítico, tem-se o fato de um aluno que foi impedido de participar de um evento por não ter cortado o cabelo, evidencia como a escola pode ser utilizada como instrumento de poder e controle sobre os sujeitos, reproduzindo práticas que remetem a um período histórico “duro” do ensino na Cidade de Breves. Essas práticas impositivas contribuem para a manutenção de um sistema disciplinar que limita as escolhas e as liberdades individuais, perpetuando valores que nem sempre refletem às necessidades e desejos dos alunos.

Todos os dias, “Já na área da escola, no chamado jardim, estavam lá três mastros, com as bandeiras do ginásio, do município e do Brasil”.<sup>453</sup> Waldemar destaca que ao reunirem-se naquele local, cantavam o Hino Nacional, havia o hasteamento da bandeira e depois entravam para sala de aula. A turma da tarde, na saída da escola, baixava a bandeira que fora hasteada pela manhã”.<sup>454</sup> A fortificação de símbolos que personificam a nação, tais como a bandeira, o hino nacional, as datas comemorativas, os heróis, as marchas, as festas, procuram garantir uma coesão social e evitar o esquecimento. Ademais elas enaltecem os valores da pátria e do regime<sup>455</sup>.

Um outro momento muito enfatizado pelas escolas é o dia 7 de setembro, que marca a independência do Brasil. Essa data é celebrada de forma enfática, com desfiles cívicos e manifestações de patriotismo. Nesse tipo de evento, a escola e os alunos desempenharam um papel central nessa celebração, que era usada como uma ferramenta de doutrinação e propaganda pelo regime.

Nas escolas, era comum, embora na atualidade já tenha se perdido muito desse entusiasmo, a preparação intensiva para os desfiles do dia 7 de setembro. Os alunos eram instruídos a participar dos desfiles de forma obrigatória, e eram ensinados a entoar hinos e a executar coreografias que exaltavam a pátria e a figura dos militares no poder. Essa preparação envolvia ensaios, aulas especiais e até mesmo punições para aqueles que não demonstrassem o devido entusiasmo<sup>456</sup>.

Esse dia era marcado por desfiles militares grandiosos e imponentes, realizados em todo o país. As ruas se enchiam de militares uniformizados, e as escolas e instituições públicas

---

<sup>452</sup> FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

<sup>453</sup> Trecho retirado da entrevista realizada com Jolenas em outubro de 2021.

<sup>454</sup> Trecho retirado da entrevista realizada com Waldemar em outubro de 2021.

<sup>455</sup> RIBEIRO, I.; SILVA, V. L. G. Das materialidades da escola: o uniforme escolar. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 38, n. 03, p. 575-588, jul./set. 2012.

<sup>456</sup> GERMANO, J. W. *Estado militar e educação no Brasil (1964-1985)*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

eram convocadas a participar dos desfiles, muitas vezes de forma obrigatória. O evento era meticulosamente planejado para exaltar o patriotismo, perpetuando a imagem de um país unido e seguro.

As imagens representam dois desfiles que foram realizados na cidade de Breves. A primeira foto retrata um desfile na década de 1970 realizado na Praça da Bandeira. Ao fundo, é possível ver parte do prédio da Prefeitura de Breves. A segunda é de um desfile na década de 1980 que aconteceu na Avenida Rio Branco, pelo Ginásio Miguel Bitar. Os dois registros mostram a população na rua participando e exercendo papéis sociais. Alunos desfilando, pais, mães e responsáveis, e a população prestigiando esse momento cívico.

Imagem 16 - Desfile de 7 de setembro na década de 1970.



Fonte: Biblioteca Pública de Breves

Imagem 17 - Desfile de 7 de setembro na década de 1980



Fonte: Foto pertencente ao álbum da Senhora Maria Freitas.

Todos os símbolos e normas presentes na cultura escolar de formação dos alunos do Ginásio Miguel Bitar refletiram em um processo de ensino-aprendizagem que distanciava o indivíduo de uma postura reflexiva diante de sua própria situação. Seguia-se as normas com o objetivo de manter uma escola calma, sem conflitos ou confrontos com o poder civil ou militar. Nesse cenário, a escola acabou reproduzindo as mesmas estruturas de poder e hierarquia presentes na sociedade, limitando a capacidade dos alunos de questionar e transformar a realidade ao seu redor.

Uma educação escolarizada que se preocupava em ensinar a cidade tanto nos conteúdos escolares, diante de um currículo explícito nas disciplinas de Língua Portuguesa,

Matemática, História e Geografia, como também nos conteúdos do currículo oculto, que, segundo Silva, refere-se ao conjunto de valores, crenças, atitudes e normas implícitas que são transmitidos indiretamente dentro do ambiente educacional, além do currículo formalmente planejado. É um conjunto de aprendizagens não intencionais que ocorrem durante a interação entre estudantes, professores e instituições escolares. Esses aspectos podem ser influenciados pelas relações de poder, pelos valores dominantes na sociedade, pelas expectativas sociais e pelas dinâmicas presentes no ambiente escolar. O currículo oculto desempenha um papel importante na formação dos estudantes, moldando sua percepção de mundo, suas atitudes e suas habilidades sociais, muitas vezes de maneira inconsciente<sup>457</sup>.

Cidade e Educação caminhavam juntas em um momento em que as orientações educacionais trilhavam caminhos de um desenvolvimento intelectual muito focado nas diretrizes da formação escolarizada, voltadas para atender às necessidades de uma época socioeducacional marcada por um ensino de reprodução e manutenção do que estava estabelecido como verdades. Uma cidade educadora que reproduzia costumes, distante ainda das bases de uma reflexão educacional que pudesse questionar os padrões estabelecidos. Esse fato só começou a mudar quando o ensino superior foi implantado em Breves, proporcionando uma base educacional que fugiria desses padrões, nos emergentes anos de redemocratização do país.

---

<sup>457</sup> SILVA, T. T. *Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

## 4.2 Estrutura e Organização Curricular na Formação de Professores Regentes

O ensino ofertado no Ginásio Miguel Bitar iniciado em 1967, foi de uma formação ginásial técnica com habilitação de professores para lecionarem no ensino primário. A base legal sustentava-se na Lei de Diretrizes e Bases (LDB), nº 4.024 de 20 de dezembro de 1961, que a fixou como um dos pilares da Educação Nacional. É a primeira lei que tratou em seu texto de todos os níveis da educação, indo desde a educação Pré-Primária até o Ensino Superior.

A estrutura tradicional do ensino foi mantida. E o sistema continuou a ser organizado segundo a legislação anterior, da seguinte forma: Ensino pré-primário, composto de escolas maternas e jardins de infância; Ensino primário de 4 anos, com chance de ser acrescido de 2 anos mais, com programa de artes aplicadas. Ensino médio, subdividido em dois ciclos: o ginásial de 4 anos e o colegial de 3 anos, ambos por sua vez compreendendo o ensino secundário e o ensino técnico (industrial, agrícola, comercial e de formação de professores); Ensino superior, com a mesma estrutura já consagrada antes<sup>458</sup>.

Romanelli afirma que a única vantagem da Lei 4.024 em relação às Leis Orgânicas do Ensino de 1942 e 1946, talvez tenha sido o fato de não ter prescrito um currículo fixo e rígido para todo o território nacional, em cada nível e ramo, havia a quebra da rigidez e certo grau de descentralização. Para esse autor, a consequência dessa flexibilidade foi a possibilidade de os Estados e os estabelecimentos anexarem disciplinas optativas ao currículo mínimo estabelecido pelo Conselho Federal de Educação foi, sem dúvida, um progresso em matéria de legislação<sup>459</sup>. O que na prática acontece foi que, as escolas acabaram compondo o seu currículo de acordo com os recursos materiais e humanos de que já dispunham.

O desenho curricular que balizou o ensino nas séries ginásial do Miguel Bitar foi organizado mantendo as orientações do Conselho Federal de Educação (CFE). Essa matriz curricular sofreu alterações de acordo com os anos letivos. Um recorte tido como análise dessas mudanças curriculares, foram as ofertas das disciplinas entre os anos de 1967 a 1972. Os relatórios anuais disponibilizados pela secretaria do ginásio, apontam que algumas disciplinas permaneceram, outras migraram de um bloco para outro, ou foram substituídas.

As tabelas 1, 2 e 3 mostram um espelho das disciplinas organizadas em três blocos: obrigatórias, complementares e práticas pedagógicas. Essa organização curricular permaneceu inalterada nas ofertas dos anos letivos de 1967 e 1968, sofrendo alterações em 1970, quando as terminologias dos blocos sofreram mudanças e passaram a ser identificadas como: Cultura

<sup>458</sup> ROMANELLI, op. cit., 1986, p. 181.

<sup>459</sup> ROMANELLI, op. cit., 1986.

Geral, Cultura Específica, permanecendo como antes as Práticas Educativas. Em relação às disciplinas, a de Desenho, que antes fazia parte do bloco complementar, passou a ser obrigatória. Houve acréscimo somente no bloco das Práticas Pedagógicas de uma disciplina que foi Educação para a Família, o Lar e a Comunidade.

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ  
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO E CULTURA  
DEPARTAMENTO DE ENSINO MÉDIO E SUPERIOR

GINÁSIO ESTADUAL MIGUEL BITAR

PLANO CURRICULAR  
CURSO GINASIAL NORMAL  
ANO LETIVO DE 1968

**Quadro 1-** Plano Curricular Curso Ginasial Normal Ano Letivo de 1968. Ginásio Estadual Miguel Bitar, 29 de abril de 1969

DISCIPLINAS	D I U R N O			
	1ª série	2ª série	3ª série	4ª série
Obrigatórias				
Português	5	4	-	-
Matemática	4	4	-	-
História	2	3	-	-
Geografia	2	3	-	-
Ciências	2	2	-	-
	-	-	-	-
Complementares	-	-	-	-
Didática	-	-	-	-
Psicologia da Educação	-	-	-	-
Desenho	3	2	-	-
	-	-	-	-
Práticas Educativas	-	-	-	-
Educação Física	2	2	-	-
Educação Moral e Cívica	1	2	-	-
Educação Florestal	1	2	-	-
Educação Religiosa	-	-	-	-
Artes Industriais	1	1	-	-
Artes Femininas	1	1	-	-
Música e Canto	1	1	-	-
TOTAL	25	25	-	-

**Fonte:** Secretaria do Ginásio Estadual Miguel Bitar



Educação Física	2	2	2	2	-	-	-	-
Educação para a vida, o Lar e Comunidade	2	2	1	2	-	-	-	-
Educação Artística (música e canto).	1	1	-	-	-	-	-	-
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>24</b>	<b>24</b>	<b>25</b>	<b>24</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

**Fonte:** Secretaria do Ginásio Estadual Miguel Bitar

Uma das disciplinas que esteve presente na formação de professores regentes de ensino na base curricular e que teve uma proximidade muito estreita com o regime militar foi a Educação Física. Ela era um componente curricular obrigatório na organização curricular e se tornou sinônimo da palavra "atividade" em sua estrutura, abrangendo jogos, atividades rítmicas e diversas manifestações culturais, brincadeiras, recreação, atividades complementares, festas, desfiles e a prática de alguns esportes.

No Miguel Bitar, o professor de Educação Física era o Sr. Gervásio. Ele era professor, mas para ensinar essa disciplina tinha que se capacitar em Marituba. As aulas de educação física começavam às cinco horas da manhã, com cada turma em um horário diferente: uma turma das 05h às 06h e outra das 06h às 07h. Dessa forma, os alunos da manhã e da tarde estudavam a disciplina sem comprometer o horário de outras disciplinas.<sup>460</sup> O propósito era desenvolver um caráter instrumental reforçado por meio de seus conteúdos, buscando uma atividade de caráter prático voltada para o desempenho técnico e físico do aluno. Na década de 1970, a educação física ganhou, mais uma vez, funções importantes para a manutenção da ordem e do progresso.<sup>461</sup>

Era um tempo de educação para todos, embora nem todos estivessem incluídos nos padrões da escola pública. Muitos ficaram à margem da escola e, quando conseguiam acessá-las e estudar, muitas vezes por conta de suas condições financeiras, não alcançam o sucesso escolar necessário para mudança de vida. Em um espaço urbano considerado o mais desenvolvido do Marajó das Florestas, existiram inúmeros fatos ainda silenciados, mas que vêm à tona por meio da pesquisa que emerge quando os subalternos encontram espaços para falar, como narrado por Vanderlei.

Eu lembro que eu era o mais pobre da turma. Eu vinha de Corcovado remando, então eu vinha pela estrada, e não era essa estrada bonita. Passava por cima de troncos, por caminhos para poder estudar. Eu não tinha meu uniforme de Educação Física, e nosso professor era o Gervásio Bandeira. Como eu não tinha nem short nem camisa de Educação Física, e a camisa vinha escrita Fundação Estadual do Pará (FEP), ele mandava eu ficar correndo até terminar a aula de Educação Física. Ele falava que era

<sup>460</sup> Trecho da entrevista realizada com Waldemar no dia 21 de outubro de 2021.

<sup>461</sup> BETTI, M. *A Educação Física na escola brasileira de 1º e 2º graus, no período de 1930-1986: uma abordagem sociológica*. Dissertação (Mestrado). USP, São Paulo, 1988.

aquecimento... olha como era o regime, a disciplina. Eu não tinha como... o papai não tinha como comprar meu chute, minha meia, meu short... era só um short preto com uma listra branca e uma camisa, uma camiseta escrita FEP. Então era pesado, isso não me afastava da sala de aula. Batalhei muito para poder chegar onde cheguei.<sup>462</sup>

O relato do Vanderlei sobre sua experiência como aluno pobre e desfavorecido ressalta a importância de criar condições para subalternos falarem<sup>463</sup>. Ao compartilhar suas dificuldades e lutas, o autor destaca a importância de permitir que aqueles que estão em posições marginalizadas e oprimidas tenham espaço para contar suas histórias e expressar suas perspectivas. Isso contribui para a compreensão mais ampla das desigualdades sociais e cria oportunidades para a transformação e a justiça social.

A escuta da voz subalterna enriquece o discurso público com diferentes experiências e visões de mundo. Ao ouvir e valorizar as vozes dos subalternos, podemos desafiar os discursos hegemônicos e reconhecer a diversidade de experiências e conhecimentos presentes em nossa sociedade. Isso abre caminho para a construção de uma sociedade mais inclusiva e igualitária, onde todas as pessoas tenham a oportunidade de se expressar e serem ouvidas.

Em 1969, o Ginásio Miguel Bitar iniciou o terceiro ano de funcionamento e assim os pioneiros chegaram à terceira série. Foi nessa fase do estudo da formação de professores que esses alunos iniciaram as disciplinas da Cultura Específica: Didática Geral e Especial e Psicologia da educação. Na Cultura Geral, somente a Disciplina Desenho deixa de ser lecionada e nas Práticas Pedagógicas, permanece Educação Física, Música e Canto e passa a ser lecionada Educação Religiosa.

Em 1970 as nomenclaturas voltam a ter as denominações obrigatórias, complementares e práticas pedagógicas. No bloco das obrigatórias, permaneceram Português, Matemática, História, Geografia e o que antes era somente Ciências, passou a chamar-se Ciências Físicas e Biológicas, acrescentando a Disciplina Educação Moral e Cívica que até 1969 fazia parte das Práticas Pedagógicas, passando a ser lecionada nas quatro séries ginasiais. Assim como foi acrescentado na 4ª série, um novo componente curricular, Organização Social e Política do Brasil.

As Disciplinas Educação Moral e Cívica e Organização Social e Política Brasileira - OSPB, tornam-se obrigatórias pelo Decreto Lei 869 de 12 de setembro de 1969 e começaram a ser lecionadas a partir de 1969, entretanto, no Colégio Estadual Miguel Bitar essa obrigatoriedade aparece em 1970. O papel dessas disciplinas nas unidades escolares brasileiras

---

<sup>462</sup> Trecho da entrevista realizada com Vanderlei no dia 15 de outubro de 2021.

<sup>463</sup> SPIVAK, G. C. Pode o subalterno falar? Tradução de Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa, André Pereira Feitosa. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

era a de transmissão de ideologia do Regime Militar e a exaltação do nacionalismo frente à comunidade escolar. Essas ações faziam parte do Ato Institucional Nº 05 de 1968, tida como a fase mais dura desse regime<sup>464</sup>.

Em 1971 tem-se a Reforma do Ensino de 1º e 2º graus. Lei nº 5.692 de 11 de agosto de 1971 que fixou as diretrizes e bases adequando a educação às necessidades do Regime Militar e ao processo econômico em que o Brasil vivia. A referida reforma, não levou em consideração a descentralização do ensino que a LDB 4024/61 tinha dado para cada estado para que eles organizassem seu sistema de ensino. Levando as decisões no âmbito das políticas educacionais para o Ministério da Educação<sup>465</sup>.

A Lei 5692/71 modificou a estrutura de ensino do país, tornando o curso primário e o ginásio em um só curso - o 1º grau e unificou o ensino secundário: agrícola, industrial, comercial e normal - 2º grau profissionalizante. O ensino de 1º grau se tornou obrigatório de 7 a 14 anos. O 2º grau surgiu com a missão de produzir mão de obra para responder às necessidades do Brasil que vivia o milagre econômico, com industrialização acelerada e expectativa de crescimento comercial e industrial.

Essas mudanças que a Reforma de 1º e 2º graus promoveu, para além da mudança de currículo com a inserção da obrigatoriedade das Disciplinas Educação Moral e Cívica e Organização Social e Política Brasileira, em 1970, só foram percebidas no ensino na cidade de Breves, no ano de 1978, quando o Ginásio Miguel Bitar ofertou quatro turmas: duas no turno diurno - 5ª e 6ª séries - e duas no noturno - 5 e 6ª séries.

Entre 1978 e 1980 o Ginásio Miguel Bitar ofertou dois cursos, um com base na LDB 4.024/61 nas turmas de 3ª e 4ª séries do Ginásio Normal em fase de extinção e iniciou a implementação da Reforma do Ensino de 1º e 2º graus, Lei 5.692/71 com as turmas de 1º grau (quadro 04). Com essas mudanças o ginásio deixou de ofertar o ensino médio em definitivo em 1981 e passou a ser uma escola de primeiro grau.<sup>466</sup> Breves voltou a não ter mais nenhuma unidade escolar que formasse a população nos cursos de nível médio, o que foi na contramão do que anunciava a reforma.

GINÁSIO ESTADUAL MIGUEL BITAR  
QUADOR GERAL DE MATRÍCULA  
ANO LETIVO: 1978

---

<sup>464</sup> PERUCCHI, L. *Saberes sociológicos nas escolas de nível médio sob a ditadura militar: os livros didáticos de OSPB*. Dissertação (Mestrado em Educação). Centro de Ciências da Educação – CED/Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, SC, 2009.

<sup>465</sup> LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA, J. F.; TOSCHI, M. S. *Educação escolar: políticas, estrutura e organização*. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

<sup>466</sup> Relatório Anual do Ginásio Estadual Miguel Bitar, 1978.

**Quadro 4-** Quadro Geral de Matrículas do Curso Ginásial Normal Ano Letivo de 1978

DIURNO	1º CICLO		
	1º GRAU		
	M	F	TOTAL
5ª série	33	57	90
6ª série	61	116	177
3ª série	-	-	-
4ª série	-	-	-
TOTAL	94	173	267

NOTURNO	1º CICLO		
	1º GRAU		
	M	F	TOTAL
5ª série	46	23	69
6ª série	63	50	113
3ª série	24	42	66
4ª série	18	15	33
TOTAL	151	130	281

**Fonte:** Secretaria do Ginásio Estadual Miguel Bitar

No final da década de 1970, a cidade de Breves contava com três escolas que ofertavam o ensino de 1ª a 4ª séries - Escola em Regime de Convênio Santo Agostinho, Escola Estadual Dr. Lauro Sodré e Escola Estadual Professora Emerentina Moreira de Souza - e a Escola Estadual Miguel Bitar, que ofertou o ensino de 5ª a 8ª séries. Breves chegava à década de 1980 com o ensino obrigatório de 1ª a 8ª séries, sem o 2º grau e sem a formação para o mercado de trabalho, que tanto pregava o governo federal.

O fato de a cidade encontrar-se sem a oferta do 2º grau para a população, gerou preocupação por parte do diretor da Escola Miguel Bitar, por esse motivo, ainda em 23 de dezembro de 1973, ele encaminhou um expediente à Secretaria de Estado de Educação e Cultura do Estado do Pará, solicitando a criação do 2º grau em Breves, já na proposta do Segundo grau com base na Reforma 5692/71. A resposta veio por meio do ofício de número 53 do Gabinete do Secretário/SEDUC/PA, em 11 de janeiro de 1974, indeferindo a solicitação por diversos impedimentos.<sup>467</sup>

Do: Gabinete do Secretário de Estado de Educação e Cultura

Acusamos em nosso poder o BR/SEPAR 13567, de 27 de dezembro próximo passado, das Regentes de Ensino do "Miguel Bitar", de Breves, que solicitam a criação do 2º Grau naquele município.

Embora encarando com extrema simpatia a solicitação que Vossa Excelência achou nos encaminhar para pronunciamento, temos de lamentar a impossibilidade do seu atendimento, pelas razões que passamos a expor:

De conformidade com a Lei 5692/71, o Conselho Estadual de Educação fixou as normas e currículos a serem cumpridos pelos Estabelecimentos de Ensino, no que diz respeito ao 1º e ao 2º graus. Com relação a este último, fixou como mínimo a oferta

<sup>467</sup> Ofícios Recebidos/Arquivo Secretaria do Ginásio Estadual Miguel Bitar, 1974.

de pelo menos três habilitações profissionais a nível de 2º grau para que o Estabelecimento de 1º grau pudesse, também, oferecer o 2º.

As exigências legais no que diz respeito ao corpo docente são de tal natureza que praticamente impossibilitam ao Estado, a abertura de tais estabelecimentos, mesmo em municípios que já têm uma infraestrutura mais adequada como Santarém, por exemplo. Mesmo no 1º grau, as dificuldades que atendimento de tais solicitações é de tal sorte que só a muito custo vamos, aos polos, segundo o Plano de Implantação da Reforma, atendendo. E assim mesmo, progressivamente.

Daí porque o Estado, pela SEDUC, e através de Convênio firmado com a Universidade

Federal do Pará, no uso do Salário Educação/Quota Federal, vem proporcionando um número apreciável de serem feitos pelos nossos docentes interioranos, sentido de adequá-los à Reforma.

Por outro lado, neste 1974, em Convênio com a FEP, através do Instituto de Educação do Pará (IEP) promove, em 7 (sete) municípios polos, cursos a nível de 2º grau – Professor de 1ª a 4a. série para atender a 350 docentes que tenham o 1º grau, como os solicitantes, única formula viável para a realização de tais cursos. Os peticionários a quem nos dirigiremos poderão, se dentro dos critérios estabelecidos, também cursá-lo.

Finalmente, é de conveniência lembrar que com o advento da Lei 5692/71, e as resoluções do Conselho Estadual de Educação, é impossível ao Estado, ou as entidades particulares, abrir Cursos Colegiais (Científico, clássico, pedagógico ou Técnico) pelo antigo sistema (Lei 4.024/61).

Depois desse expediente e sua resposta, não localizamos outras tentativas, mas em 1983 o ensino de 2º grau, em regime modular, chegou a Breves, com funcionamento na Escola Estadual Odizia Correa Farias. Já a Escola Miguel Bitar continuou e ainda continua com a oferta do Ensino Fundamental – 6º ao 9º ano, agora regido pela LDB nº 9394/96 e pela Lei nº 11.274 de 6 de fevereiro de 2006, que estabelece o ensino fundamental de 9 anos.

Com a consolidação do ensino de 1º grau, o desenho curricular de 5ª a 8ª séries do primeiro grau, fixou em definitivo as disciplinas de interesse do momento político que vivia o Brasil. A 5.692/71 determinou que os currículos de primeiro e segundo graus fossem constituídos de um núcleo comum obrigatório em nível nacional, de responsabilidade do Conselho Federal de Educação com a atribuição de fixar as matérias relativas a esse núcleo comum, definindo objetivos e amplitudes<sup>468</sup>. A parte diversificada dos currículos seria relacionada pelos Conselhos Estaduais de Educação, cabendo às escolas escolherem as disciplinas que constituiriam a parte diversificada, como estabelecido nos Artigos 4º e 5º a seguir:

Art.4º. Os currículos do ensino de 1º e 2º graus terão um núcleo comum, obrigatório em âmbito nacional, e uma parte diversificada para atender conforme as necessidades e possibilidades concretas, às peculiaridades locais, aos planos dos estabelecimentos e às diferenças individuais dos alunos. § 1º Observar-se-ão as seguintes prescrições na definição dos conteúdos curriculares: O Conselho Federal de Educação fixará para cada grau as matérias relativas ao núcleo comum, definindo-lhes os objetivos e a

<sup>468</sup> SANTOS, B. B. M. O currículo das escolas brasileiras na década de 1970: novas perspectivas historiográficas. Ensaio: aval. pol. públ. *Educ.*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 82, p. 149-170, jan./mar. 2014.

amplitude; Os Conselhos de Educação relacionarão, para os respectivos sistemas de ensino, as matérias dentre as quais poderá cada estabelecimento escolher as que devem constituir a parte diversificada<sup>469</sup>.

A Resolução nº 8 do Conselho Federal de Educação, de 1º de dezembro de 1971, derivada do Parecer 853/71, estabelecia as matérias que formavam o núcleo comum e as disciplinas obrigatórias das matérias fixadas<sup>470</sup>. Nessa Resolução foram indicadas as matérias que seriam trabalhadas no currículo de forma integrada e obedecendo a um escalonamento em consonância com o amadurecimento do aluno.

Art.1º. O núcleo-comum a ser incluído, obrigatoriamente, nos currículos plenos do ensino de 1º e 2º graus abrangerá as seguintes matérias: a) Comunicação e Expressão b) Estudos Sociais c) Ciências § 1º Para efeito da obrigatoriedade atribuída ao núcleo-comum, incluem-se como conteúdos específicos das matérias fixadas: em Comunicação e Expressão – a Língua Portuguesa; nos Estudos Sociais – a Geografia, a História e a Organização Social e Política do Brasil; nas Ciências – a Matemática e as Ciências Físicas e Biológicas<sup>471</sup>.

O desenho curricular implementado na Escola Miguel Bitar foi dividido em dois núcleos: comum, obrigatório em âmbito nacional e uma parte diversificada para atender as necessidades e possibilidades concretas, às peculiaridades locais. A Base Nacional Comum obrigatória com as disciplinas: Língua Portuguesa, Matemática, Ensino de História e Geografia, Ciências Físicas e Biológicas, Educação Moral e Cívica, Organização Social e Política Brasileira, Inglês, Educação Artística e Educação Física e a diversificada com Técnicas Comerciais e Educação para o Lar.

Dias relembra que na parte diversificada das matérias que faziam parte da formação de Professores Regentes de Ensino, existiam atividades que se relacionavam com a Educação para a Vida, Lar e Comunidade, com foco nas peculiaridades regionais e locais. Dentre elas, ele destaca que " em uma das ocasiões, o professor nos levou para visitar as olarias que existiam na cidade e aprendíamos a fazer cinzeiros e pequenos vasos com argila. ". Essa abordagem educacional, baseada na exploração do cotidiano urbano por meio do ensino e da aprendizagem prática, revela que, mesmo em momentos de recessão e distanciamento de uma perspectiva

<sup>469</sup> BRASIL. *Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971*. Fixa diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 1971. Disponível em: [https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra;jsessionid=F8342BB4536FBA13C8A2FC6081001C83.proposicoesWebExterno2?codteor=713997&filename=LegislacaoCitada+-PL+6416/2009](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=F8342BB4536FBA13C8A2FC6081001C83.proposicoesWebExterno2?codteor=713997&filename=LegislacaoCitada+-PL+6416/2009) Acessado em: 22 set 2020.

<sup>470</sup> SANTOS, op. cit., 2014, p. 149-170.

<sup>471</sup> BRASIL. *Parecer nº 853 de 12 de novembro de 1971*. Núcleo comum para os currículos do ensino de 1º e 2º graus. A doutrina do currículo na Lei n. 5.692. In: Documenta nº 132, Rio de Janeiro, nov. 1971b. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/196249>. Acesso em: 22 set. 2020.

crítica de ensino, valorizava-se a exploração do meio ambiente como um recurso educacional significativo.

O relato de Waldemar ressalta um princípio fundamental proposto por Paulo Freire, que é a conexão entre a escola e o contexto vivido pelos estudantes, quando a instituição buscou explorar espaços como objeto de estudo. Essa abordagem, na qual a aprendizagem ocorria por meio da interação direta com o ambiente urbano, nota-se o valor atribuído à exploração do meio ambiente como um recurso pedagógico essencial, evidenciando a importância de uma educação exploratória e que se relacione com a realidade dos estudantes<sup>472</sup>.

Nessa perspectiva educacional, podemos reconhecer a cidade como um espaço privilegiado de aprendizagem, alinhando-se com a visão de Lefebvre sobre o papel da cidade na formação dos sujeitos. Isso mostra que a prática pedagógica, ao educar pela e na cidade, enfatiza a importância de incorporar o ambiente urbano e o cotidiano como fontes valiosas de conhecimento<sup>473</sup>.

Uma outra atividade presente nas memórias de Waldemar, foi lembrada quando ele estudava a Disciplina Educação Moral e Cívica, em uma visita realizada no prédio da Prefeitura Municipal de Breves.

Eu lembro que uma vez nós visitamos o gabinete do prefeito, na época, se não me falha a memória, Era o Floriano Gonçalves ou o Wilson Frazão. Só lembro que nós fomos muito bem recebidos e não coube todo mundo no gabinete e o prefeito mandou a gente ir para o salão e lá ele conversou conosco, bem recebido.

Educação e cidade se entrecruzam quando a escola se torna parte da dinâmica da cidade e, ao mesmo tempo, abre suas portas para que a cidade seja conhecida pela escola. O fato de os alunos serem recebidos pelo administrador municipal reforça o contexto sociopolítico em que viviam, onde não havia abertura para discutir sobre o direito à cidade, as necessidades dos moradores e muito menos para fazer reivindicações. A tendência era apenas conhecer a estrutura do poder executivo e as atividades do gestor municipal.

Nesse momento, a função da escola em uma atividade prática era fortalecer as normas, o civismo e o patriotismo, enquanto o ensino ocorria por meio de livros e professores em sala de aula. A prática pedagógica que orientava o trabalho pedagógico nas décadas de 1960 e 1970 era baseada em abordagens tradicionais. Era uma educação reprodutora, conforme descrito por

---

<sup>472</sup> FREIRE, P. *Educação como prática da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

<sup>473</sup> LEFEBVRE, H. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2001.

Saviani, em que o papel da escola era transmitir conhecimentos pré-determinados, reproduzindo valores e comportamentos estabelecidos pela sociedade<sup>474</sup>.

As Disciplinas, de acordo com o desenho curricular implementado na Escola Miguel Bitar com a inserção de componentes curriculares, a partir de 1964, ainda sobre a vigência da LDB 4.024/61 pelo poder executivo, dissemina ideologia, demonstra a interferência desse regime no campo educacional e que se efetivou com a Reforma de 1º e 2º graus, trata-se de matérias de cunho comportamental, doutrinárias e impositivas à comunidade escolar.

Uma das formas presente para que se cumprisse ou interditasse qualquer pensamento ou ação, que viesse de encontro ao estabelecido pelos militares, foi implementado por meio das normas jurídicas, uma delas, foi o Decreto Lei 477 de 02 de fevereiro de 1969 que definia as infrações disciplinares praticadas por professores, alunos, funcionários ou empregados de estabelecimentos de ensino público ou particulares<sup>475</sup>. Como desdobramento desse decreto, em 04 de abril do mesmo ano, o Ministério da Educação e Cultura, com base no Artigo 5º, baixou a Portaria 149 de 28 de março de 1969, reforçando a intimidação daqueles que ousassem desrespeitar as normas.<sup>476</sup>

Decreto-Lei nº 477, de 26 de fevereiro de 1969

Define infrações disciplinares praticadas por professores, alunos, funcionários ou empregados de estabelecimentos de ensino público ou particulares, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o parágrafo 1º do Art. 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, DECRETA:

Art. 1º Comete infração disciplinar o professor, aluno, funcionário ou empregado de estabelecimento de ensino público ou particular que:

- I - Alicie ou incite à deflagração de movimento que tenha por finalidade a paralisação de atividade escolar ou participe nesse movimento;
- II - Atente contra pessoas ou bens tanto em prédio ou instalações, de qualquer natureza, dentro de estabelecimentos de ensino, como fora dêle;
- III - Pratique atos destinados à organização de movimentos subversivos, passeatas, desfiles ou comícios não autorizados, ou dêle participe;
- IV - Conduza ou realize, confeccione, imprima, tenha em depósito, distribua material subversivo de qualquer natureza;
- V - Seqüestre ou mantenha em cárcere privado diretor, membro de corpo docente, funcionário ou empregado de estabelecimento de ensino, agente de autoridade ou

<sup>474</sup> SAVIANI, D. *Escola e democracia*. Edição Comemorativa. Campinas: Autores Associados, 2008.

<sup>475</sup> BRASIL. *Decreto-Lei nº 477, de 26 de fevereiro de 1969*. Define infrações disciplinares praticadas por professores, alunos, funcionários ou empregados de estabelecimentos de ensino público ou particulares, e dá outras providências. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 1969. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decllei/1960-1969/decreto-lei-477-26-fevereiro-1969-367006-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 14 jan. 2022.

<sup>476</sup> Ofícios Recebidos/Arquivo Secretaria do Ginásio Miguel Bitar, 1969.

aluno;

VI - Use dependência ou recinto escolar para fins de subversão ou para praticar ato contrário à moral ou à ordem pública.

§ 1º As infrações definidas neste artigo serão punidas:

I - Se se tratar de membro do corpo docente, funcionário ou empregado de estabelecimento de ensino com pena de demissão ou dispensa, e a proibição de ser nomeado, admitido ou contratado por qualquer outro da mesma natureza, pelo prazo de cinco (5) anos;

II - Se se tratar de aluno, com a pena de desligamento, e a proibição de se matricular em qualquer outro, estabelecimento de ensino pelo prazo de três (3) anos.

§ 2º Se o infrator fôr beneficiário de bolsa de estudo ou perceber qualquer ajuda do Poder Público, perdê-la-á, e não poderá gozar de nenhum desses benefícios pelo prazo de cinco (5) anos.

§ 3º Se se tratar de bolsista estrangeiro será solicitada a sua imediata retirada de território nacional.

Art. 2º A apuração das infrações a que se refere êste Decreto-lei far-se-á mediante processo sumário a ser concluído no prazo improrrogável, de vinte dias.

*Parágrafo único.* Havendo suspeita de prática de crime, o dirigente do estabelecimento de ensino providenciará, desde logo a instauração de inquérito Policial.

Art. 3º O processo sumário será realizado por um funcionário ou empregado do estabelecimento de ensino, designado por seu dirigente, que procederá às diligências convenientes e citará o infrator para, no prazo de quarenta e oito horas, apresentar defesa. Se houver mais de um infrator o prazo será comum e de noventa e seis horas.

§ 1º O indiciado será suspenso até o julgamento, de seu cargo, função ou emprêgo, ou, se fôr estudante proibido de freqüentar as aulas, se o requerer o encarregado do processo.

§ 2º Se o infrator residir em local ignorado, ocultar-se para não receber a citação, ou citado, não se defender, ser-lhe-á designado defensor para apresentar a defesa.

§ 3º Apresentada a defesa, o encarregado do processo elaborará relatório dentro de quarenta e oito horas, especificado a infração cometida, o autor e as razões de seu convencimento.

§ 4º Recebido o processo, o dirigente do estabelecimento proferirá decisão fundamentada, dentro de quarenta e oito horas, sob pena do crime definido no Art. 319 do Código Penal, além da sanção cominada no Item I do § 1º do Art. 1º dêste Decreto-lei.

§ 5º Quando a infração estiver capitulada na Lei Penal, será remetida cópia dos autos à autoridade competente.

Art. 4º Comprovada a existência de dado patrimonial no estabelecimento de ensino, o infrator ficará obrigado a ressarcí-lo, independentemente das sanções disciplinares e criminais que, no caso, couberem.

Art. 5º O Ministro de Estado da Educação e Cultura expedirá, dentro de trinta dias, contados da data de sua publicação, instruções para a execução dêste Decreto-lei.

Art. 6º Êste Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 26 de fevereiro de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA  
Luís Antonio da Gama e Silva  
Tarso Dutra

O Decreto-Lei nº 477/69, conhecido como AI-5 da educação, previa a punição, tais como, a expulsão professores, alunos e funcionários das escolas acusados de subversão ao regime, tendo como objetivo principal inibir a capacidade intelectual de uma geração trabalhadores da educação. O processo a que se submetia o acusado era sumário, e os professores atingidos ficavam impossibilitados de trabalhar em outra instituição educacional por cinco anos, enquanto os estudantes ficavam proibidos de cursar qualquer outra escola por três anos.<sup>477</sup>

É importante ressaltar que a repressão exercida pelo AI-5 da educação teve um impacto profundo e duradouro na educação brasileira, restringindo a liberdade de expressão e criando um ambiente de medo e insegurança nas escolas. Essa medida repressiva teve consequências negativas a longo prazo para o desenvolvimento de uma sociedade crítica e pluralista no Brasil, prejudicando a formação de um ambiente educacional democrático e progressista.

O Decreto Lei 477/69, chegou ao Miguel Bitar em anexo ao ofício expedido pela Fundação Educacional do Pará, em 18 de abril de 1969. Nesse documento duas inserções a caneta foram feitas pelo diretor, endereçando à secretaria do ginásio, solicitando assinatura de todos os professores funcionários dando ciência de que conheciam o teor do ofício. A outra foi a determinação para afixar uma cópia do decreto no quadro de aviso para que os alunos conhecessem o seu teor. Tais orientações de interdição, vão ao encontro do pensamento de Foucault (1970), quando em uma aula inaugural no College de France, afirmou que “não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa”. Muito próximo ao que se estabelecia na escola, com fiscalizações ao que se dizia e fazia e o primeiro a fiscalizar os comportamentos de professores, servidores e alunos era o diretor da unidade escolar:

Art. 1º - A apuração das infrações disciplinares definidas no artigo 1º do Decreto-Lei 447, 26 de fevereiro de 1969, será promovida por iniciativa de:

I - do dirigente do estabelecimento de ensino a que pertença o professor, aluno, funcionário ou empregado infrator.

---

<sup>477</sup> GERMANO, op. cit., 2011.

Imagem 18- Ofício Nº 12/1969 Secretário Executivo da Fundação Educacional do Pará

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ  
FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO ESTADO DO PARÁ

OP: Nº 12/69 Belém, 18/04/1969

Do: SECRETÁRIO EXECUTIVO DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO ESTADO DO PARÁ

À: Diretor do Ginásio Estadual Miguel Bitar

Assunto: Encaminhamento (faz)

*Recebido hoje*  
*o) da Secretaria para ser enviada aos Sr. Professores funcionários, bem como extrair cópia para afixação no quadro próprio de avisos aos alunos. J. C. M. G., 27/4/69*  
*Hel. Nireu*

A fim de que V. S<sup>a</sup>., possa dar conhecimento aos alunos do Colégio que dirige, estamos enviando anexo a este, 1 (um) exemplar do DECRETO - LEI Nº 477 do Exm<sup>o</sup>. Sr. PRESIDENTE DA REPÚBLICA.

Reitero a V. S<sup>a</sup>., protestos de apreço e consideração.

Cordiais saudações.

*M. Guzzo*  
( MARIO FRANCISCO GUZZO )  
Secretário Executivo da FEP

*Ciente em 27/4/69.*  
*Luiz de Jesus da Silva*  
*Yenezimha Rocha e Silva*  
*Arcevaldo Soares da Silva*  
*Raimunda Pereira L. Barros*

LEM<sup>a</sup>. SP.  
JOÃO MESSIAS  
DIRETOR DO GINÁSIO ESTADUAL MIGUEL BITAR

BREVES - Pa. *Ciente em 27/4/69.*  
*Luiz de Jesus da Silva Barros*  
*Olga dos Santos Gonçalves*  
*Francina Guarany Bariz de Castro*  
*Arcevaldo*  
*P. D. João Aquino Carneiro*  
*Adelmo G. dos S. Maranhão*  
*Madre Isabel Rios Nassi*

Fonte: Arquivo do Colégio Santo Agostinho. Pesquisado por Enil Pureza (mar. 2022).

Os documentos mostram que a ação do Estado buscava um alinhamento da escola com o projeto dos militares, uma vez que nesses espaços havia a presença constante de normas de “bons costumes”, fortalecendo, assim, o projeto de vigilância e instaurando o medo por meio das punições.

Esse alinhamento da escola com o projeto dos militares durante o regime militar brasileiro foi uma das estratégias utilizadas pelo governo para garantir o controle ideológico e político da sociedade. Nesse contexto, a escola se tornou um espaço de disseminação da ideologia militar, com a inclusão de disciplinas que exaltavam a pátria, além da censura de conteúdos considerados inadequados.<sup>478</sup> A política educacional vigente objetivava moldar a visão dos alunos de acordo com os valores e princípios defendidos pelo regime, com o intuito de criar uma sociedade disciplinada e submissa.

A estratégia de controle ideológico e político gerou um ambiente de medo e repressão nas escolas, impedindo a livre circulação de ideias e limitando a capacidade dos professores de desenvolver pensamento crítico e reflexivo nos alunos. O resultado foi uma geração de estudantes que cresceu sob a influência de uma ideologia autoritária e que teve sua capacidade intelectual inibida, como consequência direta do alinhamento da escola com o projeto dos militares durante o regime militar brasileiro.<sup>479</sup>

A educação bitarniana a serviço do Estado modelador como parte de uma cidade que se curvava ao silêncio e à vida sem trabalho. Uma cidade que vivia as fases econômicas, como a da madeira, com pessoas mais preocupadas em ter o que comer, lutando pelo trabalho e menos por sua liberdade.<sup>480</sup> Mesmo porque, o conceito de liberdade no regime militar era o da pessoa que cumpria seus deveres e direitos e fosse produtiva diante da sociedade.

Essa repressão veio também por meio das disciplinas. No ano de 1969 através do Decreto-Lei nº. 869 de 12 de setembro de 1969, houve a inclusão da Educação Moral e Cívica como disciplina obrigatória nas escolas de todos os graus e modalidades, dos sistemas de ensino no país. Essa disciplina passou a ser tratada como uma doutrina, disseminada a partir do Estado; nas escolas passou a ser prática educativa e recomendou-se a essa causa uma preocupação particular de todos os professores e de todo o corpo escolar<sup>481</sup>. Ou seja, a disciplina passa a ser um discurso de verdade, que para Foucault, é uma forma de o sistema excluir a verdade de outros, sobrepondo o pensamento de alguns.

Na pesquisa de campo realizada nos arquivos, não encontramos nenhum documento nos arquivos do Ginásio Miguel Bitar que retratasse indignação, resistência e repúdio por conta dos documentos encaminhados pelo governo federal ou estadual que normatizaram os

---

<sup>478</sup> GERMANO, op. cit., 2011.

<sup>479</sup> GONÇALVES, N. G.; BORNATTO, S. P. (org.) *Educação e sociedade na ditadura civil-militar: adesões, acomodações e resistências*. Curitiba, PR: CRV, 2019.

<sup>480</sup> Trecho retirado da entrevista realizada com J. J. Jolenas no dia 25 de outubro de 2021.

<sup>481</sup> ABREU, V. K. *A educação moral e cívica: disciplina escolar e doutrina disciplinar (1969-1993)*. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Uberlândia. Minas Gerais, 2008.

comportamentos. Como também, por meio dos relatos dos interlocutores, quando perguntados se havia alguma resistência sobre as normas empregadas pelo Regime Militar, ouvimos que não, diziam eles, até porque, naquela época os professores concordavam com tudo que eles diziam, acolhiam tudo. Então não tinha ninguém que os confrontasse.”<sup>482</sup> As orientações de medo e de controle de suas ações, da obediência, já eram construídas fora da escola, em outros grupos sociais. Os pais diziam para os filhos, para não falar nada, não contrariar ninguém. As orientações de ficar quieto, calado, vinham mais de casa. Sobre o regime militar as orientações eram passadas mais de casa. O que se ouvia, era para os estudantes ficarem em silêncio sobre o assunto, pois segundo os pais e responsáveis os alunos nem sabiam o que era o regime militar e por outro lado, diziam para ficarem calados, porque não aguentariam.<sup>483</sup>

Tais indicações causaram um impacto profundo na configuração da sociedade brasileira, em especial nas gerações que cresceram sob a influência do governo militar. O medo e a coação decorrentes dessas medidas dificultaram o desenvolvimento de uma população crítica, indagadora, limitando a habilidade de questionar e resistir à opressão. Como resultado, a sociedade se tornou mais acomodada e menos inclinada a buscar mudanças e lutar por direitos básicos e liberdades individuais.<sup>484</sup>

Para além das normas mais gerais, tinham os conteúdos das disciplinas específicas. No Miguel Bitar, às aulas de Educação Moral e Cívica e Organização Social e Política Brasileira,

[...] eram trabalhados pelo diretor e professor Dr. João Messias dos Santos, advogado e que não se preocupava em trazer nenhum papel para a sala de aula. Ele lecionava as aulas sem ler nada. Ele era um catedrático e depois ele se tornou uma pessoa muito respeitada, pois, passamos a reconhecer a capacidade que ela tinha. O ensinamento da disciplina era técnico, porque ele falava da constituição como era na época. Ele falava dos direitos e deveres dos cidadãos, segundo a orientação da época e direitos e deveres com a família, para com Deus, para com a pátria[...] notoriamente era isso, basicamente era isso. O professor tinha toda a constituição na cabeça, como se fosse um pastor evangélico com os salmos todos decorados.<sup>485</sup>

Essa estrutura curricular pátria, família e religião, foi utilizada pela escola para difundir a ideologia do regime militar e criados métodos para viabilizá-lo. A educação cívica foi uma das formas encontradas para constituição de um novo modelo de nação, pois, centrava-se na formação de cidadãos patriotas e religiosos, que valorizassem a família, a moral e trabalhassem para o crescimento da nação<sup>486</sup>. Essas memórias escolares evocadas acusam um modelo de

<sup>482</sup> Trecho retirado da entrevista realizada com Rosa em outubro de 2021.

<sup>483</sup> Trecho da entrevista realizada com Vanderlei em outubro de 2021.

<sup>484</sup> GONÇALVES; BORNATTO, op. cit., 2019.

<sup>485</sup> Trecho retirado da entrevista realizada com Vanderlei em outubro de 2021.

<sup>486</sup> PLÁCIDO, G. D. Educação, civismo e religiosidade durante a ditadura civil- militar no Brasil (1964-1985). *Anais ANPED*. Florianópolis, out. 2014.

currículo que agia “como um instrumento que tem a capacidade de estruturar a escolarização, a vida nos centros educacionais e as práticas pedagógicas, dispõe, transmite e impõe regras, normas e uma ordem que são determinantes”<sup>487</sup>.

De acordo com Filgueiras<sup>488</sup>, a discussão em torno do civismo era uma das preocupações dos militares, pois, o cidadão fazia parte de um organismo maior e precisava fazer sua parte para contribuir com o fortalecimento e crescimento desse organismo. Dessa forma, a formação moral e cívica também contribuía para disciplinar os estudantes, dificultando o avanço dos movimentos estudantis que poderia prepará-los para participar futuramente da sociedade<sup>489</sup>. Exemplo claro é o Decreto-Lei 477/69 que impôs medo na comunidade escolar bitarniana<sup>490</sup> com severas punições aos que queriam se desvencilhar das amarras políticas.

Os conteúdos curriculares forjados para alienar as pessoas, agem como um instrumento capaz de estruturar a escolarização e as práticas pedagógicas, impondo regras, normas e ordens determinantes<sup>491</sup>. É o currículo formal/oficial que determina o que deve estar contido nos programas das redes dos sistemas de educação.<sup>492</sup>

Entre os componentes curriculares de formação, dois deles merecem destaques por terem como objetivo a disseminação de conteúdos ofertadas no Núcleo Práticas Educativas de 1968.<sup>493</sup> A Disciplina Educação Moral e Cívica já fazia parte do desenho curricular do Curso de Formação de Professores do Ginásio Miguel Bitar. Essa oferta era regida pela LDB/4024/61, contida no bloco das práticas educativas<sup>494</sup>. Esse componente era ensinado com duas aulas na 1ª e uma aula na 2ª série semanalmente.

Com a implantação da Lei de Diretrizes e Bases 4024/1961, a Educação Moral e Cívica passou a ser considerada uma prática educativa que consistia em uma modalidade educacional que “visava a formação de hábitos de educando de uma maneira abrangente, envolvendo os vários aspectos desta formação, perpassando pelas várias disciplinas”.

Dessa forma, os currículos escolares continham as recomendações de que a Educação Moral e Cívica deveria fazer parte de todos os momentos escolares e não ficar restrita a uma

---

<sup>487</sup> SACRISTÀN, J. G. O que significa o currículo? In: SACRISTÀN, José Gimeno (org.). *Saberes e incertezas sobre o currículo*. Porto Alegre: Penso, 2013. p. 20.

<sup>488</sup> FILGUEIRAS, J. M. *A educação moral e cívica e sua produção didática: 1969- 1993*. Dissertação (Mestrado em Educação: História, Política e Sociedade). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, SP, 2006.

<sup>489</sup> PLÁCIDO, op. cit., 2014.

<sup>490</sup> Termo usado como referência à comunidade do Miguel Bitar

<sup>491</sup> Idem.

<sup>492</sup> SILVA, T. T. *Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

<sup>493</sup> Plano Curricular do Curso Ginásial Normal de 1968. Arquivo da Secretaria do Ginásio Miguel Bitar.

<sup>494</sup> As práticas educativas para o amadurecimento da personalidade por meio do despertar para o mundo dos valores e a integração de hábitos de vida (FILGUEIRAS, 2006, p. 38-39)

disciplina.<sup>495</sup> As disciplinas História e Geografia por força das suas origens escolares já continham a transversalidade moral, civismo, organização social, patriotismo como conteúdo e atividades bem direcionadas em salas de aulas.<sup>496</sup>

No ano letivo de 1970<sup>497</sup>, a Educação Moral e Cívica passou a ser ofertada como componente curricular obrigatório no Ginásio Estadual Miguel Bitar junto com Língua Portuguesa, Matemática, História, Geografia e Ciências, nas quatro séries com carga horária de duas horas de aulas em cada uma delas. Nesse mesmo ano letivo, é ofertada pela primeira vez em caráter obrigatório a Disciplina Organização Social e Política Brasileira (OSPB), na 4ª série com duas horas aulas semanais, embora ela já estivesse como disciplina complementar obrigatória para o ensino secundário desde 1962.<sup>498</sup>

A razão de sua concepção residia na urgência dos estudantes adquirirem habilidades para exercer de forma consciente a cidadania democrática. Essa matéria foi estabelecida durante os debates que ocorriam no Conselho acerca dos propósitos da educação, considerando as diretrizes da LDB/61, que propunha a implementação de um sistema educacional nacional para determinar a extensão, o alcance e o propósito do sistema, como afirma Martins:

as características da educação escolar no período mostram preocupação com o fato de uma escolarização para a maioria das crianças e jovens ser representativa da 'educação para a cidadania', para o desenvolvimento de posturas e comportamentos sociais que dessem sustentáculo e legitimidade ao investimento que deveria ser realizado pela educação nacional.<sup>499</sup>

A disciplina OSPB visualizava a realidade social e política brasileira com o objetivo de contribuir para a educação política do homem brasileiro dentro do espírito da democracia [...] para exercer a função de ensinar sobre a defesa das instituições democráticas – partindo de um projeto nacionalista mais amplo, que era formar o estudante civicamente, preparando-o para a cidadania. [...] durante a ditadura militar, foi utilizada no programa em defesa das instituições nacionais, juntamente com a disciplina Educação Moral e Cívica.<sup>500</sup>

---

<sup>495</sup> SOUZA, R. F. *Templos da civilização: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1890-1910)*. São Paulo: UNESP, 1998.

<sup>496</sup> BRASIL. *Parecer n.º 136/64, de 05 de junho de 1964*, do CFE. Educação Moral e Cívica.

<sup>497</sup> Plano Curricular do Curso Ginásial Normal de 1970. Arquivo da Secretaria do Ginásio Miguel Bitar.

<sup>498</sup> Ela tem como finalidade proporcionar ao aluno uma idéia adequada da realidade sócio-cultural brasileira em sua forma e ingredientes básicos. Deverá, pois apresentar o quadro geral das instituições da sociedade brasileira, sua natureza, formação e caráter, bem como as formas de vida e costumes que definem o modo de ser específico e a fisionomia característica de nossa cultura. Será além disso, um estudo da organização do Estado brasileiro, da Constituição, dos poderes da República, do mecanismo jurídico e administrativo em suas linhas gerais, dos processos democráticos, dos direitos políticos, dos deveres do cidadão, suas obrigações civis e militares.

<sup>499</sup> MARTINS, M. C. 2002. *A história prescrita e disciplinada nos currículos escolares: quem legitima esses saberes?* Bragança Paulista: EDUSF.

<sup>500</sup> FILGUEIRAS, J. M. *A Educação moral e cívica e sua produção didática: 1969-1993*. 2006. Dissertação (Mestrado), Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2006.

A formação nas matérias com base na cidadania e nos comportamentos do homem obediente, foi algo presente na formação dos professores regente de ensino, como relata Rosa França

A gente tinha até uma Cartilha de OSPB em que a gente falava sobre o país. Falava as coisas certas, mas as coisas erradas a gente não tinha coragem de dizer que estavam erradas. Então, era o civismo, era a moral... Eu não me lembro direito, mas só sei que tinha o civismo, moral, bons costumes, essas coisas.<sup>501</sup>

Os livros didáticos foram e têm sido agentes de formação dos sujeitos, nem sempre valorizam a concretude da vida.<sup>502</sup> Essas fontes difusoras da ideologia dominante dissimulam as desigualdades sociais, mostrando uma concepção de cidadania na qual todos poderiam participar igualmente, independentemente da classe social em que se encontrassem, e procuravam fortalecer a ideia de integração em vez de abordar a realidade de marginalização. Nesse tipo de sociedade, o cidadão deveria ser comedido, obediente e desempenhar seu papel na estrutura social. Para Höfling, a realidade vivida por esses sujeitos tem maior impacto na definição de sua participação no processo de construção da sociedade em que vivem.<sup>503</sup>

Como se observa, a memória contida nos livros didáticos da matéria OSPB é fragmentada, apresentando apenas a visão do vencedor e a concepção de mundo da burguesia como única e verdadeira. Conforme aponta Bittencourt, tais valores são inculcados nas mentes das pessoas como universais, uma vez que a maioria da população não tinha condições objetivas para analisar criticamente essa concepção de mundo. Portanto, tende a aceitá-la, interiorizá-la e, ao identificar-se com ela, também tende a reproduzi-la.

Como confirma Jolenas ao buscar suas memórias

O ensinamento da disciplina era técnico, porque ele falava da constituição, do livro como era na época. Ele falava dos direitos e deveres dos cidadãos, segundo a orientação da época e direitos e deveres com a família, para com Deus, para com a pátria... notoriamente era isso, basicamente era isso. O professor tinha toda a constituição na cabeça, como se fosse um pastor evangélico com os salmos todos decorados. O linguajar era muito técnico, muitas palavras desconhecidas. O objetivo era doutrinar para obedecer, para dizer... sim, senhor! Era, assim mesmo.

O contexto da democracia descrito por Jolenas em sua narrativa vai ao encontro dos ensinamentos contidos nos textos dos livros didáticos usados nas escolas durante o regime ditatorial. Entre esses manuais didáticos, há alguns exemplos, como o livro de Elian Lucci, no qual o autor descreve que: “No regime democrático nos é permitido fazer uso do direito natural

<sup>501</sup> Trecho da entrevista realizada com Rosa no dia 20 de setembro de 2021.

<sup>502</sup> BITTENCOURT, C. M. F. *Ensino de História: fundamentos e métodos*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

<sup>503</sup> HÖFLING, E. M. *O livro didático em estudos sociais*. Campinas: Unicamp. 1986.

da liberdade, respeitando os sentimentos humanos sem fazer uso da força. Os direitos e deveres dos cidadãos, como os do Estado, estão expressos num importante documento, que é a Constituição.”<sup>504</sup> O livro também destaca que, “[...] no regime democrático, há liberdade de expressão, de iniciativa, desde que não haja excessos. Essa abordagem sobre liberdade”.

Em rigor, a autora apresenta um conceito empobrecido de democracia, formal, que não fornece elementos para que o aluno assimile cognitivamente. Ao contrário, a autora restringe o alcance do único elemento do conceito, a liberdade, ao ameaçar: "desde que não haja excessos", quando, na verdade, a ação da democracia deve ser entendida em sua abertura originária: a possibilidade de criar liberdades e novos direitos. O que para Sartre “Somos indivíduos livres e nossa liberdade nos condena a tomarmos decisões durante toda a nossa vida. Não existem valores ou regras eternas, a partir das quais podemos nos guiar. E isto torna mais importantes nossas decisões, nossas escolhas.”<sup>505</sup>

Como se observa, existia um arcabouço funcionalista a serviço do Estado, com o propósito de fazer com que as pessoas seguissem suas determinações dentro ou fora da escola. O Ginásio Miguel Bitar desempenhou o papel de disseminador das notícias propagadas pela ordem opressora, as quais foram implementadas por meio do ensino e aprendizagem, englobando seus conteúdos e normas. Essa estrutura e superestrutura, a serviço daqueles que exerciam o poder, foram forjadas e observadas através de disciplinas como Educação Moral e Cívica e Organização Social e Política Brasileira.

As memórias orais trabalhadas trazem dimensões políticas, socioculturais e econômicas de uma cidade que tinha, naquele momento, como elite escolar aqueles que estavam estudando no ginásio. Jovens e adultos que conseguiram acessar e concluir o ensino ginásial ascenderam socialmente. Certamente não sabemos a história daqueles que, por situações financeiras ou problemas específicos, não conseguiram concluir essa importante etapa de formação escolar. Apesar dos regimes escolares baseado em princípios tecnicistas e em defesa da ordem e do progresso, a educação ginásial em Breves assumiu capítulo importante na configuração da cidade que se tornava polo, porque atraiu alunos de outras cidades e incentivou as gestões municipais desse lado da região a lutarem por sua oferta.

---

<sup>504</sup> LUCCHI, E. A. *TOMC*, 29, v. 19 Grau, p. 110.

<sup>505</sup> SARTRE, J. P. *O existencialismo é um humanismo*. Tradução: Vergílio Ferreira. São Paulo: Abril S.A., 1973.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

*A História Local (...) é encontrada dobrando a esquina e descendo a rua. Ele pode ouvir os seus ecos no mercado, ler o seu grafite nas paredes, seguir suas pegadas nos campos<sup>506</sup>.*

A pesquisa que gestou essa tese de doutorado, nasceu de uma indagação preliminar: por que o município de Breves, no Marajó das Florestas, banhado pelo rio Amazonas, conformado pelos municípios de Breves, Melgaço, Portel, Bagre, Currálinho, São Sebastião da Boa Vista, Anajás e Afuá, tornou-se um polo de desenvolvimento regional no Pará?

A resposta, numa perspectiva fragmentada, poderia ser buscada por diferentes dimensões. Das econômicas às políticas, passando pelas sociais e desembocando nas culturais. Assim, poderíamos dizer que as atividades econômicas desde o período colonial até os tempos atuais explicariam o questionamento. Em outra dimensão, a formação de uma elite política articulada com os grupos políticos que governaram o estado barganhou para a municipalidade instituições e benefícios. Em terceiro ângulo, a presença da Igreja Católica, inicialmente, desde a colonização atraiu para o centro e cercanias do antigo povoado, os mais diversos grupos sociais. Pela minha relação com o campo da educação, decidi por articular esses ângulos a partir da emergência do ensino primário e ginásial para compreender, em pesquisa futura, a explosão do ensino superior público e particular na cidade.

Caminhar pela história local brevesense, a partir da relação cidade e educação, revelou diferentes descobertas, encontradas nas fontes orais, escritas e visuais. Em outras palavras, as experiências vividas por diferentes agentes históricos emergiram de depoimentos orais, relatórios, comunicações internas e externas das escolas, fotografias, entre outros sinais do passado. Esse exercício permitiu conhecer a história local e o papel desempenhado pela educação para o Marajó das Florestas, desde a década de 1940, quando Breves abriu novas frentes de exportação de recursos naturais e abriu as portas para a chegada de empresas e pessoas de diferentes regiões do Brasil e de outros países, umas para oferecer trabalho, outras a procura de trabalho, outros a procura de educação, saúde e assistência social para si e sua família.

O aumento populacional exigiu das administrações públicas entre as décadas de 1940 e 1980 ampliar o sistema de saúde, a oferta de serviços, com bancos, correio, órgãos da receita estadual e federal, com destaque para a oferta de ensino primário e ginásial e formação dos

---

<sup>506</sup> SAMUEL, R. História local e história oral. *Revista Brasileira de História*, São Paulo: Anpuh, v. 9, n.19, p.219-243, 1990.

primeiros bairros com luz elétrica, água encanada, asfaltamento, entre outras lutas por direito à cidade que ainda hoje segue em curso. Assim, pela escuta dos moradores e em diálogo com a historiografia sobre a cidade, o desenvolvimento urbano aparece imbricado na expansão da educação primária e ginasial.

Ao nos colocarmos a escuta dos protagonistas da história local para conhecer a trajetória da história da educação, uma cidade multifacetada se configurou para além dos bancos escolares. Os moradores trouxeram um universo de vivências recuperando tempos de infância, brincadeiras, idas à escola, ao cinema, às festas populares com os cordões de bois, procissões religiosas, arraiais, salões de festas, diversões, múltiplas sociabilidades, sem esquecer as desigualdades sociais, os interesses políticos e as dificuldades na vida na cidade e na escola.

A importância dos relatos orais dos moradores de Breves na construção da história e da identidade da educação e da cidade, permitiram reconstituir as experiências, costumes, tradições e modos de vida desses narradores e suas famílias. Essas narrativas tornaram-se valiosas para entendermos como as pessoas viviam, pensavam e se relacionavam entre si, além de contribuir para a preservação da memória, da história e da cultura marajoara. São histórias compartilhadas, que trazem visões e vivências acumuladas ao longo da vida. Seu registro é uma forma de lutar contra o esquecimento daqueles que não podem escrever, democratizar e visibilizar suas trajetórias.

A pesquisa apresenta um povoado, transformado em vila e depois em cidade, que nasceu dos interesses dos invasores da Amazônia na segunda metade do século XVIII, em um tempo em que os grupos indígenas que povoavam rios e florestas de ponta a ponta não eram reconhecidos como donos do espaço. Chegaram à sesmaria, a freguesia, a cidade e a emancipação do município em 1850. O território que configurou a urbanidade brevense formou-se geologicamente de terras firmes, áreas de várzeas, atravessadas por igarapés, composta de gentes desenhadas pelas mestiçagens. Os interlocutores nos idos de 1968, lembram, por exemplo, de um lugar com três mil habitantes, quando brincavam ou carregavam água, iam até o mercado ou estudar no Ginásio Miguel Bitar pelas ruas com pontes e serragens.

Em seus limites geográficos, a cidade rememorada pelos muitos narradores, findava aonde hoje é o Hospital Regional, o resto era caminho de roça. Assim, tem-se uma cidade que se faz e se refaz diante de inúmeros desafios e da falta de políticas públicas que garantam direitos básicos de cidadania, pois tem-se desde a falta de energia elétrica ou do tempo em que ela existia, primeiro, até a metade da noite, depois distribuída de forma racionada, 4 por 4 – 4 horas com e 4 sem energia elétrica. Da cidade que sofreu e sofre a falta de água potável. Se muitos dos interlocutores que hoje tem em média 70 anos, carregavam água no cambão ou no

balde na cabeça, em 2023, a diferença é encontrada apenas na forma de carregar essa água, que agora se faz em carros de mão, bicicleta, motos e outros meios de transporte que ajudam muitos moradores da cidade a chegar com água em suas residências. É uma realidade que não é diferente da maioria dos espaços urbanos das florestas, que pouco contam com a atenção do Estado, já que as políticas públicas que aqui chegam são escassas e insuficientes para garantir com qualidade, direitos básicos dos cidadãos que aqui vivem e dos que aqui chegam em busca dos serviços por ela oferecidos.

Por outro lado, se olharmos a cidade pela história da educação, veremos que a existência de muitas escolas da educação infantil ao ensino médio com boa infraestrutura, professores qualificados, material didático regionalizado, conquistas na valorização profissional, um campus da UFPA e outro do IFPA, a instalação de faculdades particulares, ainda que as lutas por direitos e melhorias sigam no curso da história cotidiana, entenderemos que se trata de uma realidade complexa e contraditória.

Nesse balanço é preciso assinalar que a pesquisa apresentou como tese central a afirmativa de que as experiências educacionais no ensino primário e ginásial na cidade de Breves, entre as décadas de 1940 a 1980, foram de grande relevância para a formação, expansão do espaço urbano e desenvolvimento da municipalidade, atraindo para sua estrutura instituições, serviços públicos e particulares necessários à vida no século XX, o que pode ser confirmada pelos seus resultados quando afirmam que desempenhou um papel significativo na produção de borracha, madeira, palmito e arroz, que garantiram o desenvolvimento econômico da região e também impactou no desenvolvimento da capital- Belém. Além disso, a cidade serviu e serve como ponto de partida e chegada, um entre-lugar, para embarcações com destino a Belém, Macapá, Santarém e Manaus. Além de rotineiramente ser o porto que recebe as populações dos municípios circunvizinhos que diariamente desembarcam para garantir serviços de saúde, educação, bancários e outros presentes na cidade polo. Nessas travessias diaspóricas, muitas pessoas embarcam e desembarcam, levando ou trazendo consigo esperanças de uma vida melhor, seja em busca de oportunidades de trabalho, de educação formal, de saúde, ou de garantir a fé do povo, com as missões religiosas, que como no século XIX ainda estão presentes.

Um exemplo notável desse contexto foi a presença das Ordens religiosas agostinianas, que estabeleceram suas bases em Breves. Entre elas, destaca-se o Colégio Santo Agostinho, que desempenhou e desempenha um importante papel na educação e formação dos jovens da região. Para além da formação escolar, contribuiu e contribui nos eventos cívicos, culturais e religiosos da cidade. Além dele, a Base Cristã Evangélica com o Internato Evangélico Amazonas, que também deixou sua marca na cidade, por meio da formação de pessoas e da permanência da

Igreja Cristã Evangélica na cidade, contribuindo para a educação e disseminação dos valores cristãos na comunidade. Essas instituições religiosas e educacionais desempenharam um papel de grande relevância no desenvolvimento socioeducacional de Breves, pois para além da formação, produziram empregos e foram o cartão postal da cidade de Breves para o mundo.

Buscando compreender a importância do processo educacional na formação das pessoas e na construção da sociedade, o estudo mostrou o Ginásio Estadual Miguel Bitar como pioneiro na formação de Professores Regentes para atuar no Ensino Primário a partir de 1967, em plenos tempos de Regime Militar, suprindo a necessidade de educadores com formação profissional para o trabalho nas salas de aula da educação primária de Breves e municípios circunvizinhos, como Curralinho, Bagre, Melgaço, Portel e Anajás. Ao mesmo tempo, o ginásio não deixou de ser, também, uma base ideológica disseminadora de ideias conservadoras, por meio de suas normas, conteúdos e quietudes de todos os que estudavam e trabalhavam na escola.

As narrativas dos ex-alunos, apontaram a falta de reflexão e liberdade no processo de ensino, por meio delas, identificamos que a forma tradicional que predominava na época, limitava o desenvolvimento crítico dos estudantes, impedindo-os de construir conhecimentos mais amplos e diversificados. Por meio de suas lembranças mostraram que a relação entre fatos, memória e ensino ajudaram na compreensão de como o ensino e as relações produzidas no Ginásio cerceavam direitos e liberdades; entretanto, não eram vistos dessa forma por eles, já que há um saudosismo dessa época, quando comparam com a educação da contemporaneidade e dizem que “educação boa se fazia naquela época”.

Por outro lado, quando tratamos da relação entre a história local e o ensino, essa instituição trouxe à cidade a expectativa de crescimento, desenvolvimento educacional e social e à medida que a cidade cresce, que as pessoas vão concluindo o curso ginásial, outras necessidades educacionais aparecem e assim chega à população, na década de 1980 o ensino médio modular e em seguida o regular – EEEM Prof<sup>a</sup> Odízia Correa Farias, com formação para o Magistério – professores para as séries iniciais. Na década de 1990 com a chegada da Universidade Federal do Pará, em Breves, a cidade se modifica, se expande, pois chegam também pessoas de outros municípios paraense para cursar o ensino superior, inclusive de outros Estados, uns vieram e retornaram pós-formação, outros permaneceram aqui. Não sendo diferente na atualidade, com a consolidação do Campus Universitário do Marajó-Breves, que é o maior projeto de desenvolvimento humano, que começa em Breves e permeia toda a região marajoara, principalmente o Marajó das Florestas.

A partir dos anos 2000, outras instituições educativas públicas e particulares se instalam em Breves, com destaque ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do

Pará (IFPA), que hoje é a instituição de ensino médio e superior que conta com o maior número de cursos ofertados à população marajoara. Dessa foram, concluímos que a relação construída historicamente é essencial para entendermos a importância do processo educacional na formação de pessoas e na construção dos lugares, bem como para refletirmos sobre as práticas educacionais ao longo do tempo e como chegamos ao que temos hodiernamente.

Toda essa dinâmica entre educação e cidade, fez de Breves um espaço de múltiplas possibilidades que vem se construindo ao longo de sua história por diversas mãos, por meio de distintas vozes e múltiplos interesses. Um ambiente urbano que realizou sonhos, foi palco de silenciamentos, ofereceu oportunidades de trabalho e de estudos, não só para o seu povo, mas para aqueles que chegavam com esse propósito – ter um trabalho para sustentar suas famílias e uma escola para seus filhos. Portanto, podemos confirmar a tese de que Breves foi, e é uma cidade referência no arquipélago marajoara, que se abriu ao mundo e foi movimentada por ele e nessa dinâmica sociocultural, vem se construindo e contribuindo na construção de sociabilidades, tornando-se assim uma cidade acolhedora e educadora.

## 6 REFERÊNCIAS

ABREU SILVA, G. H.; COSTA SILVA, J. A música dos bois-bumbás: um forte elemento na caracterização do lugar parintinense. In: KOZEL, Salete; COSTA SILVA, J.; FILIZOLA, R.; GIL FILHO, S. F. (org.). *Expedição Amazônica: desvendando espaço e representações dos festejos em comunidades amazônicas*. “A festa do boi-bumbá: um ato de fé. Curitiba: SK Ed., 2009. p. 97-116.

ABREU, V. K. *A educação moral e cívica: disciplina escolar e doutrina disciplinar (1969-1993)*. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Uberlândia. Minas Gerais, 2008.

ADORNO, Theodor W. *Educação e emancipação*. Tradução: Wolfgang Leo Maar. Rio de Janeiro, 3. Ed., Editora: Paz e Terra, 1995.

ALMEIDA, A. G. *Nos ladrilhos da memória: um breve estudo sobre ruas de Breves*. Monografia (Curso de Licenciatura Plena em História). Universidade Federal do Pará, Breves-Pa, 2017.

ALMEIDA, J. S. Mulheres na educação: missão, vocação e destino? In: SAVIANI, D. et al. *O Legado Educacional do século XX no Brasil*. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2006, p. 57-100.

ALVES, A. E. S.; SIOLVA, L. M. P. Ensino profissional em conquista nas décadas de 1930 e 1940: o curso de datilografia. *Publ. UEPG Humanit. Sci., Appl. Soc. Sci., Linguist., Lett. Arts*, Ponta Grossa, v. 16, n. 1, p. 21-26, jun. 2008.

ALVES, M. M. *A igreja e a política no Brasil*. Brasiliense: 1979.

ANDRADE, F. A. *Colégio das freiras: educação feminina no curso normal no Sul de Goiás (1939/1968)*. 2016. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal de Goiás. Catalão, 2016.

AQUINO, M. A diáspora das congregações femininas portuguesas para o Brasil no início do século XX: política, religião, gênero. *Cadernos Pagu*, v. 42, p. 393-415, jan./jun. 2014.

ARAÚJO, D. B.; MOURA, J. D. P. A Poética das Cidades: por uma Pedagogia a Imaginação Criadora nas Experiências Urbanas. *Geograficidade* v.11, n. 1, Verão 2021.

ARROYO, M. G. As relações sociais na escolar e a formação do trabalhador. In: FERRETI, C. J.; JÚNIOR, J. R. S.; OLIVEIRA, M. R. N. S (Orgs.). *Trabalho, formação e currículo: para onde vai a escolar?* São Paulo: Xamã, 1999, p.13-42.

BAGNATO M. H. S. O serviço especial de saúde pública e suas ações de educação sanitária nas escolas primárias (1942-1960). *Educar em Revista*, Curitiba, Editora UFPR, n. especial 2, p. 277-290, 2010.

BAIA, H. P. *Rurbanidades Marajoaras: produção, consumo e mudanças culturais no espaço da cidade de Melgaço-PA*. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente), Universidade da Amazônia, Belém-Pa, 2014.

BARRETO, B. S. *Políticas educacionais e curriculares para o exercício do Ofício de mestre no grupo escolar Doutor Otávio Meira, no Município de Benevides, Estado do Pará (1965-1976)*. Orientador: Paulo Sérgio de Almeida Correa. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal do Pará. Belém, 2016.

BARROSO, J. *Os liceus: organização pedagógica e administrativa (1836- 1960)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian; JNICT, 1995.

BETTI, M. *Educação Física na escola brasileira de 1º e 2º graus, no período de 1930-1986: Uma abordagem sociológica*. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade de São Paulo, SP, 1988.

BITTENCOURT, C. M. F. *Ensino de história: fundamentos e métodos*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BITTENCOURT, A. B. *A era das congregações: pensamento social, educação e catolicismo*. *Pro-Posições*, v. 28, n. 3 (84), p. 29-59, set/dez. 2017.

BLOCH, M. “A história, os homens e o tempo”. In: *Apologia da História ou o ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002, p. 51-68.

BORIS, F. *História do Brasil*. 12. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

BOSI, E. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BOULHOSA, M. S. *Festividade de São Sebastião, de Cachoeira do Arari: uma possibilidade para o desenvolvimento do turismo cultural na Ilha do Marajó, Brasil*. *Revista Hospitalidade*. São Paulo, v. 14, n.01, p. 1-15, ago. 2017.

BOURDIEU, P.; PASSERON, J. *A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1970.

BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Trad. Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BRAGA, T. *O município de Breves: 1738 a 1910*. Belém: Impresso pela Empreza Graphica Amazônia, 1919.

BRASIL. *Parecer n º 136/64, de 05 de junho de 1964*, do CFE. Educação Moral e Cívica.

CARMO, A.; ESTEVENS, A. *O conflito social e a construção da cidadania no espaço urbano*. Disponível em: <https://journals.openedition.org/eces/1441>. Acesso em: 14 jun. 2022.

CARNEIRO, A. L. T. *Um passado persistente: o sistema de aviação na extração madeireira da Ilha do Mututi, Município de Breves/PA (1978 – 1988)*. Dissertação (Pós-Graduação em Ciências Sociais), Universidade Federal do Pará, 2010.

CERTEAU, M. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.

CERTEAU, M. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 2008.

CONCEIÇÃO, J. T. Princípio do internato escolar: primórdios, práticas e permanências no Brasil. *Interfaces Científicas: educação*, Aracaju, v.7, n. 2, p. 107 – 120, fev. 2019.

COSTA, E. M. A escola pública em Breves no Marajó: seus objetos, histórias e memórias educativas. *Revista Humanidades e Inovação*, v. 7, n. 13, p. 273-286, 2020.

COSTA, A. M. D. *Bumbás da Amazônia: negritude, intelectuais e folclore (Pará, 1888-1943)*. Jundiá-SP: Paco Editorial, 2022.

COSTA, A. M. D. Os bumbás da Amazônia: literatura, etnografia e folclorização dos cordões de boi nas versões de intelectuais modernistas (1927-1943). *Topoi* (online): *Revista de História*, v. 23, p. 193-216, 2022.

COSTA, A. M. D. Boi de Fama: 'Pessoal de bumbá', agentes do estado, jornalistas, literatos e a sociabilidade festiva nos subúrbios de Belém (décadas de 1920 e 1930). *Varia História* (UFMG. Impresso), v. 37, p. 185-216, 2021.

DALLABRIDA, N. A reforma Francisco Campos e a modernização nacionalizada do ensino secundário. *Educação*, Porto Alegre, v. 32, n. 2, p. 185-191, maio/ago. 2009.

DAOU, A M. Instrumentos e sinais da civilização: origem, formação e consagração da elite amazonense. *Hist. Ciênc. Saúde-Manguinhos*, v. 6, Rio de Janeiro, p. 867-888, set/2000.

DEL PRIORE, M. *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2004.

DELGADO, L.A.N. *História oral e narrativa: tempo, memória e identidades*. *História Oral*, v. 6, p. 9-25, 2003.

DEMIAN, B. Ditadura "civil-militar?": controvérsias historiográficas sobre o processo político brasileiro no pós-1964 e os desafios do tempo presente. *Espaço Plural*. Ano XIII, Nº 27, 2º Semestre, 2012.

DOUGLAS, M. *Pureza e perigo*. São Paulo: Perspectiva, 1976.

FARIA FILHO, L. M.; VEIGA, C. G. *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 50.

FAUSTO, B. *História concisa do Brasil*. São Paulo: EDUSP; Imprensa Oficial do Estado, 2001.

FERREIRA, J. *A liturgia antes do Concílio Vaticano II*. Disponível em [https://www.liturgia.pt/anodafe/A\\_Liturgia\\_antes\\_do\\_Concilio\\_Vaticano\\_II.pdf](https://www.liturgia.pt/anodafe/A_Liturgia_antes_do_Concilio_Vaticano_II.pdf). Acessado em: 14 jan. 2021.

FERBER, L. P. Escolas isoladas: um mal necessário (1910-1915). In: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA “1964-2014: MEMÓRIAS, TESTEMUNHOS E ESTADO”, 15., 2014, Florianópolis. *Anais [...]*, Florianópolis: UFSC, 11 - 14 ago. 2014.

FICO, C. Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas. *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 9, n. 20, p. 05- 74. jan./abr. 2017.

FILGUEIRAS, J. M. *A educação moral e cívica e sua produção didática: 1969- 1993*. Dissertação (Educação: História, Política, Sociedade), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2006.

FILIPIM, P. V. S.; ROSSI, E. R. Nova história cultural e história da educação: rompendo paradigmas no ofício de historiar: notas de um percurso. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 11., 2013, Curitiba. *Anais [...]*, Curitiba: EDUCERE, PUC-Paraná, Curitiba, 2013 p. 1-10.

FIORAVANTI, C. A preciosa lama do mar. *Pesquisa Fapesp*, São Paulo, v. 206, p.38-43, abr. 2013.

FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro, Graal, 1979.

FOUCAULT, M. *Vigiar e punir: história da violência nas prisões*. 20. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.

FOUCAULT, M. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 1999.

FREIRE, P. *Educação como prática da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. p. 142.

FRUGOLI, R.; BUENO, M. S. O círio de Nazaré (Pará, Brasil): relações entre o sagrado e o profano. *Turismo & Sociedade* Curitiba, v. 7, n. 1, p. 135-155, janeiro de 2014.

GAMA, M. M.; ALMEIDA, L. I. M. V. *Os exames de admissão da década de 1931 a 1971*. 2018.

GARCÍA CANCLINI, N. *Diferentes, desiguais e desconectados: mapas de interculturalidade*. 2. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007.

GARCIA, J. M. *Crônicas do lugar dos Breves*. Belém: Gráfica da Escola Salesiana do Trabalho, 1996.

GASPARI, G. D.; DA SILVA, M. N. Centralidade e a cidade contemporânea: reflexões para pensar o direito à cidade na produção da metrópole. *Revista PerCursos*, Florianópolis, v. 19, n.40, p. 67 - 37, jan./abr. 2018.

GEERTZ, C. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora S.A, 1989.

- GERMANO, J. W. *Estado militar e educação no Brasil (1964-1985)*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- GHIRALDELLI Júnior, P. *História da educação*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1994.
- GOFFMAN, E. *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo: Perspectiva; 2005.
- GONÇALVES, A. C. O. et al. *A função socioambiental do patrimônio da União na Amazônia*. Belém, PA: Ipea, 2016. p. 108-198.
- GONÇALVES, N. G.; BORNATTO, S. P. (org.). *Educação e sociedade na ditadura civil-militar: adesões, acomodações e resistências*. Curitiba, PR: CRV, 2019.
- HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. 2. ed. São Paulo: Centauro, 2006.
- HALL, S. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: UFMG, 2003.
- HARAWAY, D. Manifesto ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. In: TADEU, Tomaz. (org.). *Antropologia do ciborgue: as vertigens do pós-humano*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009. p. 33-118.
- HOBBSAWM, E. J. *A era das revoluções*. 9. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- HÖFLING, E. M. *O livro didático em estudos sociais*. Campinas: Unicamp. 1986.
- KLAUCK, S. A igreja e a educação a partir do concílio plenário Latino Americano de 1899. *UNOPAR Cient., Ciênc. Human. Educ.*, Londrina, v. 14, n. 1, p. 15-21, jan. 2013.
- KOSSOY, B. *Os tempos da fotografia: o efêmero e o perpétuo*. 2. ed. Cotia: Ateliê Editorial, 2007.
- KRIPKA, R. M. L.; SCHELLER, M.; BONOTTO, D. de L. Pesquisa documental na pesquisa qualitativa: conceitos e caracterização. *Revista de Invesgaciones UNAD*, v. 14, n. 1, p. 55-73, 2015.
- KUENZER, A. *Ensino médio e profissional: as políticas do Estado neoliberal*. São Paulo: Cortez, 1997.
- LE GOFF, J. *História e memória*. São Paulo: Unicamp, 1990.
- LEÃO, D. S. S. *O porto em narrativas: experiências de trabalhadores, moradores e frequentadores da área portuária de Breves-Pa (1940-1980)*. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia), Universidade Federal do Pará, Belém, 2014.
- LEÃO, D. S. S. *Revivendo a Nossa História: Um Estudo sobre os Bairros de Breves-Marajó-Pará*. 2ª. ed. Belém-PA: GAPTA, 2014.
- LEÃO, D. S. S. *Trajetórias de Migrantes: Contatos, Interações e Conflitos em Práticas Interculturais - Breves-Marajó-Pa*. Tese (Doutorado em Antropologia). Universidade Federal do Pará, Belém, 2018.

LEFEBVRE, H. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2001.

LEITE, S. *História da Companhia de Jesus no Brasil. Da Baía ao Nordeste. Estabelecimentos e assuntos locais, séculos XVII – XVIII*. Lisboa: Livraria Portugalia; Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1945. Tomo 5.

LEITE, S. *Novas páginas de História do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1965.

LEONARDI, P.; BITTENCOURT, A. B. De documento religioso a fonte histórica: as atas do I Concílio Plenário da América Latina. *Educação e Filosofia*, v. 30, n. 59, p.135-158, jan./jun. 2016.

LEONARDI, P. Congregações católicas e educação: o caso da sagrada família de Bordeaux. *Rev. bras. hist. educ.*, Campinas, SP, v. 11, n. 2; 26, p. 103-129, maio/ago. 2011.

LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA, J. F.; TOSCHI, M. S. *Educação escolar: políticas, estrutura e organização*. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

O LIBERAL DO PARÁ. *Jornal escrito do Pará*, n. 146, 4 jul. p. 2, 1871.

LIMA JÚNIOR, J. B. Negros a bumbar: Boi Caprichoso, sociabilidade e resistência em Manaus (décadas de 1920 a 1940). *Aedos*, Porto Alegre, v. 14, n. 31, p. 91-110, jul. dez. 2022.

LOBATO, A. M. L. *Templos de civilização no Pará: a institucionalização dos Grupos Escolares (1890-1910)*. Doutorado (Tese em Educação). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2014.

LOURO, G. L. *Um Corpo Estranho - Ensaio sobre sexualidade e teoria queer*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2004.

LOWENTHAL, D. *Como conhecemos o passado*. Projeto História, São Paulo, n. 17, 1998.

LUCCI, E. A. *TOMC*, 29, v. 19 Grau, p. 110.

LUIZA NETO, I.; SANTOS, H. B. Investigação das memórias escolares de estudantes Universitários. *Psicologia Escolar e Educacional*, São Paulo, v. 21, n. 3, p. 561-571, set./dez. 2017.

MARTINS, O. M. *O Ensino de História em Contexto Militar: Memórias e Experiências no Ginásio Estadual Miguel Bitar (1967-1974)*. Graduação (Trabalho de Conclusão de Curso). Universidade Federal do Pará, Breves, 2014.

MAUÉS, R. H. *Padres, pajés, santos e festas: catolicismo popular e controle eclesiástico. Um estudo antropológico numa área do interior da Amazônia*. Belém: CEJUP, 1995.

MAUÉS, R. Heraldo. Um aspecto da diversidade cultural do caboclo amazônico: a religião. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 19, n. 53, p. 259-274, 2005.

MAY, T. *Pesquisa social: questões, métodos e processos*. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MÉLCON, F. J. M. P. *O missionário I: a vida e obras de Dom Alquílio Alvarez Díez, bispo-prelado de Marajó (1919 – 1985)*. Rio de Janeiro: Colégio Santo Agostinho Novo Leblon, 2010.

MESQUIDA, P.; KOZELSKI, A. C.; MANASSES, M. Â. A educação no processo de restauração da igreja na República Velha à luz de fontes documentais. *In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – EDUCERE, 9., 2009. Anais [...]*.

MIGNOLO, Walter. *Histórias Locais/Projetos Globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar*. Tradução de Solange Ribeiro de Oliveira. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

MILLÁN, C. *Marajó: uma grande aventura de evangelização*. Disponível em: <https://silo.tips/download/marajo-uma-grande-aventura-de-evangelizao> Acesso em: 14 jan. 2021.

MINAYO, M. C. S.; DESLANDES, S. F. *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 25. ed. (rev. atual.). Petrópolis: Vozes, 2007

MOTIN, M. F. *Educação e religião: a congregação passionista e sua relação com os Imigrantes italianos (Vênets) do município de Colombo, PR*. 2015.

NOGUEIRA, J. G. História, imprensa e a construção da realidade durante o regime militar no Brasil (1964/1985). *Albuquerque: revista de História, Campo Grande, MS, v. 6, n. 11, p. 35-64, jan./jun. 2014*.

OLIVEIRA, J. A. A cultura, as cidades e os rios na Amazônia. *Ciência e Cultura*, São Paulo, v. 58, n. 3, set. 2006.

OLIVEIRA, C. de N. da Silva; SANTOS, J. B. IFPA Campus Breves: da origem à consolidação. *Research, Society and Development*, v. 11, n. 13, p. 1-14, 2022.

PAES, C. E. N. *A Universidade Reivindicada: etnografia histórica de uma ação pública no Marajó, PA*. Tese (Doutorado em Sociologia e Antropologia), Universidade Federal do Pará, Belém. 2019.

PAIVA, J. M. Educação Jesuítica no Brasil Colonial. *In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; PERUCCHI, L. Saberes sociológicos nas escolas de nível médio sob a ditadura militar: os livros didáticos de OSPB*. Dissertação. (Mestrado em Educação) - Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, SC. 2009.

PAIVA, J. M. Educação Jesuítica no Brasil Colonial. *In. LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive. 500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 50.

PESSANHA, E. C. *Ascensão e queda do professor*. São Paulo: Cortez, 1994.

PETIT, P.; VELARDE, J. C. O golpe de 1964 e a instauração da ditadura civil-militar no Pará: apoios e resistências. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 25, p. 169-189, 2012.

PETIT, P. *Chão de promessas: elites políticas e transformações econômicas no Estado do Pará pós-1964*. Belém: Paka-Tatu, 2003.

PINHEIRO, L. A. *Os agostinianos no Brasil (1914-1962)*. 2021. Disponível em: [https://www.academia.edu/36319516/OS\\_AGOSTINIANOS\\_NO\\_BRASIL\\_1914\\_1962#:~:text=Os%20Agostinianos%20no%20Brasil%20\(1914-1962\)%20831%20nal%2C,primeiro%20presidente%20civil%20desde%201964](https://www.academia.edu/36319516/OS_AGOSTINIANOS_NO_BRASIL_1914_1962#:~:text=Os%20Agostinianos%20no%20Brasil%20(1914-1962)%20831%20nal%2C,primeiro%20presidente%20civil%20desde%201964). Acesso em: 10 jan. 2021.

PINSKY, C. B.; LUCA, T. R. (org.). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2011.

PIZARRO, M. V. *Alfabetização científica nos anos iniciais: necessidades formativas e aprendizagens profissionais da docência no contexto dos sistemas de avaliação em larga escala*. Tese (Doutorado em Educação para a Ciência). Faculdade de Ciências da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Bauru. 2014.

PLÁCIDO, G. D. Educação, civismo e religiosidade durante a ditadura civil- militar no Brasil (1964-1985). In: ANPED SUL, 10., 2014, Florianópolis. *Anais [...]*. Florianópolis, out. 2014.

POLLAK, M. Memória e identidade social. *Revista Estudos Históricos*, v. 5, n. 10, p. 200-215, 1992.

PORTELLI, A. *Ensaio de história oral*. São Paulo: Letra e Voz, 2010.

PORTELLI, A. *História oral como arte da escuta*. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

PRIORE, Mary del. *Religião e religiosidade no Brasil colônia*. São Paulo: Ática, 1996.

PUREZA, E. S. S. *Gestão ambiental em assentamentos agroextrativistas: potencialidades e limites: o caso do PAE Ilha do Mutum, Marajó - Pará*. Dissertação (Mestrado em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia) - Núcleo de Meio Ambiente, Universidade Federal do Pará, Belém, 2017.

QUEIROZ, M. N. A.; HOUSOME, Y. As disciplinas científicas do ensino básico na legislação educacional brasileira nos anos de 1960 e 1970. *Ens. Pesqui. Educ. Ciênc*, Belo Horizonte, n. 20, 2018.

RAMOS, M. S.; STAMPA, I. Subversão e resistência docente: notas sobre a ditadura militar e o movimento escola sem partido. *Revista Espaço do Currículo*, v. 9, n. 2, 2016.

RIBEIRO, E; SILVA, V. L. G. Das materialidades da escola: o uniforme escolar. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 38, n. 3, p. 575-588, jul./set. 2012.

RIBEIRO, M L. S. *História da educação brasileira: a organização escolar*. 12. ed. Cortez: Autores Associados, 1992.

RIZZINI, I.; SCHUELER, A. O Instituto do Prata; índios e missionários do Pará. In: ESTÁCIO, M. A. F.; NICIDA, L. R. A. (org.). *História e educação na Amazônia*. Manaus: EDUA; UEA Edições, 2016.

RIZZINI, I; SCHUELER, A. F. M. Entre o mundo da casa e o espaço público: um plebiscito sobre a educação da mulher (Rio de Janeiro, 1906). *Revista História e Historiografia da Educação*, v. 2, n. 4, p. 122-146, jan./abr. 2018.

ROCHA, M. *A educação conformada* A política pública de educação no Brasil (1930-1945). Juiz de Fora: Ed. Universidade Federal de Juiz de Fora, 2000.

ROCHA, R. Os oficiais índios e a mão de obra indígena livre no Pará Colonial (1750-1798). *Revista Mundos do Trabalho*, v. 9, n. 17, p.13-28, jan./jul. 2017.

RODRIGUES, E.; INÁCIO FILHO, G. Educação moral e cívica e ensino de história, aportes disciplinares de formação: um estudo comparado. *Revista HISTEDBR* Campinas, n. 45, p. 139-152, mar.2012. *On-line*.

ROMANELLI, O. O. *História da educação no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1986.

ROSA, L. R. O. *A igreja católica apostólica romana e o estado brasileiro estratégias de inserção política da Santa Sé no Brasil entre 1920 e 1937*. 2011. Tese (Doutorado em História), Universidade Estadual Paulista. Franca, SP, 2011.

ROSÁRIO, M. J. A.; SOUZA, M. F. M. Lembranças/memórias de estudante/professora sobre o Instituto de Educação do Pará (IEP) em tempos de ditadura, de 1964 a 1985. *Revista HISTEDBR*, Campinas, n. 66, p. 91-105, dez. 2015. *On-line*.

SACRISTÀN, J. G. O que significa o currículo? In: SACRISTÀN, José Gimeno (org.). *Saberes e incertezas sobre o currículo*. Porto Alegre: Penso, 2013. p. 20.

SALERA JÚNIOR, Giovanni. *10 personalidades marcantes da história de Breves*. Breves: SEMED, 2014.

SALERA JÚNIOR, G. *Breves: prefeitos e vice-prefeitos*. Breves: SEMED, 2014

SALLES, V. *O negro no Pará sob o regime da escravidão*. 2. ed. Brasília, DF: Ministério da Cultura; Belém: SECULT-PA, 1988. p. 193-195.

SALVADOR, A. D. *Métodos e técnicas de pesquisa bibliográfica: elaboração e relatório de estudos científicos* Porto Alegre: Sulina, 1981.

SAMUEL, R. História local e história oral. *Revista Brasileira de História*, São Paulo: Anpuh, v. 9, n.19, p.219-243, 1990.

SANCHES, R. C. S. *Conhecendo a terra dos Breves*. Belém: Smith, 2019.

SANTOS, B. B. M. O currículo das escolas brasileiras na década de 1970: novas perspectivas historiográficas. *Ensaio: aval. pol. públ. Educ.*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 82, p. 149-170, jan./mar. 2014.

SANTOS, B. M. *Era uma vez em 43*. São Paulo: Amoler, 2021.

SANTOS, E. C. R. Escolas reunidas: um modelo entre as escolas isoladas e os grupos escolares em Mato Grosso. *Revista HISTEDBR*, Campinas, n. 61, p. 290-305, mar. 2015.

SANTOS, E. N. A. *O Instituto Stella Maris (1959-1969): história, memória e práticas educativas das irmãs agostinianas missionárias em Soure-PA*. 2017. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Estadual do Pará. Belém, 2017.

SANTOS, E. N. A. *Por Histórias e memórias: educação agostiniana no Instituto Stella Maris em Soure-Pa (1959-1969)*. 2016.

SANTOS, E. C. S. *O conteúdo da história de Soure/PA na disciplina integração social da Erc Instituto Stella Maris (1971-1988)*. 2018. Dissertação (Mestrado em Currículo e Gestão da Escola Básica), Universidade Federal do Pará. Belém, Belém, 2018.

SANTOS, E. C. R. *Escolas reunidas: um modelo entre as escolas isoladas e os grupos escolares em Mato Grosso*. *Revista HISTEDBR*, Campinas, n. 61, p. 290-305, mar. 2015. *Online*.

SANTOS, L. P. *Entre história, memória e esquecimento: o Internato Evangélico Amazônico de Breves, arquipélago de Marajó, Pará Breves-Marajó-Pará*. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia). Universidade Federal do Pará. Belém, 2022.

SARRAF-PACHECO, A. *À margem dos Marajós: cotidiano, memórias e imagens da “cidade-floresta*. Melgaço, Pa. Belém: Paka-Tatu, 2006.

SARRAF-PACHECO, A. Reconstruindo a vila: ribeirinhos em migração. In: *À Margem dos Marajós: Cotidiano, Memórias e Imagens da “Cidade-Floresta” – Melgaço-Pa*. Belém: Paka-Tatu, 2006, p. 96-109.

SARRAF-PACHECO, A. *En el corazón de la Amazonía: identidades, saberes e religiosidades no regime das águas Marajoaras*. Doutorado (Tese em História Social). Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2009.

SARRAF-PACHECO, A. História e Literatura no Regime das Águas: Práticas Culturais Afroindígenas na Amazônia Marajoara. *Amazônica: Revista de Antropologia* (Impresso), v. 01, p. 406-441, 2009.

SARRAF-PACHECO, A. Conquista do ocidente marajoara: índios, portugueses e religiosos em reinvenções históricas. In: SCHAAN, Denise Pahl; MARTINS, Cristiane Pires. (org.). *Muito além dos campos Arqueologia e história na Amazônia Marajoara*. Belém: Gknoronha, 2010, p.13-32.

SARRAF-PACHECO, A. Portos de memórias. *Movendo Ideias*, Belém, v. 5, n. 1, p. 1-12, 2010.

SARRAF-PACHECO, A. Portos de Memória: Cotidiano, Trabalho e História no Marajó das Florestas. *Movendo Ideias* (UNAMA), v. 16, p. 04-16, 2010.

SARRAF-PACHECO, A. Cosmologias Afroindígenas na Amazônia Marajoara. *Projeto História* (PUCSP), v. 44, p. 197-226, 2012.

SARRAF-PACHECO, A.; CORRADI, A. BALIEIRO, M. N. P. A cidade-floresta na pintura da memória: teias visuais e orais em Maria Necy Balieiro. *Moara*, Belém, p. 62-81, 2015.

SARRAF-PACHECO, A. Diásporas Africanas e Contatos Afroindígenas na Amazônia Marajoara. *Cadernos de História*, v. 17, p. 27-63, 2016.

SARRAF-PACHECO, A; SILVA, J. L. S. Representações e Interculturalidades em Patrimônios Marajoaras. *Museologia e Patrimônio*, v. 08, p. 93-118, 2015.

SARRAF-PACHECO, A. No tempo das festas: sociabilidades e conflitos em cidades e florestas marajoaras. *Projeto História*, São Paulo, v. 58, p. 9-44, jan./mar. 2017.

SARRAF-PACHECO, A; MELO, J. M.; ARAÚJO, L. M. Nas Dobras da Belle Époque Paraense: Patrimônio, Cotidiano e Trabalho no Marajó do século XIX. In: PINHEIRO, L. B. S. P. (Org.). *Imprensa e Sociedade na Amazônia (1870-1930)*. Curitiba: CRV, 2017, v. 01, p. 80-100.

SARTRE, J. P. *O existencialismo é um humanismo*. Tradução: Vergílio Ferreira. São Paulo: Abril S.A., 1973.

SAVIANI, D. *Escola e democracia*. Edição Comemorativa. Campinas: Autores Associados, 2008.

SAVIANI, D. *História das ideias pedagógicas no Brasil*. 4. ed., Campinas: Autores Associados, 2013.

SAVIANI, D. Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro. *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, v. 14, n. 40, p. 143-155, jan./abr. 2009.

SCHAAN, D. P.; MARTINS, C. P. (org.). *Muito além dos campos Arqueologia e história na Amazônia Marajoara*. Belém: Gknoronha, 2010.

SCHWARTZMAN, S.; BOMENY, H. M. B.; COSTA, V. M. R. *Tempos de Capanema*. São Paulo: Paz e Terra: Fundação Getúlio Vargas, 2000.

SCOTT, J. W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 20, n 2, jul./dez. 1995, p. 71-99.

SEGATA, J.; SCHUCH, P.; DAMO, A. S.; VÍCTORA, C. A Covid-19 e suas múltiplas pandemias. *Horizontes Antropológicos* (online), v. 27, p. 7-25, 2021.

SILVA FILHO, J. S. *Cinema e modernidade na Amazônia Marajoara: vivências em códigos refratados na cidade de Breves*. Dissertação (Mestrado em Linguagens e Saberes na Amazônia) - Campus Universitário de Bragança, Universidade Federal do Pará. Bragança, PA, 2013.

SILVA, D. N. S.; RABINOVICH, E. P. Expectativas parentais: o internato como contexto de desenvolvimento. *Revista Brasileira Crescimento e Desenvolvimento Humano*, v. 17, n 3, p. 60-71, 2007.

SILVA, F. O. O concílio plenário latino-americano (1899) primeiras aplicações na diocese de Diamantina. *Revista de Cultura Teológica*, v. 16, n. 64, jul. /set 2008.

SILVA, G. B. *A educação secundária: perspectiva histórica e teoria*. São Paulo: Ed. Nacional, 1969.

SILVA, H. C. G.; MARQUES, T. J. P. *Trajetória da Educação Escolar em Breves-Marajó-Pa (1940-1990)*. Trabalho de Conclusão (Curso de Pedagogia). Campus Universitário de Breves, Marajó-Pa, 2016.

SILVA, T. H. C.; ALVES, L. M. S. A. Entre lar e igreja: a educação de mulheres e as congregações religiosas na Amazônia Paraense (1900-1927). *Rev. Diálogo Educ.*, Curitiba, v. 20, n. 67, p. 1609-1638, out./dez. 2020.

SILVA, Z. L. *Verão e inverno amazônico: perspectiva meteorológica e a percepção dos moradores do município de Manaus/AM*. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2022.

SILVA, T. T. *Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

SNYDERS, G. A pedagogia em França nos séculos XVII e XVIII. In: DEBESSE, Maurice; MIALARET, Gaston. Tratado das ciências pedagógicas. *História da pedagogia*, São Paulo: Nacional, EDUSP, v. 2. p. 271-295, 1974.

SOARES, E. *Pensamento católico brasileiro: influências e tendências*. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014.

SOUZA, J. C. O caráter religioso e profano das festas populares: Corumbá, passagem do século XIX para o XX. *Rev. Bras. Hist.* v, 24 n. 48, p. 333, 2004.

SOUZA, R. F. *Templos da civilização: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1890-1910)*. São Paulo: UNESP, 1998.

SOUZA, R. F. Lições da escola primária. In: SAVIANI, D.; ALMEIDA, J. S.; SOUZA, R. F. de; VALDEMARIN, V. T. *O legado educacional do século XX no Brasil*. Campinas, SP: Autores Associados, 2006, p. 109-151.

SPIVAK, G. C. *Pode o subalterno falar?* Tradução de Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa, André Pereira Feitosa. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

TILLICH, P. *Teologia da Cultura*. Fonte Editorial, São Paulo, 2009, p. 83.

THOMPSON, P. *A voz do passado*. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

THOMSON, A. Reconstituo a memória: questões sobre a relação entre a História Oral e as memórias. *Projeto História*, São Paulo, n. 15, p. 51-84, abr. 1997.

TOBIAS, J. A. *História da educação brasileira*. 2. ed. São Paulo: Juricelis. 1986.

TRINDADE JUNIOR, S. C. Das 'cidades na floresta' às 'cidades da floresta': espaço, ambiente e urbanodiversidade na Amazônia brasileira. *Papers*, NAEA; UFPA, v. 321, p. 1-22, 2013.

VELARDE, J. C. *No crepúsculo memórias subversivas da ditadura civil-militar na Amazônia paraense (1964-85)*. 2012. Dissertação (Mestrado em Comunicação, Linguagens e Cultura). Universidade da Amazônia. Belém, 2012.

VENSON, A. M.; PEDRO, J. M. Memórias como fonte de pesquisa em história e Antropologia. *História*, Rio de Janeiro, v 15, 2012, p. 125-139.

VIEIRA, D. R. *O processo de reforma e reorganização da igreja no Brasil (1844-1926)*. Aparecida, SP: Santuário, 2007.

VILLELA, A. V.; SUZIGAN, W. *Política do governo e crescimento da economia brasileira, 1889-1945*. Rio de Janeiro: IPEA; INPES, 1973.

WEINSTEIN, B. *A borracha na Amazônia: expansão e decadência (1850-1920)*. São Paulo: HUCITEC; EDUSP, 1993.

WILLIAMS, R. *Cultura e materialismo*. São Paulo: Ed. UNESP, 2011.

WILLIAMS, R. *Marxismo e literatura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

## 7 FONTES DE PESQUISA

### ORAIS

Entrevista com o ex-aluno José Maria Rodrigues Acioli em 14/10/2020 e 16/10/2020.  
 Entrevista com a ex-aluna Josilda Almeida Ribeiro em 06/10/2020.  
 Entrevista com o ex-aluno Artêmio Brito Machado em 15/10/2020.  
 Entrevista com a ex-aluna Maria de Fátima da Silva Vaz em 15/10/2020.  
 Entrevista com a ex-aluna Rosa Maria da Silva França em 21/09/2021 e 30/09/2021.  
 Entrevista com o ex-aluno Valdemar Daniel Coimbra Dias em 10/2021 e 10/2021.  
 Entrevista com o ex-aluno Jolenas Joubert Nascimento em 25/01/2021.  
 Entrevista com o ex-aluno Vanderley Lobato de Castro em 15/10/ 2021 e 23/10/2021.  
 Entrevista com o Professor Gervásio Bandeira Ferreira em 09/02/2022.

### ESCRITAS

Ofício N° 12/1969 Secretário Executivo da Fundação Educacional do Pará.  
 Ofício enviado ao Secretário de Estado de Educação e Cultura.  
 Ofício ao Gerente do Banco da Amazônia S/A.  
 Ata de instalação do Ginásio Estadual Miguel Bitar.  
 I Encontro das Unidades da Fundação de Educacional do Pará (FEP).  
 Plano Curricular do Curso Ginásial Normal de 1968.  
 Plano Curricular do Curso Ginásial Normal de 1970.  
 Plano curricular curso ginásial normal ano letivo de 1970.  
 Quadro Geral de Matrículas do Curso Ginásial Normal Ano Letivo de 1978.  
 Decreto-Lei N° 477 de 02 de dezembro de 1969.  
 Ofícios Recebidos. Arquivo Secretaria do Ginásio Estadual Miguel Bitar, 1974.

### LEGISLAÇÃO

BRASIL. *Lei nº 4.024 de 20 de dezembro de 1961*. Fixa as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 27 dez. 1961. Seção 1, p.11429. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 1961. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-normaatualizada-pl.pdf>. Acesso em: 22 set. 2020.

BRASIL. *Parecer nº 136/64, de 05 de junho de 1964*, do CFE. Educação moral e cívica. Brasília, DF, 1964.

BRASIL. *Decreto-Lei nº 869, de 12 de setembro de 1969*. Dispõe sobre a inclusão da Educação Moral e Cívica como disciplina obrigatória, nas escolas de todos os graus e modalidades, dos sistemas de ensino no País, e dá outras providências. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 1969. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-869-12-setembro-1969-375468-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 14 jan 2022

BRASIL. *Decreto-Lei nº 477, de 26 de fevereiro de 1969*. Define infrações disciplinares praticadas por professores, alunos, funcionários ou empregados de estabelecimentos de ensino público ou particulares, e dá outras providências. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 1969. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-477-26-fevereiro-1969-367006-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 14 jan. 2022.

BRASIL. Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. Fixa diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 1971. Disponível em: [https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra;jsessionid=F8342BB4536FBA13C8A2FC6081001C83.proposicoesWebExterno2?codteor=713997&filename=LegislacaoCitada+-PL+6416/2009](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=F8342BB4536FBA13C8A2FC6081001C83.proposicoesWebExterno2?codteor=713997&filename=LegislacaoCitada+-PL+6416/2009). Acesso em: 22 set. 2020.

BRASIL. *Parecer nº 853 de 12 de novembro de 1971*. Núcleo comum para os currículos do ensino de 1º e 2º graus. A doutrina do currículo na Lei n. 5.692. In: Documenta nº 132, Rio de Janeiro, nov. 1971b. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/196249> acessado em 22 set. 2020.

BRASIL. *Resolução n.º 8, de 1º de dezembro de 1971*. Anexa ao Parecer N.º 853/71. Fixa o núcleo-comum para os currículos do ensino de 1.º e 2.º graus, definindo-lhe os objetivos e a amplitude. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 1971. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reben/a/HGRfCn9wSk7XZckTQKFDYDg/?format=pdf&lang=pt> Acessado em: 14 dez 2021.

BRASIL. Secretaria Nacional de Direitos Humanos. *Plano nacional de promoção da liberdade religiosa*. Brasília, DF: SDH/PR, 2012.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. *Cidades Breves*. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/breves/panorama>. Acesso em: 16 maio, 2020.

## AUDIOVISUAIS

FRANTZ Fanon e a escrita da história. Aula pública com Agenor Sarraf Pacheco. Belém: UFPA, 2022. 1 vídeo. (2h 59 min 22 seg). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=-OFnRXOBrrk>. Acesso em: 22 abr. 2022.

ORDEM DOS AGOSTINIANOS RECOLETOS – OAR. *Marajó*: história, religião e sociedade. Live solidária em favor do povo marajoara com Agenor Sarraf Pacheco. Belém. 2021. 1 vídeo. (1h 25 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Gf7VvTh5ukk>. Acesso em: 15 out. 2021.

TRADIÇÃO oral, memória e saberes locais na Amazônia. Aula pública com Agenor Sarraf Pacheco. Belém: UNAMA, 2022. 1 vídeo. (2h 21 min 16 seg). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Rno9oO5bA0I>. Acesso em: 15 mar. 2022.

AGOSTINIANAS Missionárias. *Conheça mais a nossa história*. Disponível em: <https://agustinasmisioneras.net/wordpress/irmas-agostinianas-missionarias>. Acesso em: 24 jan. 2021.

## DIVERSAS

AGOSTINIANAS Missionárias: 25 anos de Martírio de Caridad e Esther. Carisma. [s. l.]: [s. n.], 2019.

CAPÍTULO regional das irmãs Franciscanas de Ingolstadt. Congregação Franciscana de Ingolstadt. Disponível em: <https://www.franciscanas.org.br/atuacao/> Acesso em: 14 jan. 2021.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Acervo/dicionários/verbete-temático. 2022. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/atos-institucionais> Acesso em: 12 jan. 2022.

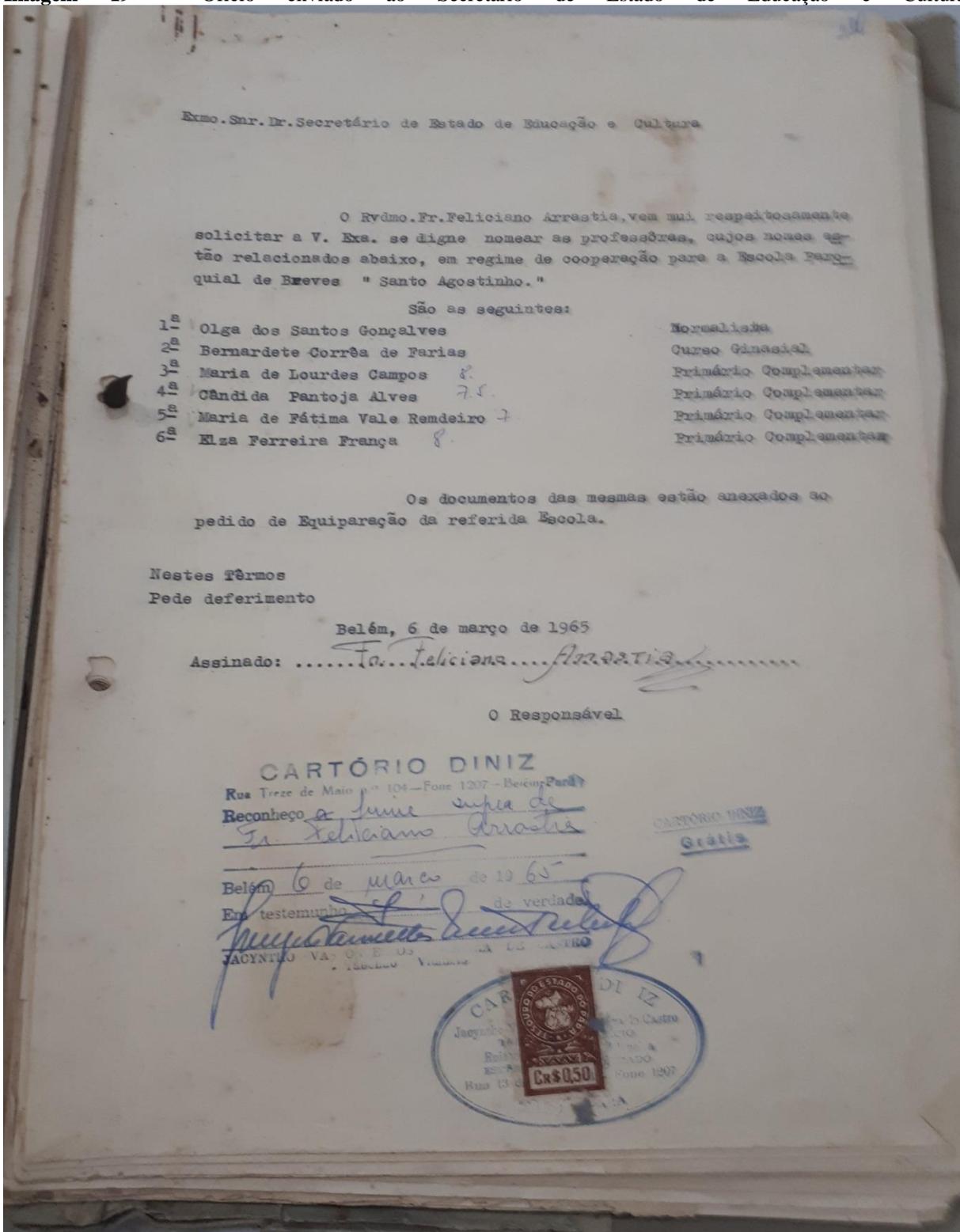
Histórico da Igreja Cristão Evangélica. Disponível em: <https://icebatalha.blogspot.com/2018/03/historia-da-1-igreja-crista-evangelica.html>. Acesso em: 12 dez 2021.

IBGE. 2023. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html?view=detalhes&id=42517>. Acesso em: 21 abr. 2023.

O LIBERAL DO PARÁ. *Jornal escrito do Pará*, n. 146, 4 jul. p. 2, 1871.

## **7.ANEXOS**

Imagem 19 - Ofício enviado ao Secretário de Estado de Educação e Cultura



Fonte: Arquivo do Colégio Santo Agostinho  
Pesquisado por Enil Pureza (mar. 2022).

## Imagem 20- Ofício ao Gerente do Banco da Amazônia S/A. f. 01

Breves, 4 de julho de 1968.

Da Escola Primária Santo Agostinho  
Ao Exmo. Sr. Gerente do Banco da Amazônia S/A  
Asst. Relatório de atividades (solicitação faz)

Ilustríssimo Senhor:

Temos a grata satisfação de enviar a V.S. um pequeno relatório de nossas atividades sociais e educativas em benefício da juventude desta cidade de Breves donde radica nosso trabalho.

EXPOSIÇÃO:

Nossa Escola Santo Agostinho é um externato construído pela Prelazia de Marajó e regentada pelas MADRES AGOSTINIANAS MISSIONÁRIAS. Atualmente estamos ministrando educação primária gratuitamente a perto de 650 crianças.

Como é notório, a finalidade específica dos Missionários / na Amazônia, sempre foi, e continua a ser hoje mais do que nunca, educar e prestar assistência social e religiosa ao futuro homem amazônico. Agora seguindo as diretrizes da nova Encíclica "POPULORUM PROGRESSO" sentimos ainda mais a nossa responsabilidade e gostaríamos de encontrar meios para levar adiante com mais eficácia o nosso trabalho.

Olhando com grande alegria e imensa satisfação o esforço que o Banco da Amazônia realiza nesta região para levar adiante o progresso que todos almejamos. Vemos ainda que pequenas e grandes empreendimentos são amparados pela boa e sábia administração de seus administradores.

PERSPECTIVAS:

Infelizmente apesar de nosso trabalho nunca poderemos sonhos atingir nosso plano de realizações. É verdade que poderemos estar instalados numa região com grandes possibilidades, porém ainda subdesenvolvida. Notamos o seguinte:

A nossa chegada (ano de 1965) iniciamos nosso labor com um número reduzido de alunos. A notícia de nossa chegada atraiu muitos moradores do interior para a cidade em busca de escola para seus filhos. O Governo Estadual aproveitou o ensejo de nossa vinda para instalar o GINÁSIO ESTADUAL MIGUEL BITAR ao qual estamos prestando ajuda, pois todas as Madres são professoras. Por estas duas circunstâncias esta cidade em apenas três anos teve uma grande expansão demográfica, prevenindo-se ainda que crescerá mais e mais se tiver assistência social e educacional juntamente com o desenvolvimento econômico.

Imagem 21- Ofício ao Gerente do Banco da Amazônia S/A. f. 2

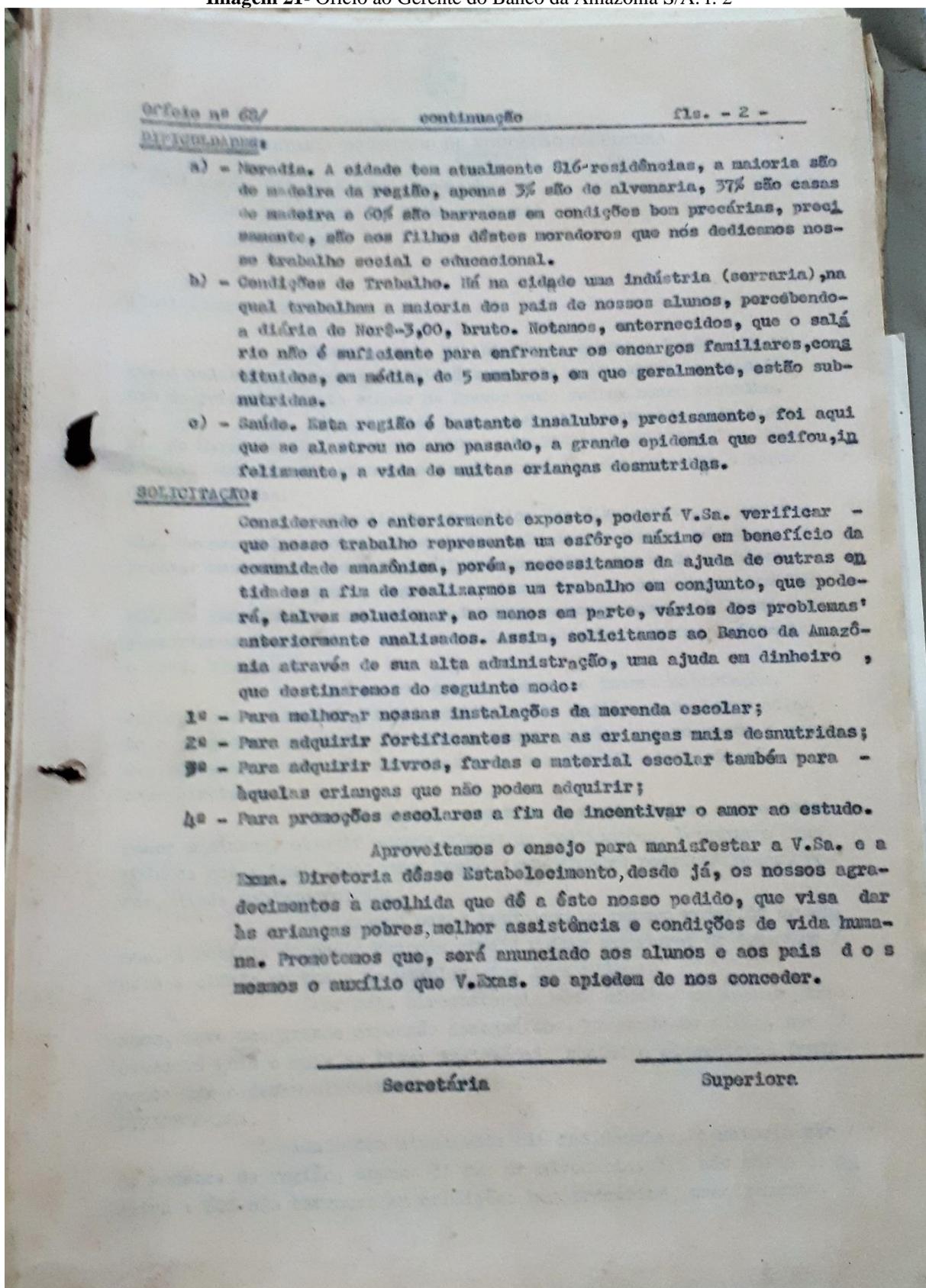


Imagem 22- Ata de instalação do Ginásio Estadual Miguel Bitar

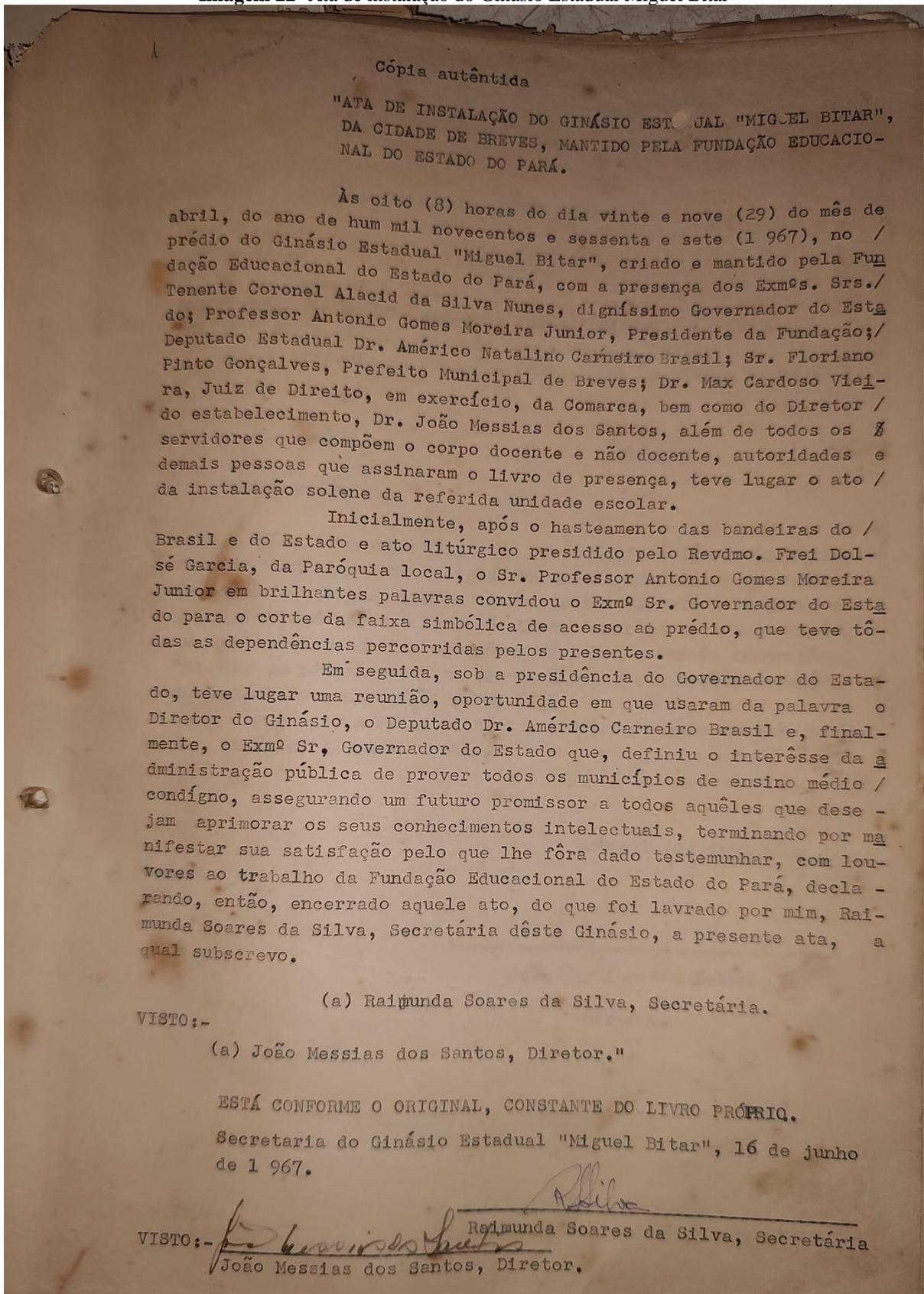


Imagem 23-I Encontro das Unidades da Fundação de Educacional do Pará (FEP)



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ  
FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO ESTADO DO PARÁ  
**GINÁSIO ESTADUAL "MIGUEL BITAR"**  
(Nome do Estabelecimento)

Of. N.º 123/71 Breves, Belém, 08 / 12 / 71.

Do :- Diretor do Ginásio Estadual "Miguel Bitar"

Ao :- Ilmo. Sr. Prof. Secretário Executivo da Fundação Educacional do Estado do Pará.

Assunto :- Comissão (apresenta)

Senhor Secretário:-

Tenho a grata satisfação de apresentar a V.Sa., para os fins devidos, a Comissão constituída de um professor e quatro alunos deste estabelecimento, designados por esta Direção para participar do I Encontro das Unidades da FEP situadas em Zona Rural.

2 - Conforme comunicação anterior, dou ciência a essa digna Secretaria que a Comissão é constituída dos seguintes membros:-

a) Professor AMILARD LEITE BARROS

ALUNOS:-

b) RAIMUNDO ÉDSON VASCONCELOS LEITE, da 1ª Série;

c) RAIMUNDO DE OLIVEIRA MATOS, da 2ª Série;

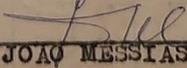
d) FRANCISCO DE ASSIS FERREIRA DA CONCEIÇÃO, da 3ª Série, e

e) WALDEMAR DANIEL COIMBRA DIAS, da 4ª Série.

3 - Congratulo-me com a Fundação Educacional por essa auspiciosa iniciativa, que, sem dúvida, marcará o início de outros procedimentos similares destinados a tornar efetivo um processo de integração estudantil, conduzindo os nossos escolares a um estado de consciência cívica realmente útil aos interesses do Estado e da Nação.

4 - No ensejo, apresento a V.Sa. protestos do mais elevado apreço e distinguida consideração.

Atenciosas saudações

  
( JOÃO MESSIAS DOS SANTOS )  
Diretor.

Ilmo. Sr. Prof.  
MARIO FRANCISCO GUZZO,  
MD. Secretário Executivo da FEP.  
Belém - Pará

Imagem 24- Plano Curricular do Curso Ginásial Normal de 1968

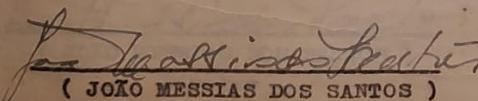
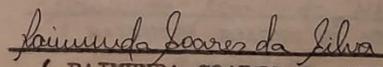
GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ  
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO E CULTURA  
DEPARTAMENTO DE ENSINO MÉDIO E SUPERIOR

15  
D.

GINÁSIO ESTADUAL "MIGUEL BITAR"  
Nome do estabelecimento

<u>Breves</u> Município	<u>Pará</u> Estado			
<b>PLANO CURRICULAR</b>				
CURSO: Ginásial Normal				
ANO LETIVO: 1968				
<b>D I U R N O</b>				
DISCIPLINAS	1ª série	2ª Série	3ª Série	4ª Série
<b>Obrigatórias:-</b>				
Português	5	4	-	-
Matemática	4	4	-	-
Geografia	2	3	-	-
História	2	3	-	-
Ciências	2	2	-	-
<b>Complementares:-</b>				
Didática	-	-	-	-
Psicologia da Educa- ção.....	-	-	-	-
Desenho	3	2	-	-
<b>Prática Educativas:-</b>				
Ed. Física	2	2	-	-
Ed. Moral e Cívica	1	1	-	-
Ed. Florestal	1	1	-	-
Ed. Religiosa	-	-	-	-
Artes Industriais	1	1	-	-
Artes Femininas	1	1	-	-
566 Música e Canto	1	1	-	-
<b>Total Geral</b>	<b>25</b>	<b>25</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

Ginásio Estadual "Miguel Bitar", 29 de abril de 1969.

 ( JOÃO MESSIAS DOS SANTOS ) Diretor Aut. nº. 19/68 (SEDEC)	 ( RAIMUNDA SOARES DA SILVA ) Secretária Reg. nº. 20/PA.
--	---

Fonte: Arquivo do Ginásio Estadual Miguel Bitar.  
Pesquisado por Enil Pureza (mar. 2022).

Imagem 25- Plano Curricular do Curso Ginásial Normal de 1970

18  
P.

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ  
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO E CULTURA  
DEPARTAMENTO DE ENSINO MÉDIO E SUPERIOR

GINÁSIO ESTADUAL "MIGUEL BITAR"

Breves

Pará

PLANO CURRICULAR  
TURNO:- Diurno  
CURSO:- Ginásial Normal  
ANO LETIVO :- 1970

I- DISCIPLINAS	I	II	III	IV
<b>a) Obrigatórias básicas</b>				
1 - Português.....	4	4	4	4
2 - Matemática.....	4	4	4	3
3 - História.....	2	3	3	-
4 - Geografia.....	2	2	2	-
5 - Ciências Físicas e Biológicas.....	3	2	2	-
6 - Educação Moral e Cívica.....	2	2	2	2
7 - Organização Social e Política Brasileira.....	-	-	-	2
<b>b) Complementares</b>				
8 - Didática.....	-	-	3	4
9 - Fundamentos de Educação.....	-	-	2	3
<b>c) OPTATIVAS</b>				
10 - Higiene Escolar e Puericultura	-	-	-	2
11 - Desenho.....	2	2	-	-
<b>II - PRÁTICAS EDUCATIVAS</b>				
1 - Educação Física.....	2	2	2	2
2 - Educação para Vida, Lar e Comunidade.....	2	2	1	2
3 - Educação Artística (Música e Canto).....	1	1	-	-
<b>TOTAL.....</b>	<b>24</b>	<b>24</b>	<b>25</b>	<b>24</b>

OBS:- a) Dentro de Higiene Escolar dar-se-á Fundamentos de Educação Sanitária, atendendo determinação do Conselho Estadual de Educação.

b) Dentro de Educação para Vida, Lar e Comunidade serão atendidas as peculiaridades regionais (Artes Industriais, Técnicas Agrícolas, etc.)

Ginásio Estadual "Miguel Bitar", 13 de agosto de 1970.

João Messias dos Santos,  
Diretor  
AUT. 19/68 - SEDEC

Raimunda Soares da Silva,  
Secretária  
Reg. 20/PA.

Fonte: Arquivo do Colégio Santo Agostinho  
Pesquisado por Enil Pureza (mar. 2022).

## Imagem 26-Curso Ginásial Normal Ano Letivo de 1971

  
 GOVÉRNO DO ESTADO DO PARÁ  
 FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO ESTADO DO PARÁ  
**GINÁSIO ESTADUAL "MIGUEL BITAR"**  
 Nome do Estabelecimento

Breves Pará  
 Município Estado

PLANO CURRÍCULO  
 CURSO: **Ginásial Normal**  
 ANO LETIVO: **1971**

DISCIPLINAS	DIURNO				NOTURNO			
	1. <sup>a</sup> série	2. <sup>a</sup> série	3. <sup>a</sup> série	4. <sup>a</sup> série	1. <sup>a</sup> série	2. <sup>a</sup> série	3. <sup>a</sup> série	4. <sup>a</sup> série
Obrigatórias:								
Português	4	4	4	4	-	-	-	-
Matemática	4	4	3	3	-	-	-	-
História	2	3	3	-	-	-	-	-
Geografia	2	2	3	-	-	-	-	-
Ciências F. e Biológicas	3	2	2	-	-	-	-	-
Educação Moral e Cívica	2	2	2	2	-	-	-	-
O.S.P.B.	-	-	-	2	-	-	-	-
Complementares:								
Didática	-	-	3	4	-	-	-	-
Fundamentos da Educação	-	-	2	3	-	-	-	-
Optativas:								
Higiene Escolar e Puericultura	-	-	-	2	-	-	-	-
Desenho	2	2	-	-	-	-	-	-
Prática Educativas:								
Educação Física	2	2	2	2	-	-	-	-
Educação Para a Vida, Lar e Comunidade	2	2	1	2	-	-	-	-
Educação Artística (música e canto)	1	1	-	-	-	-	-	-
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>24</b>	<b>24</b>	<b>25</b>	<b>24</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

Data : 31/07/72

Diretor Reg. n.º 22/71  
 Mod. D. S. - F. 32 - 22)

P/ Coimbra Bandeira F. de S.  
 Secretário Reg. n.º 20/71  
 Aux. Escolar

Fonte: Arquivo do Ginásio Estadual Miguel Bitar.  
 Pesquisado por Enil Pureza (mar. 2022).

Imagem 27 Quadro Geral de Matrículas do Curso Ginásial Normal Ano Letivo de 1978

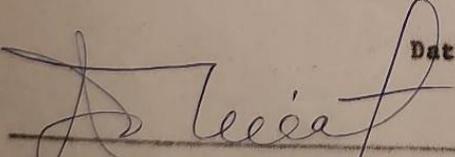
GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ  
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO  
ESCOLA ESTADUAL DE 1º GRAU "MIGUEL BITAR"  
BREVES PARÁ  
QUADRO GERAL DE MATRÍCULA  
ANO LETIVO: 1978

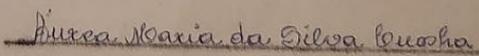
D I U R N O	1º C I C L O		
	CURSO	1º	GRAU
	M	F	TOTAL
5a. série	33	57	90
6a. série	61	116	177
3a. série	-	-	-
4a. série	-	-	-
<b>T O T A L</b>	<b>94</b>	<b>173</b>	<b>267</b>

N O T U R N O	1º C I C L O		
	CURSO	1º	GRAU
	M	F	TOTAL
5a. série	46	23	69
6a. série	63	50	113
3a. série	24	42	66
4a. série	18	15	33
<b>T O T A L</b>	<b>151</b>	<b>130</b>	<b>281</b>

Data: 03 de outubro de 1980.

  
 (JOÃO MESSIAS DOS SANTOS)  
 Diretor

  
 (ÁUREA MARIA DA SILVA CUNHA)  
 Secretária

Fonte: Arquivo do Ginásio Estadual Miguel Bitar.  
Pesquisado por Enil Pureza (mar. 2022).

DECRETO - LEI Nº 177  
DE 2 DE FEVEREIRO DE 1969  
D. O. DE 26/2/69

DEFINE INFRAÇÕES DISCIPLINARES  
PRATICADA POR PROFESSORES OU  
EMPREGADOS DE ESTABELECIMENTOS  
DE ENSINO PÚBLICO OU PARTICULA  
RES E DE DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, USANDO  
DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE CONFERE O PARÁGRAFO 1º DO ATO INSTITUCIONAL Nº  
5, DE 1 DE DEZEMBRO DE 1968,

DECRETA:

ART. 1º COMETE INFRAÇÃO DISCIPLINAR O PROFESSOR, ALUNO,  
FUNCIONÁRIO OU EMPREGADO DE ESTABELECIMENTO DE ENSINO PÚBLI  
CO OU PARTICULAR QUE:

- I -Alicie ou incite a deflagração de movimento que tenha por finalidade a para\_lizacão de atividade escolar ou participe nêsse movimento;
- II -Atente contra pessoas ou bens, tan to em prédio ou instalações, de qualquer natureza, dentro de estabelecimentos de en\_sino, como fora dêles;
- III -Pratique atos desviados à organi\_zacão de movimentos subversivos, passeatas desfiles ou comícios não autorizados, ou dêles participe;
- IV -Conduza ou realize, confeccione, im prima, tenha em depósito, distribua material subversivo de qualquer natureza;
- V -Sequestre ou mantenha em cárcere pri vado Diretor, membro do Corpo Docente, funcio nário ou empregado de estabelecimento de en\_sino, agente de autoridade ou aluno;
- VI -Use dependência ou recinto escolar para fins de subversão ou para praticar ato contrário à moral ou à ordem pública.

## Imagem 29 - Decreto-Lei Nº 477 de 02 de dezembro de 1969 f. 02

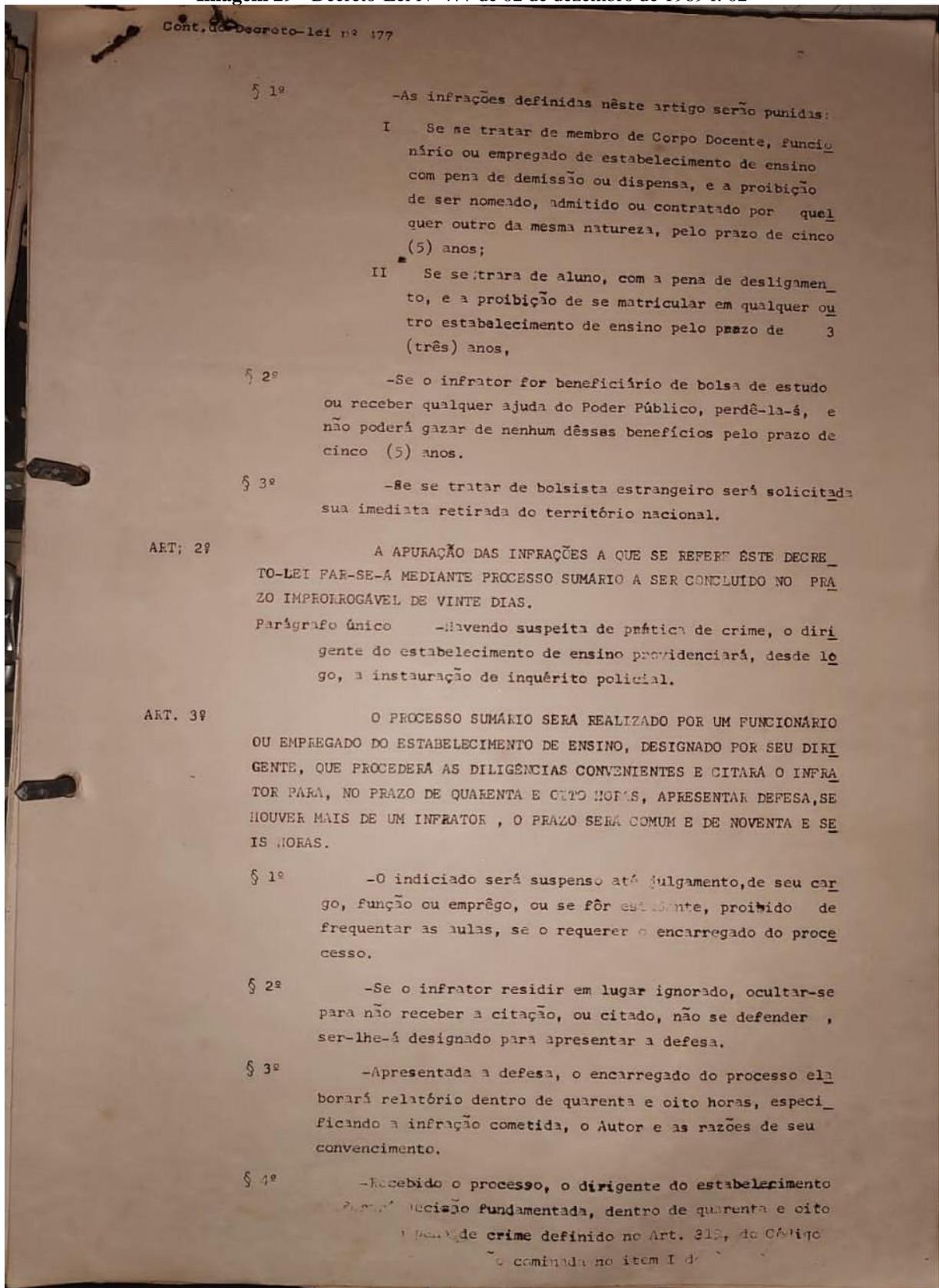
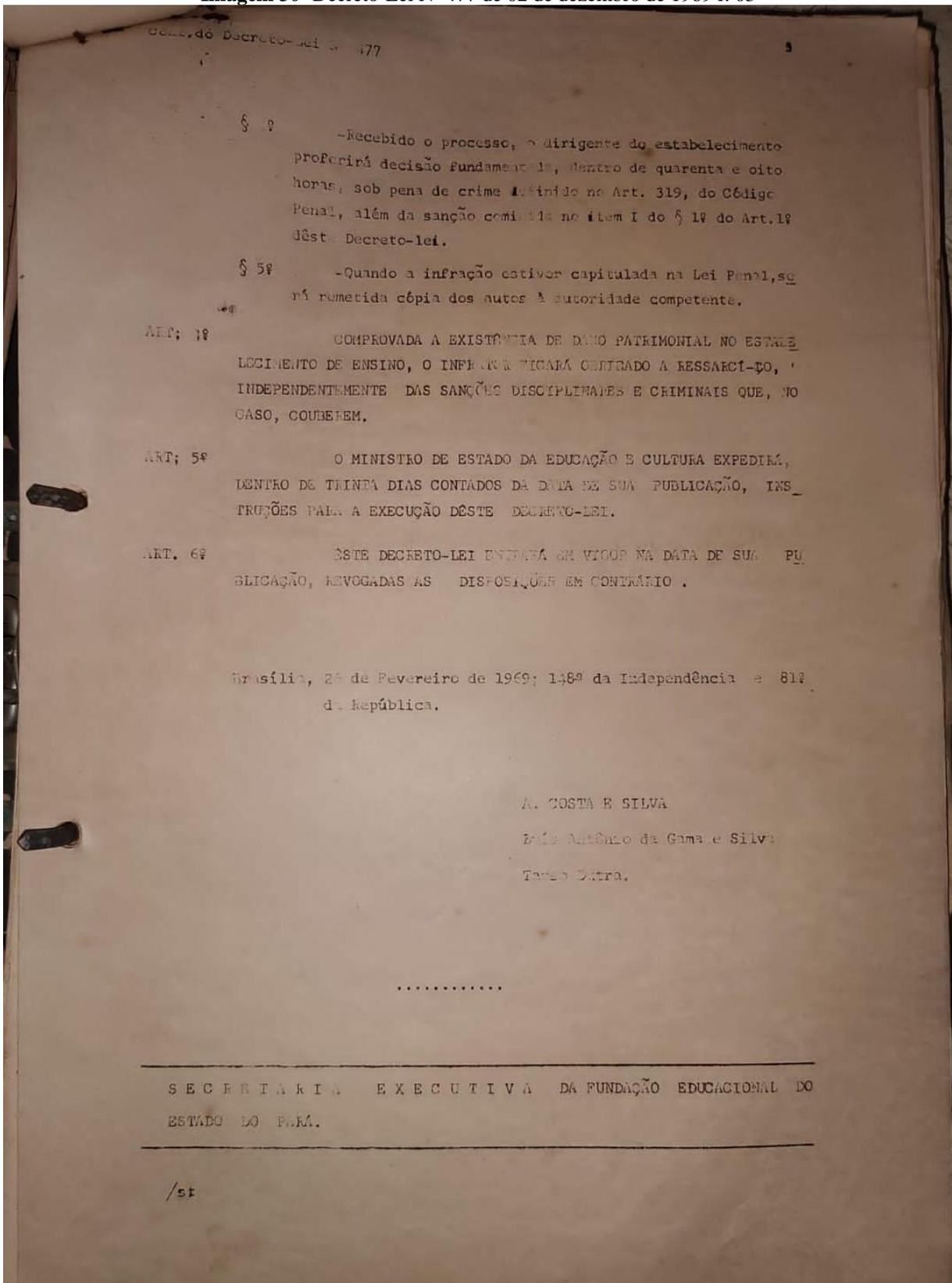


Imagem 30- Decreto-Lei Nº 477 de 02 de dezembro de 1969 f. 03



Fonte: Arquivo do Ginásio Estadual Miguel Bitar.  
 Pesquisado por Enil Pureza (mar. 2022).